

Sítio Arqueológico do Antigo Museu Real. Foto: Felipe Cohen, 2010.



Preservação e Gestão do Patrimônio Arqueológico

PATRIMÔNIO E ARQUEOLOGIA COMUNITÁRIA NO MORRO DA QUEIMADA: desafios para a gestão compartilhada

Marcia Arcuri Suñer^{*}

Paulo Otávio Laia^{**}

Yara Mattos^{***}

Flávia Brasil Baessa Bueno^{****}

Resumo

Esta comunicação visa discutir o aprimoramento das políticas de preservação do patrimônio arqueológico a partir de resultados de pesquisas acadêmicas e atividades de extensão universitária que vêm sendo realizadas no *Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada*, Ouro Preto - MG. Voltadas a trabalhar noções de território e paisagem no âmbito da arqueologia colaborativa, nossas ações visam ao fortalecimento das comunidades que habitam o entorno do parque e seguem metodologias adequadas à construção de processos de gestão participativa de seus bens culturais. Os programas de pesquisa e extensão em curso no sítio arqueológico Morro da Queimada vinculam-se ao Laboratório de Pesquisas Arqueológicas, Patrimoniais e Processos Museológicos Comunitários (LAPACOM) do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, e dialogam com projetos desenvolvidos pelo Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. Diante dos objetivos comuns, o LAPACOM e o Ecomuseu trabalham em colaboração no sentido de promover o protagonismo das comunidades da Serra de Ouro Preto na gestão de seu território.

^{*} Prof. Dra. do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto; Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários, Prédio da Escola de Direito Turismo e Museologia, Campus Morro do Cruzeiro, Ouro Preto - MG, Brasil.

^{**} Pesquisador do Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários, Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, Prédio da Escola de Direito, Turismo e Museologia, Campus Morro do Cruzeiro, Ouro Preto - MG, Brasil

^{***} Profa. Dra. do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto; Coordenadora do Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários, Prédio da Escola de Direito Turismo e Museologia, Campus Morro do Cruzeiro, Ouro Preto - MG, Brasil.

^{****} Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários, Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, Prédio da Escola de Direito, Turismo e Museologia, Campus Morro do Cruzeiro, Ouro Preto - MG, Brasil.

Palavras-chave: Patrimônio arqueológico; Arqueologia comunitária; Morro da Queimada; Gestão compartilhada.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir aspectos conceituais e metodológicos de projetos arqueológicos e museológicos em curso na Serra de Ouro Preto. Esses projetos integram um programa de colaboração entre o *Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários da Universidade Federal de Ouro Preto* (LAPACOM) e o *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto*. O programa visa ao desenho e realização de ações patrimoniais junto às comunidades que habitam o entorno do *Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada*.

O Morro da Queimada é tomado por um conjunto expressivo de ruínas historicamente associadas às atividades mineradoras iniciadas na região no século XVIII. O sítio arqueológico homônimo hoje figura como expressão da diversidade tecnológica e social que caracterizou as primeiras ocupações daquele território (Figuras 1 e 2).

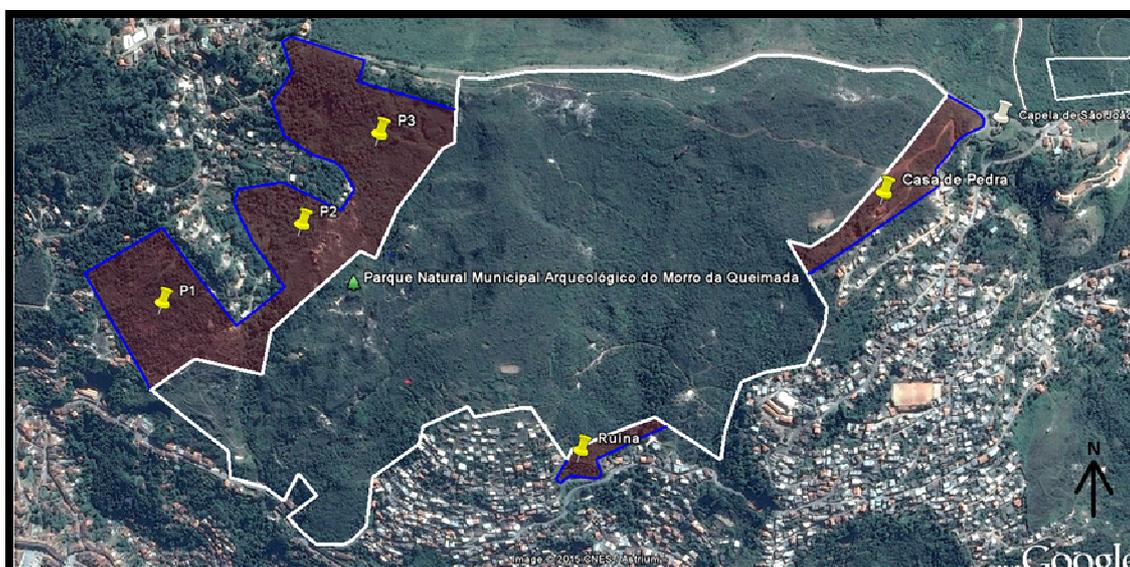


Figura 1 - Inserção do *Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada* no contexto urbano do município de Ouro Preto - Serra de Ouro Preto. Foto: Marcia Arcuri, 2016

Trata-se de um entre vários sítios arqueológicos identificados no complexo da Serra de Ouro Preto, localizado no coração de um território hoje ocupado por alguns dos bairros mais carentes do município: Morro da Queimada, Morro Santana, Morro São João e

Morro São Sebastião. Entre muitos exemplos que permaneceram por décadas entre os patrimônios “esquecidos” de Ouro Preto, o Morro da Queimada está inserido no contexto de tombamento municipal do referido parque e integra os bens culturais de Ouro Preto que foram listados pela UNESCO como patrimônio da humanidade (Figura 3).



Figura 2 - Ruínas arqueológicas do Morro da Queimada associadas às atividades de mineração do século XVIII. Foto: Marcia Arcuri, 2016



Figura 3 - Vista para o centro histórico de Ouro Preto a partir do Morro da Queimada. Foto: Marcia Arcuri, 2016

A Serra de Ouro Preto é o território onde floresceu a antiga Villa Rica, província fundada em 1711. Localizada em um ecótono de transição entre a Zona da Mata e o Cerrado, é constituída por um território repleto de marcadores paisagísticos, dentre os quais se destaca o Pico do Itacolomi.

Quando chegaram à localidade tendo como referência o Pico do Itacolomi (Figura 4), os Bandeirantes confirmaram o potencial de mineração de ouro previamente relatado por viajantes. Ali se deu, então, o primeiro assentamento da região, em torno de 1689, batizado como Arraial do Ouro Podre. Também naquele entorno foram erigidas as primeiras capelas do município, espaços que hoje congregam as comunidades católicas dos bairros Morro São João e Morro Santana. Ambas foram construídas em torno de 1720, período que coincide com a ocorrência de um levante de ordem econômico-fiscal, em resistência à taxaço imposta pela administração portuguesa, a Sediço de Vila Rica (GUIMARÃES, 2010, p.38). O Arraial do Ouro Podre foi destruído pelo fogo naquele evento, passando a ser conhecido como “Morro da Queimada”. Hoje, as ruínas arqueológicas, o Pico do Itacolomi e as capelas de São João e Santana compõem a paisagem cultural que circunscreve os testemunhos do florescimento de Ouro Preto.

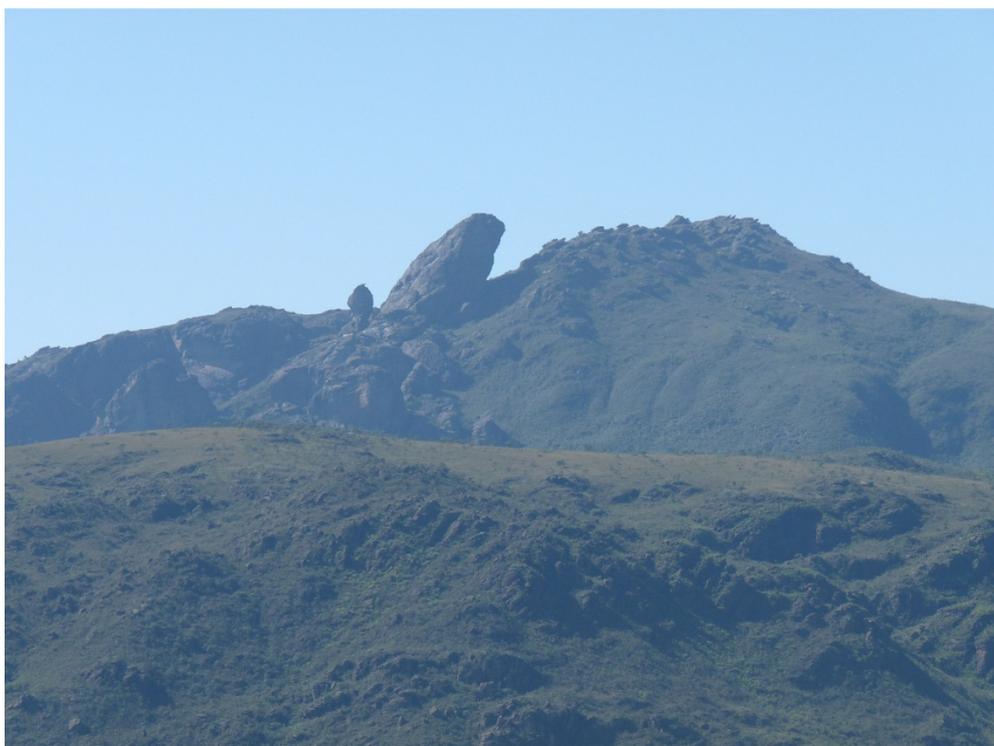


Figura 4 - Pico do Itacolomi visto a partir do Morro da Queimada. Foto: Marcia Arcuri, 2016

Apesar de seu inegável referencial cultural (vinculado às origens das cidades históricas mineiras), esta parte da cidade tem sido mantida aparte das rotas turísticas, mesmo diante da intensa visitação nacional e internacional para a cidade durante todo o ano. Historicamente, a administração pública do município dedicou pouca ou quase nenhuma atenção ao patrimônio arqueológico, à biodiversidade e às potencialidades culturais intangíveis da Serra de Ouro Preto, ainda que o território compreenda parcela significativa da poligonal da área patrimonial, como já mencionado.

Este é o cenário em que o *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto* e o LAPACOM /DEMUL / UFOP procuram articular suas ações, com o objetivo de promover o entrelaçamento de metodologias próprias da Museologia Comunitária e da Arqueologia Colaborativa no sentido de reforçar as identidades locais, a pertença, bem como o reconhecimento pessoal e coletivo do patrimônio cultural.

Nossas ações pautam-se na tríade espaço vivido (território) / indivíduo (sociedade) / memória (herança) (GUARNIERI, 1990), na expectativa de que os agentes externos (no caso, os pesquisadores do LAPACOM) e as comunidades participem de ações pretexto (VARINE-BOHAN, 1987, 2012) mutuamente construídas. Em médio e longo prazo, essas ações têm o potencial de ativar processos museológicos promotores da aproximação entre o indivíduo, sua comunidade e o ambiente (Figura 5). Esses processos contribuem para a suavização de tensões e para o enfrentamento das demandas de desenvolvimento urbano e os consequentes impactos socioculturais. Nesse sentido, as ações pretexto justificam-se como uma forma de engajar as comunidades em processos criativos e colaborativos, entendendo-as como agentes interessados nos aspectos afetivos e cognitivos suscitados pela memória individual e coletiva de seus territórios. Ao conectar o presente à memória, a arqueologia e a museologia comunitária atuam como ferramentas para se acessar o passado por meio de ações alimentadas por sentidos e significados próprios das comunidades.



Figura 5 - Atividade de desenho de perfil junto aos alunos do Departamento de Museologia da UFOP que despertou interesse das crianças da comunidade durante a preparação das festividades de celebração do dia de São João na capela do Bairro São João, localidade em que foi rezada a primeira missa na chegada dos Bandeirantes. Foto: Marcia Arcuri, 2016

Os programas de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo LAPACOM no Morro da Queimada seguem a premissa de que os museus, por extensão de seus pressupostos, são espaços propícios à participação ativa de diferentes públicos. Devem, por isso, ocupar-se da polissemia de conceitos como educação, cultura, memória, patrimônio e identidade. São instituições que precisam, inclusive, estar atentas à relação intrínseca entre tais conceitos, sendo esses fundamentais aos processos de formação, informação, e comunicação, bem como na reunião de amplos repertórios e experiências que produzem conhecimentos. Da compreensão desta cadeia de significados despontam as múltiplas leituras que podem ser feitas sobre o patrimônio arqueológico do Morro da Queimada, por meio das ações em curso.

A Fluidez das Fronteiras: paisagens em fluxo

O *Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada* concentra recursos essenciais do território: estrutura, pessoas, conhecimento local, bem como ativos materiais e imateriais do patrimônio cultural (VARINE-BOHAN, 2012).

Inserido no território da Serra de Ouro Preto, o Parque é representativo em meio a um amplo complexo arqueológico que resultou de distintos processos de ocupação, que inicialmente se deram frente às demandas da mineração, a partir de fins do século XVII. O Morro da Queimada foi um expoente das atividades de extração de ouro no período colonial brasileiro; concentrou, em seu período de maior produtividade, uma diversidade de tecnologias de extração e, conseqüentemente, de dinâmicas sociais. A história de ocupação da área revela um cenário de contatos interétnicos que resultou da variada proveniência dos escravos envolvidos nas atividades de mineração.

Hoje o sítio arqueológico resguarda estruturas bem preservadas do complexo sistema de poços de mineração coloniais, tais como galerias, barragens, canais, segmentos e túneis, bem como de pequenas e grandes residências. A pesquisa arqueológica da área potencializa a compreensão “de padrões de vida material, da economia, das dinâmicas sociais, das cosmologias e religiosidade, da construção e reconstrução das identidades, e da agência das populações vinculadas à diáspora africana (SYMANSKY, 2012, p.310).

Apesar de ainda não ter sido escavado, o sítio arqueológico Morro da Queimada tem atraído muita atenção por parte dos diferentes atores sociais interessados em seu potencial científico, turístico e patrimonial. Ele tem sido o foco de uma série de oportunidades discursivas, incluindo grande número de discussões relativas à sua pesquisa e gestão, principalmente no âmbito e competência do poder público e da pesquisa acadêmica. O leque de ações e propostas abrange desde a recuperação de conhecimento sobre os processos tecnológicos e históricos vinculados às atividades da mineração até a proteção dos recursos naturais e bens culturais, materiais e intangíveis, ameaçados pela ocupação irregular. Mesmo diante da identificação de muitas iniciativas, gestores públicos vêm falhando em demonstrar a maturidade necessária para estabelecer critérios objetivos para a orientação do acesso, do uso público, ou mesmo do interesse “científico”, da área protegida. Entre todas as possibilidades para discutir a gestão deste território, o que observamos é a ausência absoluta de participação social representativa, especialmente com relação às comunidades que ocupam os arredores dos limites do parque. Assim, o desafio atual, além de criar mecanismos eficientes de preservação, reside na inovação de práticas utilizadas para identificar e significar o registro arqueológico.

Nesse sentido, os projetos arqueológicos desenvolvidos no Morro da Queimada pelo LAPACOM seguem referencial teórico-metodológico atento aos enfoques da museologia comunitária, com ênfase nas múltiplas formas que povos contemporâneos podem

apropriar-se simbólica ou politicamente do registro arqueológico (p.expl. FUNARI, 1993; MENESES, 1998; BRUNO, 1999, 2002, 2005; CÂNDIDO, 2004, PELEGRINI, 2006; FERREIRA, 2008; CARNEIRO, 2009; WICHERS, 2010; LIMA, 2011; SILVA, 2011, 2015). O nosso principal objetivo é sensibilizar as pessoas em relação ao seu papel nos processos de acesso e construção de memórias coletivas; as ações propostas voltam-se à ampliação do espaço para narrativas pessoais e subjetivas que, em contexto, revivam as ruínas arqueológicas a partir de histórias pessoais e coletivas sobre o uso daquele espaço. Universitários - bolsistas e voluntários dedicados a programas de extensão e de iniciação científica - vêm sendo orientados a desenvolver mecanismos diversificados de abordagem junto às lideranças das comunidades da Serra de Ouro Preto, a fim de criar processos mais horizontais de identificação dos públicos alvo com os quais procuramos acessar e interpretar as referências arqueológicas e paisagísticas.

Na primeira etapa do trabalho optamos por não envolver procedimentos de prospecção interventiva ou escavação arqueológica, pois acreditamos que é essencial priorizar a aproximação e o diálogo antes de desenhar e projetar questões. Essa estratégia visa identificar os potenciais de pesquisa e as demandas de gestão do patrimônio arqueológico, observando inclusive suas fragilidades, também pela ótica das comunidades (e não apenas dos agentes já interessados na gestão desses bens públicos). Esperamos, dessa forma, avançar em sincronia com as demandas das comunidades.

Premissas para Ações Futuras

A ação comunitária desenvolvida ao longo de dez anos de trajetória do *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto* reflete uma metodologia de construção do conhecimento que busca maior horizontalidade nas relações entre os agentes envolvidos. Desta forma, as interfaces de atuação entre um ecomuseu e um laboratório de pesquisa (LAPACOM), são orientadas na direção da expansão da diversidade de áreas do conhecimento.

No Brasil, as universidades e fundações de pesquisa são responsáveis, quase que exclusivamente, pela produção de conhecimento científico. No entanto, quando trilhamos caminhos complementares para a produção de conhecimento, observamos a parcialidade dos conteúdos produzidos exclusivamente pela ciência acadêmica, bem como sua tendência a isolar ou excluir importantes agentes dos processos de transformação.

Como proposta alternativa, a colaboração entre o *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto* e o LAPACOM considera um desafio à produção científica apoiar-se em metodologias que organizam a geração de conhecimento de forma mais simétrica, ainda que a simetria absoluta nos pareça utópica. Evitando classificações que qualificam ou diferenciam os níveis de informação, por exemplo, como superiores ou inferiores, buscamos alcançar processos de produção de conhecimento em que distintas noções de “cultura” possam coexistir no contexto em que se insere a pesquisa. Nas relações de construção do conhecimento, são considerados múltiplos meios de acesso e transmissão. Assim, como “cientistas”, buscamos reconhecer as possibilidades de conexão e legitimação do saber operado pelas chamadas “sociedades tradicionais”, por meio do diálogo com esses segmentos.

Por esta perspectiva, esperamos que o trabalho de identificação e valorização do referencial arqueológico e paisagístico do Morro da Queimada, bem como dos demais contextos da Serra de Ouro Preto, possam ser reconhecidos e significados de forma crítica e abrangente pelas comunidades que se relacionam mais diretamente com este território em seu cotidiano. Acreditamos que, desta forma, as ações de médio e longo prazo nos permitirão construir e ampliar, conjuntamente, programas voltados à gestão do patrimônio arqueológico local.

Referências

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A Museologia como uma Pedagogia para o Patrimônio. *Ciências e Letras*, v. 31, p. 87-97, 2002.

_____. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, p. 235-247, 2005.

_____. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. *Tese (Doutorado)*, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, 1999. Orientador: Prof. Dr. José Luiz do Morais.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Arqueologia musealizada: Patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha. *Dissertação (Mestrado)*, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, 2004. Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Funari.

CARNEIRO, C. G. Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia. *Tese (Doutorado)*, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, L. M. Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural. *Revista Arqueologia Pública*, p. 81-92, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo de A.. Memória histórica e cultura material. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25/26, p. 17-31, 1993.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos Museológicos*, v. 3, p. 7-12, 1990.

GUIMARÃES, C. M.; MOREIRA, M. G.. Rebelião nas Minas e Arqueologia (Minas Gerais – 1720). Simpósio de Arqueologia e patrimônio de Minas Gerais, 4º, - 3ª Reunião da SABSUDESTE, 2010, Ouro Preto. *Anais... Ouro Preto: SAB-Sudeste*, 2010.

LIMA, Tania Andrade. Cultura Material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi*, p. 11-23, 2011.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista brasileira de história*, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

SILVA, Fabíola Andréa. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. *Métis: história & cultura*, v. 8, n. 16, p.121-139, 2011. Disponível em: <[http:// www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/954/671](http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/954/671)>. Acesso em: 26 nov. 2016.

SILVA, M. A. Memórias e Histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, 2015. Orientador: Prof. Dr. Camilo Vasconcellos. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde.../MauSilvaREVISADAVols1e2.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

SYMANSKI, Luís Claudio P.; GOMES, Flávio. Arqueologia da Escravidão em Fazendas Jesuíticas: primeiras notícias da pesquisa. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl.01, p.309-317, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19s1/16.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

VARINE-BOHAN, H. de. O Tempo Social. Trad. Fernanda de Camargo-Moro e Lourdes Rego Novaes. Rio de Janeiro: Eça Editora, 1987.

WICHERS, C. A. de M.. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira*. Lisboa: ULHT, 2010.

_____. *As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012. Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/7_O%20Parque%20Arqueologico%20do%20Morro%20da%20Queimada%20em%20Ouro%20Preto_MG.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.

A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Ana Carolina Motta Rocha Montalvão*

Yacy-Ara Froner Gonçalves**

Resumo

Este artigo apresenta um recorte da dissertação intitulada “Ciência do Patrimônio: a gestão do Patrimônio Arqueológico no âmbito do Licenciamento Ambiental em Minas Gerais”, desenvolvida para obtenção do título de Mestre em Artes, na linha de pesquisa em Preservação do Patrimônio, pela Escola de Belas Artes da UFMG. Nesta pesquisa foi realizada uma análise da gestão do patrimônio arqueológico coordenada pelo IPHAN, bem como as responsabilidades dos demais agentes envolvidos, usando como base conceitual os teóricos da Conservação, as recomendações internacionais e a legislação nacional. Como resultado, foram identificados os pontos chave para a preservação do patrimônio e quais as modificações previstas pela implementação da Instrução Normativa 01/2015. A partir de então, propõe-se uma reflexão acerca de como a alteração dos procedimentos e exigências por parte do IPHAN e a atuação multidisciplinar dos demais envolvidos no Licenciamento Ambiental poderá alterar a qualidade da gestão do Patrimônio Arqueológico.

Palavras-chave: Gestão; Preservação; Patrimônio; Arqueologia Preventiva

Introdução

A Arqueologia é a ciência que estuda as sociedades humanas através da análise e interpretação dos vestígios culturais e seus contextos. A partir do conhecimento do

* Mestre em Artes Visuais pela UFMG; Bacharel em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis pela UFMG. Desenvolve pesquisas em conservação, restauro, documentação e gestão do Patrimônio Cultural, tendo participado de projetos práticos e teóricos no Brasil e em Portugal. Atualmente, está como Diretora de Gestão de Acervos Museológicos na Superintendência de Museus e Artes Visuais da SEC-MG. Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte, Brasil - ana.montalvao@outlook.com

** Possui graduação em História pela UFOP, mestrado em História Social e doutorado em História Econômica, com ênfase em patrimônio cultural, ambos pela USP. É especialista em restauração pelo CECOR e em conservação de acervos pelo The Getty Conservation Institute. Atualmente é professora associada da EBA-UFMG, atuando no Curso de Artes Visuais e no Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis. É vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Artes da EBA-UFMG e ao Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela EA-UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte, Brasil.

passado são estabelecidos os laços de identidade que contribuem para a compreensão do presente e construção do futuro. Por esse motivo, todos os objetos e sítios arqueológicos são considerados, no Brasil, Patrimônio da União, cabendo ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a regulamentação das pesquisas e a salvaguarda do Patrimônio Arqueológico. Para garantir a preservação dos bens, a pesquisa arqueológica passou a ser exigida nos processos de Licenciamento Ambiental dos empreendimentos que promovem interferências no solo, sendo conhecida como Arqueologia Preventiva por prevenir possíveis danos ao Patrimônio. Um dos principais desafios identificado nesse processo é garantir que os interesses dos empreendedores não se sobreponham às necessidades da metodologia e do cronograma das atividades, visando a qualidade da pesquisa, da conservação dos acervos gerados e da extroversão para a sociedade.

Patrimônio Arqueológico no Licenciamento Ambiental

Diante de sua missão em preservar o patrimônio cultural brasileiro, o IPHAN passou a estabelecer procedimentos para a salvaguarda do patrimônio arqueológico. Uma das primeiras ações do órgão refere-se a publicação da lei 3924 de 1961, que determina que todos os monumentos arqueológicos ou pré-históricos, mesmo aqueles ainda não manifestados e registrados, ficam sob a guarda e Proteção da União, devendo todas as escavações arqueológicas preceder de autorização federal emitida pelo Instituto.

A fim de estabelecer os procedimentos necessários para as solicitações de autorização de pesquisas, o IPHAN publicou a Portaria nº 07, em 1988. No artigo 5º da referida Portaria ficaram então definidos os itens que deveriam constar nas propostas de pesquisas, dentre os dados da equipe, informações da área a ser trabalhada, sumário do plano de trabalho, documentos de identificação, provas de idoneidade financeira e instituição científica apoiadora.

No que se refere a preservação do patrimônio, aparece no primeiro parágrafo deste artigo a obrigatoriedade de apresentação de garantias quanto à execução da pesquisa e à guarda do material arqueológico. Tal exigência passou então a ser cobrada através da apresentação do endosso financeiro, onde o empreendedor se compromete a arcar com todos os custos da pesquisa e o endosso institucional, onde uma instituição deveria garantir a guarda do material escavado. Na íntegra do documento, o inciso VII indica que tal endosso deve ser emitido por “instituição científica”.

Na definição das exigências para o projeto inicial já é possível notar a preocupação com a utilização futura do material e sua função social (fins científicos, culturais e educacionais), contemplando a divulgação da pesquisa, respaldada por uma instituição científica reconhecida.

Foi definido que após o cumprimento das exigências iniciais, o IPHAN publicaria no Diário Oficial da União uma Portaria contendo a autorização para execução da pesquisa arqueológica, informando a fase da investigação, o prazo previsto para sua execução, o nome dos arqueólogos coordenadores, o empreendimento em licenciamento e a instituição científica endossante.

Os relatórios parciais da execução dos projetos deveriam então contemplar os itens listados no Artigo 11 da mesma Portaria, onde lê-se:

- I - Cadastro, segundo formulário próprio, dos sítios arqueológicos encontrados durante os trabalhos de campo;
- II - Meios utilizados durante os trabalhos, medidas adotadas para a proteção e conservação e descrição do material arqueológico, indicando a instituição responsável pela guarda e como será assegurado o desenvolvimento da proposta de valorização do potencial científico, cultural e educacional;
- III - Planta(s) e fotos pormenorizadas do sítio arqueológico com indicação dos locais afetados pela pesquisa e dos testemunhos deixados no local;
- IV - Foto do material arqueológico relevante;
- V - Planta(s), desenhos e fotos das estruturas descobertas e das estratigráficas reconhecidas;
- VI - Planta(s) com indicação dos locais onde se pretende o prosseguimento das pesquisas em novas etapas;
- VII - Indicação dos meios de divulgação dos resultados (Art. 11, Portaria SPHAN 07/88).

Com exceção do inciso VI, que considera a continuidade das pesquisas, o relatório final deve contemplar todos os itens do Artigo 11 e ainda, conforme Artigo 12:

- I - Listagem dos sítios arqueológicos cadastrados durante o desenvolvimento do projeto;
- II - Relação definitiva do material arqueológico recolhido em campo e informações sobre seu acondicionamento e estocagem, assim como indicação precisa do responsável pela guarda e manutenção desse material (Art. 12, Portaria SPHAN 07/88).

Dessa forma, como resultado final das pesquisas em Arqueologia Preventiva, passa a ser exigido a preservação adequada dos objetos pelo Artigo 11, inciso II e Artigo 12, inciso III. Para controle de gestão e combate ao tráfico ilícito, aparecem como ferramentas, o inciso IV do Artigo 11 e os incisos II e III do Artigo 12, descritos acima.

Nota-se que nesse momento, a instituição exigida passa a ser descrita apenas como “responsável pela guarda e manutenção”, não sendo mencionada novamente como “instituição científica”. As diferentes formas de descrição para se referir a instituição desejada podem indicar o motivo pelo qual desde a publicação dessa Portaria foram aceitos endossos tanto de instituições científicas como de locais com funções diversas que se responsabilizaram pela guarda dos materiais¹. Também não são exigidos, nos relatórios parciais e finais, os comprovantes das ações de “valorização do potencial científico, cultural e educacional”, nem da divulgação das “informações científicas obtidas”, conforme solicitado no projeto original.

Em 2002, a fim de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais às fases da pesquisa arqueológica, foi emitida a Portaria IPHAN nº 230, que passou a indicar o nível de informação exigida em cada etapa, para todas as pesquisas de Arqueologia Preventiva.

Para a fase de licença prévia do empreendimento pede-se o levantamento arqueológico de campo, prevendo levantamento prospectivo de sub-superfície. Como resultado o relatório deve apresentar a situação atual do patrimônio arqueológico e avaliação de impactos. Posteriormente, devem ser elaborados programas de prospecção e resgate compatíveis com as próximas fases do Licenciamento.

Na fase de licença de instalação deve ser implantado o programa de prospecção prevendo prospecções intensivas na área de influência direta do empreendimento estimando a quantidade de sítios existentes, a diversidade cultural e o grau de preservação dos depósitos arqueológicos para detalhamento do programa de resgate.

Durante a fase de licença de operação, quando já ocorrem as obras de engenharia, deve ser executado o Programa de Resgate Arqueológico, contemplando os trabalhos de salvamento nos sítios identificados, “por meio de escavações exaustivas, registro detalhado de cada sítio e de seu entorno, coleta de exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico” (Portaria IPHAN nº 230/2002, Artigo 6º § 1º).

Neste momento, o caráter destrutivo da Arqueologia é reconhecido pelo Parágrafo segundo do Artigo 6º, onde a produção de conhecimento é apontada como uma contrapartida à perda dos sítios arqueológicos.

¹ D.O.U. Nº 148, sexta-feira, 2 de Agosto de 2013. Seção 1 – Anexo 1/21. Apoio Institucional concedido ao CCB – Cimpor Cimentos do Brasil. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=15&data=02/08/2013>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

§ 2º - o resultado esperado é um relatório detalhado que especifique as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresente os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre a arqueologia da área de estudo. Assim, a perda física dos sítios arqueológicos poderá ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional (Portaria IPHAN nº 230/2002, Artigo 6º).

A necessidade de preservação dos objetos é ressaltada nessa Portaria, exigindo ações de conservação, estudo, acondicionamento e educação patrimonial, deixando clara a responsabilidade do empreendedor em arcar com estes custos.

§ 7º - o desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma.

§ 8º - no caso da destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda destes vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso (Portaria IPHAN nº 230/2002, Artigo 6º)².

Definindo ainda mais o perfil da Arqueologia Preventiva, é publicada a Portaria Interministerial nº419, em 26 de outubro de 2011, que regulamenta a atuação de todos os órgãos envolvidos no Licenciamento ambiental a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. Conforme o Artigo 6º, inciso III, desta Portaria, cabe ao IPHAN:

III - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN - Avaliação acerca da existência de bens acautelados identificados na área de influência direta da atividade ou empreendimento, bem como apreciação da adequação das propostas apresentadas para o resgate (Portaria Interministerial nº419, em 26 de outubro de 2011).

Nessa Portaria, a atuação do IPHAN limita-se a identificar a presença de bens acautelados e coordenar as ações de resgate. Não são estabelecidas ações para o caso da identificação de bens que não possam ser “resgatados”, não são previstas ações de preservação *in loco*, bem como não é apontada a possibilidade de modificação do

² Os parágrafos 7º e 8º citados, correspondem aos parágrafos 3º e 4º, na sequência do Artigo. No entanto, a Portaria foi publicada com erro de numeração e a citação apresenta a forma exata da referência.

traçado do empreendimento ou qualquer outra medida que priorize a preservação do sítio.

A partir dessa leitura, todas as tentativas de intervenções do IPHAN para promover a preservação do patrimônio, garantidas em outras legislações e tratados internacionais, passam a ser vistas como inconvenientes, perturbadoras e desnecessárias³ perante a necessidade do desenvolvimento e do progresso, representados pela implantação dos empreendimentos.

A Gestão do IPHAN e Demais Agentes Envolvidos na Preservação

Como desenvolvimento prático da pesquisa, foram analisados todos os Processos de Licenciamento Ambiental que chegaram a fase de Licença de Operação, correspondente ao resgate arqueológico, no Estado de Minas Gerais. Para compreensão do trâmite completo foram considerados somente aqueles que enviaram relatório de resgate e foram analisados pelo IPHAN, sendo posteriormente arquivados no Centro de Documentação e Informação (CDI). Todas as Instituições de pesquisa que endossaram esses processos e possuíam sede em Minas Gerais foram visitadas a fim de diagnosticar as condições de documentação, guarda e exposição dos acervos.

Com base nos dados quantitativos e qualitativos obtidos, foi possível identificar quatro problemas chave na gestão do patrimônio arqueológico pelo IPHAN: Documentação interna; gestão dos Sítios e Coleções Arqueológicas; parâmetros das Instituições parceiras e exigências quanto à Educação Patrimonial.

O problema na documentação interna refere-se a fragmentação dos Processos, seja pela ausência de atas de reuniões, fichas de CNSA, relatórios ou contatos via e-mail, seja pela metodologia adotada que optou por armazenar os documentos em Processos distintos. Nota-se ainda a falta de procedimentos para registros dos documentos no setor responsável. A inexistência de critérios para definição das informações que devem conter nos títulos, bem como erros de ortografia e ausência de vocabulário controlado dificultam a busca por termos nos campos livres.

A normatização da estrutura, da sintaxe e da terminologia - também denominada de vocabulário controlado, vem sendo empregada nos sistemas de documentação mesmo antes da informação, porém, com o

³ Visão defendida por Dvořák.

advento do uso de computadores e a automação dos sistemas, essa normatização se tornou indispensável (PANISSET, 2011 p.64)

No que se refere à preservação de Sítios Arqueológicos, não foi possível realizar uma análise dos protocolos de gestão, uma vez que esta pesquisa optou pelo recorte de Processos que já estivessem na fase de salvamento. Sendo assim, a avaliação de preservação ou resgate dos sítios, teoricamente, ocorreu nas fases anteriores de diagnóstico e prospecção.

Com relação às coleções arqueológicas, a pesquisa documental, realizada em 2014, apontou a falta de exigência, por parte do IPHAN, de inventários ou arrolamentos dos materiais resgatados, demonstrando o desconhecimento do órgão quanto aos acervos gerados dos resgates. A pesquisa de campo, em consonância, demonstrou que as instituições de pesquisa e guarda também não possuem seus acervos documentados. Tais instituições não são capazes de informar os acervos que possuem sob sua guarda nem os Processos de licenciamento ambiental responsáveis pelos resgates.

No que se trata dos parâmetros de Conservação Preventiva existente nas instituições científicas endossantes, não foram verificadas condições mínimas para a salvaguarda do acervo. As questões básicas de higiene, organização, documentação e segurança estão longe de ser alcançadas. Apesar do IPHAN-MG vir realizando vistorias periódicas nas principais instituições do estado e indicar algumas melhorias para a Conservação dos acervos, não existem parâmetros mínimos estabelecidos para que sejam exigidos de forma enfática.

Por fim, a análise da Educação Patrimonial indicou que esta demanda encontrava-se ainda mais desestruturada. Alguns projetos não apresentaram proposta de EP, outros não apresentaram os resultados da EP e outros, mesmo tendo apresentado a proposta e o relatório de EP, não tiveram os mesmos mencionados nos pareceres. Nas visitas técnicas realizadas, a situação da extroversão dos acervos se apresenta semelhante a encontrada nos documentos. Poucas exposições e pouca qualidade nas exposições existentes.

Modificações Previstas na Instrução Normativa 01/2015

Até o início de 2015, o procedimento do IPHAN para sua atuação no Licenciamento Ambiental ocorria da seguinte forma: o empreendedor iniciava seu processo de

Licenciamento junto aos Órgãos Ambientais responsáveis e só protocolava o procedimento junto ao IPHAN quando exigido por estes órgãos ou ao seu critério. Havia a argumentação de que só seriam obrigatoriamente submetidos à análise do IPHAN os empreendimentos que obtinham licenças por fases (LP, LI e LO⁴), por ser assim compatibilizada das fases de pesquisa arqueológica, segundo a Portaria IPHAN 230/2002.

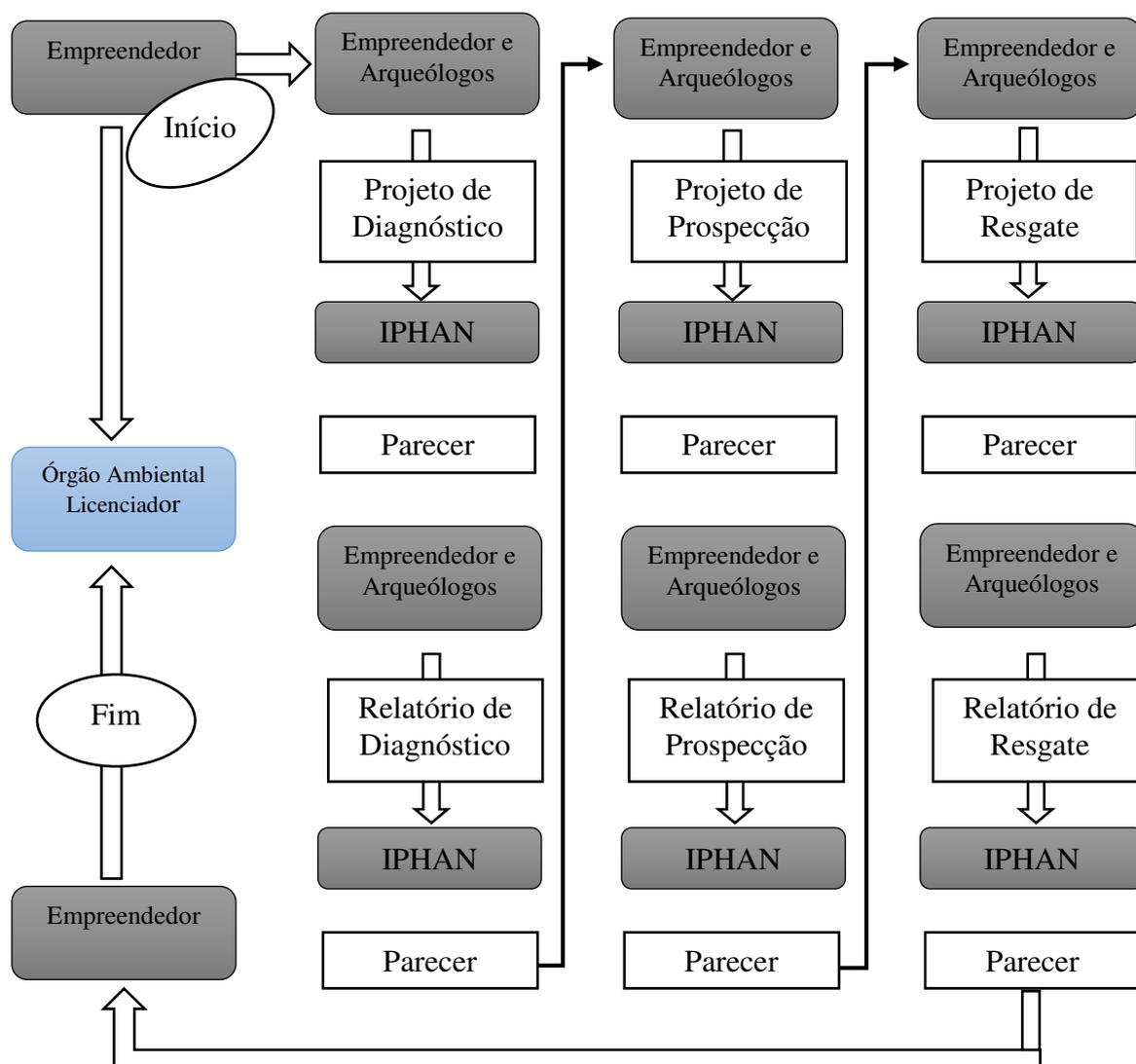
Nesse sentido, não era exigido de vários empreendimentos a anuência do IPHAN no Licenciamento. Algumas vezes esses empreendimentos causaram danos ao Patrimônio e foram denunciados, iniciando o procedimento no IPHAN após o início das obras. Eventualmente, acredita-se que podem ter ocorrido danos que sequer foram registrados.

Ao ser notificado da necessidade de anuência do IPHAN para fins de “Avaliação dos impactos provocados pela atividade ou empreendimento nos bens culturais acautelados, bem como apreciação da adequação das propostas, de medidas de preservação, de controle e de mitigação decorrentes desses impactos” (Portaria Interministerial 419/2011), o arqueólogo, ou a empresa de arqueologia, ou o próprio empreendedor dava entrada no IPHAN com o Projeto de Pesquisa, seguindo as instruções das Portarias 07/88 e 230/2002. Todas as informações sobre o empreendimento, dimensões, ADA, AID, AII⁵, fase do Licenciamento, etc, eram passadas ao IPHAN pelos interessados que protocolaram os documentos do projeto.

Uma vez aprovado pelo técnico da Superintendência, o projeto era enviado ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA) para publicação de Portaria no Diário Oficial da União, com prazo especificado para conclusão. Após o final da pesquisa, os interessados enviavam ao IPHAN o relatório das atividades que era analisado e aprovado, reprovado ou solicitadas complementações pela Superintendência.

⁴ Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO)

⁵ Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Influência Direta (AID), Área de Influência Indireta (AII).



Fluxograma 1 - Procedimentos realizados até 2015

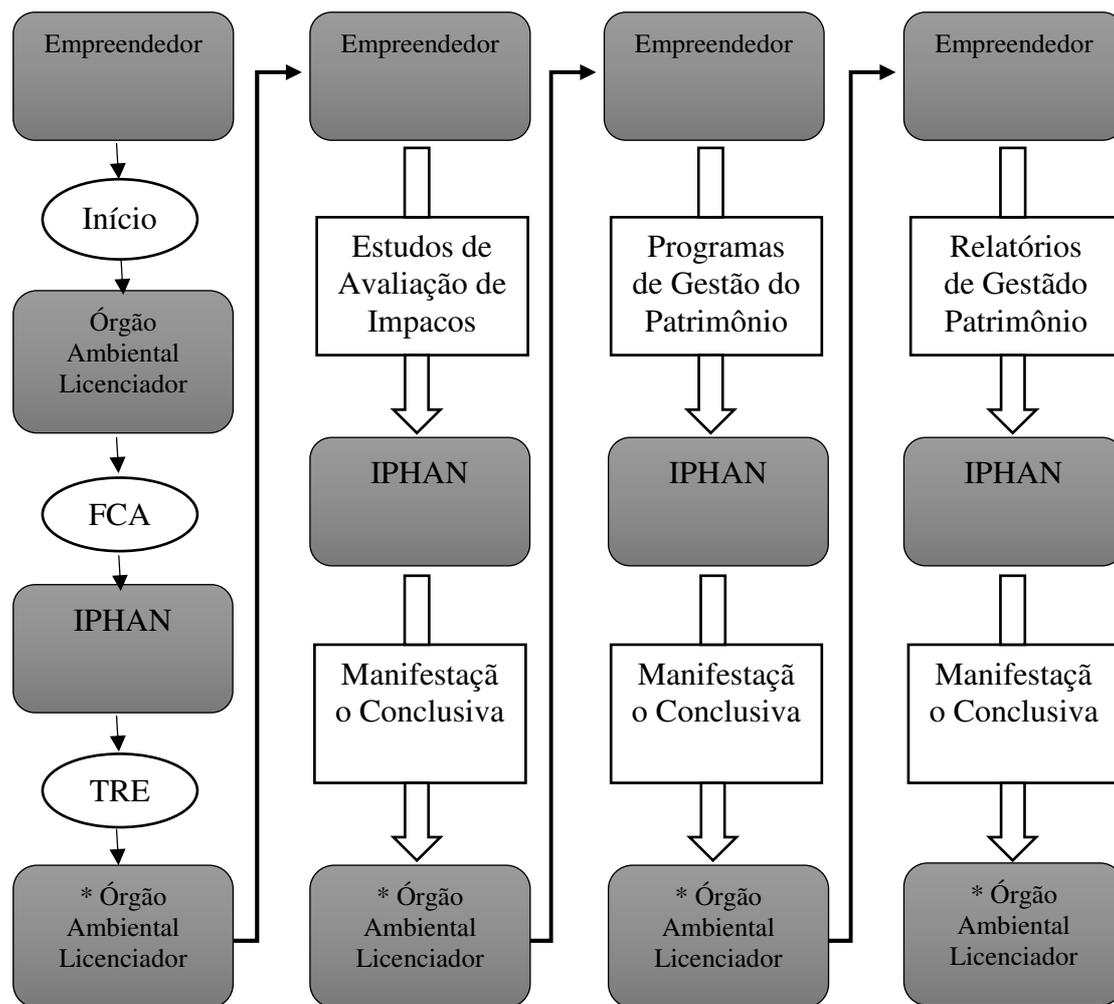
Observa-se que não existia diálogo entre os pares, ou seja, o IPHAN não se relacionava diretamente com os órgãos licenciadores ao longo do processo. Tal situação poderia gerar desgaste nas relações políticas e institucionais contribuindo para o enquadramento do IPHAN enquanto “instância perturbadora” dos processos de desenvolvimento. O fluxograma abaixo apresenta esse trâmite.

Com a Instrução Normativa (IN) N°01, de 25 de Março de 2015, o procedimento de atuação do IPHAN no Licenciamento ambiental foi alterado para o seguinte cenário:

1. O Empreendedor inicia o Licenciamento no Órgão Licenciador;
2. O Órgão Licenciador envia ao IPHAN a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA);

3. O IPHAN irá emitir, ao órgão licenciador, o Termo de Referência Específico (**TRE**), contendo as exigências da pesquisa (caracterizadas pelos **Termos de Compromisso e Avaliações de Impacto** de todas as tipologias de bens);
4. O órgão licenciador deverá solicitar manifestação do IPHAN quanto aos estudos realizados;
5. O IPHAN emite manifestação conclusiva ao órgão licenciador, referente aos estudos de avaliação de impacto realizados, com cópia aos interessados, apontando ao prosseguimento do Licenciamento ou eventuais impedimentos (medidas mitigatórias, compensatórias, programas ou condicionantes) que passarão a integrar o Plano Básico Ambiental (**PBA**) ou documento equivalente para a próxima etapa do Licenciamento (correspondente à licença de instalação);
6. O órgão licenciador deverá solicitar manifestação do IPHAN quanto às medidas indicadas no PBA ou documento equivalente (caracterizadas pelos **Programas de Gestão** de todas as tipologias de bens, com base nas avaliações realizadas);
7. O IPHAN emite manifestação conclusiva ao órgão licenciador, com cópia aos interessados, mediante aprovação dos Programas de Gestão, apontando ao prosseguimento do Licenciamento ou eventuais impedimentos (medidas ou condicionantes) que passarão a ser exigida na próxima etapa do Licenciamento (correspondente à licença de operação);
8. O órgão licenciador deverá solicitar manifestação do IPHAN quanto ao cumprimento das demandas geradas pelos Programas de Gestão;
9. O IPHAN emite manifestação conclusiva ao órgão licenciador, referente a análise dos **Relatórios de Gestão**, com cópia aos interessados, apontando ao prosseguimento do Licenciamento ou eventuais impedimentos (medidas ou condicionantes).

O fluxograma abaixo apresenta um esquema dos novos trâmites seguidos pelo IPHAN:



* O Órgão Ambiental Licenciador consolida as informações enviadas por todos os órgãos envolvidos e dá prosseguimento às etapas do Licenciamento ambiental junto ao empreendedor.

Fluxograma 2 - Procedimentos indicados pela Instrução Normativa 01/2015

Cada uma dessas ações envolve diversas análises, documentos e demandas que deixam as exigências quanto ao Patrimônio muito mais detalhadas e formalizadas do que era antes da instrução normativa.

A caracterização do empreendimento que era feita, sem normatização, no Projeto de Diagnóstico, passa a ser enviada por meio da **FCA**, que deve conter:

- a) os principais elementos que caracterizam a atividade ou o empreendimento;
- b) a área de localização da atividade ou empreendimento, com as coordenadas geográficas e o shapefile;
- c) a existência de intervenção em terra indígena ou terra quilombola, observados os limites definidos pela legislação;

- d) a intervenção em bem cultural acautelado, considerada a área de influência direta da atividade ou do empreendimento;
- e) a intervenção em unidade de conservação, compreendendo sua respectiva zona de amortecimento;
- f) as informações acerca da justificativa da implantação do projeto, de seu porte, da tecnologia empregada, dos principais aspectos ambientais envolvidos e da existência ou não de estudos, dentre outras informações; e
- g) a existência de municípios pertencentes às áreas de risco ou endêmicas para malária (Inciso III, Art. 2º, Portaria Interministerial Nº 60 de 24 de Março de 2015).

Uma vez instado a se manifestar pelo órgão licenciador o IPHAN irá: determinar o técnico para análise da **FCA**, ou documento equivalente; definir o enquadramento do empreendimento, conforme ANEXOS I e II da Instrução Normativa 01/2015; inscrever e priorizar a área do empreendimento em Banco de Dados do CNA/IPHAN; e definir o Termo de Referência (TRE) aplicável ao empreendimento (Art 9º, Instrução Normativa 01/2015).

O Anexo II da referida Instrução Normativa classifica os empreendimentos por tipologia e intensidade de interferência no solo, modificando seu nível caso esteja em áreas de tombamento (área acautelada e entorno).

O Anexo I especifica cada nível e descreve os procedimentos exigidos na pesquisa, configurando o Estudo de Avaliação de Impactos, mencionados no fluxo de procedimentos, conforme Quadro 1:

Quadro 1 - Níveis dos empreendimentos e exigências para cada tipologia de bens

BENS ACAUTELADOS		
Níveis	Arqueológico	Tombados, Registrados e Valorados
I	Termo de Compromisso do Empreendedor (TCE)	Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados
II	Acompanhamento Arqueológico	
II	Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e procedimentos subsequentes	
IV	Projeto de Avaliação de <u>Potencial</u> de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e procedimentos subsequentes	
Manifestação Conclusiva do IPHAN		

Para avaliação do Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados, são exigidas, dentre outras coisas, a localização e a delimitação georreferenciada; a caracterização e avaliação da situação atual e dos possíveis impactos; a proposição de medidas para controlar e mitigar os impactos; a proposição de medidas para a preservação e salvaguarda do patrimônio acautelado; e a proposição de Projeto Integrado de Educação Patrimonial nos parâmetros indicados na própria Instrução Normativa.

Quando da manifestação conclusiva, as proposições e projetos aqui indicados passarão a contemplar o Programa de Gestão previsto para a próxima etapa, ou seja, o Programa de Gestão dos bens acautelados prevê o detalhamento das ações de preservação, salvaguarda, medidas mitigatórias, compensatórias e Educação Patrimonial. Na última fase do Licenciamento o IPHAN irá verificar o cumprimento dessas ações.

No que se refere ao Patrimônio Arqueológico, para empreendimentos com baixa interferência no solo e em áreas onde não existam sítios já cadastrados, Nível I, o empreendedor deve assinar um termo (**TCE**) se comprometendo a, em caso de achados fortuitos, suspender imediatamente as obras, conservar provisoriamente os bens encontrados, comunicar o IPHAN e aguardar sua deliberação, bem como se responsabilizar pelos possíveis custos futuros de resgate do material arqueológico. Nesses casos, para a próxima etapa do Licenciamento será exigido o Projeto de Salvamento Arqueológico, seguido de respectivo relatório. Destacam-se as seguintes exigências:

- I - Relatório técnico-científico contendo:
 - a) descrição circunstanciada das operações realizadas;
 - b) resultados da análise e interpretação dos bens arqueológicos resgatados;
 - c) resultados da avaliação do estado de conservação dos materiais e sítios arqueológicos; e
 - d) inventário dos bens arqueológicos relativos ao salvamento;
- II - Relato das atividades ligadas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão, bem como a apresentação do cronograma das ações futuras.
- III - Documento comprobatório de recebimento do acervo acompanhado dos respectivos relatórios, emitido pela Instituição de Guarda e Pesquisa, do qual conste a discriminação detalhada do material sob sua tutela (Art. 34, Instrução Normativa Nº 01/2015).

Passa a ser então, claramente exigidos: a entrega de inventários; a produção de conhecimento; a extroversão; o recibo de entrega do acervo na Instituição e, juntamente com o acervo, todos os relatórios de pesquisa que o acompanham, garantindo portanto

que não haja dissociação da informação e o material seja passível de outras pesquisas de qualidade no futuro.

Para os empreendimentos de Nível II, de “pequena e média interferência no solo e cujas características e dimensões sejam compatíveis com a adoção de ajustes ou medidas preventivas em campo” (ANEXO I, Instrução Normativa Nº 01/2015), é exigida a presença de um arqueólogo acompanhando as obras constantemente. Além do **TCE**, é exigido também um Termo de Compromisso do Arqueólogo (**TCA**), currículos, metodologia e cronogramas da obra e da entrega de relatórios parciais e finais.

A autorização do Acompanhamento é feita mediante publicação de Portaria no DOU. Os relatórios desse acompanhamento devem conter a descrição detalhada das atividades realizadas e fotografias georreferenciadas, além de cumprir as mesmas obrigatoriedades do Nível I em eventuais achados de material arqueológico (desde comunicado imediato, até projeto e relatório de resgate).

Em empreendimentos de média ou grande interferência no solo, grandes dimensões e pouca flexibilidade de alteração do traçado, enquadrados como Nível III, deve ser realizado o Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico que deve conter:

- I - contextualização arqueológica e etno-histórica da AID do empreendimento, por meio de levantamento de dados secundários, a partir de consulta à bibliografia especializada;
- II - proposição de metodologia de pesquisa para caracterização arqueológica da Área Diretamente Afetada - ADA, prevendo levantamento de dados primários em campo com base em levantamento prospectivo intensivo de sub-superfície;
- III - proposição das atividades de análise e conservação dos bens arqueológicos visando registrar, classificar e conservar o material arqueológico oriundo da execução do Projeto;
- IV - indicação de Instituição de Guarda e Pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico;
- V - currículo do Arqueólogo Coordenador, do Arqueólogo Coordenador de Campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada;
- VI - proposição de estratégias de esclarecimento e divulgação dos bens culturais acautelados das atividades a serem realizadas no local, destinadas à comunidade local e ao público envolvido; e
- VII - proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão (Art. 18, Instrução Normativa Nº 01/2015).

Seu respectivo Relatório deve apresentar:

- I - caracterização e avaliação do grau de conservação do patrimônio arqueológico da AID;
- II - justificativa técnico-científica para a escolha das áreas onde foi realizado o levantamento arqueológico baseado em dados primários em campo;

- III - descrição das atividades realizadas durante o levantamento arqueológico;
- IV - quantificação, localização e delimitação georreferenciadas e caracterização dos sítios existentes na ADA;
- V - apresentação da análise do material arqueológico proveniente da pesquisa;
- VI - inventário dos bens arqueológicos;
- VII - relato das atividades ligadas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão, bem como a apresentação do cronograma das ações futuras.
- VIII - ficha de registro dos sítios arqueológicos identificados, conforme modelo disponível no sítio eletrônico do IPHAN;
- IX - relato das atividades de esclarecimento desenvolvidas com a comunidade local;
- X - avaliação dos impactos diretos e indiretos do empreendimento no patrimônio arqueológico na ADA;
- XI - recomendação das ações necessárias à proteção, à preservação **in situ**, ao resgate e/ou à mitigação dos impactos ao patrimônio arqueológico que deverão ser observadas na próxima etapa do Licenciamento; e
- XII - assinatura do Arqueólogo Coordenador, responsabilizando-se pelo conteúdo do Relatório (Art. 18, Instrução Normativa Nº 01/2015).

Nesta etapa, que corresponde a obtenção da Licença Prévia, antes de quaisquer atividades de instalação, o IPHAN obterá conhecimento dos sítios existentes no local, sua devida caracterização e localização, avaliação dos impactos diretos e indiretos que o empreendimento pode causar e quais as recomendações para proteção e preservação, in situ, ou resgate e mitigação para a próxima etapa do Licenciamento.

O Programa de Gestão que deve então compor o Plano Básico Ambiental (PBA) destes empreendimentos inclui: o Projeto de Salvamento dos sítios, conforme necessidade apontada no relatório anterior; o Projeto de Monitoramento da obra nos demais locais onde não foram identificados sítios até então; o Projeto Integrado de Educação Patrimonial; a indicação da Instituição de Guarda e Pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico, bem como a metodologia de análise, interpretação e conservação dos bens arqueológicos, conforme Art. 35 da IN 01/2015. Tal Programa também será autorizado mediante publicação de Portaria no DOU. No mencionado artigo, chama a atenção o parágrafo 5º onde lê-se: “A condução das ações de análise, interpretação e conservação dos bens arqueológicos deverá ser realizada por equipe técnica devidamente qualificada” (§ 5º, Art. 35, Instrução Normativa Nº 01/2015).

Como última etapa do Licenciamento, o IPHAN irá analisar o Relatório de Gestão contendo os seguintes documentos:

- I - Relatório de Salvamento, conforme definido no inciso I do Art. 34 e nos termos do inciso I do Art. 35;
- II - Relatório técnico-científico contendo os resultados:

- a) do monitoramento arqueológico realizado na ADA;
 - b) da análise e interpretação dos bens arqueológicos encontrados;
 - c) da avaliação do estado de conservação dos materiais e sítios arqueológicos; e
 - d) do inventário dos bens arqueológicos relativos ao Programa.
- III - documento comprobatório de recebimento do acervo acompanhado dos respectivos relatórios, emitido pela Instituição de Guarda e Pesquisa, do qual conste a discriminação detalhada do material sob sua tutela;
- IV - relato das atividades ligadas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão, bem como a apresentação do cronograma das ações futuras; e
- V - Relatório Integrado de Educação Patrimonial (Art. 40, Instrução Normativa Nº 01/2015).

Os empreendimentos de Nível IV, identificados por aqueles que possuem grande interferência no solo, mas cujo traçado preciso só é definido após a fase de Licença Prévia, ou equivalente, devem apresentar um Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, autorizado via Portaria no DOU. O Relatório oriundo desta pesquisa deve indicar a necessidade de, durante a fase de obtenção de Licença de Instalação, realizar todos os demais procedimentos cabíveis aos empreendimentos de Nível III: Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e subsequente Relatório; Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e subsequente Relatório.

A Instrução Normativa 01/2015 define ainda o que se entende por Educação Patrimonial, exigindo a contemplação de todas as tipologias de bens acautelados, inclusão de profissionais da área da educação, mecanismos de avaliação e cronograma, repelindo a execução de atividades pontuais, conforme Art. 45.

O Projeto Integrado de Educação Patrimonial será desenvolvido na AID e deverá conter:

- I - definição do público alvo;
- II - objetivos;
- III - justificativa;
- IV - metodologia;
- V - descrição da equipe multidisciplinar responsável;
- VI - cronograma de execução, e
- VII - mecanismos de avaliação.

§ 1º O público alvo a que se refere o inciso I será composto por comunidades impactadas pelos empreendimentos, empregados envolvidos com o empreendimento, comunidade escolar, inclusive professores das unidades selecionadas, e gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento.

§ 2º A equipe multidisciplinar responsável pela execução do Projeto deverá, necessariamente, contar com profissionais da área da Educação.

§ 3º O cronograma poderá prever ações a serem desenvolvidas também após o início de operação do empreendimento.

§ 4º Atividades pontuais, tais como: palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, assim como atividades de esclarecimento e

divulgação, não são suficientes para caracterizar Projetos Integrados de Educação Patrimonial (Art. 40, Instrução Normativa Nº 01/2015).

Existe ainda, no documento em questão, um capítulo voltado exclusivamente para a conservação dos bens arqueológicos. Vale a pena apresentá-lo na íntegra para fins de discussão dos resultados esperados.

Art. 51. A responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos é do Arqueólogo Coordenador durante a etapa de campo e da Instituição de Guarda e Pesquisa, após seu recebimento.

Parágrafo único. Caberá ao Empreendedor executar as ações relacionadas à conservação dos bens arqueológicos decorrentes do empreendimento, incluindo, quando couber, a conservação de bens arqueológicos **in situ**, a viabilização de espaço apropriado para guarda ou a melhoria de Instituição de Guarda e Pesquisa para bens móveis (Instrução Normativa 01/2015).

Esse artigo fornece portanto o apoio legal para que sejam estabelecidas e exigidas as devidas condições de conservação nas chamadas “Instituições de Pesquisa e Guarda”. O financiamento das adequações dessas Instituições cabe ao empreendedor e portanto, essas ações não devem ser vistas como onerosas e inviáveis para os locais indicados. Observa-se ainda a restrição às Instituições que realizam pesquisa em detrimento daquelas que se configuravam, até então, como meros depósitos de acervos.

Art. 52. Os bens arqueológicos oriundos dos Projetos ou Programas previstos na presente Instrução Normativa deverão permanecer sob a guarda definitiva de Instituição de Guarda e Pesquisa localizada na unidade federativa onde a pesquisa foi realizada.

§ 1º Na ausência de instituição que atenda ao estabelecido no **caput**, caberá ao CNA, mediante requerimento, aprovar a proposta de destinação de guarda e pesquisa apresentada pelo interessado.

§ 2º Caberá ao CNA, mediante requerimento, aprovar a movimentação de acervos dentro do território nacional.

§ 3º No caso de formação de acervos museológicos locais, regionais ou nacionais, caberá ao CNA aprovar a proposta de destinação apresentada pelo responsável legal da instituição requerente.

§ 4º No caso da necessidade de análise dos materiais coletados durante a execução dos Projetos ou Programas fora da Instituição de Guarda e Pesquisa autorizada, caberá ao CNA aprovar a proposta do local de análise, sem prejuízo da sua destinação final.

§ 5º O acervo coletado durante todas as etapas da pesquisa arqueológica de um mesmo empreendimento deverá ser reunido na mesma Instituição de Guarda e Pesquisa aprovada pelo IPHAN.

§ 6º O acervo coletado durante todas as etapas da pesquisa arqueológica nos empreendimentos de que trata o § 1º do Art. 4º deverá ser reunido em Instituição de Guarda e Pesquisa aprovada pelo IPHAN, preferencialmente em cada estado de origem (Instrução Normativa 01/2015).

Este artigo combate as transferências descontroladas e desorganizadas dos acervos, onde os objetos podem ser danificados ou extraviados. O cuidado em não haver dissociação das coleções também é constatado no Parágrafo 6º, que visa reunir todo o acervo de uma pesquisa em um só local, independente da etapa relacionada à coleta, como ocorria até então.

Art. 53. A Instituição de Guarda e Pesquisa deverá apresentar ao CNA o termo de recebimento correspondente ao inventário dos bens arqueológicos apresentado pelo Arqueólogo Coordenador do Projeto ou Programa (Instrução Normativa 01/2015).

A questionada falta de conhecimento que o IPHAN possui dos acervos sob sua responsabilidade é sanada pelos termos deste artigo. Apresenta-se aqui, uma nova ferramenta de gestão e combate ao tráfico ilícito.

Art. 54. A Instituição de Guarda e Pesquisa deverá apresentar ao CNA relatórios anuais sobre os bens sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. O planejamento e a execução das atividades relacionadas à conservação de bens arqueológicos deverão ser realizados por profissional ou equipe devidamente qualificada (Instrução Normativa 01/2015).

Por fim, como demonstrado nas atividades de campo desta pesquisa, nenhuma das Instituições endossantes possuem atualmente os profissionais capacitados para conservação em seu corpo de funcionários, gerando a desorganização dos acervos, falta de monitoramento ambiental, dissociação e outros diversos tipos de danos. Este artigo fornece o embasamento legal para a exigência de contratação destes profissionais e ainda exige comprovação das ações de monitoramento por meio de relatórios anuais.

Em audiência pública, realizada em 13 de outubro de 2014 na 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) do Ministério Público Federal (MPF), foram apresentados alguns questionamentos sobre o documento que estava em análise para publicação.

Dentre os problemas apresentados pela SAB, destacam-se: a) como se daria, com a nova IN, a vinculação da pesquisa arqueológica e as etapas de Licenciamento; b) classificação dos empreendimentos por níveis; c) supressão e redução da avaliação do arqueólogo, transferindo a fase de diagnóstico para o empreendedor e d) fragmentação do empreendimento (Nota da Secretaria de Comunicação da Procuradoria Geral da República divulgada em 24 de Outubro de 2014⁶).

⁶ Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/patrimonio-cultural-em-debate-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 11 jun. 2015.

Quanto a esses tópicos observo:

- a) Apesar de não aparecerem como divisões prevaletentes, garantindo que não haja argumento de aplicação somente em casos de EIA/RIMA, as etapas de avaliação e gestão foram vinculadas às etapas do Licenciamento, atendendo a esta demanda;
- b) A classificação dos empreendimentos por níveis considera o grau de interferência no solo; a existência de bens acatrelados; as dimensões do empreendimento e a flexibilidade no traçado, se apresentando como uma poderosa ferramenta para participação do IPHAN em todos os empreendimentos.
- c) Em momento algum a fase de diagnóstico arqueológico é transferida ao empreendedor. Em todos os tipos de empreendimento onde era exigido o diagnóstico, a prospecção e o resgate, essas atividades continuam previstas e a cargo de profissionais qualificados. O único nível onde há responsabilidade somente do empreendedor, é o Nível I, onde não existem registros de sítios arqueológicos e o empreendimento irá interferir pouco no solo. Ainda assim, constatada a presença eventual de material arqueológico, o mesmo será submetido aos trâmites habituais do projeto e relatório de resgate. Continuam valendo as sanções previstas na Lei 3.924 de 1961.
- d) A fragmentação do empreendimento é ainda mais viável sem a Instrução Normativa do que com ela, pois não havia como controlar as áreas de atuação de cada um deles. Na nova Instrução Normativa, ao receber do órgão ambiental licenciador a FCA, os dados de georreferenciamento do empreendimento serão inseridos em banco de dados no Centro Nacional de Arqueologia, podendo ser facilmente identificados os empreendimentos em áreas vizinhas.

Foi amplamente debatida a previsão de “achados fortuitos”, alegando que não existe evento “fortuito” em se encontrar material arqueológico ao revirar o solo, ainda mais quando existe uma norma que prevê essas ocorrências. Levando os termos a uma análise literal, tais argumentos são cabíveis. Contudo, a exigência do TCE só acrescenta garantias à proteção do patrimônio onde esses casos ocorrem.

Desconsiderar essa eventualidade não altera o fato de que ela acontece e prevê-la em Instrução Normativa só amplia a área de atuação do IPHAN. Poderia haver ainda a discussão em torno de acompanhamento arqueológico ou avaliações de impacto, mas tais ações não se justificam em todas as áreas, daí a importância da classificação em níveis. Por exemplo, uma estrada ao ser construída teve toda pesquisa arqueológica desenvolvida em sua área de influência, no momento de sua duplicação toda essa área

já foi pesquisada. Nesse caso, o TCE previne que sejam tomadas as medidas corretas para a eventualidade de algo ter ficado para trás.

Considerações Finais

O empenho em definir procedimentos e fiscalizar os processos de gestão se deve a importância que o Patrimônio Cultural assume no desenvolvimento socioeconômico do país. Como defendido pelos teóricos da Conservação-Restauração, o Patrimônio é algo que inspira mudanças e melhorias, ele é a referência para manter o homem acima das questões materiais nesse momento em que vivemos a mercantilização dos fazeres, dos espaços e das relações.

Nesse sentido, a arqueologia preventiva, como vinha ocorrendo, caracteriza-se, adotando a visão de Brandi, como uma grande irresponsabilidade social. Não porque alguns processos não cumpriam essa ou aquela exigência, mas porque o desenvolvimento da pesquisa Arqueológica de forma isolada das demais Ciências do Patrimônio é um equívoco em sua essência. A preocupação com a “reatualização” dos bens na consciência, ou seja, a construção do conhecimento, deve começar antes do resgate e terminar muito além dele. A função social do patrimônio exige que esse conhecimento vá além dos processos protocolados no IPHAN, das publicações na academia, dos relatórios para empreendedores e órgãos ambientais para alcançar de forma efetiva as diversas camadas da sociedade.

Como bem apontado na Declaração do México, o envolvimento da sociedade não se dá apenas para seu apoio à preservação, mas porque o próprio desenvolvimento tem como seu fim último “a dignidade individual” e “a responsabilidade social”. Desenvolvimento não reside apenas na implantação e operação de empreendimentos mas, “supõe a capacidade de cada indivíduo e de cada povo de informar-se e aprender a comunicar suas experiências”. Tal pensamento ainda é ratificado na Carta de Cabo Frio e na Carta de Lausanne.

A Carta de Lausanne também destaca a necessidade de manutenção, conservação e gestão em longo prazo, pois o resgate irá violar os princípios da Preservação do Patrimônio se submeter os bens aos riscos durante o procedimento ou ao abandono após a escavação. Justamente por isso, a Carta reconhece que a Preservação deve ocorrer de “forma seletiva, uma vez que os recursos financeiros são inevitavelmente limitados”.

A associação entre Conservadores, Arqueólogos, Arquitetos, Órgãos Públicos, Instituições Museais etc., é a melhor forma de realizar uma seleção sólida e bem fundamentada para a preservação, bem como contribuir na prática da manutenção, conservação e gestão dos bens.

É interessante notar como a Instrução Normativa 01/2015 realiza esta seleção pela definição de níveis. Ao definir uma área como Nível I, o IPHAN reconhece que qualquer intervenção no solo pode danificar bens arqueológicos, contudo, por considerar estes empreendimentos como de baixa interferência, o IPHAN assume o risco e garante a sua interveniência posterior pelo TCE. Quanto maior a interferência no solo e possibilidade de sítios arqueológicos mais se aprofundam as exigências.

Considerando o caráter seletivo das pesquisas arqueológicas e que os critérios estabelecidos de significância e representatividade são mutáveis, a Instrução Normativa ainda se mostra em consonância à Carta de Lausanne ao assumir que o anexo que define os níveis de empreendimento não é estanque e pode ser alterado conforme as necessidades verificadas. Nesse ponto, se afirma novamente a necessidade de ação conjunta entre as áreas envolvidas na Preservação do Patrimônio Arqueológico a fim de comprovar e exigir tais alterações.

Ao modificar os procedimentos de gestão do patrimônio no Licenciamento Ambiental, a IN também retira o IPHAN do papel de “instancia perturbadora” como descreve Dvorák. O contato direto com os órgãos ambientais licenciadores inclui o IPHAN como parte relevante na autorização de empreendimentos que prometem desenvolvimento econômico ou social, como sugerem as Normas de Quito.

As exigências previstas no Relatório de Gestão como: Relatórios técnico-científicos; documento comprobatório de recebimento do acervo acompanhado dos respectivos relatórios, emitido pela Instituição de Guarda e Pesquisa; relato das atividades ligadas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão, bem como a apresentação do cronograma das ações futuras; e Relatório Integrado de Educação Patrimonial; além de atender às premissas da Preservação do Patrimônio, no que tange à pesquisa, conservação e difusão, também define competências e aponta a necessidade da interdisciplinaridade.

Considerando os dados quantitativos e qualitativos apresentados nos resultados dessa pesquisa e as necessidades da Gestão do Patrimônio Arqueológico, segundo as bases conceituais discutidas, o cenário atual se apresenta completamente ineficaz. Contudo, a

ferramenta da IN 01/2015, contempla todas as lacunas encontradas, seguindo as recomendações internacionais e as definições da Ciência do Patrimônio.

O cumprimento dessa Instrução posiciona o IPHAN na coordenação do processo de preservação do Patrimônio, como agente contribuinte no desenvolvimento socioeconômico do país, indo ao encontro da missão institucional do órgão. Para sua implantação efetiva o IPHAN deve se organizar para atender os desafios gerados como a manutenção e atualização dos bancos de dados, formação de corpo técnico qualificado, cumprimento dos prazos e alinhamento dos procedimentos internos.

Em maio de 2016 o IPHAN lançou as Portarias 195, 196 e 197 que versam sobre a movimentação de bens em território nacional, o cadastro para bens arqueológicos móveis, e solicitação de remessa de material arqueológico para análise no exterior. A Ordem de Serviço 02, de 20 de maio de 2016, fornece ainda um formulário para a fiscalização de instituições de Guarda e Pesquisa. Essas novas ferramentas reforçam o compromisso do IPHAN em modificar o cenário atual e fazer valer as mudanças previstas na Instrução Normativa.

As problemáticas futuras que podem gerar as legislações atuais precisam ser pensadas e discutidas desde já. A possibilidade de arrecadação de investimentos de empreendedores para estruturação das Reservas Técnicas e a comercialização dos endossos institucionais apontam ao surgimento de um novo mercado. Se qualquer pessoa interessada nesse mercado, seja física ou jurídica, pode estabelecer instituições de Pesquisa e Guarda e receber acervos arqueológicos, o que acontece quando essas pessoas começarem a falecer ou falir? As propriedades adquiridas por pessoas físicas se tornam herança de família enquanto todo o acervo ali armazenado volta a ser responsabilidade exclusiva do Estado? Qual a relação do empreendedor nesse momento?

Apesar de cobrar uma taxa ao empreendedor para fornecer os endossos institucionais, os custos da manutenção, por tempo indeterminado, de materiais que não possuem valor expositivo, e muitas vezes sequer científico, podem se tornar onerosos para as instituições. Serão regulamentadas políticas de descarte? Se as LOs são renováveis, será discutida a possibilidade de renovação das responsabilidades dos empreendedores com os acervos?

O Patrimônio Arqueológico, assim como os Bens Valorados, Tombados ou Registrados, possuem proteção da União e apresentam boas perspectivas para o futuro, mas e quanto aos bens reconhecidos em esfera estadual ou municipal? Pela IN, o IPHAN se manifesta

nos diferentes níveis de Licenciamento, mas não apresenta qualquer medida, mesmo que meramente informativa, em relação a esses bens. O Patrimônio Imaterial das comunidades tradicionais, ainda não reconhecido, também não é incluído na Normativa. Não seriam as parcerias entre os órgãos responsáveis pela Preservação do Patrimônio a articulação política mais importantes a se consolidar?

Além do convite a esta reflexão, encerro esse artigo ressaltando a importância dos demais agentes envolvidos na Ciência do Patrimônio em se fortalecer e se unir, encarando o processo de Gestão do Patrimônio Arqueológico como algo que necessita dos conhecimentos científicos para resolução de problemas práticos cotidianos. Somente a soma das expertises pode garantir a preservação dos bens.

Como apontado por Viollet-Le-Duc, o novo sempre enfrenta resistência, seja por tradição ou comodidade. Falta o distanciamento temporal para a compreensão do novo cenário da Gestão do Patrimônio Arqueológico no âmbito do licenciamento ambiental. Não é possível prever como agirá cada instância envolvida, sejam universidades, Estado, pesquisadores, profissionais, associações ou instituições das áreas afins, mas, sem a construção de uma relação de parceria, como preconiza a Ciência do Patrimônio, dificilmente serão alcançados os objetivos da Preservação.

Referências

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

DVOŘÁK, Max. *Catecismo da preservação de monumentos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

MONTALVÃO, Ana C. M. R.. *Ciência do Patrimônio: a gestão do Patrimônio Arqueológico no âmbito do Licenciamento Ambiental em Minas Gerais*. 2015. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Artes, 2015. Orientadora: Prof. Dr. Yacy-Ara Froner Gonçalves.

PANISSET, Ana. *O inventário como ferramenta de diagnóstico e conservação preventiva [manuscrito]: estudo de caso da coleção "Santos de casa" de Marcia de Moura Castro*. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, 2011.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

Normas de Quito, In: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Iphan, 2000.

Declaração do México, In: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Iphan, 2000.

Carta de cabo frio, In: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Iphan, 2000.

Carta de lausanne, In: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Iphan, 2000.

Portaria Interministerial Nº 60 de 24 de Março de 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/portaria_interministerial_60_2015.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2015.

Instrução Normativa IPHAN Nº 001 de 25 de Março de 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instru%C3%A7%C3%A3o%20normativa.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

Portaria IPHAN nº 230, de 17 de Dezembro de 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2015.

Portaria IPHAN nº 07, de 01 de dezembro de 1988. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2015.

Portaria IPHAN nº 195, de 18 de maio de 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_195_de_18_de_maio_de_2016.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

Portaria IPHAN nº 196, de 18 de maio de 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_196_de_18_de_maio_de_2016.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016..

Portaria IPHAN nº 197, de 18 de maio de 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_197_de_18_de_maio_de_2016.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

Ordem de Serviço IPHAN nº 02, de 20 de maio de 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ordem_de_servico_02_de_20_de_maio_de_2016.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

Portaria Interministerial nº 69, de 23 de janeiro de 1989. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/3daaedfe-de2c-4130-8ebe-cdf8d94bb64a>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em: 02 jul. 2015.

Missão IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=paginaIPHAN>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

Portaria Interministerial nº 419 de 26 de Outubro de 2011. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=28/10/2011&jornal=1&pagina=81&totalArquivos=208>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em 12/06/2015 às 08:23.

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>>. Acesso em: 28 mai. 2015.

Notícias sobre audiência pública, realizada em 13 de outubro de 2014. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/patrimonio-cultural-em-debate-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 11 jun. 2015.

SERRA DO CABRAL, MINAS GERAIS: um patrimônio arqueológico e ambiental ainda em busca de preservação

Lúcia Pangaio¹

Paulo Seda²

Resumo

Disjunta da Cadeia do Espinhaço, a Serra do Cabral, no Centro-Norte de Minas Gerais chama a atenção dos cientistas, de botânicos a arqueólogos, que desde a década de 1980 realizam pesquisas nessa área. Essas pesquisas resultaram em teses e dissertações que embasaram o que veio a ser o Parque Estadual da Serra do Cabral – PESCabral. No ano de 2005 o Governo do Estado de Minas Gerais criou o PESCabral, resultado em boa parte desses estudos, demonstrando ser também uma área especial, juntamente com a Serra do Cipó e Grão-Mogol. A área do Parque com 22.500 hectares abrange os municípios de Buenópolis e Joaquim Felício. Em junho de 2010 foi aprovada, pelo Conselho Consultivo, a extensão da Unidade de Conservação, incluindo as áreas onde se localizam a maioria dos sítios arqueológicos, até então sem a devida proteção. No momento estão sendo realizadas as medições visando esta ampliação. A flora da Serra do Cabral nos permite afirmar que seu ambiente é estável, pois algumas plantas ali existentes possuem mais de 500 anos e só sobrevivem em ambientes ecologicamente estáveis. A ocupação arqueológica, por sua vez, indica a manutenção de características bastante arcaicas, até períodos muito recentes. Apesar de inúmeras tentativas e da participação dos pesquisadores do nosso grupo no Conselho Consultivo do Parque e na elaboração de laudos, tanto o ambiente quanto os sítios arqueológicos ainda se mantêm por si mesmos, sem qualquer programa especial de proteção. Esse trabalho, na verdade, é uma discussão sobre a necessidade de ações mais efetivas de preservação de sítios arqueológicos da região, em consonância com a proposta de criação do Parque.

Palavras-chave: Serra do Cabral; flora; sítios arqueológicos; patrimônio arqueológico; preservação.

¹Centro Universitário Moacyr Bastos/Instituto Brasileiro de Pesquisas Arqueológicas - IBPA, Rua Engenheiro Trindade, 229, Campo Grande, Brasil, luciapangaio@gmail. Botânica, Diretora Secretária do IBPA.

²Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ/Instituto Brasileiro de Pesquisas Arqueológicas - IBPA, Rua São Francisco Xavier, 524, Rio de Janeiro, Brasil, prgseda@gmail.com. Arqueólogo, Chefe do Dep. E Arqueologia – UERJ; Diretor Presidente do IBPA.

Introdução: localização e dados ambientais

A região da Serra do Cabral localiza-se no médio vale sanfranciscano em Minas Gerais, entre as bacias dos rios das Velhas e Jequitaiá, dos quais é divisor de águas. Inserida no complexo de rochas da Série Itacolomi, encontra-se, hoje, disjunta do “complexo” Espinhaço, do qual faz parte, por uma depressão que chega a ultrapassar 40 km de largura, cortada hoje pela rodovia que liga a região de Belo Horizonte à de Montes Claros (Figura 1). Tendo seu eixo mais longo no sentido norte/sul, a Serra é constituída, sobretudo, por conglomerados quartzíticos e areníticos, ambos apresentando-se sob a forma de matacões, conformando um relevo ruíniforme, ocorrendo ainda afloramentos de cristal de quartzo e, raramente, filitos.³

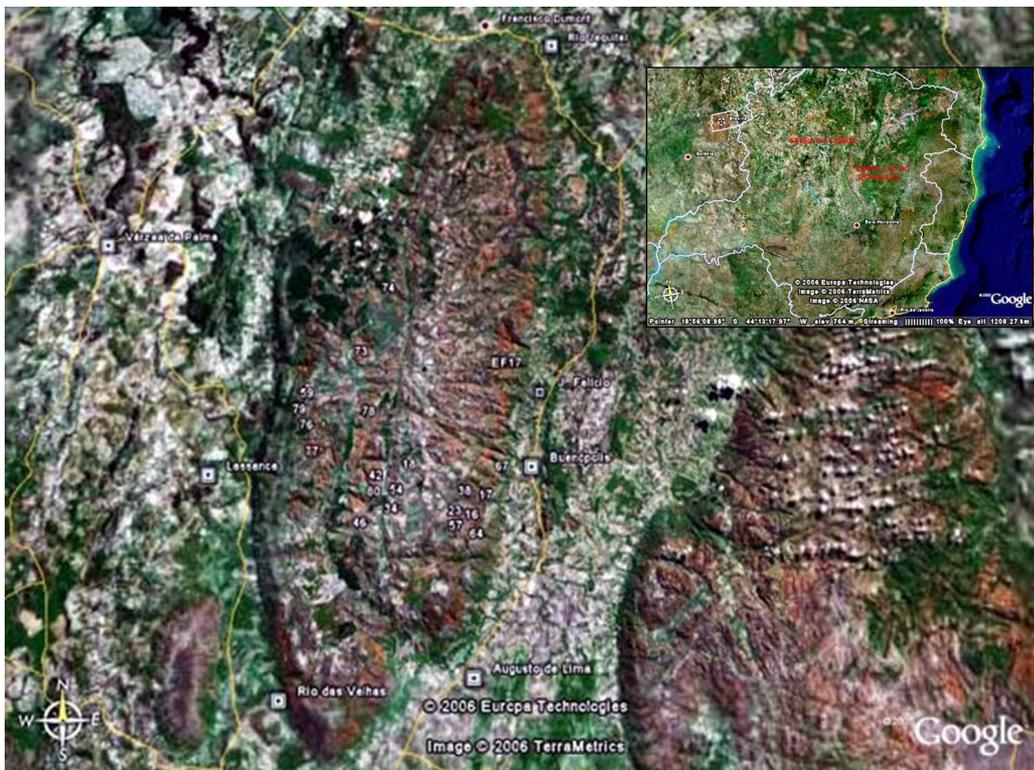


Figura 1- Minas Gerais e Serra do Cabral com alguns dos Sítios Arqueológicos localizados.

³ Matacões são “blocos inicialmente fraturados por tensões. ...É comum apresentarem redes de diaclases ortogonais” (MAIO, 1980: 94), sendo que no relevo ruíniforme “a passagem dos climas, pela mudança de ambiente a que foi submetida à formação, a rocha retraiu-se, dando como resultado uma série de aberturas distribuídas em várias direções,..., a desintegração da rocha é evidentemente acelerada. (...) advém, por conseguinte do seccionamento de antiga extensão, que aos poucos se subdividiu em compartimentos menores...” (op.cit.: 129-132), que por vezes lembram “ruínas”.

O acesso à região, pela vertente oriental, se dá por duas estradas partindo de Joaquim Felício e de Buenópolis, sendo esta última, até pouco tempo, somente transitável por veículos com tração ou a cavalo. O acesso pela vertente ocidental é realizado a partir de Várzea da Palma, Augusto de Lima (sul) e Francisco Dumont (norte).⁴

O relevo é pouco acidentado, com rochas hoje muito resistentes à erosão, pois além dos dobramentos, tais rochas dessa série sofreram intrusões de pegmatitos, rochas diamantíferas e diabásio. O alto da Serra do Cabral é marcado por uma chapada que surge entre 900 e 1.000m de altitude, após uma subida íngreme. Essa paisagem de chapada, porém, freqüentemente é quebrada por elevações escarpadas, que por vezes atingem dimensões e alturas consideráveis. A essas elevações, a população local denomina igualmente de “serra”. Seu ponto culminante localiza-se a 1.391m de altitude, na região de Joaquim Felício.

A temperatura da Serra, como de resto das regiões elevadas do Espinhaço é o Cwb de Köppen (temperado de altitude, com verões brandos e invernos frescos) ou, segundo Nimer (1977), Mesotérmico Brando, com temperatura amena e média anual entre 19 e 18°C, característico nessas áreas, com cota altimétrica de 900 e 1.000m. As geadas, embora raras, já foram registradas no local. A precipitação média anual no trimestre mais chuvoso fica entre 600 e 1.000mm.

Uma das características mais marcantes da Serra do Cabral é o volume de águas onde mesmo em períodos de estiagem, entre os meses de abril e outubro, observa-se a presença de córregos caudalosos, que apesar de apresentarem níveis mais baixos, permanecem encachoeirados (Figura 2). Esse fato faz com que os criadores de gado levem suas reses para o alto da Serra no período de estiagem e faz com que, hoje, a Serra seja considerada uma “caixa d’água” (Seda 1998).

Quanto à cobertura vegetal da região, nota-se a presença dos cerrados (predominando nas encostas), dos cerradões (sobretudo nas áreas mais baixas e onde ocorrem solos mais irrigados e mais ricos em sais minerais) e os campos limpos, que são predominantes e recobrem a região nas altitudes superiores a 900-1000m (Figuras 3, e 4). Ocorrem ainda, ocasionalmente, as matas ciliares e a vegetação peculiar às terras baixas e alagadiças, onde predominam as palmáceas (Figura 5). Desta forma, a Serra deve ser compreendida como possuidora de nichos ecológicos diversificados, devido, sobretudo à altitude que, oscilando nos 1.000m, ameniza o clima.

⁴ Na verdade, as vertentes ocidental e oriental podem ser acessadas a partir de qualquer destas estradas, cruzando-se a Serra.



Figura 2- Córrego do Purgante, vertente Ocidental da Serra, no mês de março.



Figura 3 – Cerrado mexido, próximo à Lapa do Nego II (em frente à estrada).



Figura 4 - Cerradão em frente à Lapa do Palmito II, na Serra do Palmito.



Figura 5 - Mata ciliar, com Buritis (*Mauritia flexuosa*), acompanhando o córrego. Ao fundo, a Serra do Palmito.

Pangaio (2010), partindo dos levantamentos arqueológicos, realizou levantamento florístico na Chapada de Buenópolis, onde, além de confirmar a variedade de ambientes, aponta a identificação de uma nova espécie botânica, o estabelecimento de seis padrões de distribuição geográfica para as espécies encontradas, além do reconhecimento de 40 espécies endêmicas do Espinhaço, sendo quatro delas exclusivas da Serra do Cabral.

Tal diversidade de nichos ecológicos implica em diversidade de recursos, o que se reflete, sobretudo, no seu reconhecimento, ainda hoje infelizmente, como área propícia à caça e a sua utilização para tal.⁵ As emas, seriemas, codornas, cervídeos, mocós, cachorros-do-mato, tius, gambás, tatus, etc., ainda são comuns (Figura 6). Sítiantes mais antigos falam mesmo em antas, guarás, caititus e onças habitando o local, que ainda podem ser encontrados, mas com mais raridade. Os rios, porém, são considerados poucos piscosos. A região deveria oferecer assim, aos grupos antigos, excelentes condições de subsistência e, devido à diversidade de nichos, recursos durante todo o ano. Mesmo pouco piscosos, há uma abundante rede hidrográfica, que forma inúmeras cachoeiras e piscinas naturais, que compõem, juntamente com os afloramentos rochosos, as veredas, matas e campos naturais, paisagens de grande beleza.



Figura 6 - Ema, animal ainda observável, no meio do campo.

⁵ Segundo informações locais, os clubes de caçadores de Belo Horizonte costumavam realizar verdadeiros “safáris” na região. Hoje, embora ainda haja episódios de caça, cresce a conscientização contra esta prática, além da própria repressão, seja pela gerência do Parque Estadual, seja pela administração da SCAI e da V&M.

As atividades econômicas desenvolvidas na vertente oriental da serra (municípios de Joaquim Felício, Buenópolis e Augusto de Lima) são pouco consistentes, como a coleta de flores secas, a garimpagem de cristal de quartzo, criação de gado extensivo. Na vertente ocidental a situação é diversa: graças a extensas áreas planas de solos mais propícios, desenvolveu-se ali um grande projeto agro-silvicultural, de plantio de Pinus, pela empresa Serra do Cabral Agro Indústria Ltda., que, atualmente, estão sendo substituídos por eucalipto pela Vallourec & Mannesmann (V&M).⁶

Além disto, a Serra costuma ser utilizada como área de invernada para o gado, pois ali a seca, quando chega, é de forma bem atenuada.

Histórico das Pesquisas

Pela necessidade de desenvolvimento de pesquisas arqueológicas sistemáticas nesta região de Minas Gerais, a partir de julho/90, sob financiamento da Fundação Banco do Brasil - FBB, CNPq, Smithsonian Institution, NGS – National Geographic Society, além do apoio da Prefeitura Municipal de Buenópolis, iniciou-se, em 1990, o Projeto de Pesquisas Arqueológicas Serra do Cabral.

O Projeto objetivou aprofundar os níveis de nosso conhecimento arqueológico desta região de Minas Gerais, partindo-se dos dados advindos de pesquisas extensivas realizadas por equipes do Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB no médio vale do São Francisco⁷.

A região da Serra do Cabral foi prospeccionada pela primeira vez em 1972, quando pesquisas do IAB atingiram o médio vale do São Francisco, tendo sido pesquisados os Municípios de Lassance e Joaquim Felício, localizando-se três sítios. O Município de Joaquim Felício foi novamente visitado em 1974, localizando-se um quarto sítio (Cf. CARVALHO e CHEUICHE, 1975 e CARVALHO e SEDA, 1982). Em 1983, retornamos a região, desta feita ao Município de Buenópolis (Cf. SEDA, SILVA e MENEZES, 1984; SEDA e ANDRADE, 1989 e SEDA, 1988), tendo sido registrados oito sítios. A partir de então, percebendo a potencialidade da região, sentimos a necessidade de desenvolvermos um projeto específico de pesquisa, que se materializou a partir de 1990, através do Projeto Serra do Cabral, sob coordenação geral do co-autor.

⁶ Em 2006 uma terceira empresa instalou um projeto de plantio de eucalipto na Chapada de Buenópolis, que se encontra embargado pelo MP, uma vez que requisitos legais não foram cumpridos.

⁷ Inicialmente o Projeto foi desenvolvido através do IAB, a partir de 1994 através do IAB e UERJ e, atualmente, no âmbito do IBPA e UERJ.

Foram então realizadas seis etapas de campo (julho e novembro de 1990, julho de 1991, 92, 93, 94, 96, 99, 2000 e 2002), tendo o Município de Buenópolis como área core, elevando-se para 63 o número de sítios ali localizados, com a extensão das pesquisas a outras áreas da Serra (norte) e a escavação de dois sítios na região. A partir de 2006, com a extensão das pesquisas a vertente ocidental (julho de 2006, março de 2007, fevereiro de 2008 e março 2009) localizamos mais 32 sítios (Municípios de Lassance, Augusto de Lima, Várzea da Palma e Francisco Dumont).

A região foi escolhida devido aos dados já recolhidos até então, que apontavam a existência de uma importante tradição rupestre, estabelecendo uma ligação entre Lagoa Santa (Tradição Planalto) e o norte de Minas Gerais (Tradição São Francisco), sem que, até o início do Projeto, se tivesse localizado qualquer sítio que indicasse uma ocupação mais permanente. Contudo, a escavação do sítio MG-VF-15 Lapa Pintada III, trouxe novos subsídios ao estudo da ocupação antiga local e com ela foi atingindo plenamente os objetivos do Projeto. Os dados da escavação apontam para uma ocupação de grupos caçador-coletores, confirmando o que era indicado pelo estilo das pinturas rupestres.

Previsto inicialmente para cinco anos, os trabalhos estenderam-se e concentraram-se em uma primeira etapa na chapada da região de Buenópolis, localizando-se 63 sítios arqueológicos e onde a partir de 1991 foi escavada a Lapa Pintada III. Entre 1999 e 2002 escavamos um segundo sítio na região, a Lapa da Dança e iniciamos os trabalhos na área centro-norte do Projeto (Município de Joaquim Felício), localizando-se mais cinco sítios e prevendo-se, a partir de então, pelo menos mais sete anos de pesquisas na Serra.

A partir de 2006, demos início a um levantamento sistemático da vertente ocidental da Serra, até então pouco pesquisada. A oportunidade para isto surgiu a partir da iniciativa da SCAI – Serra do Cabral Agro Indústria Ltda. (empresa que realiza plantio de *Pinnus* sp) de firmar conosco um convênio para efetivação de pesquisas acadêmicas em suas propriedades, que englobavam justamente boa parte da vertente ocidental.⁸ Partindo deste convênio, obteve-se, naquele mesmo ano, auxílio do CNPq, para dois anos de pesquisas. As pesquisas nesta vertente da Serra ampliaram para 95 o número de sítios conhecidos.

A pesquisa vem sendo acompanhada de competente análise laboratorial, já tendo resultado em dissertações de mestrado e teses de doutorado (inclusive em outra área de conhecimento, que não Arqueologia, como a Botânica), além de diversos outros

⁸ Em 2008 a maior parte da propriedade da SCAI foi vendida para a V&M.

trabalhos. Pretende-se que a interpretação dos dados totais dos sítios resulte na elaboração de um trabalho monográfico.

Vimos regularmente visitando a região, uma vez que realizamos, anualmente, laudo técnico sobre os sítios para a Prefeitura Municipal de Buenópolis, com vistas ao IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e atualmente integramos o Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Cabral, com sede igualmente em Buenópolis.

Atualmente, se contabilizam mais de 100 sítios arqueológicos espalhados por toda a Serra do Cabral: 60 na vertente oriental e 42 na vertente ocidental.⁹ Destes, dois estão reservados para escavação: a Lapa do Jambeiro na vertente oriental e a Lapa do Pau d'Óleo na vertente ocidental (Figura 7). Além disso, novos sítios, ainda não registrados, vêm sendo indicados pela atuação dos guarda-parques.



Figura 7- Lapa do Pau d'Óleo, vertente ocidental, reservado para escavação.

Evidentemente, trata-se de um Projeto ambicioso e que somente pode ser executado em longo prazo, não tendo um término previsto. Desta forma, em uma primeira etapa, as

⁹ Durante a realização dos laudos localizamos mais um sítio em Buenópolis e durante a elaboração do plano de manejo do parque (vertente oriental) foram localizados mais cinco sítios.

pesquisas se concentraram na chapada de Buenópolis, realizando-se prospecções nos diversos abrigos e grutas localizados, procedendo-se à documentação de arte rupestre, abertura de cortes testes, quando procedente, levantamento de dados acerca do meio ambiente e registro da cultura material moderna presente em tais abrigos. Nesta primeira fase (Etapa I do Projeto), foi escavada a Lapa Pintada III, a partir de 1991. Entre 1999 e 2002 foi escavado um segundo sítio na região, a Lapa da Dança (Etapa II do Projeto) e realizou-se rápido trabalho na área centro-norte do Projeto (Município de Joaquim Felício), localizando-se mais seis sítios. A Etapa III é caracterizada pela expansão das pesquisas a vertente ocidental da Serra, e encontra-se em andamento.

Dados Arqueológicos

Os trabalhos já realizados na Serra do Cabral revelaram um considerável potencial arqueológico na região, sobretudo no que diz respeito à arte rupestre. A serra chama atenção pela ocorrência de inúmeras pinturas, destacando-se, visualmente, zoomorfos de grande tamanho e detalhamento (Figuras 8, 9 e 10).



Figura 8- Lapa do Nego II, vertente oriental da Serra. Painel com zoomorfos.



Figura 9- Lapa dos Peixes, bagres no painel. Vertente Oriental da Serra.



Figura 10- Lapa do Peixe Grande, vertente ocidental da Serra.

Durante as pesquisas de 1983, foi possível, através da consulta a caçadores da região, a identificação da maior parte da fauna representada na arte rupestre, o que permitiu a organização em grupos taxonômicos da maioria dos zoomorfos. Esta identificação é por vezes tão precisa que permite, em alguns casos, a determinação do sexo e da idade do animal representado. Isto permitiu desenvolver uma metodologia de identificação e classificação que é seguida até hoje (SEDA e ANDRADE, 1989). Por outro lado, as prospecções não haviam revelado, até o início do Projeto, qualquer sítio que indicasse uma ocupação mais permanente: apenas os sítios Lapa do Nego II, Pintada III e Pedras Altas (este em Joaquim Felício) apresentaram, além de pinturas, material cerâmico (o primeiro e o último) e lítico (todos os três), porém de forma superficial.

O quartzito é a rocha-base de todos os sítios. Todos são de acesso relativamente fácil, estão próximos a fontes de água (no máximo 1Km) e possuem pinturas rupestres. No que diz respeito à conservação, alguns sítios se encontram bastante danificados pela sua utilização por garimpeiros de cristal, coletores de flores secas e caçadores, além de fatores naturais (sol, vento, chuva). A grande maioria, porém, apresenta um estado de conservação que permite um estudo bastante detalhado.

Todos os sítios apresentam pinturas semelhantes, podendo-se perceber pelo menos três momentos diferentes para a execução das pinturas (expressos através da análise dos esfoliamentos e das superposições). Ao momento mais antigo correspondem, sobretudo, os zoomorfos lineares com preenchimento por traços e que parecem eclipsar as demais. Ao segundo, associam-se figuras menores, pouco elaboradas, com pouca noção de movimento e executadas, principalmente, em silhueta. Percebe-se também neste segundo momento, uma diminuição na ocorrência dos zoomorfos (embora ainda predominem), enquanto aumenta a frequência das não figurativas. Quanto ao tratamento, as figuras esquemáticas têm um significativo aumento no segundo momento. O terceiro, sobre o qual tínhamos dúvidas e as pesquisas o esclareceram e caracterizaram, é marcado por conjuntos de pontos que, normalmente, são contornados por um traço.

Desta forma, tudo leva a crer que exista uma seqüência cronológica, em que as pinturas mais antigas seriam as lineares, seguidas das executadas principalmente em silhueta. O terceiro momento, representado por séries de pontos, é percentualmente muito pouco significativo. Evidentemente, representações lineares podem ocorrer ligadas ao segundo momento e vice-versa, porém a predominância destas em momentos diferentes foi comprovada pelas análises.

Outra característica importante das pinturas, que sempre ressaltamos, é que embora a maior parte se enquadre nos postulados da Tradição Planalto (característica de Lagoa Santa, ao sul), percebemos diversos elementos típicos da Tradição São Francisco (característica do norte do Estado). Isto levou-nos a propor a ideia de que a Serra do Cabral seria uma área de transição entre as duas tradições, o que é corroborado pela sua própria posição geográfica. Esta hipótese ficou mais consolidada com as pesquisas na vertente ocidental, onde encontramos não apenas elementos, mas painéis típicos da Tradição São Francisco.

No entanto, do total de sítios até aqui localizados, somente dois apresentaram solo arqueológico, possibilitando a escavação.¹⁰

O primeiro deles, a Lapa Pintada III (escavado entre julho/91 e julho/96), é uma gruta de boas dimensões (14 x 18)m, com vestígios ocupacionais, de antiguidade indubitável, até 80cm de profundidade. Foram escavados 62m², revelando, sobretudo nos níveis mais profundos, uma significativa ocorrência de artefatos líticos: são plano-convexos, raspadores, batedores e outros, tendo como matéria prima básica o quartzito. Destes, os mais representativos são uma série de raspadores em plaquetas de quartzito. Artefatos em cristal de quartzo também ocorreram, destacando-se uma belíssima ponta bifacial. Amostras de carvão foram enviadas para análise de C-14, colocando a ocupação da gruta em um horizonte entre 310+50 (Beta 72237) e 1650+60 (Beta 63738). As escavações nos permitiram perceber, ter sido a Lapa Pintada III ocupada, principalmente, por grupos caçadores-coletores. Trata-se de um local de acampamento, utilizado principalmente para confecção de instrumentos, entre outras atividades, mas que não implicavam em uma permanência mais prolongada, uma vez que os restos alimentares são mínimos, embora, aparentemente, não houvesse maiores problemas para a sua conservação (SEDA & DINIZ, 1992; SEDA & PANGAIO, 1997; SEDA, 1998).

O segundo Sítio, Lapa da Dança, é um conjunto de cinco blocos dos quais o Bloco I é o único que apresenta uma pequena área abrigada (7 X 2,5)m. Em julho de 1999 iniciamos a escavação deste sítio, realizando quatro cortes de (2 x 2)m. Em julho de 2002, a escavação foi completada com a realização de mais quatro cortes de (2 x 2)m. Evidências de ocupação ocorreram até por volta dos 60cm, exceto no setor B-2, com vestígios até os 70cm. No que se refere ao material arqueológico, predomina o lítico,

¹⁰ Dois outros sítios estão selecionados para escavação: a Lapa do Jambeiro, na vertente ocidental e a Lapa do Pau d'Óleo na vertente oriental. Este último se apresenta como um sítio importantíssimo, uma vez que parece haver pinturas soterradas pelo sedimento, o que pode permitir datá-las.

particularmente aquele sobre quartzito. A análise de laboratório dos instrumentos localizados nesta primeira etapa de escavações indica que o material lítico da Lapa da Dança, a princípio, parece diferenciar-se daquele coletado na Lapa Pintada III, por suas dimensões visivelmente menores (SEDA; MENEZES; CAVALCANTE, 2001). Predominam os artefatos sobre plaquetas e lascas de quartzito, ocorrem pequenos artefatos em cristal de quartzo (discoidais e em bico, por exemplo), destacando-se uma belíssima ponta bifacialmente trabalhada e com pedúnculo (a primeira inteira encontrada na Serra do Cabral até o momento), além de um plano-convexo fragmentado em sílex. Em termos de estruturas, estas também se evidenciaram nos setores B-1 e B-2 (sobretudo no primeiro), onde identificamos uma área de lascamento entre os blocos. Além disto, no setor B-3, a partir de 25cm, ficou evidente uma fogueira na parede dois, indo até a profundidade de 74cm. Infelizmente, esta fogueira, além de menos espessa do que se supunha, era composta basicamente por cinza e carvão.

Desta forma, a localização, na área estudada, de apenas dois sítios com vestígios ocupacionais profundos, em meio a inúmeros exclusivamente com arte rupestre, nos permitiu propor um modelo de ocupação tendo um sítio central, acompanhado de diversos outros periféricos (ou satélites) e, em termos de função, classificá-los, com base em seus vestígios, como oficinas líticas e cerimoniais. Por outro lado, o estudo das características ambientais da Serra do Cabral, levou-nos a considerá-la como um verdadeiro refúgio para estas populações antigas, permitindo a preservação de aspectos sociais arcaicos e resistentes à mudança, fazendo com que, enquanto a região central do Estado de Minas Gerais era ocupada por povos horticultores, a Serra do Cabral permanecesse ocupada pelos seus antigos povoadores. O estudo botânico de Pangaio (2010) vem corroborar este isolamento da Serra do Cabral.

Diante deste quadro, duas questões se impuseram: a primeira entender porque, dos inúmeros sítios localizados, apenas dois tiveram uma ocupação mais efetiva; segundo, a aparente contradição entre as características arcaicas dos instrumentos localizados nas escavações (sobretudo um número expressivo de plano-convexos, o que remeteria aos períodos mais antigos da ocupação de nosso território) e a recentidade das datações obtidas.

Em relação à primeira questão, a partir do que observamos hoje acerca do meio ambiente da região, é possível supormos que os grupos antigos tivessem à sua disposição recursos ainda mais abundantes e permanentes, já que a diversidade de nichos ecológicos implica em recursos durante todo o ano. Assim, somos tentados a

acreditar que as populações vivessem efetivamente na região, em abrigos ainda não localizados ou em sítios a céu aberto, igualmente não localizados. Quanto a não localização de sítios a céu aberto, sem abandonar sua procura, a partir da consulta a especialistas, estamos cada vez mais convencidos da enorme dificuldade em localizá-los em função da geomorfologia da área, marcada por “forte antropização, alguns vales encaixados e/ou com vertentes íngremes e dissecação, fatores que costumam destruir ou mascarar/soterrar os sítios”.¹¹

Quanto à aparente contradição entre as características dos instrumentos encontrados e as datas obtidas, devemos ressaltar que, para que ocorra a permanência ou a mudança, é preciso que haja estímulos, sejam de caráter ambiental, sejam de caráter social. Diante do quadro apresentado para os sítios escavados, podemos entender que, na Serra do Cabral, os estímulos para mudanças eram muito baixos, enquanto os estímulos para permanência muito altos.

Acreditamos que, naquela região, a complexidade e diversificação do ecossistema, sobretudo quanto à cobertura vegetal, seria a base para entendermos a permanência, até recentemente, de uma ocupação de características arcaicas bem marcadas. Ou seja, ali os estímulos, sobretudo a partir do ambiente, seriam bem maiores para a permanência do que para a mudança, o que teria levado ao desenvolvimento de mecanismos de rejeição a inovações profundas, como a horticultura: grupos portadores desta inovação só teriam penetrado na região bem mais recentemente (após 300 A.P.) e, assim mesmo, de forma tímida.

Pesquisas futuras podem mudar o modelo adotado e esta perspectiva, lembrando que dois outros sítios estão reservados para escavação. Mas, devemos ressaltar que a Serra encontra-se hoje praticamente toda prospeccionada (as duas vertentes) e os sítios que sustentam esta visão já ultrapassam uma centena.

Preservação

Pelo relatado acima, fica claro que a Serra do Cabral possui um patrimônio cultural e natural inestimáveis. Este patrimônio impressiona tanto que, em 2011, durante a realização do Curso Internacional de Arte Rupestre realizado na região, o professor

¹¹ Comentário pessoal do Dr. Júlio Cezar Rubin de Rubin, especialista em Geoarqueologia do IGPA/PUC-GO.

Emmanuel Anati – Centro Camuno de Studi Preistorici – um dos decanos dos estudos de arte rupestre, expressou sua opinião de que a Serra, por sua paisagem e conjunto de sítios, merecia um lugar como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

Evidentemente, proteger, preservar e divulgar este patrimônio é fundamental.

Desde o início dos trabalhos de arqueologia, temos proposto e desenvolvido uma série de atividades visando estas ações. Estas ações têm sido desenvolvidas e apresentadas à Prefeitura Municipal de Buenópolis, uma vez que na vertente ocidental os sítios se encontram dentro de propriedade privada, o que torna mais difícil as ações.

Algumas destas ações foram bem imediatas ou sem maior profundidade, como, por exemplo, exposição fotográfica no Banco do Brasil de Buenópolis, ocorrida logo no início dos trabalhos, bem como outra exposição, da mesma natureza, realizada durante a “Festa do Fazendeiro”, importante e concorrido festival realizado anualmente na cidade e atraindo público de toda a região e mesmo de pontos mais distantes.

Outra atividade extremamente informal, mas efetiva, foi, durante todo o trabalho, a recepção no próprio campo, nos sítios, a pessoas que circulavam pela região. Embora isto demandasse tempo, obrigasse o deslocamento de algum pesquisador para realizar a recepção, nossa postura foi de nunca afastar as pessoas dos sítios, mas sim atraí-las para ali, entendendo que os pesquisadores é que eram os “intrusos”. Assim, a cada pessoa que nos visitava ou encontrávamos, explicávamos todo o trabalho, mostrávamos tudo, esclarecíamos a importância do trabalho o que iríamos fazer com o material que estávamos recolhendo. Isto se mostrava ainda mais importante, pelo costume de parte da população (de baixa renda) usar os abrigos como moradia, durante atividades de coleta de flores ou garimpo de cristal de quartzo. Palestras de divulgação também foram realizadas em Buenópolis.

Estas atividades, embora muito imediatas, sem profundidade e informais, foram extremamente importantes, no sentido de estreitarmos contatos e nos tornamos conhecidos na região. Por outro lado, tentamos desenvolver algumas ações de maior profundidade, principalmente junto a diversas administrações municipais de Buenópolis.

A primeira destas ações ocorreu em 2001, quando, contando a participação de Bolsistas de IC e Extensão da UERJ, organizamos a “Cartilha Arqueológica da Serra do Cabral” (SEDA et al., 2001). A cartilha versa, de forma didática, sobre o patrimônio arqueológico da Serra do Cabral. Para isto, aborda os seguintes pontos: o que é a Serra do Cabral; o que é patrimônio (os diferentes tipos de patrimônio); o que é arqueologia; como o

arqueólogo trabalha e como ele descobre as coisas; a história antiga da Serra do Cabral; a ocupação atual da Serra; como proceder nos sítios arqueológicos e diante de um achado. A cartilha se encerra com um glossário. Infelizmente, nunca se obteve apoio para a publicação desta cartilha.

Paralelamente a cartilha, ainda com apoio de bolsistas, produzimos uma série de pranchas, utilizando uma estratégia interessante para contar a História Antiga da Serra do Cabral, a partir dos vestígios arqueológicos. Em uma destas pranchas, por exemplo, a partir de um instrumento de rocha, encontrado nas escavações e retratado na mão de um arqueólogo, dá-se um corte e coloca-se esse mesmo instrumento nas mãos de um antigo ocupante da Serra, mostrando para que ele servia e como era usado. Estas pranchas, embora nunca tenham sido reunidas em uma publicação, vêm sendo um instrumento didático extremamente eficiente na divulgação dos trabalhos.

Já em 2006 encaminhamos a Prefeitura Municipal de Buenópolis o Projeto Preserve Serra, de preservação e divulgação dos sítios arqueológicos da chapada de Buenópolis. Neste projeto, apresentamos um programa de medidas, intervenções e atividades visando à preservação dos sítios, baseado em 13 ações: 1. fixação, em todos os sítios, de placa padronizada, informando o nome do sítio, o número da lei de proteção a sítios arqueológicos e os lemas “não destrua” e “proteja”; 2. criação de uma logomarca, a ser também colocada em todos os sítios (podendo fazer parte da placa) que identifica-se, logo à primeira vista, tratar-se de um sítio arqueológico; 3. impedir desmatamento junto aos sítios; 4. medidas especiais nos sítios Lapa Pintada e Lapa da Dança, que são os que foram escavados, permitindo a conservação e a visitação; 5. realização de cursos de reciclagem para os professores da rede escolar da cidade, com aulas sobre patrimônio, meio ambiente, Arqueologia Brasileira, pré-história (brasileira, mineira e da Serra), com os próprios professores locais se encarregando de apresentar temas como História de Buenópolis, formando um quadro de professores “multiplicadores”; 6. criação de meios audiovisuais, de acordo com as possibilidades e disponibilidades do Município, para auxiliar os professores multiplicadores; 7. realização de oficinas de arqueologia com os alunos da rede escolar; 8. efetivação da cartilha sobre patrimônio e arqueologia da Serra do Cabral; 9. elaboração de uma história em quadrinhos, utilizando personagens locais, como o garimpeiro de cristal de quartzo, explicando a importância da Serra, a Arqueologia local e o trabalho dos arqueólogos; 10. implantação da temática “História Antiga da Serra do Cabral” nas escolas da Rede Municipal; 11. criação de um sistema de “guias mirins” treinados para visitas guiadas a Serra; 12. realização de um filme sobre a

Arqueologia da Serra do Cabral; 13. criação de um Museu de Arqueologia e História Natural no Município.

Portanto, a proposta objetivava não só preservar, como introjetar na comunidade a importância e significado dos sítios arqueológicos, o que representaria a mais eficiente medida de proteção aos sítios.

Apesar de várias conversas com a administração municipal, o projeto não foi efetivado, mesmo mostrando-se que ações poderiam ser implantadas, evidentemente, de forma gradativa. Alegou-se, além da eterna falta de recursos, o fato de que o plano de manejo do Parque estava sendo elaborado. Na verdade, algumas das ações propostas, a pedido da Prefeitura Municipal, acabaram apresentadas de forma separada. Assim, no ano de 2007, após apresentarmos a Cartilha, expusemos uma proposta de efetivação de um curso de divulgação da Arqueologia da Serra do Cabral. Organizado para dois dias, o curso foi reduzido para um dia. Acabou sendo efetivado desta forma, com a ideia de que ocorresse outras vezes, mas de fato isto ficou somente na ideia.

Neste mesmo ano, também a pedido da Prefeitura Municipal, ampliamos a proposta de instalação de placas padronizadas nos sítios: além das informações citadas anteriormente, as placas deveriam conter a coordenada do sítio e um resumo sobre o mesmo. Os sítios foram divididos em: Prioritários, Prioridade Secundária e Não Prioritários. As prioridades foram estabelecidas não necessariamente pela importância do sítio, mas, sobretudo por sua proximidade com a estrada que corta a região. Além disso, levantamos junto ao IPHAN modelos de placas para os sítios. Tudo isto, como solicitado foi encaminhado a Prefeitura Municipal, mas não efetivado.

Em relação à proposta de criação de um Museu de Arqueologia e História Natural, de fato algo bastante difícil de ser concretizada, acabou se materializando, de certa forma, na instalação de uma pequena sala de exposição de arqueologia na sede do Parque.

Fica claro, portanto, que apesar da preocupação e iniciativa dos pesquisadores, um programa de preservação do patrimônio da Serra do Cabral nunca foi de fato efetivado. Curiosamente, a maior contribuição dos pesquisadores acabou se dando de forma indireta, através da criação do parque estadual na região.

O Parque Estadual da Serra do Cabral

O PESCabral – Parque Estadual da Serra do Cabral foi criado no ano de 2005 pelo Governo do Estado de Minas Gerais, através do decreto Estadual número 44.121/05 de

29 de setembro de 2005, com uma extensão de 105.737,04m, com área de 22.500 hectares e abrangendo os municípios de Buenópolis e Joaquim Felício. O Parque foi concebido como uma Unidade de Conservação de Uso Integral, gerenciada pelo IEF/MG – Instituto Estadual de Florestas, onde é permitida a pesquisa científica licenciada, ações de educação ambiental e ecoturismo (Figuras 11, 12 e 13).



Figura 11- Exposição sobre a Serra do Cabral, na Sede do PESCabral.



Figura 12- Sede do PESCabral, antiga casa da Rede Ferroviária.

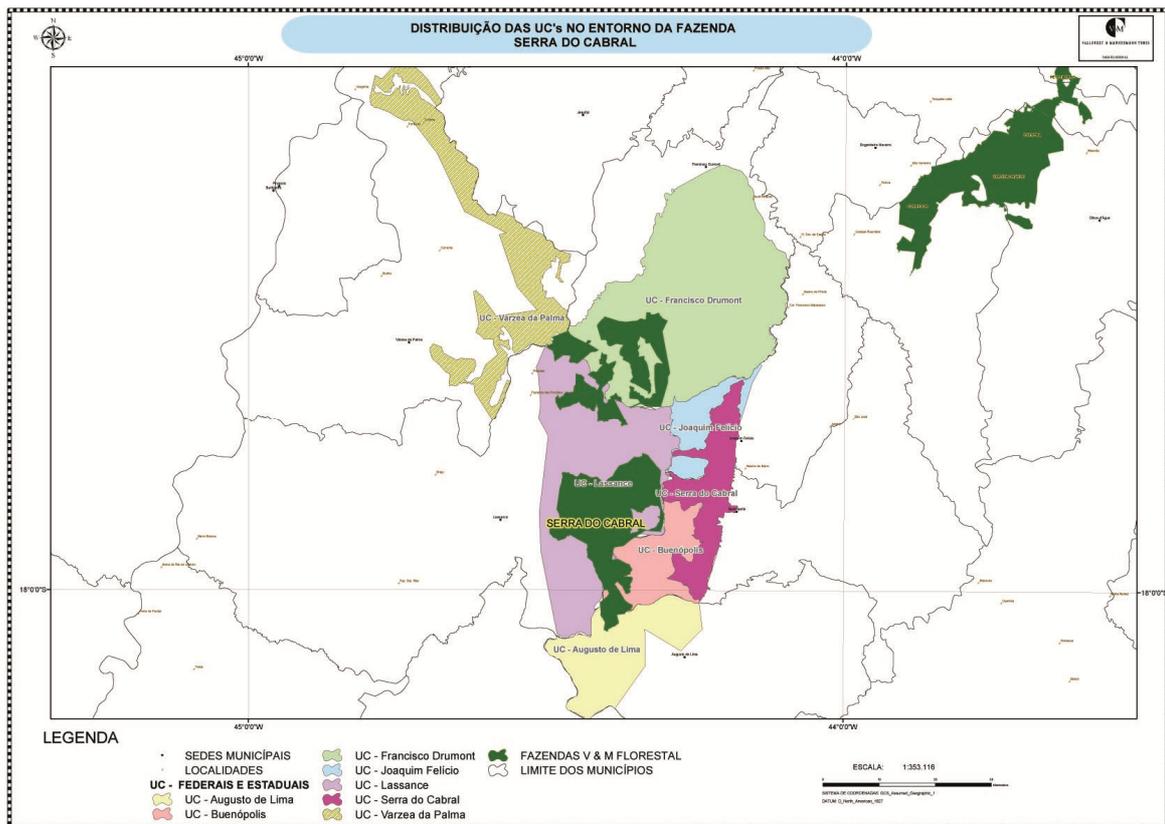


Figura 13- Mapa das APAs do entorno da Serra do Cabral.

A criação do Parque, como de praxe, seguiu um esquema bastante autoritário, em que nem a população e nem os pesquisadores foram ouvidos em qualquer momento. Isto, evidentemente trouxe problemas significativos.

Com relação à população, gerou, em primeiro momento, um clima bastante conflituoso, de revolta, uma vez que pessoas que possuem propriedade há mais de 30 anos na Serra e, de uma hora para outra tiveram que interromper as atividades que desenvolviam ali, a espera de uma indenização que todos sabem ser extremamente lenta e longínqua. Felizmente, pela atuação inteligente da gerência do Parque, os ânimos hoje já se encontram bem mais calmos.

Quanto aos pesquisadores, sem dúvida o Parque é resultado dos estudos ali realizados, demonstrando toda a sua riqueza e ser também uma área especial, juntamente com a Serra do Cipó e Grão-Mogol, pela disjunção (SEDA, 1998; GIULIETTI *et al.* 1997; PIRANI, 2003). No caso específico da Arqueologia, cujos estudos foram fundamentais, diversos trechos que justificam a criação do Parque foram tirados diretamente dos trabalhos dos pesquisadores, evidentemente sem qualquer referência. Por outro lado, a

não participação dos pesquisadores trouxe consequências muito mais sérias do que a falta de referência.

Primeiro, a área do Parque é mínima em relação a extensão e riqueza da Serra, o que por si só já não abarcaria áreas importantíssimas. Segundo, quando da demarcação, para nossa surpresa, 90% dos sítios de Buenópolis (e os mais significativos) ficaram fora da área do Parque. Criou-se, esta forma, um Parque bem aquém do necessário e do que se esperava.

O Parque permaneceu apenas como um decreto até 2007, quando a instalação de um projeto de plantio de eucaliptos (Fazenda Vitória) trouxe uma grande mudança na situação. O projeto foi instalado no alto da Serra, no entorno do Parque, em Buenópolis, próximo a sítios arqueológicos e não foram feitos os estudos necessários a sua instalação. Além disso, em função do plantio, a estrada que liga Buenópolis ao alto da Serra foi reformada, sem qualquer cuidado, preocupação com o meio ou com os sítios e seu entorno. Como a reforma foi feita no período de chuvas, em diversos pontos ocorreu uma grande movimentação de terra e cascalho (retirada) para aterrar a estrada. Estes pontos, que distam de 100m a 1km dos sítios, além de modificarem a paisagem, prejudicaram tremendamente o entorno dos sítios e em diversos casos a estrada passou a estar bem mais próxima dos sítios, enquanto em outros, ocorreu uma grande movimentação de máquinas em frente aos sítios – vegetação amassada, derrubada, solo revirado, etc. – e há até mesmo em pelo menos um deles, durante as obras, os operários se instalaram nos sítios para preparo de comida, etc. O terreno do plantio, propriamente dito, era um imenso campo, onde se viam bandos de emas e, as poucas árvores que existiam foram derrubadas tratores e correntes.

Toda esta intervenção indevida levou a uma reação por parte da população de Buenópolis (na verdade bastante dividida), gerando uma denúncia ao MPE – Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Com base em nosso laudo, o MPE embargou o projeto de plantio e promoveu uma audiência pública em Buenópolis, da qual resultou a manutenção do embargo e a efetivação da gerência do Parque, cuja sede ficou instalada em Buenópolis. A partir de então, o Parque passou a existir de fato.

Assim sendo, uma série de medidas, que vão do combate e prevenção a incêndios, até atividades de educação ambiental começaram a ser implantadas. Bem mais timidamente, se percebe que os sítios estão mais protegidos, embora esta proteção não se faça da forma sistemática como se espera.

Importantíssimo também, foi a criação, em 2009, do Conselho Consultivo do PESCabral, do qual, deste então, o co-autor é um dos conselheiros. O Conselho é formado por representantes de diversos segmentos da sociedade, desde responsáveis por órgãos públicos ambientais até a população residente e/ou do entorno do Parque, bem como do setor privado comprovadamente atuantes na área de abrangência da Unidade de Conservação ou em seu entorno. Atuamos no segmento da comunidade científica.

A partir de sua criação, toda e qualquer intervenção na área do Parque ou seu entorno tem que ser discutida e aprovada no âmbito do Conselho e, embora ele seja apenas consultivo, seu posicionamento é importantíssimo e, até hoje, todas as suas decisões foram respeitadas tanto pela Gerência do Parque, quanto pelo IEF. Mais de um pedido de anuência para instalação de empreendimentos econômicos no entorno do Parque já foram barrados pelo Conselho, onde, felizmente, a maioria dos integrantes tem uma visão de preservação do local.

Outro fato importante e que demonstra a atuação e a importância do Conselho, foi a aprovação do Plano de Manejo do Parque incluindo a sua ampliação, bem como do seu entorno. Essa ampliação inclui as áreas onde se localizam os sítios arqueológicos na chapada de Buenópolis, até então sem a devida proteção, além das nascentes de córregos importantíssimos que desaguam na vertente oriental, como Riachão e Embaiassaia, responsáveis pelo abastecimento das áreas urbanas dos municípios de Buenópolis e Joaquim Felício, respectivamente.

Acreditamos desta forma, que, apesar de todos os problemas, haja uma dinamização nas atividades de preservação da Serra do Cabral.

Conclusão

Desde 2006, vimos realizando laudos para a Prefeitura Municipal de Buenópolis, sobre os sítios arqueológicos da região, cujo conjunto está registrado como bem cultural junto ao IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Este registro é extremamente importante para a Prefeitura, devido ao ICMS Patrimônio Cultural, que gera repasses para o Município. Desta forma, temos podido verificar a situação do patrimônio arqueológico e perceber, melhoras em meio a inúmeros problemas que permanecem.

O conjunto de sítios arqueológicos da Serra do Cabral, no Município de Buenópolis, pode ser considerado como tendo um estado de conservação de regular para bom, apesar da

inexistência de qualquer tipo de manejo até aqui. Contudo, esta classificação merece algumas ressalvas, para que não ocorram interpretações apressadas.

A maioria dos sítios classificados com bom estado de conservação encontra-se na região da serra do Cuba, separada da estrada principal por um córrego (sem ponte) do mesmo nome e acessada por uma estrada relativamente escondida, com estado de conservação regular (recentemente reformada). Por outro lado, o contraste entre o estado de conservação de alguns sítios é imenso: enquanto a maioria dos da região da serra do Cuba estão em excelente estado de conservação, sítios como Lapa Pintada III, importantíssimo, conhecido de toda a população regional e Lapa do Buriti estão em uma situação trágica. Os sítios mais ameaçados são, sem dúvida, os que se encontram à beira da estrada e a reforma de 2006 os ameaça ainda mais, o que fica claro quando se contrasta a localização dos pontos mais críticos da reforma com a localização dos sítios.

Contudo, mesmo na beira da estrada, é possível encontrar diversos sítios em bom estado de conservação, o que indica que sua localização implica em dois pontos distintos e contraditórios: ao mesmo tempo em que os torna mais vulneráveis devido à facilidade de acesso, também os torna mais fáceis de serem monitorados, pela mesma razão, dentro de um possível plano de manejo ou preservação. Mesmo alguns sítios considerados como regular ou em bom estado, necessitariam uma intervenção, uma vez que já é possível perceber-se, mesmo neles, alguns problemas naturais ou antrópicos.

Desta forma, sítios que em laudos anteriores foram classificados como bom, em laudos posteriores podem ser classificados como bom, mas necessitando de intervenção, devido às intensas queimadas que ainda assolam o local, além de, em menor número, ocorrer novas pichações. Outros sítios poderiam passar para regulares, mas a intervenção irregular na estrada não permite tal classificação.

Os maiores problemas ou danos observados nos sítios, desta forma, estão ligados aos incêndios, às intervenções na estrada e a visitas/uso indevido dos sítios: fogueiras, fuligem, desmatamento, acampamento, pichações, etc. Deve-se ressaltar, que alguns sítios considerados como de conservação regular ou ruim, já se encontravam nesse estado quando de sua descoberta: de lá para cá a coisa somente se agravou. O mesmo se passa com aqueles considerados como de conservação boa: já estavam assim quando descobertos e assim se mantêm por sua própria sorte. Outro ponto a destacar, é que as atuais intervenções na estrada são realizadas pela própria Prefeitura Municipal.

O caso mais grave, sem dúvida alguma, é o do sítio Lapa Pintada III. Sítio mais importante do conjunto possui uma longa história de depredação: escavado na década de

1990, já apresentava seu teto totalmente coberto de fuligem, além de inúmeros vestígios de garimpeiros de cristal de quartzo, coletores de flores secas e caçadores. Mesmo assim, escavado, o sítio revelou um valiosíssimo material das primeiras populações que ocuparam a Serra do Cabral. É o único, de todo o conjunto, com datação: 1650 a 300 anos atrás. Após a escavação, o sítio não sofreu qualquer tipo de proteção e sua situação vem piorando a cada ano, com novas depredações, como por exemplo o entulhamento da escavação e as pichações, apesar de ter sido elaborado projeto de recuperação do mesmo. Desta forma, é mais do que urgente uma intervenção neste sítio. Pelo menos a área da escavação pode ser restaurada.

Por outro lado, ficou claro na última vistoria, confirmando a anterior, que não foram identificadas intervenções como acampamentos, fogueiras, etc. Exceção disso é o sítio acima citado, onde há sempre vestígios novos. Ou seja, parece que nos últimos anos os sítios foram muito menos visitados. O problema principal, portanto, está ligado aos incêndios, o que não é um problema pequeno, muito pelo contrário. Neste sentido, uma recomendação, sempre feita, seria acerrar o entorno dos sítios: embora a área da Fazenda Vitória venha sendo atingida por queimadas, o fogo não atinge o reflorestamento, devido ao acero. Já o sítio Lapa do Nego II, na mesma região, tem que contar com a sorte.

Concluindo, o que se constata, é que o conjunto de sítios arqueológicos da Serra do Cabral, no Município de Buenópolis, continua na mesma situação, embora menos visitados nos últimos anos: além de não possuírem qualquer programa especial de preservação/monitoramento, está a cada dia mais vulnerável. Chama atenção e causa temor o fato de alguns sítios apresentarem problemas novos. Deve-se ressaltar ainda, que as atuais intervenções na estrada, a implantação do projeto de plantio de eucaliptos (Fazenda Vitória), a tentativa de implantação de um novo projeto de reflorestamento, vetado pelo Conselho do PESCabral, além de revelar todo um descaso com o ambiente e os sítios arqueológicos, continua a ferir a legislação federal que regula a proteção dos sítios e à pesquisa arqueológica, já que, até o momento, nenhum trabalho de arqueologia foi feito no local, nem se tomou qualquer medida para minimizar os efeitos da intervenção. Destaca-se, inclusive, que alguns dos sítios encontram-se dentro da área do Parque Estadual da Serra do Cabral (não todos infelizmente) e todos estão inseridos na área da APA da Serra do Cabral e no entorno do PESCabral.

É recomendável, portanto, a efetivação de um programa de proteção e manejo dos sítios, bem como a ampliação da área do Parque, abrangendo todos os sítios. Enquanto isto

não acontece, recomenda-se que Prefeitura Municipal e Gerência do Parque promovam, pelo menos, uma limpeza regular dos sítios, uma vez que alguns dos vestígios já se acumulam há algum tempo nas lapas.

Qualquer tentativa de implantação de novos projetos de reflorestamento deve ser vetada. Uma possível ampliação do Parque, como já está proposta, faria divisa com estas áreas. Deve-se também ficar atento ao que dita à legislação:

Resolução CONAMA 428/10 em seu artigo 5º:

Art. 5o Nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA, o órgão ambiental licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável pela administração da UC, quando o empreendimento:

I - puder causar impacto direto em UC;

II - estiver localizado na sua ZA; ou

III - estiver localizado no limite de até 2 mil metros da UC, cuja ZA não tenha sido estabelecida no prazo de até 5 anos a partir da data da publicação desta Resolução.

§ 1o Os órgãos licenciadores deverão disponibilizar na rede mundial de computadores as informações sobre os processos de licenciamento em curso.

§ 2o Em se tratando de Áreas Urbanas Consolidadas, das APAs e RPPNs, não se aplicará o disposto no inciso III.

Embora a arqueologia não esteja explicitamente referenciada na resolução, a existência de sítios arqueológicos em todo o entorno do Parque, como pode ser percebido pelo mapeamento, deve ser considerada. De fato, uma intervenção arqueológica somente seria necessária, caso algum projeto seja efetivado, o que esperamos não aconteça. Contudo, vale lembrar que a legislação preconiza que sítios arqueológicos são Patrimônio da União (Lei 3924 de 26/07/1961) e, desta forma, já são naturalmente protegidos, mesmo aqueles ainda não conhecidos. Por sua vez, a Constituição de 1988, Cap. II, dispõe sobre a proteção aos sítios arqueológicos e o papel de Estados e Municípios em sua conservação, enquanto a Resolução CONAMA Nº 001, de 23/01/1986, estabelece o levantamento arqueológico prévio a empreendimentos geradores de impacto ambiental previsto. Assim, implantar qualquer projeto que venha a realizar movimentação de solo, como reflorestamento, sem trabalho prévio de arqueologia, implica em grave infração à legislação.

Consideramos então urgente a Prefeitura Municipal implantar um projeto de preservação

dos sítios arqueológicos. O PESCabral deve necessariamente estar envolvido nestas ações: além de suas atividades de Educação Ambiental, consideramos necessário que ampliem as de Educação Patrimonial, inserindo cada vez mais o Patrimônio Arqueológico. Este patrimônio precisa ter a mesma atenção que possuem a fauna e a flora, não há e nem pode haver uma ordem de grandeza de importância entre as diversas expressões do patrimônio.

Por fim, é preciso que Prefeitura Municipal de Buenópolis e PESCabral estreitem cada vez mais a colaboração: ações do Parque e da Prefeitura têm o mesmo sentido e importância, não se justificando um distanciamento entre os dois.

Referências

CARVALHO, Eliana; CHEUICHE, Lilia. Arte rupestre das cavernas e abrigos da região norte mineira. *Espeleologia*, n.10, p. 199-209, 1976.

CARVALHO, Eliana; SEDA, Paulo R.G.. Os sítios com sinalações pesquisados pelo IAB: um guia para cadastramento. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira*, n.9, p. 23-67, 1982.

GIULIETTI, Ana Maria *et al.* Flora da Serra do Cipó, Minas Gerais: caracterização e lista das espécies. *Bol. Bot. Univ.*, v. 9, p.1-151, 1987.

MAIO, Celeste Rodrigues. *Geomorfologia do Brasil: fotos e comentários*. Rio de Janeiro: IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (folhas soltas), 1980.

NIMER, Edmon. Clima. In: *IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geografia do Brasil 3: Região Sudeste*. Rio de Janeiro: SERGRAF-IBGE, v.3, p. 51-89, 1977.

PANGAIO, Lúcia. *Dos Cerrados aos Campos Rupestres: florística, fisionomia e padrões de distribuição geográfica na Chapada de Buenópolis, Serra do Cabral, MG*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2010.

PIRANI, José R. Flora de Grão-Mogol, Minas Gerais: Anacardiaceae. *Bol. Bot. Univ.*, v.21, n.1, p.61-65, 2003.

SEDA, Paulo. *A caça e a arte: os caçadores-pintores pré-históricos da Serra do Cabral, Minas Gerais*. Tese (Doutorado), História Social, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

SEDA, Paulo; ANDRADE, Gilda. As representações zoomorfas da arte rupestre da Serra do Cabral: uma tentativa de identificação e classificação taxionômica. *Dédalo*, Pub. av., n. 1, p. 343-361, 1989.

SEDA, Paulo; DINIZ, Kátia G.. Escavações arqueológicas na Serra do Cabral: o sítio MG-VF-15, Lapa Pintada III. *Anais... VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro: SAB/Finep/ CNPq/UNESA, 1992. p.258-266.

SEDA Paulo; MENEZES, Rosângela; CAVALCANTE, Munique. Os instrumentos líticos das Lapas Pintada e da Dança, Serra do Cabral, MG: estudo comparativo. *Anais... XI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 2007, Rio de Janeiro. *SAB A arqueologia do novo milênio*. Rio de Janeiro: SAB, 2007. p. 1-19.

SEDA, Paulo; PANGAIO, Lúcia. Estrategistas r e K e populações pré-históricas: a distribuição energética na Serra do Cabral, MG. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira*, v. 10, p. 33-49, 1997.

SEDA, Paulo *et al.* *Cartilha arqueológica da Serra do Cabral*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Sub-Reitoria de Extensão/Programa de Estudos da Pré-História Brasileira, 2001 (no prelo).

SEDA, Paulo; SILVA, L. P. R.; MENEZES, R.. A arte rupestre da Serra do Cabral (MG) e a ocupação humana nos abrigos da região: abordagem inicial. *Arquivos do Museu de História Natural*, v. 8/9, p. 155-84, 1984. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas/210?task=view..>>. Acesso em: 26 out. 2016

PATRIMÔNIO E FRUIÇÃO: preservando as memórias dos sítios arqueológicos do Município de Camalaú/PB

Thaís Catoira*

Carlos Xavier de Azevedo Netto**

Resumo

Este trabalho resulta de análises parciais de nossa tese de doutorado em fase de desenvolvimento, de modo a apresentar aqui, o conjunto de sítios arqueológicos identificados no município de Camalaú, localizado no Cariri Ocidental paraibano. Nesse sentido, objetiva-se refletir como uma alternativa metodológica a incorporação de depoimentos memorialísticos, bem como as fruições dos sujeitos que habitam o entorno ou atuam profissionalmente com o bem cultural, a fim de compreender através de tais informações adquiridas, como tal produto cultural é representado e aceito pelas comunidades locais, procurando a possibilidade de visualização dos fluxos informacionais dentro das coletividades humanas nas construções memorialísticas e identitárias. Assim, aborda-se neste trabalho, conceito de patrimônio que desloque a dicotomia material e imaterial, assumindo que, o patrimônio cultural é resultante de construções simbólicas, que operam nos jogos de poder e de interesses das políticas culturais e da própria sociedade, no qual se determina e seleciona-se o que irá se representar, preservar, ou o que será esquecido e descartado pelo grupo. Em relação aos procedimentos metodológicos foi empregado o trabalho de campo etnográfico de modo a refletir como se dá a patrimonialização e institucionalização de um bem cultural, registrando diferentes formas de representação desses patrimônios. Sem pretensão de fechar tal discussão, procura-se refletir e criar provocações para o campo da Ciência da Informação e de outras áreas que atuam diretamente com patrimônios culturais e suas relações sociais, de memórias e identidades.

Palavras-chave: Camalaú/Pb; Patrimônio Arqueológico; Fruição, Preservação.

* Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB; thaiscatoira.ufp@gmail.com Doutoranda em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFPB.

** Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB; xaviernetto@gmail.com Arqueólogo, Coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).

Introdução

O presente artigo apresenta informações dos sítios arqueológicos identificados no município de Camalaú, localizado no Cariri Ocidental paraibano, de modo a compreender as diferentes representações construídas através da fruição das percepções dos sujeitos, que habitam o entorno desses patrimônios. Buscou-se neste sentido, uma alternativa metodológica que incorporasse além das dimensões sensoriais, as memórias daqueles que convivem e atuam profissionalmente com o bem cultural.

Esses sujeitos, em posições distintas, que partilham do mesmo patrimônio cultural oferecem diferentes formas de representação sobre o mesmo objeto, entendem e percebem a coisa¹ tanto de modo distante, quanto próximo, pois os significados e as imagens construídas irão se configurar conforme o *habitus*² no qual estão inseridos (MILLER, 2013).

A representação da informação, que não deixa de ser uma apropriação de conceitos e sentidos para se dar atribuição a algo, não pode prescindir, segundo Bezerra (2013), dos modos de fruições que se manifestam durante o processo. Pode-se dizer que tanto no campo da Ciência da Informação, bem como da Arqueologia, os profissionais trabalham diretamente com os objetos e as coisas, e por esse motivo deparam-se constantemente como o processo de fruição. Entretanto, os discursos e *habitus* científicos a que estão submetidos cotidianamente podem disciplinar os olhares e sentidos, provocando perdas significativas em outros contextos, que de “tão óbvio que cega” (MILLER, 2013, p. 79).

Dessa forma é interessante pensar em relações mais simétricas nos diálogos entre os diferentes sujeitos, buscando um “imbricamento sensorial das pessoas com as coisas” (BEZERRA, 2013, p.108). Para isto, realizou-se uma pesquisa de campo, cuja abordagem orientou-se por meio de uma perspectiva etnográfica, a fim de obter informações de como os sítios arqueológicos de Camalaú são representados, identificando possíveis fluxos informacionais que permeiam nesta comunidade, bem como suas construções identitárias e de sua memória social.

Destarte, aborda-se neste trabalho, o conceito de patrimônio que desloque a dicotomia material e imaterial, assumindo que, o patrimônio cultural é resultante de construções

¹ O sentido de coisa neste artigo é fundamentado a partir das noções de Ingold (2012), a coisa como um acontecer, em devir; e ainda conforme Miller (2013, p.83), no qual as “Coisas, veja bem, não coisas individuais, mas todo o sistema de coisas, com sua ordem interna, fazem de nós as pessoas que somos”

² A noção de *habitus* trabalhada por Miller (2013) é fundamentada pela perspectiva de Pierre Bourdieu, no qual tal noção envolve uma subjetividade socializadora, e corresponde a um “conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam” (SETTON, 2002, p.63).

simbólicas, que operam nos jogos de poder e de interesses das políticas culturais e da própria sociedade, no qual se determina e seleciona-se o que irá se representar, preservar, ou o que será esquecido e descartado pelo grupo.

Patrimônio, Informação e Memória: a fruição como uma dimensão sensorial para Ciência da Informação

Ao estudar o termo patrimônio, nos deparamos com uma diversidade conceitual que foi se modificando ao longo da história ocidental, seja seu entendimento voltado ao viés econômico - no sentido de propriedade e herança, passando pelo caráter utilitarista ou ainda a partir de uma noção cultural que envolve distintas dimensões simbólicas. Para Miller os trechos seriam agente-chave no estudo da cultura material, no qual,

Uma sociedade particular elabora suas práticas culturais mediante um padrão subjacente que é manifestado numa multiplicidade de formas diferentes. Ao aprender a interagir com uma profusão de culturas materiais, o indivíduo cresce aceitando as normas que nós chamamos de cultura. A criança não aprende essas coisas como um conjunto passivo de categorias, mas por meio de rotinas cotidianas que levam a interações consistentes com as coisas, [...] (MILLER, 2013, p. 82-83).

Assim, tal conceito se apresenta com diferentes contornos semânticos conforme o contexto social e espaço-temporal no qual está e foi inserido, e para este artigo, aceitamos a noção de patrimônio, como categoria de pensamento, no sentido de perceber as diversas dimensões significativas sócio-culturais e políticas que são cruciais para manutenção dos grupos sociais humanos (GONÇALVES, 2003; GONÇALVES, 2005; SALAINI; GRAEFF, 2011).

Outro aspecto ligado à noção de patrimônio para o qual refletimos sobre seu sentido, refere-se ao entendimento de materialização³. A materialização enquanto perceptível aos sentidos, para além de uma idéia meramente física – de objetificação. Doravante, acreditamos não ser necessário o uso dos termos tangível e intangível como forma de distinção (GONÇALVES, 2005), e diante de tal perspectiva, corrobora-se com Gonçalves (2005, p.3) em que todo “o patrimônio sempre foi e é ‘material’”.

O patrimônio cultural ultrapassa assim, a dicotomia material e imaterial, e se constrói numa dimensão inter-relacional, onde segundo Lima (2011, p.20) “o que é informado pelos sentidos – aí incluído o universo material – torna-se uma experiência da consciência”, e dessa forma provoca as diferentes formas de representação que um

³ No sentido de estar afeito aos sentidos humanos, de produzirem efeitos nestes sentidos.

patrimônio pode evocar, pois a “[...] cultura material é um sistema estruturado de signos [...]”, que está constantemente inserida num processo de semiose, transmutando-se em suas formas, espaço e tempo (LIMA, 2011, p.19).

Essa forma de percepção e que por conseqüência leva à interpretação das coisas e de nós mesmos, nos faz olhar, para dentro e para fora, criando novas relações e significados, sobre ser e estar no mundo. Essa capacidade humana se dá dentro de uma relação processual graças à semiose ilimitada (ECO, 1980), e simultaneamente deve-se considerar que “[...] não há ‘reconstruções’, mas construções do passado, fortemente influenciadas por agendas políticas contemporâneas”, conforme atenta Lima (2011, p.19), assim como, “[...] projetar sua identidade em outrem, por intermédio de suas sínteses criativas” (MOURA, 2006, p.11), ao mesmo tempo em que transforma, é transformado, contribuindo em sua própria re-significação enquanto ser.

Desta maneira a fruição perpassa o olhar, o tangível e o intangível, os sentidos e suas percepções. Em relação à percepção, a fruição seria o entre, e coloca-se um pouco além, pois ela imbrica-se com o ato interpretativo, ultrapassando os sentidos, e adentrando aos posicionamentos, questionamentos sobre aquilo que se sentiu, viveu, como na experiência do agora. De modo que,

[...] a fruição não deve acontecer apenas pelo olhar, mas também pela articulação do corpo, dos sentidos corporais, das sensações, exige que a experiência aconteça, para que a matéria em estudo seja capturada [...] como forma de atribuir significados e contextualizações de seu próprio tempo e espaço (GÖTTES, 2011, p.35).

Nesta perspectiva, a fruição encontra-se tanto no processo relacional, perpassando o perceptível e sensorial, já que envolve uma relação de entrega e proximidade entre observador e a coisa, o que permite a expansão e alargamento dos significados (CLEMENTE, 2011; RANKE, 2012). Ao trazer tal discussão para o campo da Ciência da Informação, a temática do patrimônio cultural relaciona-se diretamente com o campo da memória⁴ que possibilita pensar uma representação da informação flexibilizada.

Estabelecendo um entrelaçamento das discussões para este trabalho, é essencial apresentar nossa perspectiva em relação ao conceito de memória. A memória possui “graus sucessivos e distintos de tensão ou vitalidade, difíceis de definir [...]” (BERGSON, 2010, p.199) e conseqüentemente se coloca como processo, ação, ou ainda,

⁴ A Ciência da Informação por sua vez, concebe em suas perspectivas, a memória como fenômeno social - produto das relações sociais e identidades promovidas pelos sujeitos - ultrapassando assim, o aspecto individual da lembrança (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2008).

agenciamento de eventos, personagens e fatos, em constante devir, pois através de sua atualização do passado coloca-se sempre no tempo presente, sendo reinventada, re-contextualizada, mediada pela experiência (AZEVEDO NETTO, 2008).

O passado e o presente coexistem num mesmo tempo, assim a memória coloca-se como uma agenciadora do patrimônio cultural, abrindo espaço para que a Ciência da Informação busque compreender e estudar o fenômeno informação, em seus diferentes contextos, meios e suportes, levando em consideração a movimentação, ação, fluxos, condições de possibilidades que seu objeto de estudo produz, atentando essencialmente neste trabalho, para a representação das informações, como um processo cultural.

A metodologia concebida para esta pesquisa concentrou-se no contexto memorialístico, a partir da fruição entre os sujeitos pesquisados (moradores que habitam o entorno dos patrimônios arqueológicos e profissionais que atuam com esses patrimônios), o pesquisador e o bem patrimonial analisado. Com as informações resultantes dos depoimentos memorialísticos, das práticas e das fruições que se deram entre as pessoas e coisas envolvidas, foi possível compor através de processos interpretativos, diferentes referenciais de memórias e práticas culturais. Pautou-se assim, num estudo de base etnográfica envolvendo o trabalho de campo, com uma observação participante, que “é realizada em contacto directo, frequente e prolongado do investigador, com os actores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa” (CORREIA, 2009, p.31).

O Município de Camalaú/PB: o contexto histórico e seu patrimônio arqueológico

O nome da cidade de Camalaú segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵ (2016), teria origem graças ao lugar pertencente à tribo Caibus⁶, cujo chefe seria um guerreiro conhecido por Camalaú. Mariano Sobrinho (1996) apresenta outras teorias sobre a gênese que envolve o nome da cidade de Camalaú, a exemplo disso, toma como referência uma formação geográfica que, para alguns, se assemelharia ao desenho de um seio feminino, numa alusão à Pedra do Salão, e também conhecida, por Pedra da

⁵ IBGE. Histórico do Município - Camalaú. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250390>> Acesso em: 14 jan. 2016.

⁶ Dentre as vertentes que traçam a origem dos habitantes pré-históricos do Cariri Paraibano, como Mariano Sobrinho (1996), algumas tribos descenderiam da região do Caribe, essa teoria aproximaria o termo Caibus, a terminologia Karibo, que segundo a linguagem artificial Esperanto, corresponderia a grupos indígenas cuja família lingüística pertencia à região caribenha.

Rajada (MARIANO SOBRINHO *et al.*, 2012). Em relação à sua formação enquanto cidade, Neves aponta que,

[...] a fundação do povoado deu-se em 21 de julho de 1895 quando, oficialmente o casal Domingos Ferreira Brito e Rosa Maria da Conceição doara a Igreja Católica mais de dezesseis hectares de terra para a formação do patrimônio de São José, que hoje é o padroeiro da cidade, por solicitação de José Cardoso da Silva, que então passou a ser considerado o fundador do município (NEVES, 2010, p.22).

Apesar da doação da Fazenda Boa Vista, realizada pelo casal supracitado, o povoado só passa a ser denominado enquanto categoria de município em 12 de dezembro de 1961, ao ser desmembrado do município de Monteiro/PB pelo então governador da Paraíba Pedro Moreno Gondim. Finalmente em 19 de março de 1962 Camalaú tem sua emancipação política, embora a herança coronelista tenha persistido por quase vinte anos. Neste sentido, Mariano Sobrinho e colaboradores enfatizam que:

É curioso observar que uma das condições impostas pelos chefes políticos da época da emancipação foi a de que não deveria haver “divisão política” no novo município, ou seja, a oposição deveria morrer e todos os candidatos deveriam ser eleitos por acordo – e isso aconteceu até o ano de 1981, quando foi reerguida a bandeira da oposição (MARIANO SOBRINHO *et al.*, 2012, p.40).

Em relação aos patrimônios arqueológicos distribuídos pela região de Camalaú são compostos por pinturas rupestres, materiais cerâmicos⁷ e líticos, cemitérios. Sua localização está situada na mesorregião da Borborema, no Cariri paraibano, com clima semi-árido e mata típica da caatinga. Segundo Neves (2010), um dos primeiros documentos que faz referência às pinturas rupestres é de autoria de Ambrósio Fernandes Brandão na obra “Diálogos das grandezas do Brasil” de 1618. O patrimônio arqueológico de Camalaú não se encontra situado num único local. Em Camalaú é possível encontrar sítios arqueológicos em diferentes localidades da área rural, no entorno da cidade, conforme destacado em vermelho na imagem abaixo.

⁷ O estudo do material cerâmico pode auxiliar na compreensão da função simbólica do sítio (AZEVEDO NETTO; ROSA; MIRANDA, 2011).

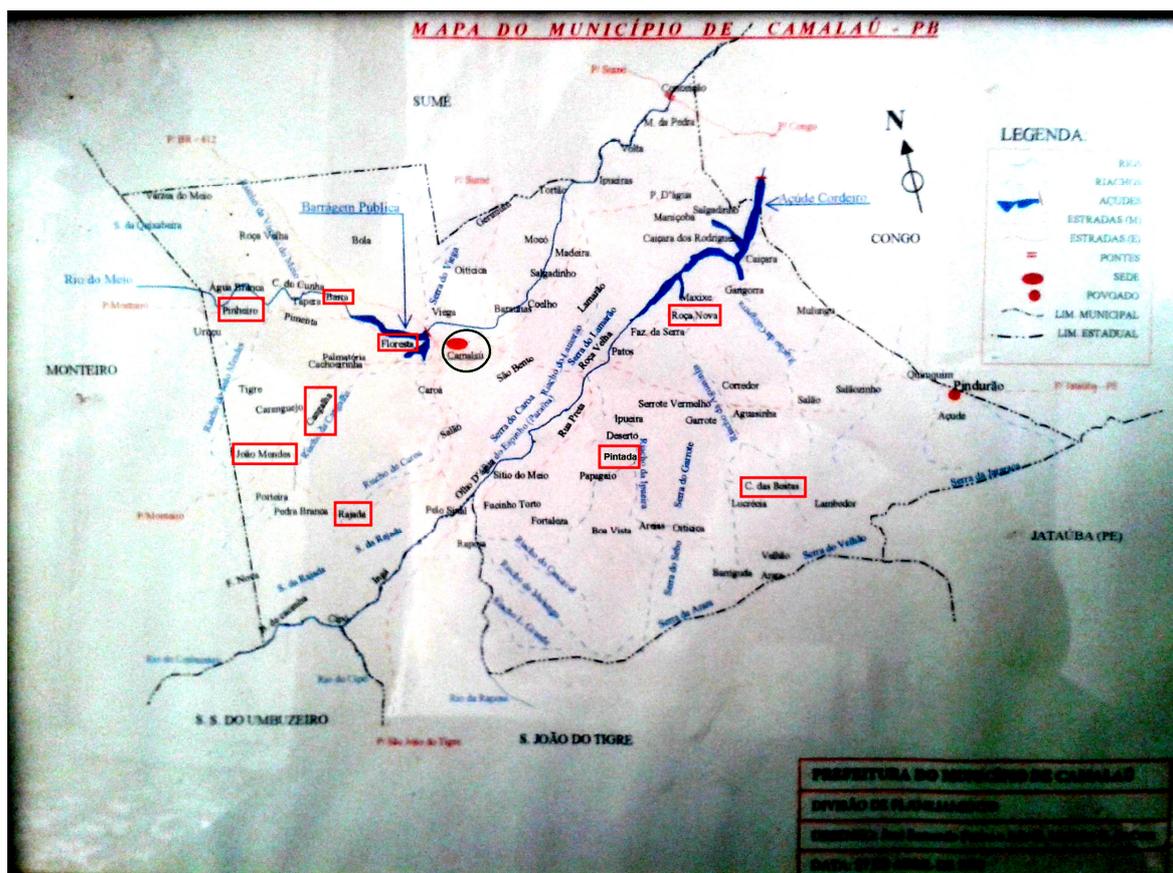


Imagem 01 - Mapa do Município de Camalaú, - a zona urbana de Camalaú está destacada com o círculo verde, e os sítios arqueológicos identificados em vermelho (Efeito com contraste -40%, para melhor visualização). Fonte: Acervo Pessoal.

Em relação aos registros gráficos podem ser classificados, segundo Santos Júnior dentro do que se denomina de tradição Nordeste ou Agreste (pinturas),

A tradição Nordeste apresenta em seus painéis uma predominância de grafismos reconhecíveis compostos por figuras humanas, representações de animais, plantas, utensílios, artefatos e adornos. Tem como principais características a narração e diversidade de cenas com grafismos em pequenas dimensões (geralmente entre 5 a 10 cm), com sensações de movimentos e ação. Existe uma predominância de representações antropomorfas e zoomorfas, e em menor número, os fitomorfos e os utensílios/artefatos culturais (SANTOS JÚNIOR, 2008, p.34).

Segundo Santos Júnior (2009) os sítios de Camalaú estariam inseridos, juntamente com outros sítios das regiões de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, em uma possível rota de migração, cuja hipótese coloca o Piauí (São Raimundo Nonato) como epicentro dessa tradição gráfica de registros pintados, em que teria uma extensão por toda região Nordeste, utilizando o rio São Francisco como via de acesso para os deslocamentos.

Devido à próxima semelhança entre as características de apresentação gráfica, Santos Júnior explica que:

Essa provável rota migratória com a região da Serra da Capivara no Piauí vem sendo estudada por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco há várias décadas, tendo como um dos critérios de análise as representações humanas rupestres do Seridó, [...] (SANTOS JÚNIOR, 2008, p.34).

Ao buscar informações locais disponíveis sobre os sítios arqueológicos de Camalaú, foi possível encontrar dados nos relatórios da empresa CMT Engenharia, responsável pelo “Projeto São Francisco – um Brasil mais integrado e melhor para todos”, e ainda, em obras literárias de moradores da região, como padre João Jorge Rietveld e o professor José Mariano Sobrinho.

Padre João Jorge Rietveld que veio da Holanda atuar no Cariri paraibano em meados dos anos de 1980, chegou ao município de Monteiro/PB, onde passou a ter contato com as pinturas rupestres, passando assim a investigar e buscar por toda região do Sul do Cariri, sítios arqueológicos. Em seu livro “Aspectos históricos do catolicismo no sul do Cariri Paraibano” publicado em 2015, Rietveld (2015, p.24) diz que “considera o passado a partir da Igreja Católica [...]” e inserido nesta perspectiva narra sua admiração e suas investigações “arqueológicas” incluindo o município de Camalaú.

Rietveld (2015) ao tomar conhecimento e se deparar com tais pinturas, apresenta em sua obra diferentes histórias sobre estas imagens, coisas que ouviu de alguns moradores locais que denominavam as pinturas o termo “letreiros dos flamengos” de modo a ter a seguinte representação e significado:

Os desenhos seriam também indicadores de lugares que guardavam tesouros escondidos por holandeses, porque eram vistos como detentores de grandes riquezas. Por isso, tantas escavações nos lugares onde estes foram pintados: testemunhas caladas de tentativas de ‘arrancar uma butija’.

Rietveld (2015) diz ter inventariado cerca de vinte e oito sítios arqueológicos em todo Sul do Cariri, entre suas observações a respeito das pinturas rupestres, fala sobre o domínio da cor vermelha (pigmentação), a aparição da cor preta e branca. Em relação a posição dos desenhos, identifica que localizam-se entre o nível do chão até a altura onde uma mão adulta pode alcançar⁸, e observa que tais inscrições se posicionam em

⁸ Em trabalho de campo com a equipe do professor Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto, encontrou-se

locais onde há mais sombra durante o dia. Para Rietveld (2015, p.30) em alguns sítios arqueológicos de Camalaú aparecem mãos carimbadas, como nos sítios da Pedra Pintada e Pedra do Caboclo⁹ cuja interpretação do padre se coloca da seguinte maneira “Elas podem transmitir a mensagem: Eu estive aqui e participei de cerimônias”.

Durante o trabalho de campo, em conversa com Antonio Mariano Sobrinho, ele menciona a ação de equipes de arqueólogos em Camalaú a partir de 1997 até meados dos anos 2000. Ele se refere à equipe do Programa de Conscientização Arqueológica (PROCA), uma organização não governamental (ONG) vinculada à Universidade Estadual de Campina Grande, também mencionada por Rietveld (2015), no qual recebeu o convite desta equipe para se associar da Sociedade Paraibana de Arqueologia (SPA).

É possível também encontrar outras informações a respeito dos sítios de Camalaú, como através do Projeto Arqueologia do Cariri, iniciado no ano de 2004 e em pesquisas desenvolvidas por alunos de mestrado e doutorado em arqueologia, pela Universidade Federal de Pernambuco a exemplo de Matos (2015), Universidade Federal da Paraíba, com Oliveira (2009), entre outros projetos de pesquisa, sob orientação do professor Carlos Xavier de Azevedo Netto, responsável pelo atual levantamento dos sítios arqueológicos camalauenses.

Quadro 01 - Levantamento dos Sítios Arqueológicos de Camalaú-PB

SÍTIO	MATERIALIDADE		LOCALIZAÇÃO ¹⁰	
	NATUREZA	MODALIDADE	UTM E	UTM N
Sítio Tapuio	Registro Rupestre e Cerâmica	Cerâmica e Lítico	749385	9129051
Sítio Cacimba das Bestas I	Registro Rupestre	Pintura	754572	9120600

pinturas rupestres em alturas e locais onde a atual formação geográfica não permitiria ser caracterizada ao “alcance de uma mão adulta”, algumas pinturas encontram-se em posições de difícil acesso, e em elevadas alturas.

⁹ Pedra do Caboclo é a denominação utilizada pelos moradores locais, corresponde ao Sítio Barra, entretanto não há pinturas neste sítio, mas um cemitério indígena. Talvez o padre ao utilizar o termo Pedra do Caboclo estaria se referindo ao Sítio do Mateus/João Mendes, ou localmente denominado como Pedra do Letreiro.

¹⁰ Todos os sítios se encontram na Zona 24M, para tanto deve considerar as coordenadas da seguinte maneira: UTM 24M xxxxx E, ou UTM 24M xxxx N

Sítio Cacimba das Bestas II	Registro Rupestre	Pintura	754680	9120693
Sítio Cacimba das Bestas III	Registro Rupestre	Pintura	754879	9120160
Sítio Cacimba das Bestas IV	Registro Rupestre	Pintura	754963	9120227
Sítio Cacimba das Bestas V	Registro Rupestre e Cerâmica	Pintura	754947	9120126
Sítio Beira Rio	Registro Rupestre	Pintura	737199	9127259
Sítio Cangalha	Registro Rupestre	Pintura	732156	9121177
Sítio Roça Nova	Registro Rupestre	Pintura	751314	9127161
Sítio Pedra da Pintada I	Registro Rupestre	Pintura e Gravura	755903	9120843
Sítio Pedra da Pintada II	Registro Rupestre	Pintura	755881	9120828
Sítio Parque das Pedras	Cemitério	Ósseo, Cerâmica, Lítico	738228	9127050
Sítio Barra	Cemitério	Ósseo e Cerâmica	734735	9129133
Sítio Mateus	Registro Rupestre e possível Cemitério	Pintura e Ósseo	731086	9126825

Fonte: (OLIVEIRA, 2009) e Dados do Projeto Arqueológico do Cariri Paraibano (2006).

Neste sentido, através de uma breve descrição pode-se pontuar algumas características e particularidades dos Sítios Arqueológicos de Camalaú, trazendo informações adicionais de memórias e fruições dos moradores camalauenses, que foram percebidas durante a

pesquisa de campo. O **sítio Tapuio**¹¹, que se localiza na propriedade privada do Sr. Lula Pereira (PATRIOTA, 2014), possui uma formação rochosa, com painéis de pintura rupestre, voltados para direção norte. Como descrevem Azevedo Netto e Matos existe

[...] grande quantidade de mãos em positivo, de crianças e adultos, um grande número de motivos geométricos, motivos que lembram antropomorfos de mãos dadas e um motivo que lembra a figura de um caranguejo, todos na cor vermelha clara (AZEVEDO NETTO; MATOS, 2012, p. 45).

Ainda sobre o sítio Tapuio,

[...] possui três painéis com pinturas rupestres que ao todo possui o comprimento de 28.80 metros. As representações – desgastadas pela ação natural do tempo e animal – na sua maioria são mãos (adultas e de crianças) que estão bem mais conservadas e visíveis, principalmente no lado direito do 3º painel que faz divisa com o 2º painel (PATRIOTA, 2014, p.86).

Durante a pesquisa de campo deste trabalho, não foi possível o acesso ao Sítio Tapuio devido aos constantes assaltos nas estradas. Para tanto, tomaremos como referência as observações de Patriota (2014), que descreve detalhes sobre o sítio Tapuio, cujos registros pictográficos se configuram em pinturas de mãos (crianças e adultos), gravadas ou pintadas. Em relação ao entorno, foram encontrados vestígios cerâmicos e vestígio lítico. Para Azevedo Netto e Matos (2012, p.45) as pinturas rupestres destacam “a presença de motivos inéditos para a região, como a representação do “caranguejo” e alguns motivos geométricos”. Sobre o estado de conservação das pinturas rupestres deste sítio, estão consideravelmente desgastadas, devido aos próprios agentes naturais daquele ambiente, tais como urina de mocó, a criação de bovinos local, e os intemperismos climáticos (AZEVEDO NETTO; MATOS, 2012).

O **sítio Cacimba das Bestas** foi dividido em quatro localidades, o **sítio Cacimba das Bestas I** possui um bloco de rocha compacta de granito, com cerca de sete metros e vinte centímetros de comprimento, por quatro metros de altura (MATOS, 2015). Em sua superfície constam, segundo Matos (2015, p.79) “uma área pictórica de 8,19m², caracterizada pela presença substancial de representações de mãos, pintadas na cor vermelha”. O **sítio Cacimba das Bestas II** é composto por dez painéis com pinturas que em sua maioria correspondem a cenas de Tradição Nordeste, como antropomorfos e

¹¹ Segundo Pereira (2005, p.4) a palavra Tapuio vem do tupi-guarani, “[...] é uma referência aos índios que foram forçados a abandonar suas aldeias [...]” e representa uma “[...] denominação genérica do desprezo que se davam entre si”. Assim, para os tupis e portugueses, tapuio era o inimigo, hostil e escravo.

figuras zoomorfas, e ainda pinturas com motivos geométricos (AZEVEDO NETTO; DUARTE; OLIVEIRA, 2009).

Na sequência, o **sítio Cacimba das Bestas III** é formado por um bloco granítico, que devido à ação do vento esculpiu-se uma depressão, que pode servir de abrigo. Apresenta pinturas em formato de grafismos puros (geométricos), na tonalidade vermelha, com representações que se aproximam de figuras zoomorfas (MATOS, 2015). O **sítio Cacimba das Bestas IV** apresenta-se também por um bloco de granito, com trinta e dois metros de comprimento, por três metros e cinquenta e cinco centímetros de altura, com seis manchas pictóricas em sua superfície, Segundo Matos (2015, p.82) “a predominância é de grafismos puros (geométrico). Ao todo foram identificadas 64 representações antropomórficas no sítio. A maior parte encontra-se na área abrigada”. Por estarem em uma área protegida, sem exposição ao sol, chuva, vento, as pinturas se encontram em melhor estado de conservação (MATOS, 2015).

O **sítio Cacimba das Bestas V** reúne um conjunto de blocos de granito, que segundo Matos (2015) apresenta em dimensões gerais sete metros e vinte centímetros de comprimento por seis metros e dez centímetros de altura. As pinturas predominantemente avermelhadas com motivos geométricos (MATOS, 2015). J.A. (46, M.)¹², que habitou a região deste sítio, relembra e descreve uma cena de caça, as letras (pinturas), e narra o quanto gosta de ficar olhando e pensando quem e quando teriam sido feitos, comenta ainda que perto de onde ficam as pinturas, os moradores à noite, ouvem assobios e “dizem que é coisa de caboclo brabo, ou das caiporas”.

Sítio Beira Rio, segundo Matos (2015, p.93) resulta de um “afloramento gnáissico. Encontra-se em frente a um curso d’água intermitente que, após ser artificialmente represado, atualmente é o açude municipal de Camalaú”. Atualmente o açude encontra-se em situação crítica devido aos seis anos de seca na região. Dentre as pinturas deste sítio, há uma predominância de figuras zoomórficas. Para Azevedo Netto; Matos (2012, p.47), foi possível identificar em momento posterior “um possível padrão de representação dos ornitomorfos, os quais aparecem, em sua maioria, em pares”. Para os moradores do entorno deste sítio M.F.S. (67, F.) e M.V.S. (68, M.) as pinturas seriam “coisa feita no começo do mundo”, e fazem parte da natureza, quando M.V.S (68, M.) fala sobre as pinturas próximas de sua casa, diz “pia, que coisa bem feita”.¹³

¹² Os nomes dos informantes são identificados na pesquisa da seguinte forma: iniciais do nome, idade e sexo.

¹³ “Pia” na linguagem nordestina tem o mesmo contexto da palavra “olha”.

O **sítio Cangalha** é composto por três painéis, considerado por Azevedo Netto; Duarte e Oliveira (2009) como um sítio abrigo, possui grafismos em formatos espiral concêntrico em tons de branco e preto, círculos com preenchimento, e ainda linhas paralelas na tonalidade vermelha (MATOS. 2015). Durante a pesquisa de campo, observou-se que poucos moradores do entorno sabem de sua existência a exemplo de R.B.B. (45, F.) professora da cidade, que apesar de sempre ter morado nas proximidades nunca conheceu pessoalmente o sítio arqueológico, a professora ressalta “a gente deixa de conhecer a nossa região pra conhecer a região dos outros”. Já A.E.F. (73, F.) descreve que “não tem o que ver, porque não entende nada”, para ela as pinturas são letras de um tempo antigo, mas por ser analfabeta não consegue ler. Esta maneira de olhar e perceber as pinturas rupestres, como letras que não conseguem ser lidas, aparece em grande parte das falas dos moradores do entorno dos sítios arqueológicos de Camalaú.

Outro sítio o **Roça Nova**, segundo Azevedo Netto; Duarte e Oliveira (2009) possui cinco painéis de pintura que variam entre figuras de motivos naturalistas como geométricos. Entre os grafismos naturalistas, chama-se a atenção para a cena com “representações de relações sexuais, havendo também a presença de grafismo puro e carimbos” (AZEVEDO NETTO; DUARTE; OLIVEIRA, 2009, p. 49). Em relação a esta cena especificamente, pode-se identificar outra interpretação como a do padre Rietveld como “um desenho apresenta uma dança, [...]. Acho que este painel do Roça Nova é uma exceção e pertence a tradição nordeste, [...]” (RIETVELD, 2015, p.32). Para F.F.N. (54, M.) as pinturas rupestres que ali se encontram são muito importantes, estão localizadas na propriedade de seu tio de 97 anos, que não compartilha do mesmo pensamento, “você acredita que ele nunca viu”. Durante a conversa sobre as imagens pintadas, M.R.S. (47, F.) professora da escola rural local, ela descreve os desenhos pela memória, “tem vermelho e amarelo, tem lagarto e uns círculos”, fazendo o movimento da imagem no ar, e ao referir-se à cena, acima analisada pelos arqueólogos e pelo padre, a moradora considera como uma “brincadeira de roda”.

O **sítio Pedra da Pintada** também foi dividido em **Pedra Pintada I e II**, este sítio também pode ser identificado em alguns documentos como Pedra da Florinda. Sobre o Pedra Pintada I trata-se de um bloco de granito, com nove painéis, apresentando tanto pinturas, quanto gravuras, na tonalidade vermelha. Segundo Azevedo Netto; Duarte e Oliveira (2009, p.48) as gravuras possuem formas geométricas, e “[...] as figuras de forma naturalistas com algumas pinturas apresentando características de mãos e redes”, além de um antropomorfo (MATOS, 2015).

Já o **sítio Pedra Pintada II** constitui-se de blocos de granito, formando um abrigo, as pinturas representam grafismos geométricos e manchas de tintas (MATOS, 2015). A.C. (58, M.), que morou durante 18 anos neste sítio, relata que além das pinturas, as pedras parecem painéis de pressão, porque emitem um som “que é um mistério que tem dentro delas”, e que no período que residiu naquele local incentivava as visitas e o turismo, “veio muita gente da Holanda, Alemanha, sempre tinha gente de fora” e que atualmente “quase não vai gente, as escolas iam lá, hoje não sei”, o atual proprietário reside em Recife/PE, o que provavelmente deve dificultar o acesso ao local.

O **sítio Parque das Pedras** também se apresenta como um bloco de granito, formando um abrigo natural. Neste sítio, foi realizado processo de sondagem e escavação, identificando vestígios ósseos, líticos, e até o momento, raros cerâmicos (AZEVEDO NETTO; MATOS, 2012). Este cemitério foi encontrado pelo professor e proprietário J.D.F. (71, M.) quando estava com seu funcionário limpando o terreno para a pastagem de sua criação de cabras, para descansar sentaram em baixo do abrigo de pedras, quando então teve uma “intuição” e falou para seu funcionário cavar “cava aqui nos pés, a gente vai encontrar uma botija ou ossos humanos”, ao cavar encontraram um dente e assim começaram a encontrar diferentes partes do corpo humano. J.D.F. (74, M.) sabia que não deveria alterar o local por ter conhecimento prévio, optou assim em avisar o professor Carlos Xavier de Azevedo Netto, pois sabia de seu trabalho com sítios arqueológicos na região.

Outro sítio desta região de Camalaú é o **Sítio Barra** ou também conhecido com Pedra do Caboclo, que assim como o sítio Parque das Pedras, configura-se como um abrigo de rochas com dimensões de nove metros de comprimento, dois metros e cinquenta centímetros de largura e um metro e noventa e três de altura. Apresenta uma grande quantidade de vestígios ósseos, e ainda possui vestígios cerâmico, lítico, cestarias entre outros, estes vestígios estão passando por análises antropométricas (analisa as medidas e dimensões das partes que compõem o corpo humano) e tafonômicas (analisa os organismos em decomposição, como casos de fossilização) através da parceria estabelecida com a Universidade Federal do Sergipe, que possui laboratório especializado para estes fins (MATOS; SOUZA, 2011).

Atualmente, parte do material foi retirado, e enviado ao laboratório para análise, esse período entre a recolhida e ida do material ao laboratório pode causar um distanciamento na relação do pesquisador com o morador local, conforme foi observado a partir da conversa com J.E.S. (55, M.) proprietário do Sítio Barra, que julga que a “falta de

interesse seria menor se tivesse mais informações” e questionou sobre o que seria feito dos materiais retirados, se seriam devolvidos e quais informações os arqueólogos conseguiram em suas pesquisas.

E por fim, o **sítio Mateus** que por fazer fronteira com o Sítio João Mendes pode ser confundido, mas para os moradores locais este sítio é reconhecido como Pedra do Letreiro. Uma grande formação rochosa que oferece um grande abrigo, e possui grafismos puros, antropomorfos, espirais, entre outros, na pigmentação avermelhada, e em bom estado de conservação. Foi realizada uma sondagem, a partir do uso de quadrículas para demarcação, e nesse procedimento foi detectada a presença de possíveis vestígios ósseos, a serem analisados em laboratório. Este sítio pode configurar uma nova configuração entre os demais sítios, compartilhando a existência de pinturas rupestres e vestígios ósseos.

O Sítio Mateus ou Pedra do Letreiro é um dos sítios mais conhecidos, juntamente com o da Pedra Pintada, são os mais referenciados pelos moradores de Camalaú. Para M. B. M. (75, F.) moradora do entorno deste sítio, as pinturas segundo os mais velhos são “coisas de caboclo bravo, e que lá moravam também os cangaceiros, na era de 1912, no tempo de meu pai”, a informante relembra as histórias dos “mais antigos” sobre as botijas¹⁴ e diz que “depois que enterra não acerta mais” por isso as almas apareceriam para mostrar pra quem está vivo onde achar, “eu acho que aparece fazendo essas pinturas” se referindo aos desenhos rupestres como sinais para encontrar as botijas de ouro.

Após apresentar sinteticamente os sítios que compõem a região de Camalaú e algumas percepções dos moradores de seu entorno, deve-se levar em consideração que, os sítios arqueológicos de Camalaú ainda não são registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA, ou seja, ainda estão em vias de se institucionalizar e passar pelo processo de patrimonialização, cuja ação de afirmação enquanto patrimônio cultural, que se dá através de pesquisas e seus resultados publicados em meios de comunicação científica, bem como, a partir da própria ação de socialização do patrimônio envolvendo as políticas públicas e as relações sociais. Nesse sentido, a “patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização,

¹⁴ Segundo a interpretação dos informantes da pesquisa botijas eram potes de barros com peças de ouro, objetos de valor que eram enterrados nos quintais, terrenos, etc. e que permeiam o imaginário cultural dos sertanejos nordestinos. E para serem encontrados uma “alma” se apresenta em sonhos ou não, para aquele escolhido. Caso a pessoa escolhida conte sobre a “aparição” o conteúdo da botija se transforma em carvão, ou ao encontrar a botija o escolhido precisa deixar o local para não perder o tesouro descoberto.

revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural” (SILVA, 2011, p.109).

Apesar dos sítios arqueológicos de Camalaú não serem tombados ou registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, como patrimônio oficial, segundo informações acessadas no CNSA (2016), possuem ainda pouco (re) conhecimento por parte da comunidade camalauense. Entretanto, segundo relato dos pesquisadores a frente das pesquisas de sondagem, prospecção e escavações, nos últimos anos, por conta dos projetos desenvolvidos, embora tenham ocorrido de forma inicial, com um trabalho em parceria com as escolas da cidade para uma aproximação, já é possível identificar nos moradores mais jovens a existências desses locais, pela terminologia de “sítios arqueológicos” ganhando sentido e conotação enquanto patrimônio cultural.

Apesar de observar durante a pesquisa de campo este indicativo de reconhecimento dos sítios arqueológicos, parte considerável da comunidade desconhece a existência dos mesmos, e por este motivo há real necessidade de um trabalho mais engajado entre pesquisadores, agências fomentadoras da sociedade, e da própria comunidade local a fim de promover novas relações entre esta comunidade e este patrimônio, potencializando uma relação de pertencimento cultural.

No que tange aspecto turístico, este ainda é incipiente conforme observado durante a pesquisa, mas já surge como elemento em discussões por parte de seus pesquisadores, bem como dos próprios moradores (PATRIOTA, 2014). Como relata A.C. (58, M.) sobre a Pedra Pintada “fazia muito turismo, piqueniques, trilhas, até coloquei cordas na trilha para facilitar a caminhada dos turistas”. M.M.O. (41, M.)¹⁵ por ter uma relação de proximidade entre os sítios arqueológicos e os pesquisadores, reconhece a importância de se preservar e divulgar tal patrimônio, e sonha em um dia poder construir um museu em sua cidade para que todos tomem conhecimento do que existe em sua região.

Considerações Finais

Por ser uma pesquisa que envolve formas de representação que estão sendo construídas a partir da fruição das pessoas com as coisas, e isso permeia um universo perceptível,

¹⁵ Morador de Camalaú que atua como informante e guia para os pesquisadores, esteve em contato com pesquisadores desde 2003. Segundo ele, participou de palestras, onde compreendeu o que eram e como se caracterizavam os sítios arqueológicos, assim conheceu os caminhos e rotas para os sítios arqueológicos, pois em seus horários livres tem o hábito de procurar pela região novos sítios para repassar a informação aos arqueólogos que lá pesquisam

sensorial, e interpretativo, deve-se encarar que “as soluções para os problemas de construção têm sempre que ser improvisadas.” e para isso é preciso “[...] adaptar os princípios gerais à situação específica que temos em mãos” (BECKER, 1997, p.12). Nesse sentido, a escolha dos informantes, ou sujeitos que auxiliarão na construção da pesquisa, também foi definida conforme as relações e oportunidades se deram durante a pesquisa de campo¹⁶.

O trabalho de campo foi realizado num período de dois meses consecutivos, aliados à experiência prévia de outros trabalhos de campo também concretizados em Camalaú nos anos de 2013 e 2015. Para tanto, buscou-se conforme pontua Da Matta (1981, p.143), “uma vivência longa e profunda com outros modos de vida, com outros valores e com outros sistemas de relações sociais [...]”, servindo como um rito de passagem, um devir, saindo das ideias construídas dentro do gabinete, para enfim “[...] experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução” (CLIFFORD, 2008, p.20).

Neste processo está sendo admitido como agenciamento que potencializa as informações para além de um resultado estruturado, mas a informação em uma posição situacional. No qual permitiu que durante o processo de imersão ocorresse o estranhamento, resultante tanto de uma observação participante, quanto da própria prática de essência etnográfica.

Ao buscar as informações que potencialmente podem contribuir para o processo de representação da informação mais flexível e sensorial, visto que tais informações resultaram das fruições – dos pesquisadores, e daqueles com que se partilhou tal experiência, fazem com que seja possível nortear a construção de discussões e reflexões a partir de uma noção de alteridade. Conforme diz Brandão (2007), será preciso um “tempo de contaminação” e o autor ainda complementa;

Eu acho que é muito enriquecedor viver um tempo, que, dependendo do tempo global que você tenha, pode ser um dia, dois, uma semana, até quinze dias, quem sabe um mês de puro contato pessoal, se possível, até de uma afetiva intimidade com os bares, as ruas, as casas, as pessoas, os bichos, os rios, [...] e assim por diante (BRANDÃO, 2007, p.13-14).

Para Pires (2011) o trabalho de campo seria uma espécie de desprendimento, “de si mesmo”, da “relativização da própria cultura”, da “exotização de si” e de uma

¹⁶ Inicialmente tínhamos como informante apenas M. M. O. (41, M.) mas conforme foi se dando o processo de inserção no campo, as relações e aproximações se concretizaram no contexto feminino. As moradoras M. A. S. (45, F.) e N. M. S. (30, F), tornaram-se essenciais para a entrada em campo, e permitiram através de suas redes de relações sociais, os diálogos e conversas com outros moradores da região.

“naturalização do que é estranho”. Aliar tal perspectiva metodológica ao campo da Ciência da Informação para o processo de representação da informação, pode ampliar as possibilidades de significação, bem como, compreender melhor as teorias pensadas e refletidas no gabinete a partir dos acontecimentos rotineiros e encontrar nos imprevistos, novas descobertas e elementos que ainda não haviam sido procurados (VELHO, 2006). E assim, “Apreender com a ajuda dos nossos informantes um modo pelo qual pode operar o pensar. Ao invés de supervalorizar a própria filosofia (ou a teologia), recolher a linguagem do ser para junto do simples dizer [...]” (VELHO, 2007, p.43).

A experiência etnográfica “evoca uma presença participativa, um contato sensível com o mundo a ser compreendido, uma relação de afinidade emocional com seu povo, uma concretude de percepção” (CLIFFORD, 2008, p.36). Buscou-se assim, através de uma maior proximidade com as realidades locais das comunidades da pesquisa, algumas estruturas significantes que podem contribuir na compreensão de uma categoria cultural, observando aquilo que é produzido, percebido, informado e interpretado pelo grupo. A exemplo da nomeação dada as pinturas rupestres por parte da comunidade mais idosa de Camalaú, como Letreiro de Caboclo Bravo.

A descrição densa, que é um processo lento dar-se-á nos processos de significação, no fluxo dos depoimentos memorialísticos, na fruição entre as coisas e as pessoas, incluindo o próprio pesquisador neste processo e entendendo que a cada momento tal descrição pode ser re-significada e revisitada. Levando em consideração que,

Nossa dupla tarefa é descobrir as estruturas conceptuais que informam os atos dos nossos sujeitos, o “dito” no discurso social, e construir um sistema de análise em cujos termos o que é genérico a essas estruturas, o que pertence a elas porque são o que são, se destacam contra outros determinantes do comportamento humano. Em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo - isto é, sobre o papel da cultura na vida humana (GEERTZ, 2008, P.37-38).

Será preciso assim, olhar de perto e de dentro, identificando os sinais e signos, descrevendo cada situação e fato, para então, ao sair do campo, e adentrar ao gabinete, iniciar o processo de rememoração, reflexão, re-significação e interpretação, resultante dos sentimentos vividos, das percepções e inferências, e das fruições, para a construção das informações que remetem à ação da patrimonialização de um bem cultural, para seu status final de patrimônio cultural institucionalizado.

A partir das observações de fenômenos informacionais nas esferas do patrimônio arqueológico, identificou-se a necessidade relativização/flexibilização da conceituação da

informação e da representação da informação, que possibilite ampliar e transparecer as linhas que envolvem os bens patrimoniais, que seria um passo para demonstrar algumas particularidades desses bens.

Em suma ao perceber as relações culturais e estudar os bens patrimoniais de um coletivo, a Ciência da Informação através da representação sensorial da informação, poderia compreender seu objeto de estudo, inserido nos fluxos que a permeiam. Esses espaços e materiais assumem o caráter potencial, e ao passarem por novos olhares, entrariam no conflito diante do processo de reconhecimento ou não, ou seja, estar em ressonância, para enfim, serem aceitos como patrimônio cultural de tal coletivo.

Para tanto, é preciso expandir, descrever e também interpretar diferentes signos, significados. A informação neste contexto atua em constante movimento, inserida no tempo-espaço, promovendo re-significações e necessitando reflexões em torno de novos conceitos que visem à produção de novos conhecimentos. Mas será possível garantir uma representação da informação que permita diferentes nuances informacionais de um material? Como não cair, e resultar em um novo modelo?¹⁷

Diante dos sítios arqueológicos analisados neste artigo, também refletimos a respeito da patrimonialização desses bens, e como a institucionalização pode colaborar em certa medida para a preservação dos mesmos. Contudo a legitimação por parte dos mecanismos políticos torna-se parte determinante para que se possam desenvolver, pesquisas, trabalhos de preservação e conservação, fiscalização e por conseqüência, exigir de tais instâncias esses procedimentos. Transformar o sentido simbólico dos patrimônios perante sua patrimonialização, não deixa de ser um modelo, e ao atrelá-lo ao turismo no sentido comercial, corre-se o risco de transformar o patrimônio e a cultura em mera mercadoria cultural com um roteiro pré-determinado.

Referências

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Abordagem do conceito como estrutura semiótica. *Revista Transinformação*, v. 20, p. 47-58, 2008.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier; DUARTE, P.; OLIVEIRA, A. M. P. A presença da tradição nordeste na região do Cariri Ocidental: questões classificatórias. In: *Congresso Internacional da IFRAO*. Piauí, 2009.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier; MATOS, F. A. S. Tratamento da informação rupestre: uma ação interdisciplinar. *Biblionline*, João Pessoa, v.8, n.esp., p. 35-54, 2012.

¹⁷ Neste sentido, cito o artigo de KANDO, N.; ADACHI, J. *Cultural Heritage Online: Information Access across Heterogeneous Cultural Heritage in Japan*. Disponível em: <<http://www.kc.tsukuba.ac.jp/dlkc/e-proceedings/papers/dlkc04pp136.pdf>> Acesso em: 06 jul. 2016.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier; OLIVEIRA, A. M. P.. Os documentos arqueológicos e históricos: a relação da cultura material e do ambiente nos Sítios Arqueológicos do Cariri Paraibano. *Revista História Unicap*. v. 2 , n. 3, p.08-27, jan./jul. 2015.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier; ROSA, C. R.; MIRANDA, P. G.. Semiótica dos Sítios cerâmicos da região do Cariri Ocidental, PB. *Revista Clio Arqueologia* - UFPE, v. 26, n. 2, p.265-288, 2011. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/clioarq/images/documentos/V26N2-2011/2011v26n2a3.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

BECKER, H. S.. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 3ª Edição. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.

BERGSON, H.. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 4ªed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

BEZERRA, Marcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública*, n.7, p.107-122, 2013.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. In: *Sociedade e Cultura*, v.10, n.01, p.11-27, 2007. Disponível em: <<https://leiaufsc.files.wordpress.com/2015/03/bezerra-2013.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

CLAUDINO, Creusa Aparecida. O conceito de patrimônio e patrimonialização da cultura: considerações sobre educação patrimonial no âmbito dos museus. *Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura*, edição 13ª, p.06-15, 2013. Disponível em: <<http://201.55.32.167/retc/index.php/RETC/article/view/160/pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

CLEMENTE, J. P.. Para além do código: prazer e fruição em *Pas de deux*, de Norman McLaren. 2011. *Monografia* (Graduação), Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

CLIFFORD, J.. *A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS – CNSA. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

CORREIA, M. C. B.. A observação participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enferm.*, v.13, n.02, p.30-36, 2009. Disponível em: <http://pensarenfermagem.esel.pt/files/2009_13_2_30-36.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

CRUZ, R. C. A.. Patrimonialização do patrimônio: Ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, n.31, p.95-104, 2012.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução a antropologia social*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda., 1981.

ECO, U.. *Tratado geral da semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

GEERTZ, C.. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, J. R. S.. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.), *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v.11, n.23, 2005.

GÖTTEMS, C.. *Obras de arte propositivas e sensoriais: investigando a fruição e a experiência artístico-estética em situações de ensino-aprendizagem*. 2011. *Monografia* (Graduação), Curso de Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

INGOLD, T.. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 18, n. 37, p.25-44, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades - Paraíba*. 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=25&search=paraiba>> Acesso em: jan. 2016.

LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. *Projeto Arqueológico do Cariri Paraibano*. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2006. Disponível em: <http://www.ndihr.ufpb.br/arqueologia/arqueocariri_relatorio.html> Acesso em: 08 ago. 2016.

LIMA, T. A.. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.* [online], v.6, n.1, p.11-23, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222011000100002>> Acesso em: 10 jun. 2016.

MARIANO SOBRINHO, A.. *Rio Camará: A epopéia de (mais) um século*. 1ªed. Camalaú, PB. Academia de Cultura Princesa do Cariri, 1996.

MARIANO SOBRINHO, A.; BERTO, C. G. O. I.; FARIAS, M. C. B.; MARIANO, Q. P. Camalaú. In: LIMA, A. G.; *et al.* (Orgs.). *Traços históricos e culturais do Cariri Paraibano*. João Pessoa, 2012. p. 37-46.

MATOS, F. A. S.. Os antropomorfos no registro rupestre do semiárido paraibano: caracterização das representações na Microrregião do Cariri Ocidental. 2015. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MATOS, F. A. S.; SOUZA, T.. Arte Rupestre e Paisagem: o Registro Rupestre como fonte de estudo das relações entre populações pré-históricas e o meio ambiente no Cariri Ocidental Paraibano. In: *II Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: Sociedade e Cultura*, 2011. Campina Grande – PB: Editora UFCG, 2011.

MILLER, D.. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOURA, Maria Aparecida. Ciência da Informação e Semiótica: conexão de saberes. *Enc. Bibli.: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, 2º número esp., p.01-17, 2º sem. 2006.

NEVES, C. M.. Um olhar para o Município de Camalaú: Potencialidades Turísticas no Cariri Paraibano. 2010. *Monografia* (Graduação), Geografia, Universidade Federal da Paraíba - UFPB), João Pessoa, 2010.

OLIVEIRA, A. M. P.. Entre a pré-história e a história: em busca de uma cultura histórica sobre os primeiros habitantes do Cariri Paraibano. 2009. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções da memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. In: *Anais... IX ENANCIB*, São Paulo, 2008. p.01-14.

PATRIOTA, T. B.. Arqueologia no Cariri Paraibano: um resgate arqueológico e patrimonial no município de Camalaú-PB. *Revista Tarairiú*, ano V, v.1, n.07, p.80-92,

2014. Disponível em: <http://mhn.uepb.edu.br/revista_tarairiu/n7/art6.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

PIRES, Flavia Ferreira. Roteiro sentimental para o trabalho de campo. *Cadernos de Campo*. São Paulo, n.20, p.143-148, 2011.

PEREIRA, R. C. C.. Imagens visual e escrita: Algumas reflexões sobre a utilização do termo tapuio na cidade de Belém no final do século XIX e início do século XX. In: ANPUH - XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - *Anais...* Londrina, 2005.

RANKE, M. C. J.. O lugar da fruição em aulas de literatura em um centro de ensino médio de Araguaína. Araguaia: [s.n], 2012. *Dissertação* (Mestrado), Ensino de Língua e Literatura, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína: [s.n], 2012.

RIETVELD, J. J.. *Aspectos históricos do catolicismo no sul do Cariri Paraibano*. Campina Grande: Erik M. F. Brito (Editor), 2015.

SALAINI, C.J.; GRAEFF, L. A respeito da materialidade do patrimônio imaterial: o caso do INRC Porongos. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v.17, n.36, 2011.

SANTOS JÚNIOR, V.. A dispersão espacial da tradição Nordeste na região agreste do Rio Grande do Norte. In: *FUMDHAMentos VII*. São Raimundo Notato: Fumdam, p. 515-528, 2008.

_____. A dispersão espacial da tradição Nordeste na região agreste do Rio Grande do Norte. In: *FUMDHAMentos IX – Atas do Congresso Internacional de Arte Rupestre da IFRAO 2009 - Piauí / BRASIL*. São Raimundo Notato: Fumdam, 2009. p. 33-41.

SETTON, M. G. J.. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, p.60-70, Maio/Jun/Jul/Ago 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05.pdf>> Acesso em: 02 jul. 2016.

SILVA, Sandra Siqueira da. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. *Aurora*, ano V, n. 7, p.106-113, 2011.

SILVEIRA, F. L. A.; LIMA FILHO, M. F.. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n.23, p.37-50, 2005.

VELHO, Otávio. Trabalho de Campo, antinomias e estradas de ferro. *Interseções*, v. 8, n.1, p.09-26, 2006.

_____. *O cativo da Besta Fera*. Mais realistas do que o rei. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

PATRIMÔNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO: preservação por meio da conscientização

Daniel Martins Gusmão*

Resumo

Nestes últimos 20 anos da pesquisa arqueológica realizada no ambiente aquático despontou-se no Brasil uma proposta inovadora englobando os diversos aspectos da interação do ser humano com o ambiente marítimo. Neste campo, os sítios arqueológicos formados por restos de embarcações naufragadas, sítios portuários, santuários e depositários, até então pouco acessíveis ao ser humano, ganharam uma nova dimensão e fazem parte do que se denomina de Patrimônio Cultural Subaquático. O potencial arqueológico submerso brasileiro encontra-se espalhado pela costa litorânea de aproximadamente 8.500km de extensão. A partir da perspectiva de uma Arqueologia dos Ambientes Aquáticos, esta comunicação tem como objetivo demonstrar os esforços que vem sendo realizados para a salvaguarda deste patrimônio arqueológico, seja por parte dos entes federativos ou ainda por iniciativas pioneiras advindas da academia. Tais esforços convergem para um programa de gestão e proteção do Patrimônio Cultural Subaquático que visam conscientizar a sociedade da importância em preservar um bem comum da humanidade.

Palavras-chave: patrimônio cultural subaquático; arqueologia de ambientes aquáticos; patrimônio arqueológico; gestão cultural.

Introdução

A Arqueologia brasileira está marcada nos primeiros dez anos do século XXI por um processo de expansão nunca visto antes. Diversos elementos nortearam a configuração deste quadro, um deles é resultado da consolidação do aumento progressivo do mercado de trabalho, em decorrência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do

* Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), Praça Barão de Ladário, s/nº, Ilha das Cobras, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20091-000; dm Gusmão@yahoo.com.br. Historiador Naval, Arqueólogo Subaquático, Pesquisador Associado do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos da Universidade Federal de Sergipe (LAAA/UFS) e membro Grupo de Pesquisa do CNPq em Arqueologia de Ambientes Aquáticos.

Governo brasileiro, assim como da inserção obrigatória da pesquisa arqueológica nos programas de estudo de impacto ambiental.

Também deve ser considerado nesse processo, o crescimento das discussões na nossa sociedade em torno do patrimônio cultural, no sentido de assumir e preservar as diversas heranças étnico-culturais responsáveis pela formação das identidades da nação. Estes elementos promoveram a ampliação do campo de atuação dos arqueólogos, fazendo com que surgisse uma importante demanda por profissionais da Arqueologia em instituições que preservam e promovem o patrimônio cultural como museus, casas de culturas, IPHAN, ONGs, empresas de engenharia, de turismo, bem como em diferentes áreas da gestão e divulgação do patrimônio cultural (VIANA; SYMANSKI, 2010).

Desta conjuntura emerge uma nova situação, caracterizada pela retomada do interesse pela formação acadêmica em Arqueologia, que teve início na década de 1960 com pesquisadores norte-americanos e franceses com a incumbência de capacitar os primeiros arqueólogos brasileiros. Na década de 1970, surgiu o primeiro curso de graduação em Arqueologia no Rio de Janeiro, tendo formado, até o ano de 1996, pouco mais de 200 arqueólogos, quando ocorreu uma estagnação em formação a partir de cursos de graduação (BEZERRA, 2008).

Atualmente existem, no Brasil, 12 (doze) cursos de graduação em Arqueologia. Esta nova fase teve início em 2005 e há projeções para abertura de novos cursos. Há ainda 6 (seis) instituições com cursos de pós-graduação em áreas afins e 4 (quatro) instituições com programas de mestrado e doutorado, sendo a Universidade de São Paulo (USP) a que mantém seu programa de pós-graduação funcionando desde 1972.

Em nível acadêmico, para estudos de ambientes aquáticos, sobressaem-se centros de pesquisa temáticos, vinculados às universidades públicas. O primeiro deles foi o Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática (CEANS) criado no âmbito do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 2004. Na sequência, houve a criação do Núcleo Avançado em Arqueologia e Etnografia do Mar (NAPAS) sob os auspícios da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e, por último, o Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos (LAAA), inserido no Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Iniciativas recentes vêm surgindo no âmbito da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)¹.

¹ Para saber mais: DURAN; BAVA-DE-CAMARGO; CALIPPO; RAMBELLI, 2014.

O Patrimônio Cultural Subaquático

De acordo com a Convenção de Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) este patrimônio abrange “[...] todos os vestígios da existência do homem de caráter cultural, histórico ou arqueológico que se encontrem parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, submersos há, pelo menos, cem anos” (UNESCO, 2001). Composta por 35 artigos e um anexo com 36 regras, a Convenção tem como principais objetivos:

- ✓ Prevenir a pilhagem e a destruição dos bens culturais submersos;
- ✓ Capacitar os Estados a melhor proteger, *in situ*, seu patrimônio cultural subaquático; e
- ✓ Promover o compartilhamento de informações e a cooperação em estudos, matéria de proteção e gestão do patrimônio cultural subaquático.

Com 15 anos de existência, a Convenção conta atualmente com 48 nações aderentes e ainda se encontra em fase de universalização. De todas as Convenções culturais da UNESCO, esta é a única da qual o Brasil não é signatário. No entanto, no Brasil o Patrimônio Cultural Subaquático é protegido pela Lei n° 7.542, de 26 de setembro de 1986, com alteração da Lei n° 10.166, de 27 de dezembro de 2000, que trata sobre pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, além de tratar de outras providências, cabendo à Marinha do Brasil a tarefa de salvaguardá-lo.

Para proteger algo tão imensurável, a Marinha do Brasil, desde 2010, vem empreendendo esforços visando à criação de mecanismos que permitam conhecer e, portanto, melhor proteger a integridade do Patrimônio Subaquático em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Tais esforços foram iniciados a partir do projeto intitulado “Atlas dos Sítios de Naufrágios da Costa do Brasil” (GUIMARÃES, 2011).

Cabe destacar também os esforços da Autoridade Federal de Cultura, representada por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que, em 2009, criou o Centro Nacional de Arqueologia (CNA) para atender a necessidade de fortalecimento institucional da área de gestão do patrimônio arqueológico e que prevê nos seus planos estratégicos o estabelecimento de um Centro de Referência em Arqueologia Subaquática.

Inventariando o Intangível

Os inventários têm sido muito utilizados como ferramenta importante na gestão do patrimônio cultural. Eles constituem um componente-chave nos planos de gestão, indispensáveis para se conhecer, proteger, preservar e pesquisar todo o acervo encontrado em um território ou região específica. Em seu trabalho, Rambelli já propugnava sobre a importância dos inventários, destacando que:

Trata-se de uma tendência da Arqueologia moderna preocupar-se com o inventário dos sítios arqueológicos. É necessário lembrar, que nos últimos 30 anos foram vários os documentos internacionais que recomendaram, entre outros aspectos, a necessidade de se conhecer o potencial patrimonial de cada país, a fim de se poder definir as medidas adequadas para sua proteção (RAMBELLI, 2003, p. 33).

A necessidade de se inventariar o patrimônio da humanidade surgiu a partir da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que formulou a Carta de Paris de 1972. Nessa convenção, da qual o Brasil é signatário², os Estados Membros são conclamados a “[...] inventariar, através de documentação e mapas, o máximo possível, para que se possa garantir a proteção dos mesmos” (RAMBELLI, 2003, p. 34).

A Convenção de 2001 sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático sublinha a importância dos inventários na proteção desse patrimônio. Nos termos da Convenção, os Estados partes são obrigados a estabelecer uma autoridade competente e fomentar o estabelecimento, a manutenção e a atualização de um inventário do Patrimônio Cultural Subaquático. Esse inventário é fonte de informações ou um índice para um catálogo com os dados sobre os patrimônios existentes. Trata-se de um elemento chave de proteção e gestão (RAMBELLI, 1998, 2002; NAUTICAL ARCHAEOLOGY SOCIETY, 2009; UNESCO, 2013).

No Brasil há um acentuado avanço no estabelecimento dessas bases de informações, sejam elas desenvolvidas pelo meio acadêmico, no âmbito dos programas de pós-graduação, pelas iniciativas da Marinha do Brasil, ou ainda pelo meio turístico com detalhamento dos pontos de interesse em naufrágios realizado por operadores de mergulho recreativo.

Durante a elaboração de um inventário, devemos lidar com diferentes tipos de informação, sendo que algumas delas podem ser obtidas ao acaso. Assim, o inventário

² Decreto Legislativo nº 74, de 30 de junho de 1977 – Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

tende a crescer gradualmente, à medida que nele são adicionadas novas informações. Maiores detalhamentos podem ser obtidos através de uma pesquisa em fontes primárias e de um trabalho de campo prospectivo.

A título de exemplo, temos para o Estado da Bahia um inventário realizado a partir do Atlas dos Sítios de Naufrágios da Costa do Brasil elaborado pela Marinha do Brasil (GUIMARÃES, 2011). A partir deste levantamento inicial, foram incluídas informações orais, obtidas através das operadoras de mergulho da região e de mergulhadores locais, que passaram a colaborar e integrar as atividades de campo. As informações foram obtidas ainda através de novas fontes históricas e por meio de uma pesquisa de campo ativa. Dessa forma, obteve-se um levantamento bastante expressivo, onde foi possível levantar 307 registros de informações de acidentes marítimos, possíveis sítios arqueológicos de naufrágios.

Neste levantamento incluíram-se informações de acidentes marítimos ocorridos até a década de 1970. Optou-se por não respeitar o critério temporal dos cem anos proposto pela Convenção da UNESCO para proteção do Patrimônio Cultural Subaquático por se entender que a importância histórica, cultural e arqueológica de um sítio de naufrágio transcende qualquer limite temporal, pois os seus restos são testemunhos únicos da atividade do homem no ambiente aquático (RAMBELLI, 2002).

A respeito da expressão “sítios arqueológicos de naufrágios”, estamos nos referindo a sítios arqueológicos submersos formados por restos de uma ou mais embarcações naufragadas, e nesse ponto nos reportamos à ideia da embarcação como um barco, navio; notadamente um meio de transporte aquático com a estrita função de ajudar seres humanos e mercadorias a circular sobre as águas (BLOT, 1999).

No contexto arqueológico, a partir de uma análise estabelecida do significado de um navio com atenção aos seus aspectos técnicos e socioeconômicos compartilhamos a seguinte definição:

The ship is a machine. It is, however, a complex machine that floats and moves in a way that is both autonomous and controlled, and constitutes an architectural system coupled with a technical system [...]. The ship is an instrument adapted to a function. The instrument is designed to respond to precise needs arising from a political, economic, or military system. This instrument constitutes a functional system [...]. The ship is the living and working environment of a micro-society. It is, however, a closed society

whose hierarchy, beliefs, rules, rhythms of life, and tools make up a particular social system³ (MUCKELROY, 1978, p. 12).

A embarcação denota um sistema complexo, representativo da sociedade de uma determinada época, envolvendo desigualdades, contradições e conflitos sociais. Embora inicialmente destinada à navegação – um “artefato flutuante” – a embarcação pode ser classificada também como uma estrutura de poder, representatividade das relações sociais e ainda como símbolo de identidade sócio-histórica regional, nacional e internacional (RAMBELLI, 2003, p. 83).

Considerados como complexos histórico arqueológicos que incluem pessoas e artefatos, os sítios arqueológicos submersos “[...] são caracterizados pela existência de testemunhos de atividades humanas, ou seja, pela presença de restos de cultura material, localizados no ambiente aquático” (RAMBELLI, 2002, p. 37).

A Conscientização Pública

Nas últimas décadas, a apresentação da Arqueologia para o público passou a ser uma importante ferramenta de divulgação e conscientização da necessidade de se conhecer para preservar. Diante da crescente destruição dos patrimônios arqueológicos, seja por cidadãos comuns, empresas privadas ou órgãos do governo, devido ao desenvolvimento acelerado, ocasionado por grandes obras públicas e devido à imersão em mares nunca dantes mergulhados, criou-se uma relação distorcida entre o público e o patrimônio arqueológico. Dessa forma, muitas pessoas defendem a Arqueologia como uma atividade importante, porém exótica, que desperta curiosidade; no entanto, o dever profissional perpassa esses meandros, pois entendemos que “Nosso compromisso profissional passa pelo imperativo de mostrar ao público uma Arqueologia que, longe de ser uma atividade de entretenimento, seja um instrumento na construção de sua memória, de sua história, de sua identidade e de sua cidadania” (BEZERRA, 2003, p. 276).

Esse panorama abre espaço para reflexões que envolvem o público nas questões da Arqueologia, essencialmente, a participação comunitária. Para McKee (2002), essas

³ Tradução nossa: “O navio é uma máquina. É, no entanto, uma máquina complexa que flutua e se move de uma forma autônoma e controlada, e constitui um sistema arquitetural acoplado com um sistema técnico [...]. O navio é um instrumento adaptado para uma função. O instrumento foi projetado para responder às necessidades específicas decorrentes de um sistema político, econômico ou militar. Esse instrumento constitui um sistema funcional [...]. O navio é um modo de vida e ambiente de trabalho de uma micro-sociedade. É, no entanto, uma sociedade fechada cuja hierarquia, crenças, regras, ritmos da vida e ferramentas fazem dela um sistema social particular”.

atividades, bem como a inserção das comunidades diretamente afetadas pelo registro arqueológico, são impulsionadas pela ideia de que essa interação constitui uma responsabilidade ética por parte do pesquisador, que passa a ter oportunidades de divulgar a notícia de descobertas e interpretações mais amplas dos dados, além da possibilidade de reunir mais informações sobre os locais e os temas em estudo.

Ainda com relação à necessidade de divulgação da Arqueologia Subaquática no intuito de se buscar o interesse do público geral e trazê-lo para os debates acerca da proteção do Patrimônio Cultural Subaquático, concordamos que:

[...] o primeiro ponto que deve ser pensado são questões de publicações de obras e textos sobre Arqueologia Subaquática em vários locais e com um texto acessível para o grande público. Obras que divulgam a ciência em si, como o caso do livro *Arqueologia Até Debaixo D'Água*, do arqueólogo Gilson Rambelli (2002), são de grande importância no que concerne a divulgar a disciplina e a chamar a atenção do público-leitor para alguns de seus debates internos. Além disso, textos escritos por especialistas diversos divulgados em site de conteúdo aberto, em revistas voltadas para um público em geral, e a disponibilidade de um manifesto, como o Livro Amarelo (2004), para download, sem dúvida, inserem um amplo público na temática (FONTOLAN, 2012, p. 33).

Ao longo das últimas décadas, a natureza e o grau de envolvimento do público tornaram-se fonte de acalorada discussão entre arqueólogos. O ponto da discórdia converge em torno de diferentes modelos de atuação do arqueólogo. Em um deles, o papel do público é o de um espectador relativamente passivo, enquanto outra concepção vê o público como parceiros ativos e com interesse vital para orientar o curso da investigação e interpretação do passado (MCKEE, 2002).

A Arqueologia Pública deve ser encarada como uma questão de ética profissional e abertura temática, tendo como foco principal a responsabilidade social do arqueólogo. Cabe destacar que essa responsabilidade social não se aplica somente às situações de conflito social, mas deve ser exercitada também no dia a dia do cientista social. A partir de um enfoque de excursionismo e entretenimento, podemos destacar que:

O turismo arqueológico tem servido como uma das principais alternativas de “preservação pela apreciação”, tanto por seu forte apelo a estética como mercadoria, quanto por sua inevitável presença no litoral dos mais diversos países do mundo, desde que “ir a praia” está entre as principais recreações do indivíduo moderno (SILVA, 2010, p. 70).

No desenvolvimento de qualquer trabalho onde se busque a preservação por meio da conscientização, o primeiro desafio será aproximar o público das questões inerentes à Arqueologia e à preservação e proteção do patrimônio cultural. Com relação à

aproximação entre o público e a Arqueologia, as principais dificuldades do arqueólogo engajado foram que:

[...] with such a weak knowledge of the attitudes, conceptions and beliefs of the receivers of archaeological information, archaeologists have therefore been communicating blindly to an audience they do not understand, and it is no wonder that so many attempts at communicating archaeology result in boredom or incomprehension. In term of understanding the public, then archaeology has a lot to learn from public understanding of science⁴ (MERRIMAN, 2004, p. 8).

Os desafios relacionados à questão da preservação e proteção do Patrimônio Cultural Subaquático suscitam debates veementes. A esse respeito, Rambelli (2009b, p. 72) destaca que “[...] uma reflexão sobre o futuro de nosso patrimônio cultural subaquático se faz urgente e necessária”, pois a ameaça a esse patrimônio no Brasil, sobretudo com relação a sítios arqueológicos de naufrágios, relaciona-se diretamente com a maneira através da qual as pessoas compreendem esse patrimônio e se relacionam com ele. Algumas vezes, essa relação é passional, constituída de visitas e contemplações, enquanto em outras situações a relação com o patrimônio mostra-se bastante intrusiva e violenta, como é o caso de colecionadores de *souvenires* e caçadores de tesouro.

Ao problematizar essas questões, percebemos que o estreitamento da relação entre sociedade e patrimônio arqueológico é de vital importância para a sustentação de medidas de preservação. Aproveitando-se ainda da notoriedade da Arqueologia, destacamos que:

Um dos benefícios públicos da Arqueologia está justamente em contribuir para o fortalecimento dos vínculos existentes entre a comunidade e seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o patrimônio e criando, assim, a **sustentação necessária às medidas de preservação**. Nessa empreitada devemos explorar o grande interesse e fascínio que a Arqueologia desperta nas pessoas, por conta de seu perfil de descobertas e da busca pelo passado. De fato, a Arqueologia parece constituir a segunda profissão de mais da metade da população. Frequentemente nos deparamos com frases como “se eu não fosse engenheiro (ou médico, ou professor, ou qualquer outra profissão), seria arqueólogo” (ROBRAHN-GONZÁLES, 2006, p. 65, grifo nosso).

No início da década de 1990, os debates sobre até que grau a Arqueologia deveria se tornar verdadeiramente pública foram estimulados pelo ativismo emergente de grupos de

⁴ Tradução nossa: “com um conhecimento tão fraco sobre as atitudes, concepções e crenças dos receptores da informação arqueológica, os arqueólogos foram, portanto, comunicando cegamente a um público que não entende, e não é de se admirar que tantas tentativas de comunicações arqueológicas tenham resultado em tédio ou incompreensão. Em termos de compreensão do público, então, a Arqueologia tem muito a aprender com a compreensão pública da ciência”.

pessoas diretamente ligadas aos temas da análise arqueológica. Considerada necessária para o desenvolvimento da Arqueologia, essa interação coletiva tem fomentado um crescente diálogo com historiadores, antropólogos e outros acadêmicos que estudam essas temáticas (FUNARI, 2002; MCKEE, 2002).

McKee (2002) destaca que uma abordagem verdadeiramente pública para a pesquisa arqueológica deve começar por ver o público não apenas como um agente receptivo das descobertas e interpretações da Arqueologia, mas como um cooperador que tem suas reivindicações legítimas diante da propriedade intelectual gestada a partir do registro arqueológico e dos resultados da pesquisa, pois:

Não há pesquisa, nem mesmo pré-histórica, que esteja fora dos interesses da sociedade e a Arqueologia pode ser profundamente humanista, particularmente relevante para uma sociedade multicultural, sempre que atue com a humanidade. Nesse caso, o engajamento do intelectual não lhe subtrai qualquer conhecimento, ao contrário, pois “conhecer” é “saber com” os outros. Tornar-se arqueólogo inclui, assim, saber que não há trabalho arqueológico que não implique em patrimônio e em socialização do patrimônio e do conhecimento (FUNARI, 2010, p. 109).

Atualmente, um dos principais obstáculos para muitos arqueólogos consiste na dificuldade de canalizar o envolvimento do público em seus trabalhos, bem como no grau de poder decisório que esse público terá em suas considerações. As oportunidades oferecidas ao público para participar de escavações, visitar sítios e ouvir resultados e conclusões sobre a pesquisa arqueológica não é o suficiente? Ou os arqueólogos devem avançar mais além, propiciando ao público uma verdadeira interação e poder de decisão sobre a direção e interpretação da pesquisa arqueológica? Envolver o público leigo na prática arqueológica constitui “[...] um desafio para o arqueólogo brasileiro e a razão última para nossa ação é trabalhar para e com tais públicos” (FUNARI; OLIVEIRA; TAMANINI, 2008, p. 131).

Acreditamos que deve haver uma maior aproximação entre a Arqueologia e a sociedade por meio de iniciativas que incluam a participação ativa dos indivíduos, permitindo que os arqueólogos exerçam uma parte essencial de sua atividade: a responsabilidade social. Caso contrário, qual seria o papel social do arqueólogo se não resguardar o patrimônio cultural em benefício da coletividade? (FUNARI; OLIVEIRA, TAMANINI, 2008; RAMBELLI, 2009a).

Cita-se como exemplo, o inventário realizado dos sítios arqueológicos de naufrágios da Baía de Todos os Santos (Salvador - BA), no decorrer de 2013 e 2014. Região consagrada por ter sítios arqueológicos importantes dos séculos XVII e XVIII. No entanto,

escolheu-se para uma pesquisa minuciosa o Clipper *Blackadder*, embarcação britânica que naufragou em 1905 na Praia de Boa Viagem. O estudo fora apresentado a algumas operadoras de mergulho, que conheciam o naufrágio, entretanto passou a existir um maior interesse destes centros de mergulho em aprofundar a história da embarcação, algo que trouxe visibilidade e inclusive a participação das operadoras nas atividades de campo.

As operadoras de mergulho se apropriaram da ideia de preservação “ponto de mergulho” e passaram a denominá-lo de sítio arqueológico subaquático, tendo inclusive uma delas o “adotado” e realizado, em 2015, evento alusivo aos 110 anos do naufrágio do Clipper *Blackadder*, convidando diversos mergulhadores da região para realizarem um “abraço” subaquático nos restos da embarcação demonstrando para a sociedade um gesto de proteção do patrimônio.

O engajamento do arqueólogo com o público visa encorajar a realização pessoal e enriquecer as vivências individuais, estimulando a reflexão e a criatividade. A vantagem dessa abordagem para a Arqueologia Pública é o reconhecimento da “ação social” na reinterpretação e renegociação de significados. O trabalho ativo através dessa percepção, que considera a Arqueologia e o público, a nosso ver, é a orientação mais apropriada para o estímulo do uso social do patrimônio arqueológico, diante das múltiplas possibilidades de “informações únicas” e “não renováveis” que se perdem cotidianamente dos sítios arqueológicos de naufrágios explorados na costa brasileira (MERRIMAN, 2004; RAMBELLI, 2008).

Essa aproximação entre a Arqueologia Pública e o patrimônio cultural submerso é bem delineada por Bruno Silva, que chama a atenção para a necessidade de negociação do espaço, entre o patrimônio e seu uso social. No caso da promoção e organização das atividades de lazer, ou seja, de atividades turísticas, o autor argumenta que:

[...] seu principal problema é sua inevitabilidade, em especial no caso subaquático. O litoral é um dos principais atrativos turísticos do nosso país, seja para o brasileiro seja para o estrangeiro. Ao mesmo tempo, é um espaço que congrega anos de naufrágios e de história de um pedaço de terra que foi invadido pelo mundo moderno através da navegação. Além, logicamente, dos milhares de anos em que fora habitado por diversas populações antes do início da colonização europeia. O mergulho recreativo é uma atividade, se não completamente estrangeira, caracteristicamente urbana e essencialmente de lazer. Ou seja, o vínculo que esse público estabelece com os vestígios humanos submersos é através de uma atividade turística. Talvez o investimento em projetos de pesquisas que envolva alcance desse público específico sejam uma das melhores propostas para tornar o lazer mais instrutivo (SILVA, 2010, p. 85).

A partir de uma definição mais ampla da expressão Arqueologia Pública e, considerando-se que há uma tendência da inserção de diversos segmentos da sociedade na Arqueologia, de acordo com a perspectiva brasileira, também optamos pela integração do público na proposta de construção e conscientização da significância dos sítios arqueológicos de naufrágios. Essa opção visa não só ouvir o público, mas atraí-lo para a construção desse conhecimento, levando em conta seus interesses e contradições. Dessa forma, propomos a construção de uma Arqueologia concebida por múltiplas visões e a compreensão do constante campo de tensões que existe na apropriação do patrimônio arqueológico, no intuito de alinhar esforços com diversos segmentos da sociedade em prol da preservação do Patrimônio Cultural Subaquático.

Agradecimentos

Estas reflexões fazem parte de pesquisa desenvolvida pelo autor junto ao Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos da Universidade Federal de Sergipe (LAAA/UFS). Agradeço ao meu orientador, prof. Gilson Rambelli, pelas orientações, a todos os membros do LAAA/UFS pelas contribuições apresentadas ao longo da pesquisa e aos profs. Flávio Calippo e Paulo Bava de Camargo pelas sugestões apresentadas no decorrer da defesa da dissertação ocorrida em 2015, que contou ainda com o apoio institucional da Marinha do Brasil sob a coordenação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. As ideias aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor.

Referências

- BEZERRA, Marcia. O Público e o Patrimônio Arqueológico: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. *Revista Habitus*, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 275-296, 2003.
- BEZERRA, Marcia. Bicho de Nove Cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia. Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Belém, v. 21, n. 2, p.139-154, 2008.
- BLOT, Jean-Yves. O mar de Keith Muckelroy: o papel da teoria na arqueologia do mundo náutico. *Al-Madan*, Almada, Centro de Arqueologia, v. 8, n. 2, p. 41-45, out. 1999.
- DURAN, Leandro D.; BAVA-DE-CAMARGO, Paulo F.; CALIPPO, Flávio Rizzi; RAMBELLI, Gilson. Educando embaixo d'água: o ensino de Arqueologia Subaquático no Brasil (1992-2014). *Revista Habitus*, v.12, p. 257-270, 2014.
- FONTOLAN, Marina. Arqueologia Subaquática, Arqueologia Pública e o Brasil. *Revista de Arqueologia Pública*, São Paulo, v. 6, p. 30-38, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo A. Brazil. In: ORSER JR., Charles E. (Ed.). *Encyclopedia of historical archaeology*. London: Routledge, 2002. p. 70-71.

_____. *Arqueologia*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo A.; OLIVEIRA, Nanci Vieira; TAMANINI, Elizabete. Arqueologia Pública no Brasil e as novas fronteiras. *Praxis Archaeologica*, v. 3, p.131-138, 2008.

GUIMARÃES, Ricardo dos Santos. Ações para proteção do Patrimônio Cultural Subaquático brasileiro: Projeto Atlas dos Naufrágios de Interesse Histórico da costa do Brasil. In: XXVII Simpósio Nacional da ANPUH, São Paulo, 2011. *Anais...* São Paulo: ANPUH, p.1-7, 2011.

MCKEE, Larry. Public Archaeology. In: ORSER JR., Charles E. (Ed.). *Encyclopedia of historical archaeology*. London: Routledge, 2002. p. 456-458.

MERRIMAN, Nick. Introduction: diversity and dissonance in public archaeology. In: _____ (Ed). *Public Archaeology*. London: Routledge, 2004. p. 511-514.

MUCKELROY, Keith. *Maritime Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

NAUTICAL ARCHAEOLOGY SOCIETY. *Underwater Archaeology: The NAS Guide to Principles and Practice*. 2ª ed. United Kingdom: Nautical Archaeological Society, 2009.

RAMBELLI, Gilson. A arqueologia subaquática e sua aplicação à arqueologia brasileira: o exemplo do Baixo Vale do Ribeira de Iguape. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 1998.

_____. *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Maranta, 2002.

_____. Arqueologia subaquática do Baixo Vale do Ribeira. *Tese* (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2003.

_____. Entre o uso social e o abuso comercial: as percepções do patrimônio cultural subaquático no Brasil. *História*, Franca, v. 27, n. 2, p. 49-74, 2008.

_____. Patrimônio Cultural Subaquático no Brasil: discrepâncias conceituais, incongruência legal. In: FUNARI, Pedro Paulo. A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (Orgs.). *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e ambientais*. São Paulo: Annablume, 2009b. p. 59-76.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Arqueologia e Sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em Arqueologia Pública ligadas ao projeto de ampliação da mina calcária limeira. *Revista de Arqueologia Pública*, São Paulo, v. 1, p. 63-120, 2006.

SILVA, Bruno Sanches Ranzani da. Pérolas, caçadores e coletores: alguns apontamentos sobre arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte, v. 4, p. 65-92, 2010.

UNESCO. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático*. Paris, 2001.

UNESCO. *Manual para actividades dirigidas al Patrimonio Cultural Subacuático*. MAARLEVELD, This; GUÉRIN, Ulrike; EGGER, Barbara (Eds.). Paris, 2013.

VIANA, Sibeli; SYMANSKI, Luís Cláudio. O (re)ingresso da Arqueologia no Ministério da Educação. *Arqueologia em Debate. Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, n. 1, p. 10-11, mar. 2010.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO PILAR

Pollyana Calado de Freitas*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir propostas de preservação do patrimônio arqueológico evidenciado no Bairro do Recife, na comunidade do Pilar, durante escavações realizadas pela Fundação Seridó e a UFPE, como parte do projeto de Revitalização do Bairro do Recife da Prefeitura do Recife. Entre os vestígios estão: cerâmicas, grés, vidros, metais, louças e uma coleção de esqueletos humanos. Diante da riqueza do material arqueológico é possível identificar diferentes momentos de ocupação do local, a qual vai desde o século XVI ao XX. Sendo muito expressivo o material vestigial do Período Holandês 1630-1654, o qual será destacado na presente comunicação. A área está geograficamente localizada na Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural - ZEPH, ou seja, se configura como a área de grande potencial histórico do Recife. A população que atualmente reside no espaço é formada por um grupo social de menor poder aquisitivo, o qual conseqüentemente sofre um processo de exclusão dos espaços culturais e educativos, o que torna a discussão patrimonial pertinente e urgente, como forma de apropriação e inclusão sociocultural. De toda forma, a importância desse patrimônio não se restringe apenas a um grupo, trata-se da construção histórica do Recife durante o auge da Capitania de Pernambuco.

Palavras-chave: Patrimônio Arqueológico; Brasil Holandês; Capitânia de Pernambuco

Introdução

A cidade do Recife atualmente se configura como uma metrópole nacional, o que faz dela um pólo de influência para todo o território brasileiro. Contudo, essa não é uma característica recente, desde seu nascimento como cidade portuária no século XVI, o Recife fez da Capitania de Pernambuco peça fundamental para o desenvolvimento da América Portuguesa. Assim, através dos seus rios, pontes e manguezais o Recife se transformou em um patrimônio do brasileiro.

*Universidade Federal de Pernambuco, Cidade Universitária, Recife/PE. pollycaladohistoria@hotmail.com. Graduada em História pela UFRPE, mestranda em Arqueologia pela UFPE.

Caracterização da Área de Estudo

A área de estudo está inserida no sítio urbano¹ da cidade do Recife. Denominada como Bairro do Recife, corresponde à ilha que abriga o Marco Zero do Estado de Pernambuco, sendo popularmente mais conhecida como Recife Antigo. Geograficamente, a ilha é cercada pela foz dos rios Capibaribe e Beberibe a oeste, a leste pelo Oceano Atlântico. Sua conexão com o continente acontece por meio de suas históricas pontes: 12 de Setembro (conhecida como a antiga Ponte Giratória), Maurício de Nassau, Buarque de Macedo e Limoeiro.



Imagem 1 - Mapa do Brasil com destaque em rosa para o Recife. Fonte:

<<http://www.niccolomaffeo.es/brasil/mapas/recife.htm>>. Acesso em: 19 set. 2016.

Imagem 2 - Vista aérea da Ilha do Recife. Fonte: <<http://link.estadao.com.br/noticias/geral,cena-de-startups-do-recife-passa-por-renovacao.10000029607>>. Acesso em: 19 set. 2016.

Todo o espaço que constitui a ilha é protegido por legislação municipal de preservação, Lei nº 16.290 de 1997. Em âmbito nacional foi aprovado no ano de 1998 o Decreto de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Bairro do Recife faz parte da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico (ZEPH)-09, definida pela prefeitura do município em: “Parágrafo Único. A ZEPH 09

¹ Sítio Urbano é o local onde a cidade foi desenvolvida. O sítio urbano do Recife caracteriza-se por uma planície flúvio-marinha, constituída pelos sedimentos oriundos do Oceano Atlântico e dos Rios Capibaribe e Beberibe.

integra o zoneamento da Cidade do Recife, aprovado pela Lei nº 16.176, de 09 de abril de 1996 - Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS” (PCR, 1996). A referida Lei na Seção I definiu três pólos de interesse, dos quais interessa ao presente artigo o II, este corresponde ao Setor de Renovação: O Pólo Pilar. Ainda de acordo com a Lei nº 16.176, o Art. 2º define as diretrizes a serem seguidas diante de mudanças urbanísticas ou instalação de usos e atividades, complementando com o:

§ 2º As ações destinadas à revitalização do Bairro do Recife serão sempre norteadas pelo princípio de valorização da identidade arquitetônica, histórica, cultural e paisagística da cidade, condicionando-se seu licenciamento às condições estabelecidas nesta Lei.



Imagem 3 - Em vermelho Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – ZEPH 09; em amarelo Setor de Renovação Urbana; em rosa Área de Intervenção Arqueológica. Fonte: (SERIDÓ, 2012, p.6)

O Pólo Pilar está localizado ao norte da Ilha do Recife e equivale à área de habitação da Comunidade do Pilar, antiga Favela do Rato². Esta é única comunidade residente na ilha, outros pontos de moradia existentes são voltados para o comércio e turismo,

² Existem dois argumentos para essa designação. Um justifica-se pela alta concentração de ratos. Outro faz referência à situação socioeconômica das pessoas que ali vivem, uma vez que não existe qualidade de vida restando muitas vezes a disputa com os ratos por alimentos. Todavia, foram os próprios moradores da comunidade que solicitaram a alteração do nome, assim através do Decreto 18.570/2000 a Favela do Rato passou a ser a Comunidade do Pilar, em referência à Igreja do Pilar.

basicamente. O projeto de revitalização visa à demolição das residências e a construção de apartamentos para a população local. Este processo encontra-se em andamento.



Imagem 4 - Perspectiva do projeto de requalificação da Comunidade do Pilar. Fonte: (NERY, 2012)

Com base na legislação em vigor quando do início do projeto, ou seja, na Portaria 230 de 2002 tornou-se obrigatório o estudo preventivo da arqueologia para a obtenção de licença ambiental, através de procedimentos técnicos. Somada ao princípio de valorização da identidade arquitetônica, histórica, cultural e paisagística da cidade previsto pela prefeitura, a implantação da obra recebeu intervenções arqueológicas.

Toda a área deste perímetro urbano, é tombada como Patrimônio Nacional pelo IPHAN e como toda localidade ou sítio assim qualificado, requer, em caso de intervenções urbanas ou arquitetônicas, o acompanhamento arqueológico e o salvamento de todos os seus bens, seja qual for sua condição, desde estruturas erigidas ou achados arqueológico (RAMOS, 2013, p.1).

Desta forma, entre os anos de 2010 e 2014, a Fundação Seridó em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), realizou as etapas de monitoramento e pesquisa arqueológica. O projeto de revitalização até o presente não foi concluído, sendo assim a área ainda receberá outras intervenções arqueológicas. Os vestígios evidenciados durante as escavações arqueológicas serão os protagonistas desta história.



Imagem 5 - Área total do empreendimento que receberá pesquisas arqueológicas. Fonte: (SERIDÓ, 2012, p.11)

Antecedentes

O nome de batismo - Recife - carrega consigo a marca geográfica que mais chamou atenção dos portugueses quando aportaram, os arrecifes de arenito. De formação natural, a partir do recuo do oceano, as duas faixas de arrecifes são quaternárias e diante de sua articulação em forma de barreira se apresentaram como um porto. Por conseguinte, chamou-se Arrecife dos Navios, Porto dos Arrecifes, Ribeira Marinha dos Arrecifes e por fim Recife.

Como cidade histórica o Recife dispõe de importantes elementos que contribuem para a construção da memória e identidade do seu povo. Suas transformações sofridas desde o início de sua ocupação são contadas através de edificações e manifestações culturais,

assim como também através de um rico patrimônio arqueológico presente em seu subsolo.

Todavia, o local que será estudado, correspondente a atual Comunidade do Pilar, apresenta vestígios de ocupação mais recente quando comparada ao sul do istmo. Esse acontecimento registrado pelas fontes históricas, assim como pelos historiadores se deve às circunstâncias a que este espaço foi submetido, visto que se encontrava no “Fora de Portas³”.

Breve Evolução Histórica da Área

O quebra-cabeça montado com os fragmentos arqueológicos ajuda na interpretação de um determinado tempo histórico. Através dos achados é possível compreender as modificações que o Recife passou em suas diferentes ocupações. A atual Ilha do Recife não se configurava como ilha, mas como um istmo, chamado de Istmo de Olinda, e sua modificação geográfica está atrelada às transformações urbanas que a área sofreu. Até se transformar em ilha, o istmo foi amplamente alterado e ressignificado.

Quando da chegada dos portugueses a planície flúvio-marinha não atendia suas necessidades. Adaptados à geografia colinosa, foi na região de Olinda que se estabeleceram, tornando-a o centro político e administrativo da capitania.

Duarte Coelho, em 1537, decide encontrar o local ideal para a construção da sede da Capitania. E localiza, cerca de 30km ao Sul de onde primeiramente havia se fixado, uma área com uma privilegiada posição geográfica facilitadora da defesa contra invasores, uma colina que lhe permitiria vigiar toda a região dos deltas dos rios Capibaribe e Beberibe (VASCONCELOS; SÁ, 2011, p.3).

Inicialmente, o Recife correspondia apenas ao istmo, visto que era onde se localizava o Porto de Pernambuco. Mesmo com a instalação do porto e ocupação de pescadores e outras pessoas que a ele estavam relacionadas, o espaço não foi alterado significativamente. Até a década 1630, os portugueses haviam realizados algumas construções, “como os Fortes de São Jorge e do Bom Jesus, a cadeia, armazéns, docas e a ermida do Corpo Santo, além de palhoças” (1978, apud MELO, 2003, p. 59).

³ O termo será discutido ao longo do artigo.

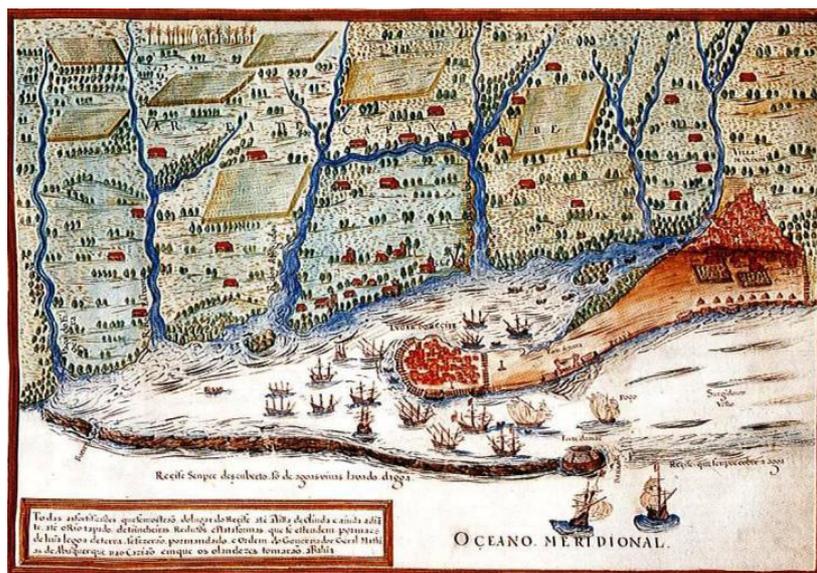


Imagem 6 - Nota-se no extremo sul do istmo a ocupação, no fora de portas a ausência de casas. Presença dos fortes e da rede de drenagem. "Original manuscrito de João Teixeira Albarnaz I do "Livro que da Razão...". IHGB, Rio de Janeiro, *circa* 1626, pág. 327. Fonte: extraído de (ALMEIDA; CORRÊA, 2012, p.119).

De acordo com a iconografia, o Forte de São Jorge foi construído dentro do perímetro que irá receber escavações arqueológicas do projeto de Requalificação Urbana, mais especificamente no local onde hoje se encontra a Igreja Nossa Senhora do Pilar. Durante as escavações apenas parte da sua suposta área sofreu intervenções e as estruturas evidenciadas ainda não apresentam pistas do forte. Devido às contínuas construções e desconstruções, a área escavada não apresenta estratigrafia arqueológica suficiente para inferir cronologia dos vestígios encontrados.

Malgrado vinte e quatro anos presentes no Brasil, os holandeses construíram uma história sólida. Foi o período da colônia de grande produção documental. Em contraponto, devido às práticas políticas não existem exemplares de sua arquitetura no tempo presente.

A 15 de Fevereiro de 1630, as primeiras tropas holandesas desembarcaram na província de Pernambuco e se apoderaram de sua capital Olinda; nesta época o Recife era apenas um povoado, com armazéns e algumas casas de moradia, situado na extremidade da língua de terra chamada istmo de Olinda, a uma legua proximamente ao sul da capital (BÉRINGER, 1904, p. 39).

Diferente dos portugueses, os holandeses não encontraram condições de fortificar Olinda e transformá-la na capital do Império Holandês. Desta forma, foi na planície flúvio-marinha que os batavos se estabeleceram. Durante a chamada Guerra de Resistência

(1630-35), onde os holandeses enfrentaram a resistência portuguesa, a maior batalha foi sobreviver às condições de vida impostas.

O escorbuto afetou gravemente a tropa holandesa. Cortavam-se à navalha as gengivas inchadas dos doentes (MOREAU, 1651). Mas não só o escorbuto: também a disenteria sanguínea ou câmaras de sangue (*roode loop*) e outras enfermidades (MELLO, 2001, p. 47).

Ainda segundo o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, praticamente toda a documentação produzida nos primeiros anos da ocupação, os holandeses se queixavam sobre a situação alimentar e pedia providências da Pátria. Entre a documentação, Mello destacou o “Parecer” de Johannes van Walbeeck sobre a situação da conquista, de 27 de novembro de 1631.

Vivemos em uma ponta de terra, sem liberdade de nos dirigir para o interior, pois a falta de refrescos e de madeira, tanto para construção, como para a cozinha, é suficiente para nos manter aqui sem possibilidade de realizar ulteriores ataques; sem refrescos, a tropa não se sustentando senão com alimentos vindos da Pátria, é vítima do escorbuto, como se verifica diariamente e não se obtendo nem verdura nem água fresca, necessariamente definha até a morte, sem que neste areal possa ser empregado qualquer expediente, tal qual como se estivéssemos em um deserto (MELLO, 2001, p. 45).

O período em que Maurício de Nassau esteve no poder (1637 – 1644), o Recife foi reestruturado. “A intervenção holandesa veio a ser a primeira grande transformação urbanística e cultural ocorrida nessa região, principalmente no futuro Bairro do Recife, desde os primeiros registros que datam de 1537” (2002, apud MELO, 2003, p.60).

De acordo com as pesquisas arqueológicas realizadas pela UFPE durante o projeto de Revitalização do Bairro do Recife (Pólo Alfândega /Madre de Deus) no perímetro do Quarteirão Holandês, foi possível evidenciar a técnica construtiva utilizada pelos holandeses para a construção de casas, caracterizadas como “de assentamento de tijolos, unidos com argamassa de caulim, sobrepostos em rocha de arenito, que estavam depositadas diretamente no solo natural” (MENELAU, 2008, p.194). Ainda de acordo com Menelau, os artefatos encontrados nas escavações, como tijolos vindos da Holanda, cachimbo e azulejo, foram utilizados para a contextualização histórica, assim como também para datar o sítio.

Os holandeses chamaram o Forte de São Jorge de Land Castel (Castelo da Terra). Em seu “Breve Discurso” de 1638, o conde Maurício de Nassau consentiu a instalação de um hospital no Forte de São Jorge:

Fora do Recife encontra-se primeiro o velho castelo denominado São Jorge. Achando-se este castelo muito arruinado, os administradores do hospital pediram-no para servir de enfermaria, com promessa de repararem-no interiormente e conservarem-no à sua custa, utilizando-se dele até que seja necessário ao serviço militar e à defesa do Recife, o que resolvemos conceder-lhe para poupar despesas à Companhia, e porque este castelo é atualmente inútil, e sê-lo-á talvez também para o futuro. Contudo ficaram aí todas as peças. (Maurício de Nassau no seu "Breve Discurso" de 14 de janeiro de 1638) (MELLO, 2004, p.119-120).

Para além do sistema de paliçadas para proteção do centro urbano, os holandeses constroem as portas do Recife, para se ter acesso ao "Povo"⁴ era preciso ultrapassar as três portas, que são elas: a Lantpoort (Porta de Terra), a Pontpoort (Porta da Balsa), e a Waterpoort (Porta da Água ou Porta do Mar). Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, as portas (da Terra, da Balsa e do Mar), se situavam:

A primeira ficava na extremidade norte da estacada, no caminho de Olinda, no local onde depois foi construído o arco do Bom Jesus; a segunda, no local de acesso à balsa que ligava o Recife a Maurícia, nas proximidades da cabeceira da ponte construída por Nassau e, finalmente, a terceira porta, a Waterpoort, estava situada no desembarcadouro e por ela tinham entrada no recinto fortificado do Recife os que desembarcavam dos navios no porto: o desembarcadouro estava situado aproximadamente na atual praça Alfredo Lisboa (MELLO, 2001, p.115).



Imagem 7 - 1 - paliçada contornando o primeiro agrupamento do Recife. 2 – Porta do Mar. 3- Começo do lugar Fora de Portas. 4 – possível localização da Porta da Terra. 5 – capela. 6 – Local aproximado da posterior Porta da Balsa. Fonte: GIUSTINA, 2010, p.100

A Porta da Terra era o divisor entre o núcleo urbano e a área não ocupada (atual Comunidade do Pilar). “Ao término da colonização holandesa, em 1654, o Recife conta com cerca de 8.000 habitantes, distribuídos em 290 sobrados, assentados sobre uma superfície 24,7 hectares” (REYNALDO, ALVES, 2013, p.3).

⁴ Como era referenciado o povoado.

Após a retirada holandesa e a retomada portuguesa ocorrem transformações sucessivas, inclusive no âmbito estrutural, pois os portugueses destruíram grande parte das construções que os holandeses realizaram, arruinando o plano urbanístico realizado. Na reconstrução de Recife, Portugal apostou no urbanismo com estilo arquitetônico barroco. “No Recife, a construção do espaço barroco deu-se segundo um urbanismo relativamente regulado, que utilizou vários experimentos da cidade barroca européia” (ZANCHETI, 2000, p.9). Entre as destruições estão as portas do Recife, porém nos mesmos locais reconstruíram “outras em alvenaria, nos estilos barroco e neoclássico, passando a ter também funções religiosas” (GIUSTINA, 2010, p.100).

A Igreja de Nossa Senhora do Pilar⁵ foi construída em 1680, de acordo com Lêda Giustina, após três décadas de portas fechadas, foi restaurada entre abril de 2009 e janeiro de 2013.

O início das obras de restauro em abril de 2009, a situação dessa igreja era de completo abandono: fechada, sem uso, praticamente em ruínas, cercada de lixo e barracos, sem portas, nem janelas nem telhado, com as paredes esburacadas e as sepulturas violadas (GIUSTINA, 2010, p.69).

A igreja Nossa Senhora do Pilar representa um marco histórico no povoamento do local. Antes da sua construção o local era praticamente desocupado, utilizado basicamente como caminho entre Olinda e Recife.

De acordo com as evidências arqueológicas e historiográficas, os restos das edificações mais antigas, indicam possíveis processos de urbanização ainda no final do século XVII e sinais de ocupação continuada desde a primeira metade do século XVIII (PESSIS, 2013, p.12).

No passado existia uma ligação direta entre a Rua do Bom Jesus, passando pelo Arsenal da Marinha, pela Rua de São Jorge até chegar à Igreja do Pilar. A Rua de São Jorge existe desde o século XVI. Atualmente algumas construções e os barracos da comunidade provocam um desvio.

O século XIX registrou um crescimento na cidade, por influência direta da chegada da Família Real e a abertura dos portos às Nações Amigas. Conseqüentemente, produtos de diversos países entram pelo porto, o que é verificado arqueologicamente.

⁵ Monumento tombado pelo IPHAN em 25/08/1985. Protegido em âmbito municipal por fazer parte da ZEPH 09 pela Lei 16.990/97.

A segunda metade do século XIX é marcada por uma atmosfera de transformação no Brasil, principalmente as cidades históricas. A princípio era um movimento de modernização, limpeza, mas foi, sobretudo, um movimento de transformação social. Neste contexto a área do Pilar foi bastante alterada. Na realidade todo o istmo passou por um processo de ampliação territorial através de aterros, transformando consideravelmente sua geografia e, principalmente a dos rios Capibaribe e Beberibe. “Sobre o beberibe: Proximo à sua embocadura o seu leito tinha uma largura muito maior do que hoje: o istmo alargou-se consideravelmente à sua custa” (BÉRINGER, 1904, p.59).

As escavações até o momento se concentraram em duas das seis quadras, 40 e 55. “A parte da quadra 40 foi ocupada após o aterro no XIX, residências e equipamentos relacionados ao porto, como os silos. Abaixo dos silos estruturas de residências e um sistema de escoamento de água do Capibaribe” (RAMOS, 2010, p.215). Após expandirem o solo, houve a preocupação de estruturar a cidade para melhorar o sistema urbano, principalmente no tocante à ligação entre pontes, abastecimento de água, transporte e abertura de ruas.

De acordo com Giustina, a arquitetura característica das novas ruas do Fora de Portas apresentou sobrados de uso misto (residencial e comercial), assim como galpões de armazém de porte médio e pequeno. Em todo o resto do espaço, a arquitetura aplicada também foi simples, os edifícios eram baixos e compridos. O Arco do Bom Jesus, que foi construído no local da Porta da Terra, foi derrubado no ano de 1850.

O século XX inicia como o século das transformações, da chegada da modernidade no Recife. Além das reformas urbanísticas das duas primeiras décadas, houve a reforma no Porto. Delas resultou um novo bairro, pois a demolição de prédios e residências descaracterizou o centro histórico, ficando conhecida como a reforma do “bota a baixo”.

Entre as destruições esteve o Arco da Conceição, derrubado em 1913, e o de Santo Antônio, em 1917. O Bairro do Recife passou por uma grande limpeza étnica, “entre 3.000 e 5.000 pessoas foram desalojadas do Bairro, entre 1910 e 1911” (MENEZES, 2015, p.4).

Outra grande modificação se deu com a transformação do istmo, o qual rompeu e passou a ser uma ilha. “Com a chegada da metade do século XX, ocorre a ruptura definitiva do Istmo com a reforma da Base Naval da Marinha, que o separou do Recife” (CABRAL; PONTUAL, 2011, p.12).

É importante destacar que mesmo com a queda do Arco do Bom Jesus (o último vestígio da Porta que segregava o povo do Fora de Portas), a divisão permaneceu no cotidiano da população por muitos anos, como é possível perceber na fala de Rabello: “(...) minha família veio, nos começos de 1908, morar no Recife; não propriamente na cidade, mas, como diziam os moradores, em Fora de Portas” (GIUSTINA, 2010, p.109).

Dentro do projeto de reforma do Porto, iniciado com as demolições, seguido do não desenvolvimento das instalações dos equipamentos do porto no local que iniciou a ocupação nas calçadas que veio a dar origem à “Favela do Rato”, atual comunidade do Pilar que apresenta uma estimativa de mil habitantes.

O histórico dessa comunidade começa na década de 70 com as desapropriações e demolições de seis quadras compreendidas entre o Moinho Recife, Fábrica Pilar, Ruas de São Jorge e do Brum, para ampliação do porto. A população da área foi desalojada e se iniciou um processo de deterioração física e funcional. Um muro de dois metros de altura foi erguido. Entre os anos de 1975 e 1987 a ocupação informal tomou conta das calçadas (MELO, 2003, p. 100).

Segundo Lêda Giustina, com o objetivo de impedir o retorno da população com novas ocupações foram retiradas as coberta das edificações para que o tempo destruísse todas.

Essa ação acelerou o processo de deterioração física e funcional provocando o arruinamento da área, que também atingiu a Igreja do Pilar. As construções foram saqueadas, janelas e portas arrancadas, tijolos e outros materiais retirados. As edificações mais resistentes transformaram-se em ruínas, algumas ainda mantendo o andar térreo (GIUSTINA, 2010, p.141).

Atualmente é possível encontrar vestígios dessas construções que forçadamente arruinaram e que foram ressignificados pela comunidade atual.

Patrimônio Arqueológico

O interesse do mundo pós-moderno⁶ pelo patrimônio não tem um conceito padronizado pelos estudiosos, especula-se a efemeridade da vida moderna e conseqüentemente as mudanças sociais, tendo assim uma multiplicidade de conceitos pautada em um campo

⁶ A pós-modernidade é a modernidade que atinge a maioria, a modernidade olhando-se a distância e não de dentro, fazendo um inventário completo de ganhos e perdas, psicanalizando-se, descobrindo as intenções que jamais explicitara, descobrindo que elas são mutuamente incongruentes e se cancelam. A pós-modernidade é a modernidade chegando a um acordo com a sua própria impossibilidade, uma modernidade que se automonitora, que conscientemente descarta o que outrora fazia inconscientemente (BAUMAN, 1999, p.288).

interdisciplinar do conhecimento. Suas fronteiras ultrapassam o campo jurídico. Para Poulot, “a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais” (1997, apud FERREIRA, 2006, p. 79).

O surgimento da palavra patrimônio recua no tempo. De origem latina o termo *patrimonium* sofreu alterações ao longo da história. Inicialmente o termo esteve estritamente relacionado aos bens privados herdados da família e passado por gerações. “O patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana. Não havia o conceito de patrimônio público”. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.11). Após passar por influências e transformações ao longo do tempo, sua ampliação definitiva para o público, assim como a sua monumentalidade se deu com a Revolução Francesa no século XVIII, baseado em discursos nacionalistas de tutela e proteção dos bens da nação.

Contudo, seu cerne perpassa o tempo e ainda hoje representa herança, sendo esta social. Daí por diante foram criadas, devido às necessidades de diferentes sociedades, diferentes noções de patrimônio. Todas elas estão envolvidas no que se chama de Patrimônio Cultural⁷. O termo carrega um peso simbólico, o qual deve ser descarregado em forma de mediador social durante a relação com a sociedade.

Inicialmente no Brasil a preocupação com o patrimônio esteve atrelada ao patrimônio edificado, ação esta pautada na construção das idéias preservacionistas por parte de profissionais, principalmente arquitetos. Ao ampliar a noção de patrimônio, devido à necessidade de reconhecer as manifestações sociais que constroem a história e a materialidade do povo brasileiro, foi possível olhar o patrimônio através de uma lente mais cultural. O patrimônio cultural, portanto, engloba vários campos como: material, imaterial, natural, arqueológico, entre outros.

No Brasil existem aparatos legais responsáveis pela preservação e manutenção do patrimônio. A Constituição Brasileira de 1988, na Seção II DA CULTURA, através do artigo 216 define o que constitui o patrimônio cultural brasileiro:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas

⁷ O patrimônio cultural – ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, os desenhos urbanísticos e outros bens físicos; a experiência de vida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos. (CANCLINI, 1994. 99)

de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO, 1988, p.124).

Todavia, este não é um ofício apenas do setor público. Sendo assim, é defendida a parceria entre a esfera pública e a sociedade para promoção e proteção do patrimônio cultural – “§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (CONSTITUIÇÃO, 1988).

O patrimônio arqueológico não é diferente; por dispor de um grande legado em forma de herança cultural, também está inserido no âmbito do patrimônio cultural. Seu estudo tem grande relevância para a sociedade, uma vez que através dos vestígios arqueológicos é possível compreender parte da história dos povos remanescentes. Sua proteção é prevista por lei, a 3.924 de 1961.

Art 1º Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que nêles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acôrdo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal.

Internacionalmente a proteção do Patrimônio Arqueológico foi abordada em diferentes cartas patrimoniais de vários países. A mais utilizada, geralmente, é a Carta de Lausanne de 1990, elaborada na Assembléia Geral de Lausanne, na Suíça.

Art. 1º O "patrimônio arqueológico" compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

Vestígios Arqueológicos do Pilar

Concluído o período das escavações realizadas pela Fundação Seridó e pela UFPE, foi possível inventariar um expressivo número de material arqueológico de grande valor histórico para o Recife. Entre os vestígios estavam principalmente: cerâmicas, grés, vidros, metais, louças, estruturas em alvenaria, ruínas e remanescentes ósseos

humanos. A grande diversidade de material arqueológico vem sendo pesquisada por alunos da UFPE em nível de graduação, mestrado e doutorado, o que contribui para o entendimento da dinâmica do registro arqueológico do Pilar.

É importante reforçar que a conclusão dessa etapa não se configura como a finalização das escavações arqueológicas, como foi dito anteriormente, o projeto ainda não foi concluído e essa equipe realizou apenas o trabalho em duas quadras. Atualmente outra equipe vem desenvolvendo trabalhos na área.

Devido à expressiva variedade e quantidade de material arqueológico, as análises ainda não foram finalizadas. Contudo, já é possível afirmar a impossibilidade de localizar cronologicamente os artefatos através da estratigrafia pois, como foi visto na evolução histórica o local passou por grandes transformações através de aterros, alterando significativamente o solo e conseqüentemente o registro arqueológico.

Cerâmica: o material cerâmico evidenciado durante as escavações apresentou maior variedade em relação à função, com artefatos relacionados ao uso doméstico. Porém, também foram encontrados peças de cachimbo, como forninho e piteiras, feitos de cerâmica.



Imagem 9 - Fragmentos de bojo, borda e base de vasilhas de cerâmica. Observa-se marcas de queima nas peças. Fonte: Fundação Seridó, IX Relatório Técnico, 2012.



Imagem 10 - Fragmentos de forninhos cerâmicos com diferentes formatos e decorações. Fonte: Fundação Seridó, IX Relatório Técnico, 2012.

Louça: dentro da categoria de louça foram evidenciadas: faiança, porcelana e faiança fina. Entre os diversos tipos de materiais, a maior quantidade de fragmentos foi de louça. Apresentou também uma enorme riqueza de diversidade entre cores, decorações, marcas de fabricação, função e morfologia.



Imagem 11 - Variedade de decoração. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011



Imagem 12 - Shell edges, provavelmente o tipo mais comum no sítio. Fonte: Fundação Seridó, VII Relatório Técnico, 2012

Grés: a quantidade de fragmentos de grés encontrada nas escavações foi também expressiva, desde gargalos a bases, foram encontradas variedades de coloração. Garrafas inteiras também fazem parte do acervo. O grés devido seu caráter impermeabilizante foi muito utilizado para o transporte e armazenamento de bebidas. Tanto escolha da cor, como da morfologia, tem relação direta com o produto a ser armazenado. No Brasil a garrafa depois de esvaziada era reutilizada.



Imagem 13 - Diferentes gargalos de garrafa de grés. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011



Imagem 14 - Garrafa inteira de grés. Inscrição "MONTEIRO". Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011

Vidros: Os fragmentos e garrafas de vidro encontradas apresentam grande variedade de decoração, morfologia, coloração e utilidade. Sua cronologia é principalmente do século XIX para o XX.



Imagem 15 - Garrafas pequenas inteiras de diferentes morfologias e coloração. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011



Imagem 16 - Garrafas grandes inteiras de diferentes morfologias e coloração. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011

Metais: o material metálico encontrado apresentou diferentes funções, como: tapas, ferraduras, espadas, correntes, entre outros.



Imagem 17 - Fragmento de espada. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011



Imagem 18 - Boneca de metal. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011

Os fragmentos de utensílios de uso cotidiano estão evidenciando, o uso que se fazia do espaço urbano, o modo como as pessoas viviam, e o seu nível social; os restos alimentares falam sobre os hábitos e recursos dessas comunidades (PESSIS, 2013, p.3).

Estruturas em alvenaria: As estruturas evidenciadas nas escavações são em sua maioria compostas por tijolo cerâmico maciço e argamassa de barro e cal. Em menor número foram encontradas estruturas de alvenaria de pedra e alvenaria mista (tijolo cerâmico maciço e pedra). Foi encontrado também cimento Portland em algumas estruturas. A cronologia das estruturas não pode ser realizada a partir da estratigrafia devido à intensa perturbação do solo. Ainda dentro do conjunto de estruturas foram evidenciados três poços artesanais, os quais apresentam alvenaria de tijolo cerâmico maciço e na argamassa barro e cal, e estão relacionados a um sistema de escoamento de água ligado

ao rio Capibaribe. “Durante a escavação do poço foram identificados vestígios de louça, ferro, cerâmica, grés e vidro, com predominância de fragmentos de louça” (RAMOS, 2013, p.30).



Imagem 19 - Estruturas de alvenaria evidenciadas. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011



Imagem 20 - Poço evidenciado durante as escavações. Fonte: Fundação Seridó, VI Relatório Técnico, 2011

“Essas estruturas estão revelando a maneira de construir das comunidades, seus conhecimentos técnicos e a disponibilidade de material construtivo ao longo da ocupação” (PESSIS, 2013, p.3).

Ruínas: existe um complexo de ruínas espalhado por toda a área correspondente ao Pilar. Este é composto principalmente por sobrados residenciais do século XIX. Muitas das ruínas foram incorporadas ao cotidiano da população local. Através de intervenções paliativas moradores dão um novo uso as construções.



Imagem 21 - Ruína de Sobrado. Fonte: Fundação Seridó, Relatórios Técnicos, v. I, 2012.



Imagem 22 - Nota-se o mesmo sobrado antes do processo de arruinação. Fonte: Giustina, 2010.



Imagem 23 - Ruína localizada na Rua do Brum. Nota-se a utilização da ruína como base para a construção de lojas comerciais. Fundação Seridó, Relatórios Técnicos, volume I, 2012.



Imagem 24 - A mesma ruína da Rua do Brum, antes do processo de arruinamento. Fonte: Giustina, 2010.

Remanescentes ósseos humanos: Durante as escavações da quadra 55 foram evidenciados remanescentes de ossos humanos, que ao todo completam uma coleção de sessenta e cinco esqueletos. As pesquisas em andamento discutem a possibilidade de a área se configurar ou não como um cemitério. Até o presente não existe nenhuma documentação histórica que mencione a existência de um cemitério naquela localidade. A hipótese mais aceita para o origem dos esqueletos é de que seriam soldados da Companhia das Índias Ocidentais⁸. Para localizar temporalmente esses esqueletos os arqueólogos utilizaram como base as estruturas de alvenaria encontradas acima dos ossos. Todas as estruturas encontradas estão voltadas para a Rua São Jorge. Sabe-se que ao todo o espaço teve “130 casas edificadas de 1680 até 1740” (PESSIS, 2103, p.18). As estruturas são contemporâneas da construção da igreja.

Verticalmente, os sepultamentos foram encontrados abaixo do nível das edificações, literalmente no leito arenoso do istmo. Indicando serem anteriores às construções. Alguns esqueletos estão imediatamente abaixo das fundações, sendo inclusive danificados por elas; outros estão a até 25 centímetros abaixo das estruturas de fundação (PESSIS, 2013, p. 15).

As análises realizadas até o momento com vinte e oito esqueletos indicam ascendência européia e sexo masculino. É importante destacar, de acordo com SILVA (2015), que não foram identificadas em nenhum esqueleto analisado marcas de traumas responsáveis pelas mortes, contudo as análises ainda estão em andamento. Dos vinte e oito

⁸ Ver dissertação de Ilana Elisa Chaves Silva, intitulada: Arqueologia da doença no cemitério histórico do Pilar-PE, defendida em 2015 no programa de Pós Graduação de Arqueologia da UFPE.

sepultamentos analisados, em dezenove é possível identificar marcas de escorbuto (retração alveolar na maxila, abscesso e perda de dentição). E ainda foi constatado entre alguns esqueletos indícios de doenças infecciosas como sífilis venérea, boubá e varíola. Dentro da hipótese de serem soldados da WIC existe também a possibilidade de estes estarem relacionados ao hospital militar que funcionou no antigo Forte de São Jorge durante a ocupação holandesa.

Os sepultamentos encontram-se no istmo original, não estão, portanto nas áreas que foram aterradas e que se configuram como a maior parte de terra da região. Desta forma, nesta região a estratigrafia arqueológica é mais homogênea, apesar de que a própria prática do enterramento não deixa de ser uma técnica que revolve o solo, podendo o que está localizado abaixo do esqueleto ser contemporâneo a ele e não necessariamente mais antigo.

Foram coletados fragmentos de material arqueológico desde a primeira camada estratigráfica até a camada do istmo. [...] tais como fragmentos de vidro, cerâmica, louça, metal e grés, e ainda amostras de materiais construtivos como tijolo, reboco, azulejo, madeira, pedra, sedimento e argamassa (PESSIS, 2013, p.12).

A distância entre o espaço funerário⁹ e a igreja do Pilar (tomada como referência por causa do Forte de São Jorge) é de 150 metros. Ao sul, a distância entre o espaço funerário e a Porta da Terra é de 450 metros.



Imagem 25 - Processo de escaneamento 3D dos esqueletos. Fonte: Fundação Seridó, XII Relatório Técnico, 2013.



Imagem 26 - Identificação do crânio durante as escavações. Fonte: Fundação Seridó, XII Relatório Técnico, 2013.

⁹ Entende-se por espaço funerário um local destinado a práticas de sepultamento que apresentem características funerárias, ritualísticas.



Imagem 27 - Evidenciação de dois esqueletos. Fonte: Fundação Seridó, XII Relatório Técnico, 2013



Imagem 28 - Evidenciação de esqueletos com diferentes articulações dos membros superiores. Fonte: Fundação Seridó, XII Relatório Técnico, 2013.

Preservação do Patrimônio Arqueológico do Pilar

Frente a um patrimônio, surgem de imediato questionamentos sobre sua preservação. A ação de preservação não interessa apenas como preservar, mas também o quê e por que preservar. Um patrimônio para ser preservado carrega em sua história valor de referência à identidade de um povo. Legalmente, como foi abordado anteriormente, existem instrumentos competentes para realizar a preservação através de portarias, normas, resoluções e decretos-lei.

Quais seriam então os instrumentos capazes de preservar o patrimônio arqueológico do Pilar? Afora todos os aparatos previstos por Lei que protegem esse patrimônio a partir de sua evidenciação e registro, é fundamental a discussão acerca da relação que será estabelecida entre esse patrimônio e a população local. Sabendo-se que socialmente, trata-se de uma população excluída economicamente e conseqüentemente culturalmente, serão necessários instrumentos que promovam uma inclusão.

Primeiramente é preciso pensar em uma metodologia de ações educativas permanentes, que contemple a construção do patrimônio e das práticas culturais dentro do contexto educacional.

Os sítios e objetos arqueológicos, além da sua materialidade concreta, possuem significados simbólicos que se acumularam ao longo de sua existência e que envolvem os motivos pelos quais foram criadas, suas funções para as sociedades que deles usufruíram e as formas como foram ou não preservados até o presente momento (AZEVEDO NETTO, 2008, p.11).

Neste sentido, a educação patrimonial se apresenta como uma ferramenta capaz de promover uma proximidade entre a comunidade e o patrimônio arqueológico, possibilitando o reconhecimento e a apropriação cultural e relendo esse patrimônio como parte de sua identidade¹⁰ e memória.¹¹ A educação patrimonial é um conjunto de ações com metodologia própria que promove o conhecimento sobre os bens culturais, permitindo o acesso direto às fontes, ou seja, aos objetos culturais, propiciando atitudes de preservação (2003, apud AZEVEDO NETTO, 2008, p.11).

Essa transformação não se dá em um curto espaço de tempo, nem tão pouco de cima para baixo através das escolhas acadêmicas. A comunidade necessita participar de todas as etapas, tornar-se ativa resignificando as informações teóricas e acadêmicas em linguagem acessível. “Há uma falta de comunicação entre o mundo acadêmico, em particular a comunidade arqueológica, e o povo. Os arqueólogos deveriam agir com a comunidade, não para ela (1984, apud FUNARI, 2001, p.28)”.

Todavia, essa também é uma grande responsabilidade do poder público. A atual conjuntura do Recife é justamente uma luta acirrada entre a população e a esfera municipal em busca da preservação do patrimônio cultural. No caso do Pilar, até onde vai o interesse em estabelecer uma relação entre a comunidade e o patrimônio? Várias ações podem ser tomadas por parte da prefeitura, como revitalizar e inserir a comunidade nos roteiros turísticos do bairro do Recife, levando a possibilidade de incluir socialmente e desenvolver economicamente. Como afirmou Cristina Schneider “o Turismo Cultural é hoje uma realidade para muitos municípios que buscam desenvolver-se de forma sustentável e agregar mais valor a sua cidade” (SCHNEIDER, 2006).

¹⁰ A identidade de um grupo apresenta características específicas, o espaço contribui em sua construção, como salientou Hall a identidade, “é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1987 apud HALL, 2011, p.13).

¹¹ Podemos portando dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.5).

Considerações Finais

Uma consciência histórica é estreitamente relacionada com os monumentos arqueológicos e arquitetônicos e que tais monumentos constituem importantes marcos na transmissão do conhecimento, da compreensão e da consciência históricos (FUNARI, 2001, p.24).

A queda da porta que marca a ocupação do Fora de Portas foi apenas física, resiste ao tempo toda carga simbólica por ela representada. A população do Pilar vive em um mundo paralelo, apresentando um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano de Pernambuco. A região do Pilar não faz parte do contexto cultural do Bairro do Recife. O Fora de Portas é desconhecido dos recifenses. O forte turismo do Recife Antigo tem sua fronteira na Torre Malakoff (aproximadamente onde fica a Porta da Terra), as ruínas e a Igreja do Pilar, assim como a população foram esquecidos, são as permanências da história e a representação do silenciamento causado pelas obras do Porto desde o século XIX.

Faz-se necessário dizer que, diante de tamanha riqueza do patrimônio arqueológico e, principalmente de sua importância histórica para a construção do Recife e de Pernambuco, a conscientização patrimonial não pode se restringir apenas às fronteiras tão demarcadas da Comunidade do Pilar. É preciso ultrapassar e alcançar os recifenses e todos que possuem uma relação identitária com a cidade. Os vestígios são marcadores de identidade e do tempo, trazem à tona a história de como foi construída, possibilitando releituras.

O Bairro do Recife passou por diferentes processos de esquecimento. Resgatar sua história através da memória constitui um elementar processo para a manutenção do patrimônio arqueológico. Para Le Goff,

A memória, é onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão (SCHNEIDER, 2006, p.3).

É urgente que se crie espaços onde a população geral se relacione com o patrimônio arqueológico evidenciado, dando a ele a oportunidade de cumprir sua tarefa social de mediador. O patrimônio, assim como o conhecimento produzido acerca dele, precisa ultrapassar os muros das universidades.

Referências

- ALMEIDA, Lutiane; CORRÊA, Antônio. DIMENSÕES DA NEGAÇÃO DOS RIOS URBANOS NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS: o caso da ocupação da rede de drenagem da planície do Recife, Brasil. *Geo UERJ*, Ano 14, n. 23, v. 1, p. 114-135, 2012.
- AZEVEDO NETTO, Carlos. Preservação do patrimônio arqueológico – reflexões através do registro e transferência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 37, n. 3, p.07-17, 2008.
- BARRETO, Alcina; *et al.* Arrecifes, a Calçada do Mar de Recife, PE - Importante registro holocênico de nível relativo do mar acima do atual. *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil SIGEP 040*, p. 1-13, 2010.
- BAUMAN, Z.. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999.
- BÉRINGER, E. O Porto de Pernambuco e a Cidade do Recife no século XVII. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Tomo XI, n.60, p. 37-60, 1904.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CABRAL, Renata; PONTUAL, Virgínia. Transformações do território e representações cartográficas: o Istmo de Olinda e Recife, Brasil. IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica (IVSLBCH): Territórios: Documentos, Imagens e Representações. Faculdade de Letras, Universidade do Porto. p. 1-20, Porto, 2011.
- CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 95-115, Rio de Janeiro, 1994.
- CARLAN, Claudio. Os Museus e o Patrimônio Histórico: uma relação complexa. *HISTÓRIA*, São Paulo, v.27, p. 75-88, 2008.
- CASTILHO, Cláudio Jorge. O Ambiente Urbano Numa Perspectiva Interdisciplinar: Discussão de Conceitos que Tratam das Inter-Relações Sociedade-Natureza, a partir da Geografia do Recife. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 05, p. 872-896, 2011.
- COSTA, Pereira da. Anais Pernambucanos, vol. 1, 2ª. edição, Recife: Fundarpe, 1983. pág. 187.
- FERNANDES, João Azevedo. A Contenção e o Excesso: Bebida, Embriaguez e Identidades Étnicas no Brasil Holandês. (1630-1654). In: Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime, 2008, Lisboa. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Lisboa: Instituto Camões, v. 01. p. 1-17, 2005.
- FERREIRA, M. PATRIMÔNIO: DISCUTINDO ALGUNS CONCEITOS. *Diálogos*, v. 10, n. 3, p.79-88, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, A. Patrimônio histórico e cultural. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural do Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, v. XLI, Fascs.1-2, p.23-32, 2001.
- FUNDAÇÃO SERIDÓ. *Acompanhamento e pesquisa arqueológica na área de implantação do projeto Habitacional do Pilar*. Bairro do Recife, Recife - Pernambuco. IX Relatório técnico parcial de atividades. Recife, 2012.
- _____. *Acompanhamento e pesquisa arqueológica na área de implantação do projeto Habitacional do Pilar*. Bairro do Recife, Recife – Pernambuco. VI Relatório técnico parcial de atividades. Recife, 2011.

_____. *Acompanhamento e pesquisa arqueológica na área de implantação do projeto Habitacional do Pilar*. Bairro do Recife, Recife – Pernambuco. VII Relatório técnico parcial de atividades. Recife, 2012.

_____. *Acompanhamento e pesquisa arqueológica na área de implantação do projeto Habitacional do Pilar*. Bairro do Recife, Recife – Pernambuco. XII Relatório técnico parcial de atividades. Recife, 2013.

_____. *Acompanhamento e pesquisa arqueológica na área de implantação do projeto Habitacional do Pilar*. Bairro do Recife, Recife – Pernambuco. Relatórios técnicos parciais de atividades. Volume I. Recife, 2012.

GIUSTINA, Lêda. O PILAR QUE FICOU Um Estudo de Conservação em Bens Patrimoniais a partir do Conceito de Valor: O Caso da Igreja do Pilar do Recife. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2010.

IPHAN. *Carta de Lausanne*. 1990. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão [et al.], Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Rogério. Patrimônio e enobrecimento no Bairro do Recife. *Revista CPC*, São Paulo, v.1, n.2, p.17-30, 2006.

LOUREIRO, Claudia; AMORIM, Luiz. O MASCATE, O BISPO, O JUIZ E OS OUTROS: Sobre A Gênese Morfológica do Recife. III Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, São Paulo, p. 19-38, 1994.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 2001.

_____. *Fontes para a história do Brasil Holandês: a economia açucareira*. 2.ed. Recife: CEPE, 2004.

MELO, Julia. MAIS ALÉM DA RUA DO BOM JESUS: A revitalização do Bairro do Recife, a população e outros usos do local. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MENELAU, Vera; *et al.* As técnicas construtivas e a expansão do bairro do Recife antigo nos séculos XVI a XIX. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. *Revista Clio Arqueológica*, v.23, n.1, p. 189-210, 2008.

MENEZES, Larissa. UM SÉCULO DE EXCLUSÃO DO USO HABITACIONAL NO CENTRO HISTÓRICO DO RECIFE. XVI ENANPUR Espaço, Planejamento e Insurgências. Belo Horizonte, p. 1-17, 2015.

NERY, Nancy Siqueira. Inclusão socioespacial de comunidades pobres: programa de requalificação urbanística e inclusão social da Comunidade do Pilar, Bairro do Recife- PE. 2012. 122f. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

NEVES, André; MENDONÇA JR, Josué. Os edifícios religiosos e a estrutura urbana dos Bairros de Santo Antônio e São José – 1654-1800. *Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA, Humanae*, v.1, n.1, p.1-13, Set 2007.

PCR. *Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife*, 1996.

PESSIS, Anne-Marie; *et al.* EVIDÊNCIAS DE UM CEMITÉRIO DE ÉPOCA COLONIAL NO PILAR, BAIRRO DO RECIFE, PE. *Revista Clio Arqueológica*, v.28, n.1, p. 127-154, 2013.

POLLAK, M.. MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, Ana Catarina; *et al.* A Evolução Urbana e dos Sistemas Construtivos na Comunidade do Pilar, Bairro do Recife. *Revista Clio Arqueológica*, v.28, n.2, p. 92-125, 2013.

RAMOS, Ana Catarina; *et al.* Acompanhamento arqueológico pós as obras de implementação do Projeto Habitacional do Pilar na Cidade do Recife - PE. *Revista Clio Arqueológica*, v.25, n.2, p. 211-227, 2010.

REYNALDO, Amélia; ALVES, Paulo Reynaldo. Origem da expansão do Recife: divisão do solo e configuração da trama urbana. A: Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. "V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013". Barcelona: DUOT, p. 877-890, 2013.

SCHNEIDER, Cristina. Turismo Cultural: uma Proposta de Preservação do Patrimônio Material. IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL - Caxias do Sul, p-1-9, 2006.

SILVA, Ilana. Arqueologia da doença no cemitério histórico do Pilar-PE. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015. 142 f.

VASCONCELOS, Thatiana; SÁ, Lucilene Antunes. A Cartografia Histórica da Região Metropolitana do Recife. Passado presente nos velhos mapas: conhecimento e poder. In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty-RJ. Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Belo Horizonte - MG: Centro de Referência em Cartografia Histórica, v. 1. p. 1-20, 2011.

ZANCHETI, S. M.. O Recife no século XVIII: Uma cidade barroca nos trópicos. In: CNPCBP (Org.). *Portugal Brasil - Brasil Portugal: duas faces de uma realidade artística*. Lisboa (Portugal): Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, p. 158-153, 2000.

O SOLO MODIFICADO PELO HOMEM (SOLO ANTRÓPICO) COMO ARTEFATO ARQUEOLÓGICO

Wenceslau Geraldes Teixeira*

Ricardo Arcanjo de Lima**

Resumo

Os componentes orgânicos e minerais do solo registram o processo de sua gênese. O homem é um fator que pode alterar o processo de formação do solo, seja por adições de materiais orgânicos e minerais, seja pela movimentação de camadas de solo como também pelo seu aquecimento provocado pelas fogueiras e fornos. No sistema de classificação mundial de solos (WRB), solos modificados pelo homem (Anthrosols), que são caracterizados pela presença de horizontes denominados antrópicos são classificados quanto à natureza e intensidade das alterações e da sua resiliência no processo de formação do solo. No Brasil, sítios arqueológicos, denominados de Terras Pretas de Índio (TPI), são bastante frequentes em determinadas partes da Amazônia, os solos das TPI ganharam notoriedade mundial pelas suas características de cor escura e elevados estoques de carbono e de alguns minerais como fósforo, cálcio, zinco, bário, estrôncio, cujas concentrações foram aumentadas por adições de resíduos orgânicos pelo homem, conferindo a este solo elevada fertilidade. Outros sítios arqueológicos, como os geoglifos e os sambaquis, foram também estudados e apresentam alterações do material de solo original. O estudo das características morfológicas, química, físicas, mineralógicas e magnéticas dos horizontes antrópicos tem contribuído para a resposta de várias questões arqueológicas. Os horizontes de solos antrópicos são um registro das atividades humanas e podem ser considerados artefatos arqueológicos. A preservação deste legado de civilizações pretéritas é dever da nossa sociedade.

Palavras-chave: geoarqueologia; pedoarqueologia; magnetismo; carbono; patrimônio arqueológico.

* Embrapa Solos, Rua Jardim Botânico, 1024, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22460-000; wenceslau.teixeira@embrapa.br. Engenheiro agrônomo, D.rer. nat, Física do Solo.

** Embrapa Solos, Rua Jardim Botânico, 1024, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22460-000; ricardo.arcanjo@embrapa.br. Bibliotecário, Dr. Política Científica e Tecnológica.

Introdução

O homem ao ocupar um local, deixa inevitavelmente marcas de sua passagem, estes indícios normalmente são representados por artefatos cerâmicos, líticos, e feições de construções. O solo também registra, em muitas situações, a passagem de uma população e dos indícios das atividades realizadas no sítio arqueológico. Estas alterações no solo podem ser morfológicas (p.ex. cor, estrutura, transição de horizontes, etc.); químicas, como a elevação do pH do solo e dos teores de minerais como o carbono (C.), fósforo (P), cálcio (Ca), magnésio (Mg), zinco (Zn), estrôncio (Sr) e bário (Ba) para mencionarmos alguns elementos. Alterações em características físicas do solo são também passíveis de serem encontradas, como maiores valores de densidade e de resistência a penetração, causados pela compactação, causada pelo pisoteio em estradas e em sítios de habitação. As características mineralógicas e magnéticas dos componentes minerais do solo são também passíveis de serem alteradas pelo homem, por exemplo, alterações na susceptibilidade magnética, em função do aquecimento do solo abaixo de fogueiras, fornos de cerâmica, fenômeno conhecido como magnetismo termoremanente. Diferenças na ocorrência e concentração de argilo minerais indica a adição de elementos minerais e sua fonte, podendo indicar a proveniência de artefatos líticos, cerâmicos e do material do solo.

Gênese do Solo

A gênese do solo é condicionada pela intensidade de processos nos fatores de formação do solo que inclui o material de origem (rochas ou sedimentos aluvionares ou coluvionares), do clima, da topografia, e da atuação de organismos, normalmente sendo predominantes os efeitos da vegetação e da micro e macrofauna do solo ao longo do tempo (JENNY, 1994). Em solos tropicais formigas e cupins que provocam a pedoturbação do solo, mas animais de maior porte como os tatus também podem causar perturbações em sítios arqueológicos (ARAUJO; MARCELINO, 2003). Nos solos denominados antrópicos o homem tem uma atuação determinante em alguns processos, principalmente pela adição e movimentação de resíduos orgânicos e minerais e por práticas de manejo de água (WORLD, 2015). O estudo de solos, por pedólogos, geralmente se inicia com a observação de uma trincheira (perfil) na qual, subseções ou camadas são diferenciadas. Estas camadas são aproximadamente paralelas a superfície, e apresentam características morfológicas e atributos físicos, químicos e mineralógicos suficientemente distintos para individualizá-las, são denominadas de horizontes do solo.

Dentre as características morfológicas que são facilmente observáveis por inspeção visual de trincheiras, destacam-se: i) a cor do solo é uma característica que permite facilmente identificar alguns processos que ocorrem no local. As cores escuras que são típicas dos horizontes de Terra Preta de Índio (TPI) são devidas a um maior conteúdo de formas de carbono com alto poder pigmentante (p.ex. ácidos húmicos, fúlvicos e carbono pirogênico). O espessamento do horizonte superficial nas TPI é também uma característica destes solos (Figura 1).



Figura 1 - Perfis típicos de Terra Preta de Índio encontrados na Amazônia Central. Fotos: Wenceslau Teixeira.

As cores de solos são para fins de padronização determinadas normalmente em amostras úmidas, a luz do sol com o uso da carta de cores de Munsell. A presença de mosqueados de cores no solo indica um ambiente de má drenagem que pode ser atual ou resultado de um período passado (Figura 2).

Cores acinzentadas na grande maioria das ocorrências indicam um ambiente de alagamento com processos de desferrificação, entretanto, cores claras e amareladas são típicas de solos com predomínio da fração areia, como os sítios arqueológicos em Espodosolos, sob vegetação de campinarana, na Amazônia Central e Roraima (COSTA, 2009; PRANCE; SCHUBART, 1978). Os Espodosolos também apresentam horizonte escuro subsuperficial (horizonte espódico) que é devido ao processo genético de movimentação e precipitação de óxidos de ferro e alumínio e matéria orgânica típicos desta classe de solo (Figura 3).



Figura 2 - Torrão de solo com mosqueado de cores indicado a flutuação do lençol freático e má drenagem. Foto: Wenceslau Teixeira.



Figura 3 - Perfil de um Espodosolo com horizonte escuro subsuperficial (horizonte espódico) - Sítio arqueológico Dona Stella - Iranduba - AM. Foto: Wenceslau Teixeira.

A chamada transição entre horizontes refere-se à faixa de separação entre os horizontes. É caracterizada observando-se o seu contraste e topografia. O contraste diz respeito à espessura da faixa de transição, que é classificada em: a) abrupta: quando a faixa de separação é menor que 2,5cm; b) clara: quando a faixa de separação varia entre 2,5 e 7,5cm; d) gradual: quando a faixa de separação varia entre 7,5 e 12,5cm; e) difusa: quando a faixa de separação é maior que 12,5cm. Quanto a forma e espessuras são classificadas como plana ou horizontal: quando a faixa de separação dos horizontes é praticamente horizontal paralela, à superfície do solo. Ondulada ou sinuosa: quando a faixa de separação é sinuosa, sendo os desníveis, em relação a um plano horizontal, desníveis mais largos que profundos; Irregular: quando a faixa de separação dos horizontes apresenta, em relação a um plano horizontal, desníveis mais profundos que largos; Quebrada ou descontínua: quando a separação entre os horizontes não é contínua (Figura 4). Neste caso, partes de um horizonte estão parcialmente ou completamente desconectadas de outras partes deste mesmo horizonte (SANTOS *et al.*, 2005).

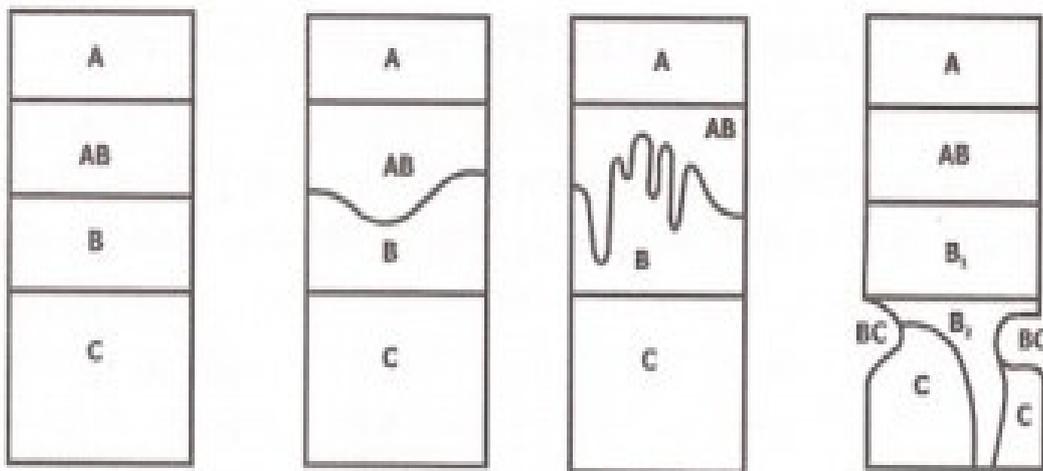


Figura 4 - Ilustração da forma de transição entre os horizontes. 1-Plana; 2 ondulada; 3 irregular e 4) descontínua lo. Fonte: SANTOS *et al.*, 2005.

Há escavações abertas em sítios arqueológicos típicos de TPI da Amazônia, que apresentam uma transição de horizontes abrupta e plana com uma clara indicação de um preenchimento de uma vala com solo já escurecido, posteriormente parece não ter havido movimentação de macrofauna do solo que normalmente contribui para o aumento da espessura que se torna difusa e em muitos casos, irregular (Figura 5).

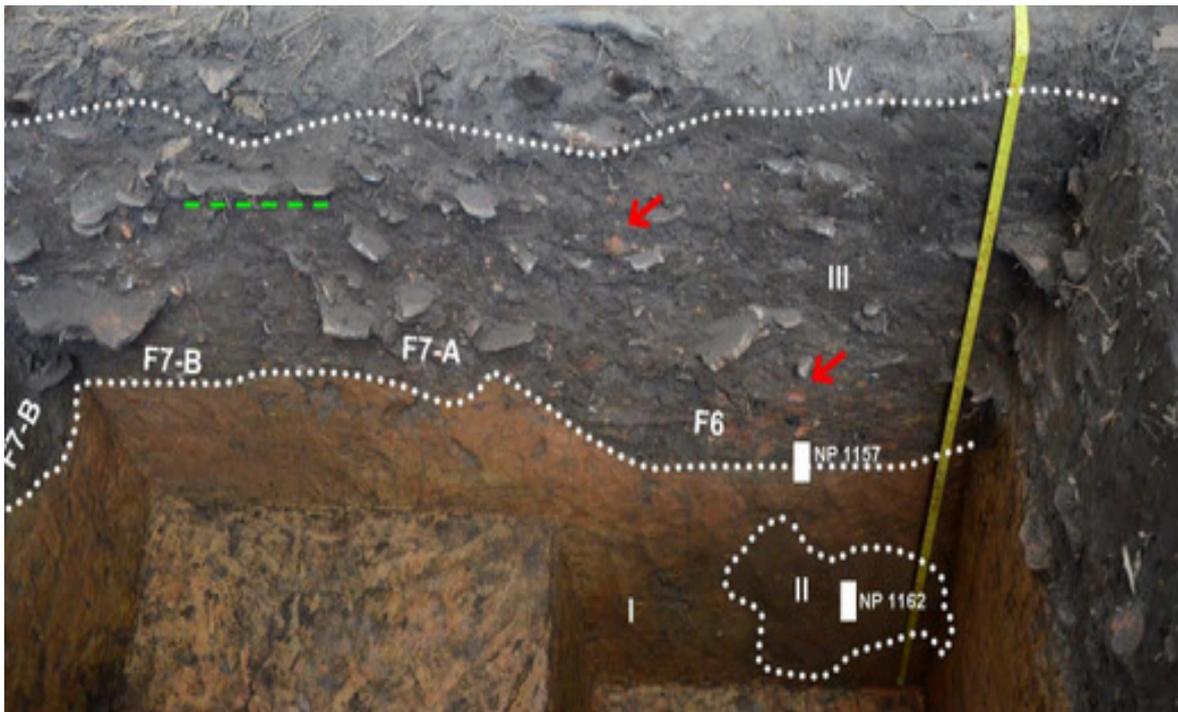


Figura 5 - Fotografia de uma escavação arqueológica em Tefé / AM, mostrando a transição abrupta e clara entre o horizonte antrópico escuro e o solo original. Foto: Jacqueline Belleti.

A observação de alterações morfológicas no solo é uma prática da arqueologia, que examina não apenas a variação vertical como o foco da pedologia, mas também a horizontal, o que permite identificar feições, típicas de construções, estradas, fogueiras, etc.

Características Químicas de Solos em Sítios Arqueológicos

O aumento dos estoques de minerais e a criação de um solo fértil, como ocorreu nas TPI, provavelmente é devido a adição de resíduos domésticos. A adição de ossos de animais, espinhas de peixes e sangue que são ricos em (P) são as principais fontes de enriquecimento deste elemento nas áreas de sítios arqueológicos. As cinzas oriundas da queima completa de material vegetal e o carvão originado de uma queima incompleta (carbonização) condicionaram nas TPI, formas de carbono estável (carbono pirogênico - Cpy) que aumentam a capacidade de troca catiônica do solo (CTC) que é responsável por reter os nutrientes catiônicos (LIANG et al., 2006) contidos nas cinzas e reduzir sua movimentação e consequente perdas para camadas mais profundas do solo, processo conhecido por lixiviação. A elevada estabilidade da matéria orgânica das TPI é atribuída

as características físico-químicas da matéria orgânica destes solos (GLASER, 2007), e mais recentemente acredita-se que ligações organominerais também tem influência nesta estabilidade (ARCHANJO et al., 2013). Os íons fosfatados no solo, predominam na forma aniônica, sendo que em muitos solos tropicais, a elevada presença de oxi-hidróxidos de ferro e alumínio reduz sua mobilidade lateral e ao longo do perfil pela sua fixação em formas precipitadas e pouco móveis. O uso do P na identificação de contextos arqueológicos é devido à presença deste elemento na maior parte dos restos culturais depositados em sítios de ocupação humana (WOODS, 2010), tais como urina, fezes, resíduos de plantas, e principalmente, ossos, espinhas de peixe, que são basicamente constituídos de apatita biogênica (fosfatos de cálcio). O uso do P como indicador de sítios arqueológicos foi utilizado pioneiramente por *Olof Arrhenius*, trabalhando na localização de sítios Vikings na Suécia (ARRHENIUS, 1931). A grande maioria das TPI apresentam teores superiores a 30 ppm de P (extrator Melich I) sendo este um dos critérios para classificação no sistema internacional de classificação de solos denominados de *preitic Anthrosols* (WORLD..., 2015), que caracteriza de forma bastante consistente os solos com expressiva contribuição antrópica nos sítios de TPI da Amazônia. A elevação dos teores P no solo é o melhor indicador químico para sítios de habitação, na maioria das situações em solos tropicais, entretanto, em locais nos quais os teores de P são normalmente elevados, como sítios de TPI nas várzeas do rio Solimões, Ilha de Marajó, o incremento de Mn, Sr e Ba são indicadores complementares (SCHAAN *et al.*, 2009; MACEDO, 2009). A ausência de marcadores químicos específicos de sítios de habitação em solos tropicais, como os elevados teores de P, pode indicar uma pequena permanência, uma elevada antiguidade da habitação e ou a retirada do P do ambiente por remoção da vegetação ou erosão de camadas superficiais. As típicas adições de Ca em sítios arqueológicos são provenientes de resíduos vegetais e animais (ossos) e excrementos. As cinzas provenientes da queima de material vegetal constituem uma das principais fontes de Ca. Em sítios arqueológicos do tipo sambaqui, que são feitos pela deposição de conchas e caramujos (GASPAR, 2000), o estudo dos teores de Ca não é muito informativo quanto a intensidade de habitação devido à grande presença deste elemento (CaCO_3) nas conchas e caramujos. Os teores de Fe no solo, em especial nos mais avermelhados é relativamente elevado, este elemento aparentemente não sofre grande alteração pelo efeito de adições culturais. Entretanto estes solos pelos elevados teores de minerais ferrimagnéticos, que são suscetíveis ao fenômeno do magnetismo termoremanente, que o fenômeno da alteração do calor da susceptibilidade magnética dos minerais do solo quando aquecidos em determinadas condições de temperatura e

oxidação. Esta propriedade vem sendo bastante utilizada em trabalhos arqueológicos para identificação de locais onde houve aquecimento, como, por exemplo, fogueiras, fornalhas de queima de cerâmica, etc. (STERNBERG, 2008). Em alguns sítios de TPI são encontrados teores elevados de Zn e Mn suas principais fontes ainda não estão completamente elucidadas, especulando-se que poderiam ser provenientes das folhas de palmeiras utilizadas nos telhados das cabanas (KERN *et al.*, 2008). A seleção de métodos de análises dos elementos minerais em sítios arqueológicos é extremamente importante, os teores de elementos trocáveis que são feitos nos laboratórios de análise da fertilidade do solo, podem não ser os mais indicados para grande parte das situações, sendo nestas situações a análise de teores totais ou semitotais mais informativa. Uma técnica que está se tornando comum é o uso da fluorescência de raios X para determinação de teores de forma semiquantitativa, esta técnica apresenta a grande vantagem de ser não invasiva e não destrutiva.

Características Físicas do Solo em Sítios Arqueológicos

A predominância da textura mais arenosa nos horizontes antrópicos das TPI pode estar relacionada a uso intenso do fogo e da disponibilidade de material orgânico, que combinados originam partículas organominerais bastante estáveis do tamanho da fração areia (Figura 6), a grande disponibilidade de cinzas pode ser um dos fatores da intensificação do processo de perda de argila (argiluviação) nos horizontes de TPI como demonstrado no estudo realizado por Macedo (2014).

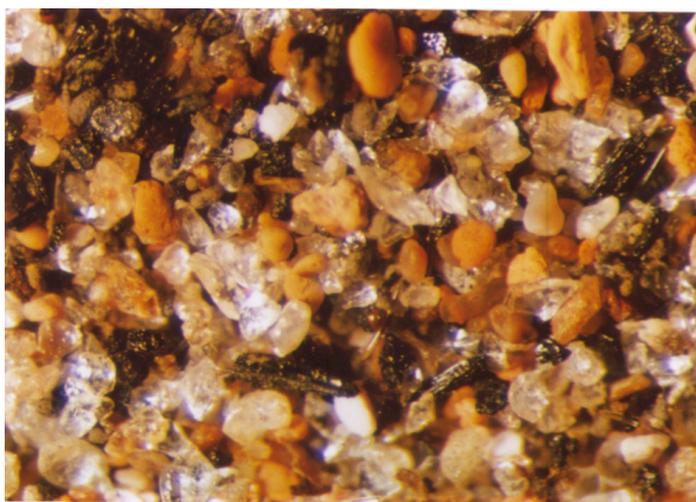


Figura 6 - Fotografia da fração areia de uma amostra de Terra Preta de Índio, em Iranduba - AM. Observa-se grãos de quartzo, grão de carvão e partículas cimentadas. Foto: Wenceslau Teixeira.

O efeito do fogo no aumento do percentual das frações areias em solos foi estudado por Ulery *et al.* (1996), Ketterings *et al.* (2000) e Teixeira e Martins (2003), este efeito é devido a uma concentração relativa pela iluviação da argila e também pela formação de partículas cimentadas no tamanho areia. Ressalta-se que as partículas cimentadas pelo calor são resistentes aos tratamentos com peróxido de hidrogênio, por dispersão mecânica e dispersão química, que não são efetivos para dispersão destes microagregados. Características físicas específicas das TPI foram revisadas e apresentadas por Teixeira e Martins (2003) e Teixeira *et al.*, (2010), nesses estudos se verifica a não preferência pela textura do solo nestes sítios, com ocorrências variando de solos arenosos a muito argilosos. Outros exemplos de alterações químicas, físicas, mineralógicas e magnéticas são discutidos abaixo exemplificando sítios arqueológicos no Brasil.

As Terras Pretas de Índio

As Terras pretas de Índio (TPI), denominadas de *Amazonian Dark Earths* na língua inglesa, são sítios arqueológicos, encontrados principalmente em algumas regiões da Amazônia, cujos solos apresentam horizontes superficiais escuros e férteis (epieutróficos). As cores escuras dos horizontes antrópicos são devidas a elevada concentração de algumas formas de carbono (black carbon) de origem predominantemente pirogênica (GLASER, 2007). As TPI são também caracterizadas por elevadas concentrações dos cátions: P, Ca, Zn e Mn (KAMPF; KERN, 2005; SILVA *et al.*, 2011) quando comparados com solos adjacentes formados do mesmo material de origem. Os horizontes enriquecidos das TPI também apresentam artefatos cerâmicos arqueológicos e líticos (Figura 7).



Figura 7 - Fotos comparativas entre perfis de Latossolos Amarelos com e sem a presença do horizonte antrópico (Terra Preta de Índio) na Amazônia Central. Fotos: Wenceslau Teixeira.

Os solos que apresentam os horizontes típicos das TPI não têm uma classificação específica no Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, sendo caracterizados nos levantamentos como solos com horizonte A antrópico, sendo estes horizontes encontrado na classe dos Argilosos (*Acrisols*) e Latossolos (*Ferralsols*) e menos frequentemente da classe dos Plintossolos (*Plinthosols*) e Espodossolos (*Spodosols*). Nas áreas de várzeas, são encontrados estes horizontes antrópicos normalmente soterrados, principalmente na classe dos Gleissolos (TEIXEIRA *et al.*, 2005; MACEDO, 2009), nestas localidades o P e Ca não são bons indicadores do antropismo, pois os sedimentos que originam estes solos já apresentam altas concentrações destes elementos, o Sr e Ba parece ser melhores marcadores nestas ocorrências. Num estudo na Ilha de Marajó, Schaan *et al.*, (2009) revelou como marcadores do antropismo no solo os elementos Mn e Zn. A origem das TPI já foi motivo de intenso debate no passado, quando alguns autores apresentaram hipóteses de origens geogênicas tais como o resultado do acúmulo de cinzas vulcânicas; como resultado da sedimentação de lagos. Kämpf e Kern (2005) fizeram uma revisão histórica desta questão e fornecem todas as referências originais dos trabalhos com as diferentes hipóteses. Datações indicam que a formação e ocupação das áreas de TPI ocorreu principalmente entre 500 e 2500 anos A.P. (NEVES *et al.*, 2004). As TPI na Amazônia Central tem têm fortes evidências de ser resultado de intensa atividade humana (antrópica), pela incorporação de resíduos orgânicos (kitchen-midden) e material orgânico carbonizado (Cpy) com elevada capacidade de reter os minerais adicionados através da incorporação de resíduos.

A existência de horizontes antrópicos típicos das TPI em solos férteis, a ocorrência de horizontes antrópicos típicos das TPI em Gleissolos nas margens dos Solimões (TEIXEIRA *et al.*, 2006; MACEDO, 2009; SOUZA, 2010), indica que a formação das TPI provavelmente não tinham, ao menos inicialmente, a intenção de melhorar as condições agronômicas do solo, pois os níveis originais dos nutrientes para as plantas estão acima dos denominados níveis críticos de resposta a um nutrientes, quando não resposta ao crescimento com o aumentos dos teores de um elemento no solo (HAVLIN *et al.*, 1999).

O grande número de ocorrência e grande extensão de algumas TPI na Amazônia intriga vários pesquisadores, sendo que a extensão de algumas TPI foi justificada por uma arqueóloga pioneira na Amazônia, Betty Meggers do *Smithsonian Institut* – EUA, como a coalescência de pequenas aras de habitação em tempos distintos (MEGGERS, 2003). A pequena ocorrência ou mesmo ausência de áreas com TPI em muitas regiões que foram também densamente povoadas, infere a possibilidade das mesmas nunca terem existidos ou não terem persistidos. Os autores, especulam que as TPI podem ser resultante de

práticas de manejo de resíduos, específicas de alguns grupos. Ainda hoje, grupos indígenas na Amazônia tem vários tabus alimentares e de descarte de resíduos, principalmente animais, com a sua disposição segundo algumas regras, a quebra desta regra implicaria em má sorte para a pessoa ou grupo nas próximas caçadas (*panema* – má sorte na língua tupi).

O enriquecimento se deu pela adição de resíduos de origem vegetal (cascas, sobras de alimentos, folhas de palmeiras utilizadas na cobertura das habitações) (KAMPF; KERN, 2005) e de origem animal (ossos, sangue, pele de animais, espinhas de peixes, carapaças de quelônios, etc.) (LIMA *et al.*, 2002; SCHAEFER *et al.*, 2004) e excrementos (BIRK *et al.*, 2011; TAUBE *et al.*, 2012). Dada a grande extensão de muitos sítios arqueológicos na Amazônia Central (PETERSEN *et al.*, 2001; LEHMANN *et al.*, 2003; GLASER; WOODS, 2004) e considerando-se a ineficiência dos instrumentos agrícolas de madeira e machados de pedra para a prática da agricultura de corte e queima (DENEVAN, 2001), as tribos pré-colombianas provavelmente utilizavam métodos de cultivo intensivo nas áreas de várzea (onde estas eram disponíveis) e o cultivo semipermanente e permanente (nas Terras Preta de Índio). Para aumentar segurança alimentar em casos de grandes enchentes provavelmente a agricultura de várzea era associada com áreas de terra firme onde o cultivo eram feitos com espécies manejadas e em domesticação como o guaranazeiro (*Paullinia cupana*), as palmeiras - Açazeiro (*Euterpe oleracea*) e Buritizeiro (*Mauritia flexuosa*) e árvores como as castanheiras (*Bertholletia excelsa*) o cacauzeiro (*Theobroma grandiflorum*) (CLEMENT *et al.*, 2015) e plantas semiperenes como a mandioca (*Manihot esculenta*), o amendoineiro (*Arachis hypogea*) e a batata-doce (*Ipomoea batatas*).

Os Solos nos Geoglifos do Acre

Os sítios arqueológicos denominados de geoglifos, constituem-se de valas escavadas por povos pré-colombianos, com até 4 m de profundidade, com muretas adjacentes, formando na sua maioria círculos, retângulos e hexágonos com grande precisão geométrica. A área circundada pelas valas e muretas tem entre três e dez hectares, possuindo diâmetro médio de 100m, mas chegando até 385 metros; são, muitas vezes, conectadas por caminhos também murados (Figura 8).



Figura 8 - Geoglifos encontrados nos estados do Acre. Fotos: Cortesia, Denise Schaan

As datações indicam que houve construção/ocupação dos geoglifos variando entre o ano 200 AC até 1300 DC (SCHAAN *et al.*, 2012). Os registros, até o presente, indicam uma maior densidade de ocorrências dos geoglifos na região leste do estado do Acre; no entanto, estruturas semelhantes já foram identificadas na região sul do Amazonas (PARSINNEN *et al.*, 2009), oeste de Rondônia, norte do Mato Grosso (HECKENBERG, 2005) e na Bolívia, aonde são denominados de *zanjas circundantes* (HASTIK *et al.*, 2013; ERICKSON, 2010; DENEVAN, 2001, 1996). Já foram registrados aproximadamente 400 geoglifos no estado do Acre (SCHANN; BARBOSA, 2014), predominantemente nos interflúvios dos rios Acre, Iquiri e Abunã. Os geoglifos no município de Plácido de Castro (TEIXEIRA *et al.*, 2015) estão, em geral, localizados junto a pequenos cursos de água das drenagens primárias, com poucas ocorrências próximas ao principal rio desta região, o rio Abunã (Figura 9).

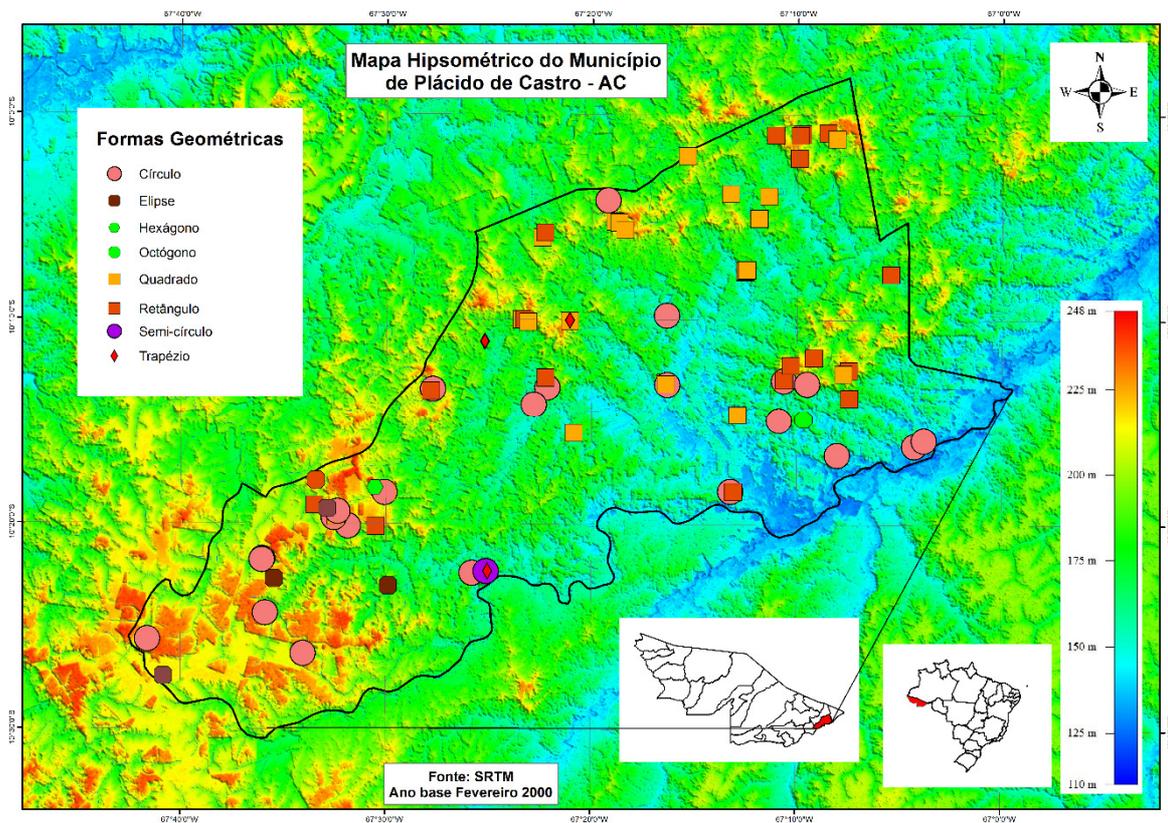


Figura 9 - Mapa de ocorrências de geoglifos no município de Plácido de Castro (Acre). Fonte: (TEIXEIRA *et al.*, 2015).

As análises da distribuição espacial dos geoglifos na paisagem acreana feitas até o momento indicam que foram construídos preferencialmente em pequenos platôs, próximos às bordas e a uma fonte de água primária (SCHANN, BARBOSA, 2014; SCHANN, 2012; CARMO, 2012). As classes de solos com maior frequência de geoglifos neste município são os Argilosos Vermelhos Amarelo e os Latossolos Vermelhos, solos que ocorrem predominantemente nas áreas de relevo mais aplainado. A classe textural predominante nestes solos é argilosa; esta classe textural deveria ser um atributo buscado pelos construtores dos geoglifos para dar estabilidade às valas e muretas. Adicionalmente, se as valas tinham intenção de armazenamento de água, este material pode ser compactado e ter reduzida sua infiltração. Apesar de esses solos terem textura argilosa são atualmente solos bem drenados, podendo ser confirmado pela ocorrência de cores de oxidação (avermelhadas) em todo perfil.

Os geoglifos estudados foram predominantemente localizados em solos de textura argilosa, com grande estabilidade estrutural. A construção das muretas na parte externa reforça a hipótese de manejo de água e enfraquece a hipótese de que as valas seriam trincheiras de

defesa (SCHANN, 2012; ERICKSON, 2010). Se estas inferências, da seleção de solos com grande estabilidade estrutural, para a construção dos geoglifos forem confirmadas, a região oriental do estado do Acre, não deverá apresentar uma elevada ocorrência destas estruturas, pois os solos com argilas de atividade alta e siltosos são predominantes naquela região (SHINZATO *et al.*, 2015). A movimentação de terra, pelas civilizações da América para contornar excesso ou deficiência de água, era praticada amplamente, conhecida e difundida em outras partes do Brasil, como em sítios de habitação no Pantanal (FELICISSIMO *et al.*, 2010) e na Ilha do Marajó (SCHANN, 2012). Os aterros do Pantanal (Figura 10) mostram uma disposição intercalada de conchas e sedimentos, que indica uma construção intencional e dirigida do mesmo ao invés de uma acumulação casual (PEIXOTO, 2014 - informação pessoal).

Nas terras baixas de *Llanos de Mojos*, na vizinha Bolívia, extensos canais e áreas elevadas foram construídas com fins agrícolas e de manejo da água (LOMBARDO *et al.*, 2011; DENEVAN, 2011; ERICKSON, 2006). As obras hidráulicas com movimentação de solo para o manejo da água eram também difundidas nas Guianas (IRIARTE *et al.*, 2012); Peru e Equador (WASSILOWSKY, 2011) e por várias civilizações da América Central (LUCERO; FASH, 2006; SCARBOROUGH, 2003), como os sítios conhecidos como las *chinampas*, feitas pela civilização Asteca no México (Figura 11).



Figura 10 - Ilustração de um aterro antrópico na região do Pantanal Brasileiro, locais conhecidos localmente como cordilheiras ou capões. Foto: Wenceslau Teixeira.

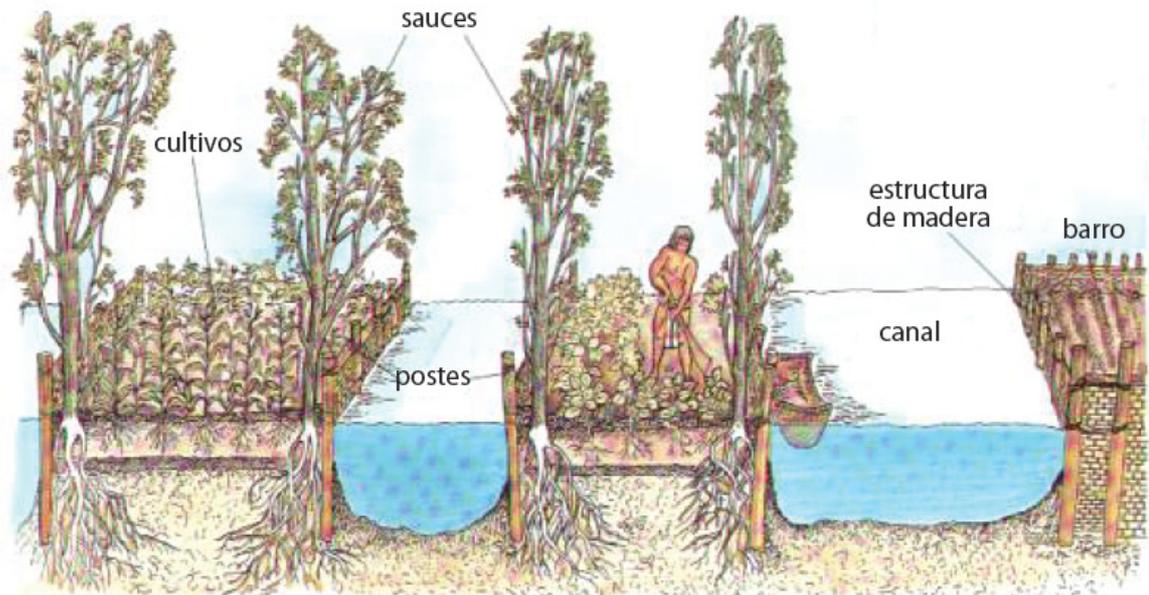


Figura 11 - Detalhe da construção dos solos antrópicos denominados de “las chinampas” na cidade do México, pela civilização Asteca. Fonte: (GARDI *et al.*, 2014).

Resultados de análises de parâmetros químicos de amostras de solos coletadas na superfície do solo dentro dos Geoglifos Jacó Sá, Três Vertentes, JK e Fazenda São Paulo (TEIXEIRA *et al.*, 2015) mostraram que, com exceção dos resultados dos teores de fósforo trocável e cálcio disponível de duas amostras oriundas do geoglifos – Fazenda São Paulo, localizando em Xapuri, não há indicadores pedológicos claros de antropismo no solo, como nos típicos sítios de habitação na Amazônia Central, as denominadas Terras Pretas de Índio - TPI (TEIXEIRA *et al.*, 2010). Os elevados teores de fósforo encontrados no geoglifos da Fazenda São Paulo podem estar relacionados à sua construção em um solo originalmente rico nos elementos estudados; no estado do Acre há ocorrências de solos naturalmente férteis (eutróficos) e com elevados teores de fósforo e cálcio (SHINZATO *et al.*, 2015).

Os dados dos teores de carbono dentro dos geoglifos são semelhantes aos encontrados em outros estudos nos solos do Acre fora dos geoglifos. Alguns horizontes escurecidos que aparecem em algumas escavações em geoglifos parecem ser recentes, provavelmente mais relacionados ao processo de queima da floresta para limpeza da área que uma ocupação pretérita. Estes horizontes, muitas vezes, estão enterrados, o que ajuda na sua preservação (Figura 12).



Figura 12 - Perfil de solo no geoglifo JK ilustrando a ausência de horizonte escuro na superfície e a presença de um horizonte levemente escurecido enterrado, provavelmente por processos erosivos.
Foto: Wenceslau Teixeira.

A falta de marcadores químicos do solo, na parte interna dos geoglifos, não permite descartar totalmente seu uso como sítios de habitação, pois há a possibilidade do espaço ter sido limpo frequentemente e os resíduos (principalmente de caça, pesca e coletas de vegetais) serem descartados de forma dispersa. Atualmente, há grupos de pesquisa tentando uma melhor compreensão da permanência dos horizontes antrópicos das TPI. Os modelos da gênese destes horizontes criados somente pelo descarte de resíduos em lixeiras (SCHMIDT *et al.*, 2014) pode não ser a causa única da sua presença. O aquecimento e conseqüentemente carbonização dos resíduos, e algumas reações organominerais que devem ocorrer em algumas circunstâncias específicas, além de uma grande movimentação de terras nos sítios TPI (enterramento dos horizontes) podem ter sido práticas culturais de alguns grupos. Estas práticas, inicialmente sem a intenção de melhoria das características agrônômicas do solo, promoveram a criação de espessos e férteis horizontes antrópicos e a preservação de algumas substâncias minerais que os caracterizam, estes horizontes típicos da TPI podem ser um artefato resultante do manejo intencional de resíduos. Na área interna do geoglifo Três Vertentes, em Acrelândia, foram coletadas amostras em três profundidades em um grid amostral aleatório com 41 pontos

com as amostras coletadas em três profundidades (10, 30 e 50 cm) e sete pontos em áreas fora do geoglifo (pastagem) nas mesmas três profundidades. Os resultados das avaliações da SM com amostras coletadas dentro e fora do geoglifo Três Vertentes não indicaram alterações significativas da SM (Figura 13). O geoglifo Três vertentes se encontra com vegetação de floresta primária, reduzindo interferências do aquecimento causado pela queima da vegetação após o desmatamento. O aumento da SM em alguns pontos isolados provavelmente está relacionado a alguma fogueira pretérita ou queima por longo tempo de árvores grandes com aquecimento do solo por longo tempo, quando há a possibilidade de se atingir temperaturas que possam alterar a SM ($T \sim > 400\text{ C}$). Nesse geoglifo também foram feitas análises de alguns parâmetros químicos do solo (pH, cálcio trocável, fósforo disponível); estes resultados também não mostram indícios claros de ocupação dos geoglifos como sítios de habitação ou de acampamentos de longa duração.

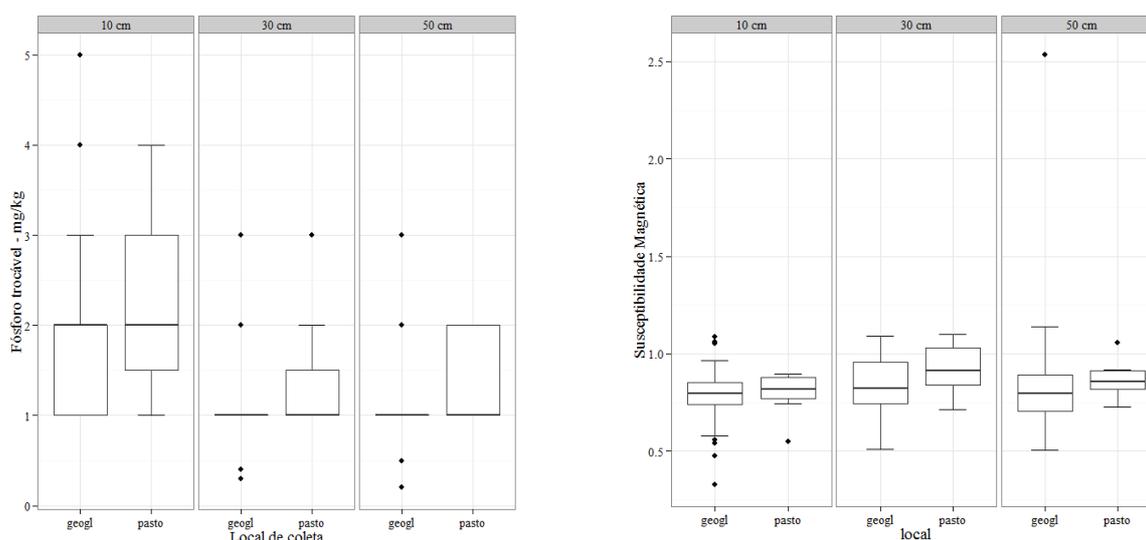


Figura 13 - Teores de alguns minerais e susceptibilidade magnética em diferentes profundidades de amostras de solos coletadas dentro e fora do geoglifo Três Vertentes – Acrelândia – AC.

Estes resultados, preliminares, das pequenas alterações causadas por atividades antrópicas nos solos do interior de alguns geoglifos, concordam com os resultados dos estudos de alguns parâmetros pedológicos em geoglifos no Acre realizados por Sauanluoma (2013) e Carmo (2012) corroboram as possibilidades destas áreas terem tido um uso cerimonial (SCHANN, 2012), ou de uso agrícola, cujos registros químicos e físicos nos solos são de difícil identificação.

Características das Camadas de Solo em Sambaqui

Os sambaquis, que se consistem de depósitos de materiais orgânicos, minerais e principalmente de conchas, são relativamente comuns em todo o litoral fluminense (GASPAR *et al.*, 2013) e outros estados do Brasil (FIGUTI *et al.*, 2013; DeBLASI; GASPAR, 2012), estes sítios arqueológicos são estudados pela arqueologia para reconstituir as formas de vida dos povos responsáveis pela sua formação há alguns milênios de anos (GASPAR *et al.*, 2013; GASPAR, 2000). Os sambaquis apresentam uma estratigrafia de camadas bastante complexa, e entre estas camadas, frequentemente apresentam horizontes escuros que são ricos em nutrientes (férteis) e com elevados teores de carbono orgânico (VILLAGRAM *et al.*, 2010), contrastando com os baixos valores encontrados nos horizontes de solos subjacentes e adjacentes ao sambaqui (Figura 14).



Figura 14 - Foto de um sambaqui Fluvial na cidade de Miracatu, SP. Foto: Wenceslau Teixeira.

As características destes horizontes “pretos” dos sambaquis remetem aos solos antrópicos encontrados na Amazônia, conhecidos como Terras Pretas de Índio, que são caracterizados pela elevada fertilidade e estoques de carbono (TEIXEIRA *et al.*, 2010). O cálcio é elemento muito abundante nos sambaquis, pela elevada presença de conchas, cuja composição básica é o carbonato de cálcio (CaCO₃), pode ser um elemento-chave na estabilização do carbono, como mostra os modelos teóricos apresentados recentemente por Archanjo *et al.* (2013). A susceptibilidade magnética (SM) é uma propriedade característica dos minerais do solo e da matéria orgânica, mostrando um grande potencial para avaliação e mapeamento da extensão de horizontes de solos antrópicos devido principalmente à propriedade de magnetismo remanente, aumento ou redução da SM original, que os minerais paramagnéticos apresentam quando aquecidos. O uso de dados de SM vem aumentando na geologia, arqueologia e ciência do solo, nesta última, principalmente em aplicações na agricultura de precisão através de avaliações geofísicas das características pedológicas utilizadas para a determinação indireta e por análises de correlação obter atributos do solo de interesse agrônomo (MARQUES *et al.*, 2014; RESENDE *et al.*, 1988).

Os principais minerais do solo podem ser classificados, quanto ao seu comportamento magnético, em: i) ferrimagnéticos, são os que apresentam propriedades magnéticas naturalmente, e elevados valores de SM (p. ex: magnetita, maghemita, titanomagnetita, pirrotita) cujos valores da SM pela massa específica variam entre 1000 a 50 [$10^{-6} \text{ m}^3\text{kg}^{-1}$]; ii) paramagnéticos (p.ex: hematita, goethita, olivina, biotita, vermiculita, dolomita) cujos valores da SM variam entre 1 a 0,01 [$10^{-6} \text{ m}^3\text{kg}^{-1}$] e iii) os diamagnéticos que apresentam valores negativos de SM (calcita, quartzo, caulinita, matéria orgânica) variando entre - 0,0048 a 0,019 [$10^{-6} \text{ m}^3\text{kg}^{-1}$] (HANDBOOK..., 1982). A SM tem também um grande potencial para avaliação e mapeamento da extensão de horizontes de solos antrópicos e a caracterização de sítios e feições arqueológicas. Mansur *et al.* (2015) demonstraram o grande potencial do uso da SM no mapeamento expedito dos sítios arqueológicos conhecidos como sambaquis, com estudo realizado no Sambaqui encontrado na Fazenda Campos Novos localizada em Cabo Frio – RJ (Figura 15).

Alguns pontos apresentam anomalias com maiores valores, cores avermelhadas na Figura 15, que podem representar pontos aonde ocorreram fogueiras ou de concentração de minerais com maiores valores de SM naturalmente, como resíduos de concreções ferruginosas (petroplintitas) que são encontrados nos sedimentos da Formação Barreiras aonde está assentado este Sambaqui.

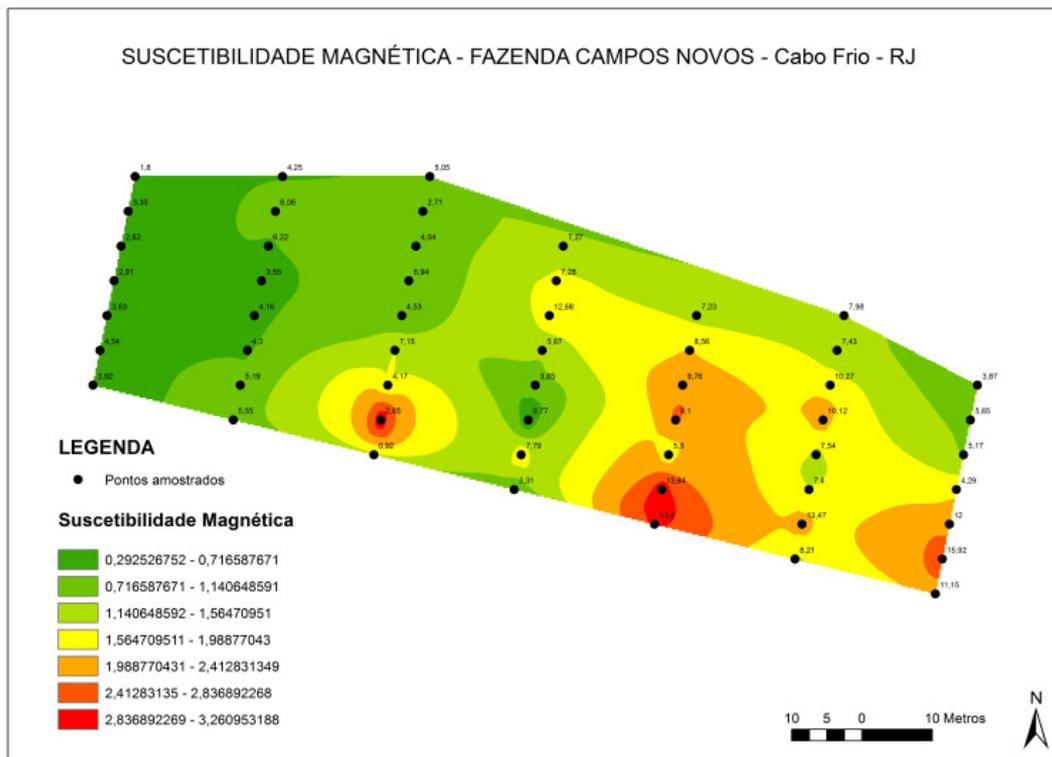


Figura 15 - Mapa dos valores de SM para a área do Sambaqui da Fazenda Campos Novos. Fonte: Mansur *et al.* (2015).

Os valores mais elevados se assemelham aos valores da superfície e paredes do Sambaqui Tarioba, $SM = 0,626 \cdot 10^{-3}$ SI, e do Sambaqui da Beirada $SM = 0,339 \cdot 10^{-3}$ SI na área do sambaqui, uma área de restinga adjacente apresenta valores da ordem de $SM = 0,022 \cdot 10^{-3}$ SI. Os baixos valores das áreas adjacentes ao sambaqui da Beirada são devido a sua composição mineralógica ser basicamente de minerais de quartzo na fração areia, minerais diamagnéticos.

Solo Antrópico como Artefato Arqueológico e Legado de Civilizações do Passado

A morfologia e a composição do solo em sítios arqueológicos podem apresentar características que as tornam típicas de determinado tipo de sítio arqueológico, as Terras Pretas de Índio da Amazônia, são provavelmente o melhor exemplo desta associação no Brasil. Os resíduos adicionados ao solo original, sejam de origem orgânica ou mineral, podem caracterizar hábitos culturais de algumas civilizações. A avaliação das alterações causadas pelo aquecimento nas propriedades magnéticas do solo pode ser uma

ferramenta bastante efetiva no mapeamento e na identificação de algumas feições ligadas ao uso do fogo em sítios arqueológicos. Estudos morfológicos e micromorfológicos mostram evidências de processos que ocorreram no ambiente do sítio arqueológico, como feições e contrastes. A composição do solo pode também ter uma grande influência na preservação de artefatos e sepultamentos. Os solos antrópicos, independente da intencionalidade da sua modificação para fins agrícolas, são um legado arqueológico e agrônomico e devem ser preservados e estudados como fonte de inspiração e entendimento de mecanismos de melhoria de solos.

Referências

- ARAUJO, A. G. M.; MARCELINO, J. C. The role of armadillos in the movement of archaeological materials: an experimental approach. *Geoarchaeology*, v. 18, n. 4, p. 433-460, 2003.
- ARCHANJO, B. S.; ARAUJO, J. R.; SILVA, A. M.; CAPAZ, R. B.; FALCÃO, N. P. S.; JORIO, A.; ACHETE, C. A. Chemical Analysis and Molecular Models for Calcium-Oxygen-Carbon Interactions in Black Carbon Found in Fertile Amazonian Anthrosols. *Environmental Science & Technology*, n. 48, p. 7445-7452, 2013.
- ARRHENIUS, S. Die Bodenanalyse im dienst der Archäologie. *Zeitschrift für Pflanzenernährung, Düngung und Bodenkunde Tiel B*, n. 10, p. 427-439, 1931.
- BIRK, J.; TEIXEIRA, W. G.; NEVES, E. G.; GLASER, B. Faeces deposition on Amazonian Anthrosols as assessed from $\delta^{13}C$ -standols. *Journal of Archaeological Science*, n. 38, p. 1209-1220, 2011.
- CARMO, L. F. Z. D. *Relações geoambientais nos geoglifos do Estado do Acre*. 2012. Tese (Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas), UFV, Viçosa.
- CLEMENT C. R, DENEVAN W. M, HECKENBERGER M. J, JUNQUEIRA A. B, NEVES E. G, TEIXEIRA W. G.; WOODS W. The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 282.
- COSTA, F. W. D. S. Arqueologia das campinaranas do baixo Rio Negro: em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Central. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo: USP, 2009.
- De BLASIS, P.; GASPAR, M. D. Os sambaquis do sul catarinense: retrospectiva e perspectivas de dez anos de pesquisas. *Especiaria (UESC)*, v. 11/12, p. 1-348, 2012.
- DENEVAN, W. A bluff model of riverine settlement in prehistoric Amazonia. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 86, p. 654-681, 1996.
- DENEVAN, W. *Cultivated landscapes of native amazonia and the andes*. Oxford: University Press. 2001. 396 p.
- DENEVAN, W. Indian Adaptations in Flooded Regions of South America. *Journal of Latin American Geography*, v. 8, n. 2, p. 209-213, 2011.
- ERICKSON, C. The Transformation of Environment into Landscape: The Historical Ecology of Monumental Earthwork Construction in the Bolivian Amazon. *Diversity*, v. 2, n. 4, p. 618-652, 2010.

FELICISSIMO, M. P.; PEIXOTO, J. L.; BITTENCOURT, C.; TOMASI, R.; HOUSSIAU, L.; PIREAUX, J. J.; RODRIGUES-FILHO, U. P. SEM, EPR and ToF-SIMS analyses applied to unravel the technology employed for pottery-making by pre-colonial Indian tribes from Pantanal, Brazil. *Journal of Archaeological Science*, v. 37, n. 9, p. 2179-2187, 2010.

FIGUTI, L.; PLENS, C.R.; DeBLASIS, P. Small Sambaquis and Big Chronologies: Shellmound Building and Hunter-Gatherers in Neotropical Highlands. *Radiocarbon*, v. 55, p. 1215-1221, 2013.

GARDI, C.; ANGELINI, M.; BARCELÓ, S.; COMERMA, J.; CRUZ GAISTARDO, C.; ENCINA ROJAS, A.; JONES, A.; KRASILNIKOV, P.; MENDONÇA SANTOS BREFIN, M. L.; MONTANARELLA, L.; MUÑIZ UGARTE, O.; SCHAD, P.; VÁRA RODRÍGUEZ, M. I.; VARGAS, R. (Ed.). *Atlas de suelos de América Latina y el Caribe*. Luxembourg: Comisión Europea, Oficina de Publicaciones de la Unión Europea, 2014. 176 p.

GASPAR, M. D.; KLOKER, D.; SCHEEL-YBERT, R.; BIANCHINI, G.F. Sambaqui de Amourins: mesmo sítio, perspectivas diferentes. *Arqueologia de um Sambaqui 30 anos depois*. Museo de Antropologia. *Revista*, v. 6, p. 7-20, 2013.

GASPAR, M. D. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

GLASER B.; WOODS. W. *Amazonian Dark Earths: explorations in space and time*. Berlin: Springer, 2004.

GLASER, B. Prehistorically modified soils of central Amazonia: a model for sustainable agriculture in the twenty-first century. *Philosophical transactions of the royal society*, n. 362, p. 18 -196, 2007.

HANDBOOK of chemistry and physics: a ready-reference book of chemical and physical data. 63 ed. Boca Raton: CRC Press, 1982.

HAVLIN, J. L.; BEATON, J. D.; TISDALE, S.; L AND NELSON, W. L. *Soil fertility and fertilizers: an introduction to nutrient management*. New Jersey: Prentice-Hall, 1999 p. 499.

JENNY, H. *Factors of soil formation: a system of quantitative pedology*. New York: Dover, 1994.

MANSUR, K. L.; TEIXEIRA, W. G.; GONCALVES, A. O.; SHINZATO, E. Avaliação da susceptibilidade magnética no sambaqui Fazenda Campos Novos - Cabo Frio - RJ. In: GEOBRHERITAGE, 3., Lençóis, 2015. *Anais...* Diamantina: UEFS, 2015.

MARQUES, J.; SIQUEIRA, D. S.; CAMARGO, L. A.; TEIXEIRA, D. D. B.; BARRON, V.; TORRENT, J. Magnetic susceptibility and diffuse reflectance spectroscopy to characterize the spatial variability of soil properties in a Brazilian Haplustalf. *Geoderma*, v. 219-220, p. 63-71, 2014.

KÄMPF, N. KERN, D. C. O solo como registro da ocupação humana pré-histórica na Amazônia. In: VIDAL-TORRADO, P.; ALLEONI, L. R. F.; COOPER, M.; SILVA, A. P. D.; CARDOSO, E. J. (Ed.). *Tópicos em ciência do solo*. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2005. p. 277-320.

KERN, D. C.; COSTA, M. L. D.; RUIVO, M. D. L. P. Métodos e técnicas geoarqueológicas para caracterização de solos com Terra Preta na Amazônia: contribuições para a arqueologia. In: RUBIN, J. C. de; SILVA, R. T. (Ed.) *Geoarqueologia: teoria e prática*. Goiânia: UCG, 2008. p. 133-152.

KETTERINGS, Q. M.; BIGHAM, J. M.; LAPERCHE, V. Changes in soil mineralogy and texture caused by slash and burn fires in Sumatra, Indonesia. *Soil Science Society of*

America Journal, n. 64, p. 1108-1117, 2000.

HASTIK, R.; GEITNER, C.; NEUBURGER, M. Amazonian Dark Earths in Bolivia? A Soil Study of Anthropogenic Ring Ditches Near Baures (Eastern Llanos de Mojos). *Erdkunde*, v. 67, n. 2, p. 137-149, 2013.

HECKENBERGER, M. J. *The ecology of power: culture, place, and personhood in the Southern Amazon, A.D 1000-2000*. 1. New York: Routledge, 2005.

LEHMANN, J.; KERN, D. C.; GLASER, B.; WOODS W. I. *Amazonian Dark Earths: origin, properties, management*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2003.

LIANG, B.; LEHMANN, J.; SOLOMON, D.; KINYANGI, J.; GROSSMAN, J.; O'NEILL, B.; SKJEMSTAD, O.; THIES, J.; LUIZÃO, F. J.; PETERSEN, J.; NEVES, E. G. Black carbon increases cation exchange capacity in soils. *Soil Science Society of American Journal*, n. 70, p. 1719, 2006.

LIMA, H. N.; SHAEFER, C. E. R.; MELLO, J. W. V.; GILKES, R. J.; KER, J. C. Pedogenesis and pre-Colombian land use of "Terra Preta Anthrosols" ("Indian black earth") of Western Amazonia. *Geoderma*, n. 110, p. 1-17, 2002.

LOMBARDO, U.; CANAL-BEEBY, E.; FEHR, S.; VEIT, H. Raised fields in the Bolivian Amazonia: a prehistoric green revolution or a flood risk mitigation strategy? *Journal of Archaeological Science*, v. 38, n. 3, p. 502-512, 2011.

MEGGERS, B. J. Natural versus anthropogenic sources of Amazonian biodiversity: the continuing quest for Eldorado. In: BRADSHAM G. A. (Ed.). *How landscapes change: human disturbance and ecosystem fragmentation in the Americas*. Berlin: Springer, 2003. p.89. (Ecological Studies, 162).

MACEDO, R. S. Caracterização física, química e mineralógica de solos com horizonte antrópico (Terra Preta de Índio) em áreas de várzea do rio Solimões na Amazônia Central. *Dissertação* (Mestrado). Agronomia Tropical. Manaus: UFAM, 2009.

MACEDO, R. S. Pedogênese e indicadores arqueopedológicos em Terra Preta de Índio no município de Iranduba - AM. *Tese* (Doutorado) Departamento de Ciência do Solo. Piracicaba: Esalq, 2014.

NEVES, E. G.; PETERSEN, J. B.; BARTONE, R. N.; HECKENBERGER, M. J. The timing of terra preta formation in the Central Amazon: Archaeological data from three sites. In: GLASER, B.; WOODS, W. I. (Ed.). *Amazonian dark earths: explorations in space and time*. Berlin: Springer, 2004. p. 125-134.

PÄRSSINEN, M.; DENISE P., S.; ALCEU, R. Pre-Columbian geometric earthworks in the upper Purus: a complex society in western Amazonia. *Antiquity*, v. 83, n. 322, p. 1084 – 1095, 2009.

PETERSEN, J. B.; NEVES E.; HECKENBERGER, M. J. Gift from the Past: Terra Preta and Prehistoric Amerindian Occupation in Amazonia. In: McEWAN, et al. (Ed.). *Unknown amazon: culture and nature in ancient Brazil*. London: British Museum Press, 2001. p. 86-105. 2001.

PRANCE, G.; SCHUBART, H. Notes on the vegetation of Amazonia. I. A preliminary note on the origin of the open white sand campinas of the lower Rio Negro. *Brittonia*, v. 30, n.1, p.60-63, 1978.

RESENDE, M.; SANTANA; FRANZMEIER, D. P. ; COEY, J. M. D. Magnetic Properties of Brazilian Oxisols. In: INTERNATIONAL SOIL CLASSIFICATION WORKSHOP, 8., Rio de Janeiro, 1988. *Proceedings...* Rio de Janeiro, 1988.

SANTOS, R. D. D.; SANTOS, H. G. D.; KER, J. C.; ANJOS, L. H. C. D.; SHIMIZU, S. H. *Manual de descrição e coleta de solo no Campo*. Viçosa: SBCS, 2010.

SAUNALUOMA, S. Pre-Columbian earthwork site in the frontier region between Brazil and Bolivia, southwestern Amazon. *Tese (Doutorado)*, Department of Philosophy, History, Culture and Art Studies, University of Helsinki, Helsinki, 2013

SCHAAN, D. P.; KERN, D. C.; FRAZAO, F. J. An assessment of the cultural practices behind the formation (or not) of amazonian dark earths in Marajó island archaeological sites. In: WOODS, W.; TEIXEIRA, W.; LEHMANN, J.; STEINER, C.; WINKLERPRINS, A. (Org.) *Amazonian Dark Earths: wim sombroeks vision*. Berlin: Springer, 2009, p. 127-141.

SCHAAN, D.; BARBOSA, A. D. Os sítios arqueológicos do Acre e as possibilidades do Geo-Arqueoturismo. In: ADAMY, A. (Org.). *Geodiversidade do Estado do Acre*. Porto Velho: CPRM, 2015. cap. 12, p. 187-201

SCHAAN, D. P. *Sacred geographies of ancient Amazonia: historical ecology of social complexity*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2012.

SCHAEFER, C. E. G. R.; LIMA, H. N.; GILKES, R. J.; MELLO, J. W. V. Micromorphology and electron microprobe analysis of phosphorus and potassium forms of an Indian Black Earth (IBE) Anthrosol from Western Amazonia. *Australian Journal of Soil Research*, v. 42, p. 401-409, 2004.

SILVA, F. W. R.; LIMA, H. N.; TEIXEIRA, W. G.; MOTTA, M. B.; MACEDO, R. S. Caracterização química e mineralogia de solos antrópicos (Terras Preta de Índio) na Amazônia Central. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, v. 35, p. 673-681, 2011.

SHINZATO E, TEIXEIRA W. G.; DANTAS M. E. 2015. Principais classes de solos do Acre. In: ADAMY, A. (Ed.). *Geodiversidade do Estado do Acre*. Porto Velho: CPRM, 2015. cap. 4, p. 55-73

SCHMIDT, M. J.; RAPP PY-DANIEL, A.; DE PAULA MORAES, C.; VALLE, R. B. M.; CAROMANO, C. F.; TEXEIRA, W. G.; BARBOSA, C. A.; FONSECA, J. A.; MAGALHÃES, M. P.; SILVA DO CARMO SANTOS, D.; DA SILVA E SILVA, R.; GUAPINDAIA, V. L.; MORAES, B.; LIMA, H. P.; NEVES, E. G.; HECKENBERGER, M. J. Dark earths and the human built landscape in Amazonia: a widespread pattern of anthrosol formation. *Journal of Archaeological Science*, v. 42, n. 0, p. 152-165, 2014.

SOUZA, K. W. D. Gênese, mineralogia, micromorfologia e formas de fósforo em arqueo-antropossolos da várzea do rio Amazonas. *Tese (Doutorado)*. Departamento de Solos e Nutrição de Plantas. Viçosa: UFV, 2010.

STERNBERG. Magnetic properties and archaeomagnetism. In: BROTHWELL, D. R.; POLLARD, A. M. (Ed.). *Handbook of Archaeological Sciences*. New Jersey: Wiley, 2014.

TAUBE, P. S.; HANSEL, F. A.; MADUREIRA, L. A. D. S.; TEIXEIRA, W. G. Organic geochemical evaluation of organic acids to assess anthropogenic soil deposits of Central Amazon, Brazil. *Organic Geochemistry*, n. 58, p. 96-106, 2012.

TEIXEIRA, W. G.; MARTINS, G. C.; LIMA, H. N. An Amazonian Dark Earth profile description from a site located in the floodplain (várzea) in the Brazilian Amazon In: *PUEBLOS y paisajes antiguos de la selva Amazónica*. Bogotá: Universidad Nacional, 2006. p. 293-300.

TEIXEIRA, W. G.; KERN, D. C.; MADARI, B. E.; LIMA, H. N.; WOODS, W. *As Terras Pretas de Índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA): Embrapa Amazônia Ocidental, 2010.

TEIXEIRA, W. G., MARTINS, G. C. Caracterização de Terras Pretas de Índio no médio rio Urubu - Município de Rio Preto da Eva - AM In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, 30., 2005, Recife. *Solos, sustentabilidade e qualidade ambiental*. Recife: SBOS: UFRPE: Embrapa Solos, UEP Recife, 2005. CD-ROM.

TEIXEIRA, W. G.; MARTINS, G. C. Soil physical characterization. In: LEHMANN, J.; KERN, D. C.; GLASER, B.; WOODS W. I. (Ed.). *Amazonian Dark Earths – Origin, properties, management*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2003. p. 271–286.

TEIXEIRA, W. G.; SCHAAN, D. P.; SHINZATO, E.; BARBOSA, A. D.; REBELLATO, L.; WOODS, W. Feições geomorfológicas e solos nos locais em que foram construídos os geoglifos no estado do Acre – Brasil In: ADAMY, A. (Org.). *Geodiversidade do Estado do Acre*. Porto Velho: CPRM, 2015. cap. 13, p. 201-216

TEIXEIRA, W. G.; SCHAAN, D. P.; SHINZATO, E.; BARBOSA, A. D.; REBELLATO, L.; WOODS, W. Feições geomorfológicas e solos nos locais em que foram construídos os geoglifos no Estado do Acre. In: ADAMY, A. (Org.). *Geodiversidade do Estado do Acre*. Porto Velho: CPRM, 2015. cap. 13, p. 201-216.

ULERY, A. L.; GRAHAN R. C.; BOWEN, L. H. Forest fire effects on phyllosilicates in California. *Soil Science Society of America Journal*, n. 60, p. 309-315, 1996.

VILLAGRAN, X. S. *Geoarqueologia de um sambaqui monumental: estratigrafias que falam*. Annablume: São Paulo, 2010.

WOODS, W. O solo e as ciências humanas: interpretação do passado. In: TEIXEIRA, W. G.; KERN, D. C.; MADARI, B. E.; LIMA, H. N.; WOODS, W. (Ed.) *As terras pretas de Índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas*. Manaus: EDUA: Embrapa, 2010.

WORLD REFERENCE BASE FOR SOIL RESOURCE. Rome: FAO, 2015. IUSS Working Group. Reports No. 103.

IDENTIFICAÇÃO DE BENS HISTÓRICOS MÓVEIS.

Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ

Rafael Prudente Corrêa Tassi^{*}

Marla Michelle N P do Prado^{**}

Cássia Bars Hering^{***}

Resumo

Estudo patrimonial elaborado entre julho de 2014 e janeiro de 2015, embasado na Arqueologia Industrial e Histórica, com objetivo de identificar e reunir objetos de interesse histórico pertencentes ao patrimônio da EFCJ que, em 2014, completava seu 1º centenário. A condição ímpar da EFCJ, cuja existência se alicerça em diversos processos e equipamentos anacrônicos, trouxe um resultado bastante incomum. Entre os 526 itens listados, 119 ainda se encontram em uso na ferrovia. Estes também foram listados, pois a manutenção de seus usos é fundamental para a preservação dinâmica dos significados da EFCJ como patrimônio cultural. O testemunho da prática ferroviária foi um dos critérios que dotamos para a escolha de objetos. Neste sentido, consideramos tanto as características funcionais, origem, tecnologia, matéria prima, manuseio e aplicação, até adaptações e criações na oficina da ferrovia, uma prática que ainda ocorre e que particulariza o que é o cotidiano e desenvolvimento da EFCJ. Avaliou-se também a influência da ferrovia na paisagem e as relações estabelecidas entre essa e os diversos públicos que a circundam (funcionários, usuários, e população residente no entorno). De forma sucinta, sua execução deu-se em quatro etapas, a saber: 1 - levantamento histórico e arqueológico, de gabinete e campo; 2 - Trabalho de campo - localização e identificação dos bens de interesse histórico; 3 - Elaboração do plano de coleta e classificação dos bens selecionados; 4 - Remoção e classificação dos bens. Os bens

^{*} Pesquisador de história ferroviária, formado em relações públicas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e autor do livro “Locomotivas Elétricas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro”. Atualmente atua em projetos socioculturais voltados para pesquisa, preservação e divulgação do patrimônio ferroviário nacional. (rafael.rdb@terra.com.br)

^{**} Museóloga, mestre em sociologia da arte e da cultura e doutoranda do Programa de Pós Graduação em Patrimônio e Museologia pela Unirio. Atua com conservação de bens móveis, consultoria em patrimônio cultural e curadoria de exposições. (marlaprado.museologia@outlook.com)

^{***} Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, e Mestre em Arqueologia pela mesma instituição. Atualmente é diretora científica da empresa Arqueologica – Consultoria em Arqueologia e Negócios Sócio-culturais. Áreas de atuação: Gestão do Patrimônio, Arqueologia Preventiva, Arqueologia nas Américas e Análise Iconográfica. (cassiabars@arqueologica.com.br)

levantados foram reconhecidos em Portaria Institucional de EFCJ como bens do Patrimônio Cultural a ser preservado.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Levantamento de bens, Bens em uso, Preservação.

Introdução

Apresentamos aqui parte de nossa experiência no estudo patrimonial elaborado entre julho de 2014 e janeiro de 2015, com objetivo de identificar e reunir objetos de interesse histórico pertencentes ao patrimônio da Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ que, em 2014, completava seu 1º centenário.

A pesquisa de campo foi embasada em conceitos da Arqueologia da Paisagem, da Arqueologia Histórica e da Arqueologia Industrial¹. Desde o início de seu ciclo de vida na primeira metade do século XX, a Estrada de Ferro Campos do Jordão molda e é moldada pela paisagem e pelo engenho humano. Compondo assim, um contexto de características temporais e espaciais bastante amplas, de cenários diversos ao longo de sua trajetória. Para avaliarmos e identificarmos os bens da EFCJ valorados como patrimônio histórico foi realizado um extenso estudo histórico-social da região, considerando especialmente a relação da estrada de ferro com a paisagem, suas transformações e as maneiras como essas interferiram e interferem no cotidiano daqueles que de diversas maneiras participaram dessas mudanças.

O patrimônio ferroviário aqui abordado (bens móveis) é constituído por um amplo conjunto de elementos diretamente relacionado às práticas industriais e sua evolução, composto por automotrizes, locomotivas, vagões, carros de passageiro, equipamentos de sinalização, comunicação e via permanente, maquinaria, ferramentas, mobílias, artigos de uso administrativo e todos os objetos de valor institucional. Sob este aspecto, adotaram-se os conceitos relacionados ao patrimônio industrial, cuja definição “implica na questão de que este deve ser visto não só como ‘repertório tecnológico’ mas como momento central de uma série de relações com o ambiente físico e humano, (...)”, compreendendo “não só as grandes criações, mas também as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (COVINO, 1980, p.221), em

¹ Os campos da Arqueologia da Paisagem, da Arqueologia Histórica e da Arqueologia Industrial, estão incluídos na gama de linhas de pesquisa admitidas pelo termo de referência denominado “Programa de Intervenção para Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural Ferroviário” (IPHAN, 2010) (BASTOS; SOUZA, 2010, p. 224). O termo ainda admite como possíveis linhas de investigação para esse campo, além das já citadas, as assinaladas pela Arqueologia da Arquitetura, pela Arqueologia Processual, além dos diversos vieses da Arqueologia Pós-Processual. “No campo do escopo interventivo notadamente essas arqueologias estarão constantemente dialogando, pois seus objetos de estudo ensejam superposições em diversos e diferentes momentos” (BASTOS; SOUZA, 2010, p. 227).

outras palavras, objetos comuns do cotidiano da ferrovia podem e devem ser encarados como potenciais objetos históricos, isso quer sejam representantes de um tempo remoto como do presente, uma vez sujeitos a se tornarem obsoletos no futuro.

De acordo com os conceitos acima descritos de forma bastante simplificada, foi atribuído valor histórico aos objetos que testemunham ou representam: A história da EFCJ; um acontecimento marcante de sua trajetória; processos operacionais, administrativos e de manutenção extintos ou em fase de extinção; a tecnologia empregada em determinado período; a prática e os costumes do cotidiano de uma época; a introdução de processos operacionais, administrativos e de manutenção mais modernos; as técnicas aplicadas pela EFCJ para desenvolver e construir seus próprios materiais; a forma de relação da EFCJ com o entorno e com seus públicos interno e externo em determinado período; o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos materiais utilizados e dos processos fabris empregados em sua própria fabricação; a evolução do transporte ferroviário; e, no caso específico da EFCJ onde parte do acervo é oriundo de diversas ferrovias brasileiras já extintas, a história / existência de suas congêneres.

Neste artigo faremos uma breve apresentação da EFCJ, enfatizando os significados de sua construção, seus usos e progressos tecnológicos e os diferentes sentidos atribuídos ao seu funcionamento até os dias atuais. Em seguida relatamos um pouco da experiência no estudo aqui abordado, como direcionamos o levantamento dos bens históricos buscando atender aos valores atribuídos, usos e práticas no reconhecimento de sentidos para seleção do patrimônio da EFCJ.

A EFCJ na Trajetória da Paisagem

A paisagem não deve ser percebida unicamente como o espaço, ou como a geografia ao redor da ferrovia, nesse caso em específico. Ao longo de sua história a estrada de ferro foi vista e apreendida pelos grupos humanos, por ela, de maneiras diversas, impactados ao longo do tempo – um conjunto de diferentes “paisagens culturais” que foram se formando e se dissolvendo desde a instalação da linha férrea até seu atual momento de atuação. Assim, a “paisagem” foi tanto construída pela EFCJ, como também “construiu” a percepção dos habitantes de localidades próximas à ferrovia e nas quais foram instaladas suas estruturas e estações². O conceito de “paisagem”, como esse é compreendido pela

² Nesse contexto, cita-se, por exemplo, o trabalho de Schmitz (2012), o qual buscou compreender o espaço ferroviário da cidade de Pelotas (RS) tendo como foco central a construção histórica da paisagem urbana ligada à ferrovia “pensando sua relação atual com os temas da memória e do patrimônio (...) as

Arqueologia, inclui uma gama de inter-relações entre elementos físicos, biológicos e antropológicos. Nas palavras de Bornal:

a constante inter-relação entre os elementos do meio natural com o meio socioeconômico e cultural compõe o que denominamos de paisagem cultural, contendo diversas características tanto físicas como ideológicas (...) em resumo, considerando que a paisagem não é estática e está sujeita a constantes processos de transformação, sobretudo pela ação do homem, ela pode ser considerada como fonte de conhecimento histórico. Nesse caso, geralmente apresenta várias assinaturas antrópicas, que constituem objeto de estudo da chamada Arqueologia da Paisagem (BORNAL, 2008, p. 9-10).

Nesse sentido, pode-se dizer que entre os objetivos contemplados pela presente pesquisa está o de elucidar os diversos contextos sociais que acompanharam a história e o desenvolvimento local da ferrovia, como também expor os processos de artificialização do ambiente e as principais características da paisagem circundante durante o ciclo de vida da mesma.

Como nota-se nas citações acima, o termo “história” surge como indissolúvel do termo “paisagem”. Sendo assim, volta-se também à Arqueologia Histórica, como importante matriz teórico-metodológica para esse estudo.

A Arqueologia Histórica passa a ser um campo consistente no Brasil apenas a partir da década de 1980, portanto é um campo relativamente jovem, porém já com grande influência nos trabalhos de pesquisa arqueológica que vem se desenvolvendo desde então (FUNARI, 2004/2005, p. 3). E, de acordo com González-Ruibal, a Arqueologia de um passado recente “pode prover histórias alternativas sobre eventos, mas pode também – e deve – mediar o passado recente de modo a manifestar sua presença e manter sua memória viva” (2008, p.252. Tradução nossa). E, neste sentido a aplicação dessa metodologia nos parece interessante para tratar o ciclo de vida da Estrada de Ferro Campos do Jordão, ainda em atividade³. Sob essa ótica da Arqueologia Histórica, pode-

representações deste espaço específico e sua constituição como paisagem (...) sua relação com uma ‘memória’ urbana” (SCHMITZ, 2012). Também é relevante citar a pesquisa de Souza (2005; 2012), a qual recaiu sobre a Praça da Estação Ferroviária de Juiz de Fora (MG), e buscou compreender como a chegada dos trilhos trouxe desenvolvimento econômico e social para a região, além de “ter transformado a fisionomia das cidades, conferindo um caráter diferente daquelas da região aurífera” (SOUZA, 2012, p. 1). Outro trabalho interessante, nessa mesma linha, é o de Faccin (2012), que buscou compreender a influência da ferrovia na estruturação urbana de Santa Maria (RS), analisando como se estruturou, ao longo de tempo, a área conhecida como Mancha Ferroviária, e como se deu seu relacionamento com o restante do tecido urbano.

³ Segundo González-Ruibal (2008, p.247), os estudos que lidam com lapsos temporais como esse tem crescido ao longo das últimas décadas, o autor cita, por exemplo, os trabalhos de Gould & Schiffer 1981; Schiffer 1991; Rathje & Murphy, 1992; Schnapp 1997; Saunders 2002; Schofield, Johnson, & Beck 2002 e Schofield 2004.

se dizer que a estrada de ferro em si, bem como suas estruturas em conjunto, pode ser tratada como um “superartefato”. Assim,

Edificações implantadas em áreas de pesquisas arqueológicas (...) devem ser tratadas como superartefato, construído pelo homem e que está inserido num dado tempo e espaço carregado de valores, sendo portanto produto e produtoras de relações sociais (QUEIROZ, 2006, p.6).

Porém esse “superartefato” possui características específicas, ligadas a um contexto industrial, e nesse ponto, os pressupostos da Arqueologia Histórica, e como já dito, também da Arqueologia da Paisagem, se entremeiam com os da Arqueologia Industrial da qual também nos valem.

A Arqueologia Industrial, de modo geral, dedica-se ao estudo das instalações fabris, desde a época da Revolução Industrial até os dias atuais⁴. A metodologia aplicada nos estudos de Arqueologia Industrial se pauta, essencialmente, nas várias diretrizes de trabalho utilizadas na Arqueologia de modo geral. Entretanto, pode-se dizer que, em grande parte, os estudos aplicados nesse campo em específico, por debruçarem-se sobre vestígios se encontram em superfície, acabam por não se utilizar, na maioria dos casos, de técnicas de escavação. Como exemplo, cita-se aqui a descrição da metodologia utilizada por Fonseca em seu trabalho:

Os estudos se baseiam em pesquisas de superfície, em fontes documentais, vestígios de antigos maquinários, imóveis fabris e nos equipamentos coletivos das sociedades industrializadas (...) respaldado nos métodos arqueológicos de levantamento em campo, analisa o patrimônio industrial, em seu sentido lato, suas características funcionais desde sua origem e todas as transformações por ele sofridas. Pesquisa o desenvolvimento e aperfeiçoamento de processos tecnológicos, inserindo-os em seu contexto espaço-tempo, ao estudar as estruturas fabris, às vezes desaparecidas, ampliações e reduções da edificação, segundo a necessidade de cada época, materiais empregados, instrumentos, ferramentas e técnicas utilizadas (FONSECA, 2007, p. 31).

Estima-se que aproximadamente 70% das grandes estruturas construídas pelo homem, que claramente impactam amplas áreas, datem do período da revolução industrial⁵,

⁴ De acordo com Fonseca: “O objeto das pesquisas da Arqueologia Industrial situa-se, cronologicamente, a partir da segunda metade do século XVIII: conseqüentemente, trabalha com um espaço de tempo mais exíguo, no qual existe, porém, uma enorme gama de documentos escritos e iconográficos, que são válidos, mas complementares, nunca substituindo as evidências arqueológicas na interpretação da cultura material das sociedades que passaram pelo processo de industrialização”. (FONSECA, 2007, p. 26).

⁵ No escopo desse campo de pesquisa são também englobadas as relações humanas no âmbito das instituições capitalistas, e a compreensão do contexto social no qual a materialidade da instalação se insere: “Uma máquina, uma fábrica, uma empresa, é um centro de produção (...) onde existem relações de produção que estão conectadas com a paisagem que a rodeia, e nessa paisagem estão uma série de elementos que integram a vida das pessoas, a vida econômica, cultural, a propriedade pública ou privada, as matérias

abarcado pelo escopo dessa linha de pesquisa (CONLIN; SYMONDS, 2005, p. 33). Nesse contexto, é claro, inserem-se a EFCJ e as ferrovias na paisagem.

Realizamos extensa pesquisa sobre a trajetória da estada de ferro na paisagem jordanense, o contexto da instalação da EFCJ é precedido por um crescente interesse nas qualidades terapêuticas do clima de Campos do Jordão e arredores, que começa a tomar força em fins do século XIX. Em 1874, já são notados os primeiros empreendimentos relacionados a esse contexto, como a pensão e a venda instalada por Matheus da Costa Pinto (antes morador de Pindamonhangaba). A pensão foi erguida a beira do rio Imbiri, onde também foi edificada uma capela em honra de São Matheus e uma escola. Tais fatos acabaram por fazer surgir a “Vila de São Matheus do Imbiri”, que mais tarde veio a ser denominada “Vila Velha” e “Vila Jaguaribe”. Posteriormente, em 1879, os clínicos Francisco Romeiro e Gustavo de Godoy também deram início a construção de alguns chalés para acomodar a eles próprios e seus pacientes infectados por tuberculose.

As propriedades terapêuticas da região de Campos do Jordão serviam principalmente visitantes que vinham em busca de uma cura para a tuberculose. A chamada “Peste Branca”, era, como aponta Hammerl (2011, p.1), “um elemento desafiador da ordem social. O temor do contágio, as moradias insalubres e as revoltas populares em razão das intervenções sanitárias representavam fortes preocupações por parte do poder público”. Com o intuito de erradicar as epidemias de tuberculose, campanhas eram realizadas nos grandes centros urbanos do início do século XX, que dentre outros objetivos buscavam a eliminação dos cortiços, tidos como ameaça à saúde pública (CHALHOUB, 1996 *apud* HAMMERL, 2011, p.1). Os lugares altos, como as cidades localizadas nas porções altas das Serras da Cantareira e da Mantiqueira, surgiam para os governos da época como alternativas para enviar doentes em busca de cura, bem como para evitar o contágio e novas epidemias. Entretanto, a ausência de boas estradas impunha que os viajantes que partiam do Vale do Paraíba rumo ao topo da Serra da Mantiqueira fossem transportados em lombo de burro ou em liteiras. Tal situação perdurou desde idos do século XIX até a construção da ferrovia, que foi terminada somente no final da década de 1910 (BERTOLLI, 2001, p. 140)⁶.

primas, as comunicações, etc. Portanto, se a Arqueologia industrial (...) pode abranger todo esse conjunto” (TORRÓ, 1994, p.48).

⁶ Quando inaugurada a estação Pindamonhangaba em 1877, antes da inauguração da EFCJ em 1914, “os doentes desciam de trem (...) na estação de Pindamonhangaba, dali seguindo em lombo de burros até Piracuama, onde esperavam, em uma pensão, o transporte em liteiras ou redes para subir a serra” (GIESBRECHT, 2014, s/p).

Diversas pesquisas realizadas na década de 1920 procuravam demonstrar a eficácia em permanecer em áreas com boa qualidade do ar, no combate à tuberculose. Também o clima de localidades do alto da serra passou a ser investigado por pesquisadores da época. Nesse contexto, grande destaque era dado ao clima favorável de Campos do Jordão, considerado então a “Suíça Brasileira”⁷. Em 1922, o médico Clemente Ferreira afirmava que:

A presença de ozona é significativa de pureza atmosférica, de sua assepsia e ausência de germes; por isso, no oceano e nas altas montanhas, onde o ar é puro, é elevado o coeficiente de ozona. Com clima de elevada altitude, de grande terapêutica atmosférica de fraca nebulosidade, e pois de farta insolação, os Campos do Jordão desfrutam a enorme vantagem de abundância de oxigênio “eletrizado” (FERREIRA, 1922 apud HAMMERL, 2011, p.2).

Entretanto, mesmo com tantos incentivos dispostos pelas riquezas naturais da Mantiqueira, a instalação dos primeiros sanatórios em suas regiões mais altas não teve um início fácil. A frente desses interesses, em fins do século XIX, estava Clemente Ferreira, que em 1899 funda a “Associação Paulista de Sanatórios Populares para Tuberculosos”, tendo como um de seus objetivos construir um sanatório popular em Campos do Jordão, o qual jamais fora erguido devido a escassez de recursos.

Em 1903, a organização foi renomeada como “Liga Paulista Contra a Tuberculose”, ainda mantendo o intuito de construir no futuro uma área onde os doentes pudessem ser tratados em isolamento e em ambientes de ar puro. Nessa época, problemas de ordem administrativa fizeram com que a Liga fosse separada do Serviço Sanitário Paulista. Um dos principais motivos seria o de que Clemente Ferreira desejava que o sanatório a ser construído em Campos do Jordão obtivesse recursos do Governo Estadual, porém que este deveria ficar subordinado ao movimento filantrópico e não ao Serviço Sanitário (BERTOLLI, 2001, p. 63). Um dos opositores à proposta de Clemente Ferreira era Emílio Ribas, que por sua vez, elaborou em conjunto com Victor Godinho e Guilherme Álvaro, também um projeto para o estabelecimento de uma casa de saúde especializada no tratamento da tuberculose no Estado de São Paulo.

Na década seguinte, após diversos embates entre Clemente Ferreira e Emílio Ribas, foi então anunciada finalmente a organização de uma empresa que tinha como objetivo construir uma estrada de ferro até Campos do Jordão (na época ainda pertencente ao município de São Bento do Sapucaí) partindo de Pindamonhangaba. A mesma

⁷ Devido à semelhança de seu clima com o da cidade de Davos Platz, na Suíça. Além disso, segundo Paulo Filho (2007, p. 25); “o teor de oxigenação e ozona de Campos do Jordão também foi considerado superior ao de Chamonix, famosa estância francesa pela pureza do ar, a 2.800 m de altitude”.

companhia iria também se responsabilizar pela construção de um sanatório e de uma vila sanitária em Campos do Jordão (BERTOLLI, 2001, p. 65).

O Congresso Estadual aprovou o projeto, concedendo aos empreendedores o direito de explorar uma faixa de 15 quilômetros de cada lado do eixo da linha férrea, garantindo também os juros de 5% sobre o capital inicial da companhia, o qual era inicialmente de 3 mil contos, logo em seguida aumentado para 4 mil. Os concessionários da empresa organizaram então a Sociedade Anonyma Estrada de Ferro Campos do Jordão, aparecendo como principais acionistas os nomes de Emílio Ribas e de Victor Godinho, sendo que o primeiro era natural de Pindamonhangaba, local onde era proprietário de extensas glebas de terra. A novidade chegou aos ouvidos do Dr. Ferreira, que se incumbiu de disseminar ainda mais a notícia de o governo ter concedido os direitos de construção e exploração da estrada de ferro e do sanatório aos dois funcionários que, anos antes, tinham persuadido as autoridades a não levar avante tais projetos (...) (*Ferreira afirmava que*) Ribas e Godinho estavam recebendo “favores especiais” do governo para criar um sanatório particular e uma vila sanitária que gerariam “um bom lucro” aos seus proprietários (...) Por situações como esta, a Liga Paulista Contra a Tuberculose foi relegada a um isolamento (BERTOLLI, 2001, p. 66).

A Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ teve seu início então em Pindamonhangaba a partir de um ponto próximo à estação ferroviária da E. F. Central do Brasil. Para sua implantação, a diretoria da época convidou o engenheiro Antônio Prudente de Moraes, que por sua vez, contratou os engenheiros João Lindenberg e Teófilo Monteiro de Carvalho (PAULO FILHO, 2007, p. 49).

Em 27 de abril de 1912, em cerimônia pública, procedeu-se o cravamento da primeira estaca (...) em 18 de julho de 1912, a sociedade celebrou contrato de empreitada com o português Sebastião de Oliveira Damas (...) no dia 1º de outubro do mesmo ano, concluídos os estudos de locação do traçado, foram iniciados os serviços de construção da ferrovia (PAULO FILHO, 2007, p.50-52).

Desde o principio de sua idealização a EFCJ encontrara dois grandes obstáculos para a implantação de uma estrada de ferro sadia. A primeira esta no relevo pelo qual deveria percorrer, observada a necessidade de vencer um desnível de mais de 1.000m em curto desenvolvimento imposto pela Serra da Mantiqueira⁸ e a segunda na falta de demanda de mercadorias na região por esta atendida, privando-lhe a garantia de sucesso financeiro. Os entraves aqui expostos colimaram para a escassez de investidores, resultando na falência prematura da companhia dirigida por Ribas e Godinho nos findos

⁸ Sobre as condições particulares do leito ferroviário, Paulo Filho comenta que “há rampas de até 12,5%, condição não encontrada em nenhuma estrada de ferro brasileira, sendo operada pelo sistema de simples aderência, sem cremalheiras. Daí sua originalidade e pionerismo” (PAULO FILHO, 2007, p.65).

de 1913. Sem recursos para custeio das obras e materiais, os trabalhos de assentamento da linha ficaram na iminência da paralização. Na altura dos acontecimentos Sebastião Damas se viu com a estrada incompleta e sem perspectivas de receber seus dividendos pelo trabalho já realizado. Em situação assaz adversa, Damas optou por continuar as obras por conta própria na expectativa de ver sua situação financeira recuperada com os dividendos obtidos com a operação da ferrovia.

Ainda incompleta⁹, deu-se a 15 de novembro de 1914 a inauguração da EFCJ, quando a ponta dos trilhos havia atingido o quilômetro 42, pouco além da atual estação de Abernécia. Naquele momento a operação era feita a título precário com apenas três automotrizes a gasolina, uma locomotiva a vapor adaptada para as fortes rampas da serra¹⁰ e outra utilizada somente no trecho do Vale, dois carros de passageiros de pequeno porte e 4 vagões para carga. Durante o período em que a ferrovia esteve sob a tutela de Damas, findado com a encampação desta pelo Governo do Estado a 15 de dezembro de 1915 pela Lei nº 1.486, o empreiteiro levou a efeito a conclusão de cerca de 4 quilômetros de via até as imediações da Vila Jaguaribe, restando aproximadamente 800m para a conclusão da Estrada em toda sua extensão.

Sob administração estadual aparecem os primeiros sinais de consolidação de um sistema ferroviário rígido. No primeiro ano completo pós-encampação, foram concluídos diversos edifícios para estações. Em 1917¹¹ foram adquiridas novas automotrizes, vagões e carros de passageiro. No ano seguinte foi concluída a extensão dos trilhos até o ponto final da ferrovia, na Vila Capivari, e a pequena oficina instalada até então em Raiz da Serra (Piracuama), dotada de maquinário movido a pé e em número reduzido, foi transferida para Pindamonhangaba, sendo então ampliada, com novo maquinário acionado a vapor¹², alguns deles ainda em uso.

⁹ Às dificuldades já existentes para a conclusão da estrada somaram-se a escassez de diversos materiais devido ao início da 1ª guerra mundial em 1914.

¹⁰ Rampa máxima de 12,5%.

¹¹ Também no ano de 1917, tem início o serviço telefônico mantido pela ferrovia. Além de atender suas necessidades, também passou desde então a servir os moradores das vilas de Abernécia, Jaguaribe e Capivari, além de Santo Antonio do Pinhal e São Bento do Sapucaí (PAULO FILHO, 2007, p. 136). O serviço de telégrafo chega a Campos do Jordão em 1923. "A estrada em 1923 receberia e transmitiria telegramas em suas linhas, entregando-os a seus destinatários" (PAULO FILHO, 2007, p. 137). Esse serviço foi operado pela ferrovia até 1932.

¹² Por sistema de polias movimentado por locomóveis.

Contudo, os investimentos realizados, principalmente no que concerne à questão da tração, estavam ainda distantes do ideal¹³, evidenciando a urgência na substituição do sistema de tração, além de outras melhorias necessárias.

A década de 1920 pode ser considerada a época de ouro da EFCJ, transcrita nos diversos empreendimentos realizados que, deram a Estrada muitas das características ainda presentes em sua paisagem e em seu cotidiano.

A 05 de maio de 1922 foi inaugurada a estação definitiva de Pindamonhangaba, erguida em conjunto com a E. F. Central do Brasil. Transcorridos exatos seis meses foi colocado aos domingos, a título experimental, o primeiro trem de excursão da EFCJ com partida de Pindamonhangaba às 07:30hs e retorno de Campos do Jordão às 17:00hs, evidenciando a vocação turística da estância climática e da Estrada, confirmada com o passar do tempo. Em 1923 foi criado o primeiro trem de subúrbio de Campos do Jordão com circulação diária entre Abernêssia e o ponto final da linha, serviço este prestado até o final dos anos 2000. No mesmo ano foi contratado junto a The English Electric Company Ltd. a instalação do sistema de eletrificação e o fornecimento de automotrizes elétricas para substituição da custosa tração a combustão, inaugurada a 21 de dezembro de 1924, tendo os 46,8 quilômetros da Estrada totalmente cobertos pelas linhas de contato, com uma subestação transformadora instalada em Eugênio Lefèvre (antiga Alto da Serra).

As intervenções citadas, dentre outras de igual ou menor vulto, trouxeram benefícios flagrantes para a ferrovia e influenciaram diretamente a paisagem de Campos do Jordão. As vantagens obtidas com eletrificação vieram a confirmá-la como sistema de tração mais adequado para o bom desenvolvimento dos serviços da EFCJ, sistema este, aliás, cuja implantação já era prevista na concessão dada a Ribas e Godinho.

A regularidade e agilidade da tração elétrica, inicialmente operada com duas automotrizes para passageiros e duas para carga, motivou a rápida ascensão do volume de passageiros e mercadorias transportados¹⁴, este último consideravelmente incrementado com a demanda de material de construção para Campos do Jordão. O bom desempenho do transporte, somado ao baixo custeio da tração elétrica, proporcionou à EFCJ mudar sua condição deficitária para superavitária nos exercícios de 1927 a 1929, situação esta jamais vista até então. Dentro deste cenário favorável não tardou para que a administração da Estrada providenciasse a compra de mais automotrizes.

¹³ Motivo pelo qual era considerado como "provisório" o tráfego da EFCJ até 1924.

¹⁴ A título de comparação transportou-se em 1925, 25.883 passageiros e 1.876 toneladas de mercadorias, contra 44.132 e 4.857 respectivamente em 1926.

A estrada de ferro transportava, como esperado e planejado, grande quantidade de doentes até às pousadas e sanatórios do alto da serra, que iam aos poucos sendo construídos.

O trem era o veículo que, de costume, conduzia os tísicos para o 'exílio' forçado pela doença. Superado o perímetro dos maiores centros urbanos, os doentes iam percebendo a paulatina alteração da paisagem que, quanto mais se aproximava das áreas de tratamento, mais abria espaço para extensas glebas de mata e terrenos de geografia acidentada. Símbolo maior do desterro prometido, os contrafortes da Mantiqueira representavam o selo da exclusão (BERTOLLI, 2001, p. 168).

Impulsionada pela tração elétrica, Campos do Jordão passou pelo primeiro "surto" de crescimento urbano. Provida de meio de transporte confiável e rápido para época, a estância climática teve sua paisagem consideravelmente modificada com a construção de edifícios para moradia, comércio, estalagens e principalmente para novos Sanatórios, todos erguidos com o material trazido pela ferrovia, buscando atender a crescente demanda de enfermos, de trabalhadores que lá instalaram suas residências e de turistas que buscavam um local para o lazer. O crescimento do número de enfermos e da população da estância não tardou a acentuar a utilização da linha férrea como meio de transporte local. Sobre esse aspecto, Bertolli comenta que:

Antigos moradores de Campos do Jordão (..) lembram que era fato comum os passageiros dos trens que faziam paradas nas estações de cura se recusarem a sair da composição, e quando assim o faziam, muniam-se de precauções, levando um lenço ao nariz para evitar a invasão do mortal bacilo. O médico Eduardo Etzel (...) rememorou que, durante os anos que trabalhou como cirurgião do Sanatório Vicentina Aranha, recobria-se de todos os cuidados para impedir o acidente da contaminação, não se arriscando nem mesmo a tomar um cafezinho nos bares joseenses, com medo de tornar-se mais uma vítima da Peste Branca (BERTOLLI, 2001, p. 147).

O fluxo de visitantes buscando a cura em Campos do Jordão foi crescente durante a década de 1930 e acabou por dar espaço a instalação de um grande número de opções de hospedagem. O crescimento da cidade também ocasiona seu desmembramento do município de São Bento do Sapucaí, em 1934. Também ao longo da década de 1930 a "Companhia de Melhoramentos de Campos do Jordão"¹⁵ levava a cabo inúmeras obras de melhoramento e embelezamento na cidade, em parceria com o Governo Estadual, que por sua vez implantava novas vias de acesso e investia também no desenvolvimento

¹⁵ Fundada em 1922, pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

urbano do município (HAMMERL, 2011, p.5)¹⁶. Com o tempo, essas melhorias passam também a elevar o turismo de lazer. Durante os anos de 1940, coexistiam na cidade esses dois tipos de turismo.

Turistas e doentes frequentam, em muitos casos, os mesmos espaços, tornando-se uma preocupação para a saúde pública e sendo alvo de políticas higienistas que visavam esquadrihar os espaços destinados aos doentes e aos turistas de forma a minimizar as possibilidades de contágio. Em contrapartida, se observa o crescente investimento no turismo, que acaba por se tornar a principal atividade econômica da cidade (HAMMERL, 2011, p.4).

No ano de 1930, foram ativados os Sanatórios Divina Providência e São Paulo, desdobrando-se pouco depois na entrada em funcionamento do Sanatório e Preventório Santa Clara, do Sanatório Santa Cruz e dos Sanatorinhos. Até o final da década, iriam existir dez nosocômios em atividade no município dos infectados, perfazendo o total de 652 leitos especializados. Apesar da discordância dos censos realizados naquele período, é certo que o número de vagas hospitalares para tuberculosos existentes em Campos do Jordão representava quase a metade das disponíveis em todo o estado de São Paulo, sendo que aproximadamente 50% da hospedagem nosocomial jordanense estava reservada para a clientela pagante (BERTOLLI, 2001, p.143)¹⁷.

Campos do Jordão se insere então, na época, em um amplo contexto no qual cidades antes procuradas principalmente para o tratamento de doenças passam também a ser centros de lazer. O novo tipo de visitante incentivou a instalação de estruturas como teatros, restaurantes, hotéis e cassinos (HAMMERL, 2011, p.8).

Todavia, até início da década de 1940 havia ainda muitos sanatórios em funcionamento na cidade. Sendo assim, por força do Decreto nº 11.781, a Campos do Jordão foi dividida em dois setores distintos, a fim de separar os doentes dos turistas de lazer, e preservar assim sua saúde. Hammerl (2011, p.9), também comenta que tal divisão teria sido incentivada não somente pela preservação da saúde, mas também por exigências da elite que possuía casas de veraneio na cidade.

¹⁶ No contexto das melhorias urbanas em Campos do Jordão, a ferrovia deveria, segundo a comissão de urbanização de 1938, implementar bondes rápidos no trecho entre as vilas Abernêssia, Jaguaribe e Capivari, com melhorias nos trilhos e nas plataformas (PAULO FILHO, 2007, p. 140). Foi proposto também o prolongamento até Itajubá (o que não ocorreu) e melhorias na eletrovia de modo geral.

¹⁷ Dentre os Sanatórios construídos na região destacam-se o Divina Providência (1929), o São Paulo (1930), o Sanatorinhos S-1 (1931); o S-2 (1934), e o São Vicente de Paulo (1935). Entre as décadas de 1930 e 1940 surgem também o Santa Cruz, o São Cristóvão, o Ebenezer e o São Francisco Xavier. Já entre as décadas de 1940 e 1950 surgem o S-3, o Sanatório Sírio, o N. Sra. das Mercês, os pavilhões sanatoriais da Bandeira Paulista Contra a Tuberculose, e o Sanatório Três de Outubro (PAULO FILHO, 2007, p. 160-161). Destacam-se também nesse contexto o Preventório Santa Clara (1931) e o Dispensário Emílio Ribas (1931).

A elite, na medida em que percebe que também está predisposta ao contágio (perde sua imunidade social), colabora não apenas com as formas de tratamento dos menos favorecidos com doações para a manutenção de leitos nos sanatórios populares (filantropia higiênica), mas também determina os espaços que esses podem frequentar, havendo uma aparente separação não só entre doentes ricos e pobres, mas nessa nova fase, a separação se dá entre os portadores do bacilo e os sãos, independentemente da classe social (HAMMERL, 2011, p.4).

A Vila Abernêssia foi a área destinada aos sanatórios e aos doentes, enquanto que as Vilas Capivari e Jaguaribe passaram a ser consideradas “áreas turísticas”, sendo portanto locais ideais para a construção de empreendimentos desse tipo. Nesse sentido, em 1941, ainda outro decreto (Decreto-Lei nº. 11.891) obrigava a Prefeitura Sanitária fiscalizar pensões e hotéis privativos voltados ao lazer, a fim de que nesses não se hospedassem doentes. Deveriam também ser fiscalizados bares, restaurantes, e estabelecimentos do tipo, além de até mesmo praças e ruas, nas quais não poderiam transitar doentes, apenas pessoas sãs.

Em cerca do ano de 1943 foi descoberta a estreptomicina, “o primeiro agente quimioterápico específico no tratamento da tuberculose” (HAMMERL, 2011, p. 10). O tratamento para a tuberculose então alcança uma nova fase, na qual a eficácia do quimioterápico supera a da exposição ao ar puro. Tal fato causa então uma diminuição na procura pelos sanatórios, conseqüentemente incentivando o turismo de lazer na cidade. Dá-se início então ao que Hammerl (2011, p.10) denomina de “ciclo do turismo” – em contraposição ao “ciclo da cura”. Cresce ainda mais o número de hotéis e cassinos na cidade, com destaque para o cassino do “Grande Hotel” (em frente ao qual, inclusive, havia uma estação ferroviária de mesmo nome).

As mudanças ocorridas no entorno da estrada de ferro não se deram apenas em Campos do Jordão, ainda que em escala infinitamente reduzida em relação à estância. Os moradores de vilas locais ao longo da ferrovia faziam uso de suas inúmeras paradas, adicionadas ao longo do tempo. Um exemplo é a Parada Renópolis, inaugurada em 1930, para atender a uma colônia japonesa, cujo assentamento foi incentivado pela própria ferrovia.

Do trabalho de colonização dos terrenos marginaes temos uma esplendida realidade na Colonia Renopolis onde já se localizam mais de 30 famílias japonezas, com notável produção hortícola (principalmente tomates, repolhos e batatas), e que, exemplo vivo, constitui um notável centro irradiador dos modernos conhecimentos culturaes, com influencia já verificada nas propriedades vizinhas, refletindo na economia desta Estrada que lhe oferece prompto escoamento, elevou-se a sua produção, no exercício ultimo, a 693.381 kilogramas, perfazendo, no

transporte, 38.490 toneladas-kilômetros. (EFCJ – Relatório sobre o movimento operado no período de junho de 1934 a junho de 1935, p. 2)
A atividade agrícola dos imigrantes nipônicos e seus descendentes preponderou até 1950 e a zona rural chegou a ter 200 famílias japonesas, de sorte que os produtos hortifrutigranjeiros de Renópolis, as cenouras do Lageado, as batatas do Vale do Baú, os ovos e hortaliças do bairro dos Melos e do Paiol Velho somente chegavam ao mercado consumidor por meio das automotrizas da estrada de ferro (PAULO FILHO, 2007, p. 167).

Embora a estrada de ferro tivesse importância fundamental para o crescimento de Campos do Jordão, assim como teve presença marcada nas mudanças ocorridas em outras localidades, desde 1930 sua saúde financeira de longe esteve em situação ideal, persistindo em acumular déficits ano a ano com exceção do triênio de 1942 a 1944 devido à escassez de combustível causada pela 2ª Guerra Mundial, provocando considerável redução da oferta de transporte rodoviário, assim motivando a migração temporária para o transporte ferroviário. A onda de investimentos proferida na década de 1920 cessou-se em 1929 após a crise do café e daquele ano em diante pouco se fez na Estrada¹⁸. Com relação ao material rodante, salvo a construção de uma automotriz elétrica (4-A) em 1932 pela própria ferrovia e a aquisição de um ou outro carro de passageiro e vagão, somente em 1956 dá-se uma obtenção de peso.

A extinção da Trainway do Guarujá, ocorrida em julho de 1956, beneficiou a estrada de ferro Campos do Jordão, que recebeu daquela ferrovia três bondes elétricos e uma pequena locomotiva elétrica do tipo steeple- cab (...) da Siemens Schunckert alemã, além de vários carros de passageiros (...). Desde então, a ferrovia não adquiriu mais material rodante, afetada como foi pela expansão do rodoviarismo (...) (PAULO FILHO, 2007, p.88)

Em uma tentativa de melhorar os ganhos da ferrovia, o diretor Adolpho Araújo submete à Secretaria dos Transportes, em 1966, uma “Minuta de Mensagem e Projeto de Lei”, que pretendia transformar a ferrovia em uma sociedade anônima, tentando criar assim a SAMETUR – Sociedade Anônima de Melhoramentos e Turismo (PAULO FILHO, 2007, p. 177). Entretanto, tal proposta não obteve êxito e por iniciativa daquela direção a EFCJ volta definitivamente sua atenção para o turismo e no ano seguinte é posta em funcionamento a primeira automotriz de luxo. Em 1969 são iniciadas as negociações entre a prefeitura e a EFCJ para a construção de um teleférico em Campos do Jordão, inaugurado em 1971¹⁹. Ainda em 1969, ao término daquele ano, é sacramentada a

¹⁸ A falta de investimentos decorrida desde 1930 até os dias atuais, foi fator preponderante para que a EFCJ mantivesse muitas das características adquiridas na década de 1920 até os dias atuais.

¹⁹ O sucesso deste empreendimento fez com que a EFCJ construísse um teleférico móvel, montado em

vocação turística da ferrovia com a transferência de sua administração, ora a cargo da Secretaria dos Transportes, para a Secretária de Cultura, Esportes e Turismo.

Sob nova tutela, outros empreendimentos turísticos ocorreram na década de 1970, com a criação dos parques “Reino das Águas Claras” e “Capivari”, além de outras estruturas turísticas, como o mirante de Santo Antônio do Pinhal.

Em janeiro de 1977 a EFCJ passa pelo primeiro grande revés pós-transferência administrativa. Com o deslocamento de um dos pilares de sustentação da ponte sobre o rio Paraíba, o tráfego naquele trecho ficou suspenso por um ano, até que o estrago fosse consertado, decretando o fim do transporte de automóveis iniciado na década de 1930 e intensificado em 1957. No ano seguinte, a inauguração da rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro, entre Taubaté e Campos do Jordão, fez com que o movimento da estrada de ferro caísse consideravelmente.

Atualmente, sob administração da Secretária dos Transportes Metropolitanos²⁰, a ferrovia presta serviço turístico diariamente no trecho entre Capivari e o portal da cidade de Campos do Jordão, de quinta a segunda-feira entre Capivari e Santo Antônio do Pinhal (Eugênio Lefèvre) e aos domingos entre Pindamonhangaba e Piracuama, trecho que também é atendido por trens de transporte urbano de segunda a sábado.

Relato de Experiência: valores atribuídos, usos e práticas no reconhecimento de sentidos para seleção do patrimônio da EFCJ

A realização da pesquisa aqui apresentada ocorreu entre os anos de 2014 e 2015, cuja execução ficou a cargo da empresa *Arqueologica* (A. H. De Menezes Arqueologia Ltda) contratada por meio de edital para prestação de serviço de consultoria para identificação de bens históricos móveis da Estrada de Ferro Campos do Jordão.

Nesta jornada atuaram quatro profissionais permanentes (para todas as etapas da pesquisa); um para suporte em momentos pontuais, e uma museóloga consultora. Assim, as diferentes tarefas foram organizadas nas atribuições: Para o trabalho de campo foi designada uma equipe fixa com dois profissionais especialistas em patrimônio ferroviário, sendo um coordenador responsável e um integrante para suporte na primeira e na segunda etapa, (o caminhamento sistemático foi assistido por um arqueólogo, também responsável pela parte administrativa, e o início da última fase foi assistido pela

diversas cidades, tais como Barra Bonita, Barretos, Bauru e São Bernardo entre meados da década de 1970 e início da de 1980. (PAULO FILHO, 2007, p. 179 -180).

²⁰ a partir de 1º de janeiro de 2011 conforme Decreto nº 56.635 expedido naquele dia

museóloga responsável). Para o trabalho de gabinete organizamos uma equipe fixa com três profissionais composta por dois arqueólogos, um responsável pela parte administrativa e outro pela revisão dos relatórios e levantamento de dados secundários, e o coordenador de campo, responsável pelos relatórios de campo, organização logística, elaboração dos planos de ação e supervisão de conteúdo. Nas etapas finais ficou a cargo da museóloga a elaboração das fichas catalográficas e dos critérios adotados para armazenagem e higienização de rotina para conservação do acervo.

Deste modo, conforme estipulado no edital os trabalhos foram divididos em quatro etapas principais, as quais nós organizamos em fases, assim: 1 – Levantamento histórico, de gabinete e campo, por meio de análise de acervos documentais, entrevista com funcionários e ex-funcionários aposentados; 2 – Trabalho de campo – localização e identificação dos bens de interesse histórico (primeira fase - caminhamento sistemático ao longo de toda via férrea; e segunda fase - visitas pontuais em localidades de sabida existência de bens de interesse histórico); 3 – Elaboração do plano de coleta e classificação dos bens selecionados, incluindo orientação sobre condições de armazenagem para a conservação²¹; 4 – Trabalho de campo – Coleta dos objetos encontrados em campo e realocação do acervo já reunido, execução do plano de acondicionamento e higienização destes e confecção de fichas catalográficas para todo o conjunto considerado de valor histórico (em quatro fases).

A condição impar da EFCJ, cuja existência se alicerça em diversos processos e equipamentos anacrônicos, trouxe um resultado bastante incomum. Entre os 526 itens listados, 119 ainda se encontram em uso na ferrovia. Estes também foram listados, pois a manutenção de seus usos é fundamental para a preservação dinâmica dos significados da EFCJ como patrimônio cultural.

O testemunho da prática ferroviária foi um dos critérios que adotamos para a escolha de objetos. Neste sentido, consideramos tanto características funcionais, origem, tecnologia, matéria prima, manuseio e aplicação, até adaptações e criações na oficina da ferrovia, uma prática que ainda ocorre e que particulariza o que é o cotidiano e desenvolvimento da EFCJ. Apreciamos também a influência da ferrovia na paisagem e as relações estabelecidas entre essa e os diversos públicos que a circundam (funcionários, usuários, e população residente no entorno).

²¹ Trabalho aliado a atividade de pesquisa e coleta realizados pelos pesquisadores e arqueólogos, buscando uma interface com a Museologia. Naquele momento um museu com sua respectiva reserva técnica estava em projeto, então a maior parte dos objetos seriam armazenados em espaço adaptado para a guarda e preservação dos objetos até a criação do museu e suas possíveis exposições. Entretanto, um pequeno Centro de Memória já estava em atividade e foi considerado durante toda a pesquisa.

Os bens levantados foram reconhecidos em Portaria Institucional da EFCJ como entes do Patrimônio Cultural a ser preservado. Ficando a cargo da instituição a criação de medidas para a preservação e proteção desses bens.

Relatamos abaixo o desenvolvimento dos trabalhos por etapa.

- Etapa 1

Inicialmente foi averiguada dentre as diversas caixas de acervo documental (arquivo morto) aquelas que poderiam conter informações pertinentes, sendo selecionadas as de documentação referente ao setor administrativo (aquisição e venda de bens), dos transportes (tráfego, locomoção, automotrizes e acidentes), da via permanente, do miniférico, dos departamentos relacionados à manutenção, das atividades turísticas e as que guardam relatórios anuais diversos. Somado a esse montante, consultamos também documentos ainda não organizados e todo conjunto de plantas e documentos existentes na oficina de manutenção situada em Pindamonhangaba. Durante três semanas consecutivas todas as caixas selecionadas foram abertas e verificadas e todo o acervo existente na oficina foi consultado integralmente.

Findado o momento de consulta foi formulado um questionário para realização de entrevistas informais junto aos funcionários e ex-funcionários, com intuito de sanar dúvidas referentes a determinados bens e conhecer a possível existência destes. Entrevistamos quatro funcionários, escolhidos pelo maior tempo de casa, e dois ex-funcionários, que trabalharam na EFCJ nas décadas de 1940 a 1970.

Reunidas as informações obtidas através da pesquisa documental e das entrevistas realizamos uma análise detalhada dos dados e elaboramos tabelas listando os bens cuja documentação apresentou elementos consistentes para sua identificação. Tais elementos foram pautados sob os seguintes critérios, sendo exigido ao menos a existência de dois deles: 1) data de aquisição; 2) fabricante; 3) fornecedor; 4) dados técnicos e 5) condições de aquisição. A exceção a esta regra foi aplicada apenas para objetos produzidos nas oficinas da Estrada (ferramentas, móveis, tróleis de linha, etc.), invariavelmente descritos na documentação de forma superficial. Esta conduta foi baseada no fato de serem artefatos de relevante importância histórica e que devem ser investigados, na medida em que representam a capacidade e as técnicas de produção aplicadas pela Estrada para se auto-suprir em determinados segmentos.

Concluído o processamento dos dados coletados, obteve-se uma listagem contendo 288 itens que representam os vários segmentos de atividade da EFCJ ao longo de sua

história, distribuídos entre atividades ferroviárias e seus desdobramentos (atividades fabris, operacionais, administrativas e de mineração), rodoviárias (operação e construção), educacionais (Núcleo de Ensino), turísticas (parques e teleféricos) e de telefonia.

- Etapa 2

Com satisfatórios resultados, deu-se início à segunda etapa, com objetivo de localizar e identificar os bens já listados, através de registro fotográfico, e averiguar a existência de outros de interesse que por ventura fossem encontrados. Não obstante, buscou-se também conhecer as características da paisagem circundante e estabelecer sua inter-relação com a EFCJ. Para sua execução as atividades foram divididas em duas fases. A primeira fase consistida de caminhamento sistemático ao longo de toda via férrea, subdividida em cinco trechos, para averiguação dos bens dispostos à margem da linha e daqueles locados em estações, casas de turma de conserva de via e abrigos de tróleis situados entre os pontos terminais da via férrea, e a segunda fase, de visitas pontuais em localidades de sabida existência de bens de interesse histórico, situados nas extremidades da via férrea²² e na estação de Santo Antônio do Pinhal, situada próximo ao meio da ferrovia.

Executado a contento, o caminhamento sistemático (primeira fase da segunda etapa) proporcionou grande benefício à pesquisa. A oportunidade de conhecer as instalações da EFCJ em toda sua extensão trouxe uma melhor compreensão de suas particularidades e da relação desta com seu entorno chamando atenção para outros segmentos da ferrovia, pouco explorados no conteúdo da documentação consultada, confirmando também a diversidade do material utilizado pela EFCJ em sua via permanente, assim como já verificado em outros setores através do levantamento na documentação, quer seja pela origem destes como por suas diferenciações técnicas. Ao longo de sua via férrea teve-se a oportunidade de observar diferentes tipos de fixação de trilho, de alavancas de acionamento de desvios (AMV's), de lastramento, de dormentação e de construção de bueiros e calhas. Sendo assim, diante desta grande variedade de tipos, cada qual representante de um padrão utilizado em determinada época ou testemunhas da prática constante de obtenção de materiais em outras ferrovias, considerou-se a inclusão de

²² Campos do Jordão: a estação terminal, o depósito de manutenção do material rodante e o miniférico e sua oficina; Pindamonhangaba: a estação inicial, o escritório administrativo e a oficina principal destinada à manutenção de todo o material da ferrovia, incluindo o almoxarifado; Santo Antônio do Pinhal: subestação, depósito de material da via permanente e estação.

alguns desses na listagem de bens preserváveis²³, exemplares ora utilizados na superestrutura da via permanente e que representam esta diversidade²⁴.

Não obstante, o mesmo cuidado que se teve em observar as nuances da via foi dado ao sistema de eletrificação, especificamente em relação à sustentação da rede aérea e da linha de transmissão original. Diferente do que se viu na linha, a EFCJ conserva a originalidade do padrão construtivo da sustentação de ambas, constituída de postes feitos com dois trilhos justapostos, fixados com parafusos pelos patins, e braços laterais, no caso da rede aérea, confeccionados com perfis “T” (transversal) e “L” (diagonal) de ferro. Foram poucos os postes encontrados alheios a este padrão, o que não caracteriza estes como não originais, quase sempre se tratando de postes utilizados em situações específicas, instalados em pátios de manobra.

Além dos itens relativos à via permanente e à eletrificação, outros relevantes chamaram a atenção: trata-se dos pórticos utilizados em época remota para remover motores de tração das automotrices elétricas quando danificados durante o serviço na serra. Desativados há muitos anos, conforme informado por funcionários da estrada, estes pórticos representam a prática de uma época, quando a EFCJ dispunha de tráfego intenso. Embora não se tratem de bens móveis²⁵, considerou-se pertinente a menção destes como bens de valor histórico em nosso relatório final.

No que tange à busca por bens móveis já listados, foram encontrados poucos itens, todos relativos à manutenção da via permanente, geralmente ferramentas conservadas nos abrigos de tróleis. Entretanto, o caminhamento foi oportuno para que pudéssemos observar como é feito o trabalho de manutenção e conversar junto à diversos funcionários da via que ajudaram a esclarecer algumas dúvidas em relação à utilização destas ferramentas e a elucidar sobre a importância de outras encontradas e que não constavam na primeira listagem.

²³ Concernente com a Arqueologia Histórica, nós consideramos que alguns dos bens em uso revelavam parte da dinâmica da EFCJ, algumas ferramentas em especial são fabricadas na oficina da estrada de ferro, demonstrando a capacidade da mesma de se auto-suprir, demonstrando também a engenhosidade de seus funcionários. Também havia objetos raros, e necessários no funcionamento atual da ferrovia, considerando a derradeira situação do patrimônio ferroviário e também a não existência naquele momento de um museu para o tombamento das peças, e que o nosso trabalho foi apontar e arrolar os bens móveis de interesse histórico, julgamos após consulta aos funcionários e diretores da EFCJ a validade do cadastramento e registro de peças em uso.

²⁴ Foram escolhidos bens relativos a fixação e AMV's por se tratarem de objetos móveis de pequeno e médio porte.

²⁵ Neste caso não foram considerados bens móveis devido à dificuldade para remoção somada ao fato de estarem em pleno uso, no caso dos postes da eletrificação ou de serem ligados diretamente ao contexto onde estão inseridos, no caso dos pórticos.

A segunda fase (desta segunda etapa) foi principiada nas dependências da EFCJ, na esplanada de Emilio Ribas e adjacências, situada em Campos do Jordão. Em seguida visitamos as dependências em Santo Antônio do Pinhal, para depois iniciar os trabalhos em Pindamonhangaba. Devido a grande quantidade de seções e objetos existentes naquela localidade as dependências da EFCJ foram divididas em setores, cada qual inspecionado integralmente, começando pelo prédio administrativo, seguindo pela estação, dependências internas das oficinas e almoxarifado para depois seguir para as áreas externas, seções de descarte e sucata²⁶, que se encontravam a céu aberto, portanto livres para acesso nos dias em que a oficina permanece fechada.

No decorrer dos trabalhos foram encontrados bens de potencial valor histórico que não constavam na listagem apresentada inicialmente, os quais foram devidamente fotografados e anotados nas fichas de campo e posteriormente lançados nas tabelas para este fim. Faz-se importante ressaltar que não houve nesta etapa a preocupação em registrar somente os bens que seriam de fato preservados, sendo a listagem apresentada ainda de caráter preliminar e sujeita a exclusões. A lista definitiva de bens históricos para fim de preservação só seria apresentada no relatório final, após reavaliação dos bens já listados, sobretudo no que tange a questão de itens em duplicidade, de difícil armazenagem e/ou restauração. Dos 288 itens reunidos na primeira listagem 79 foram encontrados e outros 260 novos foram registrados, somando um total de 339 bens. Deste total, 267 itens se encontravam em Pindamonhangaba.

- Etapa 3

A terceira etapa foi iniciada tão logo concluída a segunda, objetivando a formulação de um plano de recolhimento, conservação (controle de ambiente, tratamentos e armazenagem) e catalogação dos bens móveis de valor histórico segundo critérios estabelecidos pela Museologia.

Antes de discorrer sobre o plano de remoção e classificação, faz-se mister frisar que o conjunto de bens históricos levantado traz uma característica bastante peculiar. Cerca de 30 % dos itens listados são utilizados constantemente em diversos serviços realizados no cotidiano da EFCJ. Estes são imprescindíveis para sua operação e manutenção, e conseqüentemente indisponíveis, atualmente, para remoção e guarda. Desta forma, a

²⁶ A sucata, ou pilha de descarte é sítio interessante para as pesquisas arqueológicas e patrimoniais. Neste sentido a pesquisa e coleta-resgate teve também orientação museológica, posto que a céu aberto os objetos nela encontrados poderiam ter infestações e/ou estar com um desgaste físico e mecânico maior, sendo necessários cuidados com a segurança no trabalho e preocupação com a estabilidade dos objetos no momento da coleta/resgate.

situação vigente exigiu a divisão daquele conjunto em dois grupos, identificados por bens “Em uso” e bens “Desativados”.

Com relação ao primeiro grupo em geral, não se aplicou as tarefas de remoção e armazenagem, bastando para este apenas a confecção das fichas catalográficas e posterior identificação individual das peças, com uma placa de patrimônio específica para bens históricos da EFCJ, excedendo-se a esta condição uma ou outra ferramenta utilizada na manutenção da via permanente, por haver multiplicidade de unidades existentes e disponibilidade para cessão de um exemplar.

Para o segundo grupo, todas as ações previstas foram aplicadas, com exceção dos bens que já se encontram expostos ao público²⁷. No caso do material rodante completo (truques, chassis e cabina), que se encontrava no depósito de Pindamonhangaba, a remoção também foi dispensada por já estarem em local adequado e único para sua armazenagem.

Observada a lista de bens históricos passíveis de remoção, constatou-se que aqueles encontrados ao longo da via férrea eram de pequeno porte, não havendo implicação para a execução desta tarefa por parte da equipe de campo²⁸, que também se encarregou de remover os itens de pequeno porte encontrados nas dependências da ferrovia em Pindamonhangaba. Quanto à remoção dos bens de grande porte, ficou acertada a realização de uma força-tarefa com auxílio do munk e da empilhadeira da EFCJ para retirada e guarda de todos os bens alocados nos edifícios da oficina e organização dos bens encontrados na “sucata”²⁹.

Sobre a armazenagem, organizamos a divisão dos objetos a serem removidos em quatro grupos de acordo com a dimensão e composição material. Para os três primeiros foi eleito e preparado um local específico para armazenagem, segundo a disponibilidade de espaço ofertada na época, para o qual foi recomendada posterior adequação, necessária para a adaptação do espaço a este fim. O último grupo requereu ainda um espaço

²⁷ Bens atualmente alocados nos parques Capivari e Águas Claras e no Centro de Memória e na seção denominada “Turismo”, sendo os dois últimos situados no prédio administrativo em Pindamonhangaba.

²⁸ Somente o bem código VP-5 (Cruzamento) exigiu o auxílio da EFCJ para remoção.

²⁹ Estes foram avaliados pela museóloga em sítio. Avaliou-se que durante o dia ficam expostas ao calor e radiação solar e durante a noite ao sereno e umidade. Podendo ainda existir parasitas habitando a sucata, consumindo lubrificantes e resíduos, roendo peças, e ainda pássaros dejetando nos materiais. Além das variações de temperatura e pressão os artefatos estão expostos a incidência de chuvas, umidade e agentes corrosivos (da liberação de gases de objetos em decomposição, de fezes animais e ácidos deixados por insetos). E tem também a corrosão das peças metálicas, a reação redox (oxirredução), que pode ser profunda e não perceptível a olho nu. Assim, foram seguidas orientações de segurança no trabalho e procedimentos para higienização e estabilização dos objetos no momento da coleta e para a armazenagem e salvaguarda.

intermediário para cuidados prévios e reavaliação por compreender bens alocados a seu aberto e parcialmente desmontados. Os objetos desse grupo são os mais vulneráveis e consideramos urgente a higienização e observação do estado de conservação a fim de verificar a viabilidade da guarda, alguns deles foram indicados para restauro e as condições e especificidades para a guarda dos selecionados foram advertidas. O Quadro 1, a seguir, apresenta a Identificação dos grupos e dos locais de armazenagem.

Quadro 1 - Identificação dos grupos e dos locais de armazenagem*.

GRUPOS	DESIGNAÇÃO	LOCAL DE ARMAZENAGEM
Grupo 1	Bens de pequeno porte e de estrutura frágil	Mezanino do Centro de Memória**.
Grupo 2	Bens de médio porte	Área coberta situada ao lado do setor de descarte da seção da elétrica.
Grupo 3	Bens de grande porte	Parte da garagem coberta para automóveis e motos situada na lateral do edifício da oficina.
Grupo 4	Bens de grande porte encontrados na "sucata" a céu aberto	Área do pátio adjacente à oficina

* Conforme estabelecido na época, ainda em espaços adaptados.

** Os bens já acomodados no mezanino do almoxarifado permanecerão provisoriamente no local até que o mezanino do Centro de Memória esteja equipado para acomodar todos os bens.

Para organização e apresentação de todos os dados coletados durante a execução desta pesquisa, foi constituída uma metodologia padrão para classificação e identificação dos bens. Isso já é rotina para a Arqueologia, contudo aqui trabalhamos com uma equipe interdisciplinar em cumprimento de edital com as finalidades de reconhecimento e salvaguarda bens móveis. Considerando esta intenção buscamos uma interface com a Museologia no que tange a documentação, e utilizamos a metodologia de codificação alfanumérica para agrupamento dos bens em determinadas classes, representadas por letras, e identificação serial dentro de cada uma, representada por números.

Para a identificação dos bens históricos foi adotada uma mesma metodologia desde o início dos trabalhos, sem alteração das classes já estabelecidas (Quadro 2). Entretanto, o desenrolar deste trabalho evidenciou a necessidade de efetuar-se um ajuste na identificação serial, uma vez não serem encontrados muitos dos bens relacionados na primeira listagem³⁰ apresentada, os quais já possuíam a referida classificação. Somado a

³⁰ Elaborada com base no conteúdo dos arquivos da EFCJ.

esta questão, durante a realização do último trabalho tomamos conhecimento de “novas” peças de valor histórico, em sua maioria encontrada por funcionários da EFCJ, que foram agregadas a esta seleção, gerando novos códigos. A fim de eliminar o salteamento nas séries numéricas, optou-se pela renumeração de todos os bens agrupados em cada classe de forma sequencial, sendo mencionado nas fichas catalográficas apenas o novo número, sem que haja menção do antigo, para evitar confusões futuras.

Precavendo-se da perda de ligação entre o bem identificado com a nova numeração, e todo o processo adimplido para que este fosse determinado como histórico, foi elaborada uma tabela de correlação numérica, entre o novo e o antigo.

Outra mudança adotada, conforme os padrões da Museologia foi o desmembramento de peças que compõem um mesmo bem (conjunto), criando desdobramentos de uma mesma codificação, identificados por letra minúscula inserida logo após a classe³¹. Os dados coletados de cada bem foram inseridos nas fichas catalográficas elaboradas para especificamente para o acervo aqui tratado (Quadro 2).

Quadro 2 - Codificação adotada para classificação dos bens históricos.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
A	Artigos de estação/escritório (relógios, máquinas de escrever, calculadoras, computadores, carrinhos para transporte de bagagens, picotadores de bilhete, escadas para embarque, balanças, etc.).
C	Equipamentos de comunicação (telefones de parede, mesa e seletivo, centrais telefônicas, rádios moveis e fixos, centrais telefônicas, equipamentos de telégrafo, repetidores de onda, etc.).
E	Equipamentos da eletrificação (postes de rede aérea e transmissão, conjunto de equipamentos de subestação, isoladores, para-raios, tróleis de manutenção, etc.).
F	Ferramentas diversas de uso das oficinas, da via permanente e da manutenção de rede aérea (chaves de boca, pés-de-cabra, martelos, marretas, alicates, gabaritos, régua, teodolitos, etc.).
M	Mobílias diversas (mesas, cadeiras, poltronas, prateleiras, estantes, armários, mapotecas, escrivaninhas, etc.).
MQ	Maquinarias e aparelhos diversos de uso das oficinas, da via permanente e da manutenção de rede aérea (tornos, serras, marteletes hidráulicos, arcos de pua,

³¹ Exemplo: EFCJ.030.A - estojo para carimbo composto de 5 itens distintos, identificados por EFCJ.030.A a, b, c, d, e.

	macacos, arcos de imersão, máquinas de solda, tratores, motores diversos, fresadoras, bombas, compressores, etc.).
MR	Material rodante e todos os seus componentes (automotrizes a gasolina e elétricas, locomotivas, carros de passageiro, vagões, vagonetas, truques, cabinas, chassis, motores de tração, rodeiros, etc.)
V	Vestuário (uniformes e seus componentes)
VP	Artigos diversos da Via Permanente (aparelhos de AMV e seus componentes, cruzamento de via férrea, giradores, placas de sinalização e quilometragem, tróleis de linha, etc.).
O	Artigos utilizados em atividades diversas da Estrada e/ou institucionais (balanças, ventiladores, miniaturas, quadros e painéis, etc.).

De forma geral buscou-se identificar em cada objeto o testemunho do conhecimento e da prática de uma época, seja por suas características funcionais, desde sua origem (método e material utilizado na fabricação), manuseio e aplicação, até as transformações por ele sofridas conforme as necessidades e práticas de determinado período, como por sua relação com o cotidiano, o desenvolvimento da ferrovia e sua influência na paisagem onde está inserida e nas relações estabelecidas entre esta e os diversos públicos que a circundam (funcionários, usuários, e população residente no entorno).

- Etapa 4

Na execução dos planos de coleta, classificação e armazenagem, a metodologia aplicada às ações em campo visou à objetividade dos resultados e a simplificação do trabalho a ser realizado. Igualmente, buscamos conjugar a disponibilidade da EFCJ em empreender esforços para remoção das peças de grande volume. Deste modo, a execução do trabalho de campo foi dividida em quatro fases distintas, e, não obstante, o excedente de 260 itens registrados na segunda etapa, exigiu uma nova série de consultas aos arquivos da EFCJ.

A primeira fase foi dedicada a consulta junto aos arquivos da EFCJ com objetivo de levantar dados sobre os bens de potencial valor histórico encontrados em campo que não constavam na primeira listagem apresentada e remoção dos bens alocados nos abrigos de tróleis dos km 12 e 44.

Na segunda fase se realizou a remoção dos bens “Desativados” alocados nas principais esplanadas da EFCJ. Concomitantemente, com intuito de aproveitar a estada nas

diversas localidades, exceto Pindamonhangaba, foi efetuada a confecção das fichas catalográficas dos bens “Em uso” e daqueles “Desativados” que se encontram em exposição ao público. O trabalho de campo previsto nesta etapa compreendeu a visitação dos seguintes locais: A) Esplanada de Emilio Ribas e as dependências da estação Capivari, do depósito de material rodante, do Parque Capivari, do teleférico e da casa para funcionário; B) Abrigos de tróleis dos quilômetros 36 e 31; C) Esplanada de Eugênio Lefèvre e as dependências do edifício da subestação e do rancho de ferramentas; D) Esplanada de Piracuama; E) Parque das Águas Claras (km 18); e F) Esplanada de Pindamonhangaba e todas as suas dependências (nesta fase apenas para remoção de bens de pequeno porte não alocados no mezanino do almoxarifado).

Com a terceira fase se processou a elaboração e confecção das fichas catalográficas de todos os bens históricos alocados na Esplanada de Pindamonhangaba e suas dependências, incluindo os ativos e inativos e os recém-deslocados.

E, na quarta fase foi realizada a remoção e organização dos bens de grande porte encontrados na “sucata”, no depósito de material rodante, no almoxarifado, na “garagem do munk” e no pátio das oficinas de Pindamonhangaba com auxílio de maquinaria e pessoal da EFCJ, para avaliação das condições de restauro destes bens e confecção das fichas catalográficas daqueles considerados recuperáveis e, portanto preserváveis.

Algumas das atividades previstas para cada uma delas foram executadas de forma alternada, visto a necessidade de adaptar as ações segundo as condições do tempo, para os locais abertos, e à disponibilidade dos encarregados de cada seção em colaborar com a remoção de determinadas peças. Somente a quarta fase foi executada em separado, a qual teve início pelas peças alocadas na “garagem do munk”, exigindo previa retirada dos materiais diversos que se encontravam a frente e sobre o maquinário lá existente. Findado este trabalho deu-se início a remoção das máquinas e traslado para o local de armazenagem.

Devido à existência de caçambas de lixo e grande quantidade de lama a frente dos bens de grande porte, os quais deveriam ser removidos da sucata e organizados, impedindo a patolagem adequada do caminhão munk, foram conjeturados outros locais, sendo removida da pilha de sucata existente ao lado do guindaste fixo uma bomba d’água com auxílio do mesmo e do caminhão munk, o cruzamento de via encontrado no km 12 da EFCJ, e um truque de carro de passageiro nos fundos da oficina após a remoção de diversos rodeiros que se encontravam sobre este. Em local próximo, também foram movidos e montados os aparelhos de AMV que lá estavam.

Após remoção das caçambas e da lama, pode-se trabalhar na remoção/coleta dos bens alocados na sucata, todos, sem exceção, desmontados. Ao final das remoções/ coletas possíveis de serem feitas dentro da capacidade daquele caminhão munk. Esgotadas todas as possibilidades do momento, essa fase ficou aquém do esperado no que concerne à movimentação das peças. Entretanto, mostrou-se acertada a decisão de concentrar os esforços nas peças empilhadas, pois organizadas parcialmente foi possível averiguar a real condição de conservação das mesmas. Verificamos que nessas pilhas se encontravam peças compatíveis com a montagem completa dos objetos alvo, sendo possível a integração ou restauro se assim decidido em algum momento. Nestas condições partiu-se para a organização das peças já coletadas, sendo algumas montadas em seus devidos lugares.

Durante o manejo averiguou-se a existência de outros bens de valor histórico que não haviam sido vistos anteriormente, tais como, o primeiro torno de rodeiro adquirido pela EFCJ, em 1918, e um truque de vagão da E. F. Araraquara, adquirido por esta ferrovia no período em que pertenceu à São Paulo Northern Railroad Co. – SPN (1916 a 1919)³². Findado os trabalhos decidiu-se pela conveniência de realizar a marcação com tinta nas peças dos tornos de rodeiro e da plaina, por serem muito parecidas, a fim de identificar a qual bem pertence cada uma.

Concluídos os trabalhos de campo e gabinete, obteve-se a listagem final de bens contendo 403 itens³³, sendo encontrados todos os bens listados nas tabelas elaboradas na etapa anterior, além de outros ainda desconhecidos ou figurantes na primeira lista elaborada e que ainda não haviam sido achados. Todos os bens foram cadastrados em ficha documental elaborada para o acervo e receberam a marcação alfanumérica, sem desprezar a numeração de patrimônio já existente pela EFCJ.

A avaliação, reconhecimento, coleta e resgate dos bens considerados de valor histórico foi uma primeira etapa num processo de formalização do patrimônio. Este trabalho gerou também laudos e produtos para embasar a salvaguarda desses bens, e é de interesse da EFCJ a criação de um museu, tendo em vista a vulnerabilidade a que estavam expostos esses bens, devido à degradação pela exposição às intempéries climáticas e ambientais a céu aberto.

³² Ambos os itens constavam na primeira tabela elaborada (1ª etapa)

³³ Dentre estes existem alguns bens que formam conjuntos. Contabilizadas as peças de cada conjunto, a soma total chega a 526 itens.

Últimas Considerações

As ferrovias, bem como o patrimônio industrial, vêm tomando um crescente destaque nas pesquisas arqueológicas atuais³⁴. Tais trabalhos, de modo geral, “caracterizam-se pela produção de obras que buscam apontar novos caminhos e possibilidades de estudos sobre as ferrovias (...) (abordando) pontos de vista voltados para as questões sociais, políticas culturais” (POZZER, 2007, p.207-208). A definição de “patrimônio industrial” implica na questão de que este “deve ser visto não só como ‘repertório tecnológico’ mas como momento central de uma série de relações com o ambiente físico e humano, que vem se transformando pelo desenvolvimento industrial” (COVINO, 1980, p.221). Embora de forma ainda lenta, as pesquisas em Arqueologia Industrial vêm contribuindo, ao longo dos anos, para uma maior valorização desse legado no país. Nesse contexto, Freire et al. (2012) consideram importante a análise e valorização, no caso de estudos relativos ao patrimônio ferroviário, de um conjunto de elementos compostos por:

material rodante, os pátios, o acervo edificado, os equipamentos de sinalização e comunicação e o acervo documental (...) máquinas, locomotivas, vagões, estradas de ferro, pontes, pontilhões, túneis, sinais e todos os instrumentos e equipamentos relacionados à operação do sistema (...) bens imóveis constituídos pelas estações ferroviárias, nas suas mais diversas dimensões, casas dos agentes, armazéns, castelos, caixas d’água, oficinas, escolas, centro recreativos, vilas e similares (...) mãos francesas, os lambrequins, escadas, vitrais e algumas esquadrias diferenciadas (...) e ainda elementos integrantes da superestrutura e infraestrutura ferroviária (FREIRE *et al.*, 2012, p. 11-12).

Pensando a valorização das questões simbólicas, Freire *et al.* (2012), os autores buscam compreender uma gama de elementos que constituiriam, a ver deles, o universo da “memória ferroviária”. Dentre estes, estariam os elementos históricos (“processos de desenvolvimento econômico, social, urbano e tecnológico vivido pela cidade em seus períodos históricos” – FREIRE *et al.*, 2012, p.18); os elementos arquitetônicos; os elementos de valor arqueológico (“vestígios e objetos reveladores da cultural material pós-industrial que podem ser encontrados, bem como espalhados nos acervos, nos museus, nos arquivos” – FREIRE *et al.*, 2012, p.18); os elementos de valor paisagístico (“paisagem urbana industrial que expressa a memória da ferrovia” – FREIRE *et al.*, 2012, p.18); os elementos de “valor uso” (“continuidade de seu funcionamento como pátio de operações ferroviárias, da malha ou do sistema, que pode subsistir até hoje com funções relacionadas à manutenção da ferrovia” – FREIRE *et al.*, 2012, p.18); os elementos de “valor de raridade” (“especificidades tipológicas que podem ser identificadas nos edifícios

³⁴ Entre elas, por exemplo, ressaltam-se os de POZZER, 2007 e MORAES, 2004.

e maquinário” – FREIRE *et al.*, 2012, p.18-19); e elementos de “valor de memória”, os quais perpassam e

dão sentido aos demais valores, pois ordenam e permitem a releitura dos diversos vestígios (materiais e imateriais) presentes, estabelecendo nexos entre o passado, o presente e o futuro, possibilitando o reconhecimento dos espaços perdidos e reconectando seus elementos fragmentados (FREIRE *et al.*, 2012, p. 19).

No contexto de discussão colocada pelos autores citados acima, sobre os atuais avanços e as escolhas do que deve ou não ser preservado, estudado e pesquisado no âmbito dos patrimônios industriais e ferroviários, deve ser lembrado que (nas palavras de Fonseca):

a valorização dessa herança industrial pode ser traduzida de diferentes maneiras: pesquisas, levantamento e interpretação dos documentos arquivados, conservação, reciclagem e criação de museus (...) a conservação do aludido patrimônio representa uma escolha da sociedade, cujo efeito repercutirá sobre as gerações vindouras (...) o que dependerá de muitos fatores, como, por exemplo, da importância histórica, arqueológica e arquitetural do monumento ou sítio, do seu estado de conservação, do potencial de sua manutenção e reuso, bem como da disponibilidade e do impacto econômico e social de sua valorização (FONSECA, 2007, p. 23-24).

Já segundo Mendes,

muitos dos referidos monumentos revestem-se de um significado histórico-cultural que muito reforça o seu valor intrínseco. A antiguidade, a qualidade do produto ou serviço, o tipo de inovação eventualmente introduzido, o significado para a população da respectiva localidade — o qual, frequentemente, se encontra bem vivo na memória e no respectivo imaginário—são elementos a que é necessário atender (MENDES, 1990, p. 118).

Como aponta Funari (2001, p.1), o conceito de “patrimônio” está de modo geral ligado à um sentido “herança” e “memória”, demarcando uma relação íntima com a sociedade (como a comentada por Fonseca e Mendes, acima), bem como também pode estar ligado a um conceito de “propriedade cultural”, relativo a escolhas políticas. Entretanto, ressalta-se aqui o primeiro sentido – pois, como aponta também Funari, “não há identidade sem memória (...) os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, (...) são usados pelos atores sociais para produzir significado” (FUNARI, 2001, p. 2). Ressalta-se também que a memória, é tanto compreendida como “passado” como “formadora do presente”, assim como Magalhães descreve:

Essa relação de tempo é curiosa porque é preciso entender o bem cultural num tempo multidimensional. A relação entre a anterioridade do passado, a vivência do momento e a projeção que se deve introduzir é uma coisa só. É necessário transitar o tempo todo nessas três faixas, porque o bem cultural não se mede pelo tempo cronológico (...) O tempo cultural não é cronológico. Coisas do passado podem, de repente, tornar-se altamente significativas para o presente e estimulantes do futuro (MAGALHÃES, 1985, p. 75).

Sendo expostos todos esses fatores, observa-se aqui que se torna inerente à própria pesquisa realizada em campo e gabinete, e ao contexto histórico-arqueológico exposto pelas mesmas, a escolha em ressaltar ou não um ou outro objeto material, em uso ou desativado. De modo geral, entretanto, cabe ao pesquisador em campo dar importância a todo e qualquer vestígio relacionado ao ciclo de vida da ferrovia, na busca de uma compilação possível de dados mais abrangentes para que a construção desse quadro contextual torne-se visível.

Referências

BERTOLLI FILHO, C. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

BORNAL, Wagner. *Sítio Histórico São Francisco – Um estudo sob a ótica da arqueologia da paisagem*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2008. Orientadora: Profa. Dra. Margarida Davina Andreatta.

CONLIN, Elianor; SYMONDS, James (Eds.). *Industrial Archaeology. Future Directions*. New York: Springer, 2005.

COVINO, Renato. *Archeologia Industriale in Italia: ambito disciplinare, termini cronologici*. *Quaderni Storici*, n. 43, p.218-229, 1980.

EFCJ, *Relatório para Secretária de Agricultura, Comércio, Viação e Obras Públicas* (1916 a 1920; 1922; 1924).

EFCJ, *Relatório para Secretária de Viação e Obras Públicas* (1926; 1930; 1931; 1935; 1937; 1944 a 1947; 1953 e 1957).

FACCIN, Danielle. *Seguindo os Trilhos do Trem. A Influência da Ferrovia na Estruturação Urbana de Santa Maria/RS*. VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. *Anais...* São Paulo: 03 e 06 de julho de 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16962&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

FONSECA, Filomena Pugliese. *As Águas do Passado e os Reservatórios do Guaraú, Engordadouro e Cabuçu: um estudo de arqueologia industrial*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/ USP), 2007. Orientadora: Profa. Dra. Dorath Pinto Uchoa.

FREIRE, Maria Emília Lopes; CAVALCANTI, Fábio; BESSONI, Giorge; FREITAS, Marcelo. Patrimônio Ferroviário: Memória ou Esquecimento? Abordagem Conceitual no Processo de Valoração do Patrimônio Ferroviário em Pernambuco. VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. *Anais...* São Paulo: 03 e 06 de julho de 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16962&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n. 41, p.23-32, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. *MNEME revista de humanidades*, v. 06. n. 13, p. 1-5, dez.2004/jan.2005.

GIESBRECHT, Ralph. Estações ferroviárias do Brasil. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to Destroy: An Archaeology of Supermodernity. *Current Anthropology*, v. 49, n. 2, p. 247-279, 2008.

GOULD, Robert A.; SCHIFFER, Michael Beds (Eds.) *Modern material culture: The archaeology of us*. New York: Academic Press, 1981.

HAMMERL, Priscyla Christine. Campos do Jordão (SP): de estância de saúde à estância turística. *XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, Anais...* São Paulo, julho de 2011. p. 1-18.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1985.

MENDES, José Amado. A Arqueologia Industrial: Uma Nova Vertente de Conservação do Patrimônio Cultural. Seminário sobre Patrimônio e Desenvolvimento Regional -Centro de Estudos de Formação Autárquica (CEFA) e Delegação Regional Centro da Secretaria e Estado da Cultura. Coimbra, de 19 a 21 de Abril de 1990.

MORAIS, Daisy de. Estação ferroviária de Pirajú: um ensaio de arqueologia da arquitetura de Ramos de Azevedo. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), 2004. Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari.

OFÍCIO CT.203 de 21 de junho de 1957.

OFÍCIO Nº 376/C da Secretaria de Viação e Obras Públicas de 27 de setembro de 1947.

PAULO FILHO, Pedro. *História da Estrada de Ferro Campos do Jordão*. Uma Escalada Para a Vida. São Paulo: Ed. Nova América, 2007.

POZZER, Guilherme Pinheiro. A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade (1872-2002). *Dissertação* (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

QUEIROZ, Claudia M. *Chácara Xavier, um estudo de caso em arqueologia histórica*. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP), 2006. Orientadora: Profa. Dra. Margarida Davina Andreatta.

RATHJE, William L.; MURPHY, Cullen. *Rubbish! The archaeology of garbage*. New York: Harper Collins, 1992.

SAUNDERS, Nicholas J. Archaeology and the Great War, 1914–2001. *Antiquity*, n.76, p. 101-108, 2002.

SCHIFFER, Michael B. *The portable radio in American life*. Tucson: University of Arizona Press, 1991.

SCHMITZ, Maira Eveline. Construção da Paisagem Ferroviária em Pelotas: História, Memória e Patrimônio. VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. *Anais...* São Paulo, 03 e 06 de julho de 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16962&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

SCHNAPP, Alain (ed). *Une archéologie du passé récent?* Paris: Fondation Maison des Sciences de l'Homme, 1997.

SCHOFIELD, John. The archaeology of the twentieth century. In: *The historic environment: Future perfect? IFA Annual Conference*, Liverpool, 2004.

SCHOFIELD, John; JOHNSON, William G.; BECK, Colleen M. (Eds.). *Materiel culture: The archaeology of twentieth century conflict*. London and New York: Routledge, 2002.

SOUZA, Milena Andreola de. O caso da Praça da Estação de Juiz de Fora. VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. *Anais...* São Paulo, 03 a 06 de julho de 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16962&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

SOUZA, Milena Andreola de. Paisagem e Ferrovia: O caso da Praça da Estação de Juiz de Fora. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FAU-UFRJ, 2005. Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Alves de Guimaraens.

TORRÓ, Josep. Arqueologia, trabajo y capital. Algunas consideraciones a propósito del II Congrès d'Arqueologia Industrial del País Valencià. *Sociología del Trabajo*, n. 22, p.47-62, 1994.